



A LUPA NA CIDADE

PAINEL DE
INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO
DE ÁREAS URBANAS
VULNERÁVEIS

Fundação
Tide
Setubal





**A
LUPA
NA
CIDADE**

**PAINEL DE
INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO
DE ÁREAS URBANAS
VULNERÁVEIS**

A LUPA NA CIDADE

PAINEL DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS URBANAS VULNERÁVEIS

COORDENAÇÃO

- Sérgio G. Lazzarini
- Lígia Vasconcellos
- José Geraldo Setter Filho

EQUIPE TÉCNICA

- Leandro Nardi
- Fernando Bezerra de Lollo
- Laryssa Kruger da Costa
- Ana Leticia Mafra Salla
- Frederica Padilha
- Carolina Pedrosa Gomes de Melo
- João Ricardo Ribas de Moraes

ASSISTENTES DE PESQUISA

- Vinicius Kronfly da Mata
- Mohammed Mehdi Kaebi

ORGANIZAÇÃO DO PROJETO

Este relatório é resultado de projeto desenvolvido pelo Insper Metricis - Núcleo para Medição de Impacto Socioambiental, sob o patrocínio da Fundação Tide Setubal e do Itaú Social.

A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PROJETO CONTOU COM DUAS INSTÂNCIAS DE ACOMPANHAMENTO:

COMITÊ DE GESTÃO: responsável pelo acompanhamento das etapas do projeto, contribuindo na proposição de melhorias e validação. Integraram este grupo:

- Mariana Almeida
Fundação Tide Setubal
- Patrícia Mota Guedes
e Fernanda Seidel Oliveira
Itaú Social
- Luciana Pascarelli Santos
*Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Urbano - São Paulo*
- Tomás Alvim
Arq.Futuro
- Sérgio G. Lazzarini
Insper Metricis

COMITÊ CONSULTIVO: trouxe o olhar de profissionais e organizações da sociedade civil, contribuindo para a legitimação das recomendações do projeto e estímulo à sua apropriação pelo ente público. Este grupo foi integrado por:

- Maria Alice Setubal /
Fundação Tide Setubal
- Angela Dannemann / Itaú Social
- Fernando B. Chucre / Secretaria
Municipal de Desenv. Urbano - São Paulo
- Mauro Calliari / Arq.Futuro
- Marco Gorini / Din4mo
- Paulo Jannuzzi / Escola Nacional
de Ciências Estatísticas do IBGE
- Carlos Leite / Fundação Tide Setubal e
Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa
- Tomás Kipnis / Instituto
Água e Saneamento
- Renata Moraes / Instituto Iguá
- Carla Duprat / Instituto InterCement
- Ricardo Henriques / Instituto Unibanco
- Ana Amélia Alvarez-Serra /
London School of Economics
- Marcos Romanoski / Nitro Química
- Eliana Souza Silva / Redes da Maré
- Philip Yang / URBEM - Instituto de
Urbanismo e Estudos para a Metrópole

Além disso, foram feitas consultas e apresentações para pessoas da comunidade do Jardim Lapenna, uma das áreas examinadas pelo projeto.

O PROJETO CONTOU AINDA COM O APOIO DAS EQUIPES DA FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL E DO ITAÚ SOCIAL, REPRESENTADAS POR:

- Fábio Tsunoda / Fundação Tide Setubal
- Pedro Marin / Fundação Tide Setubal
- Carlos Eduardo Garrido / Itaú Social

VERSÃO FINAL

18 de dezembro de 2020



1.

Introdução • 11

2.

Detalhamento dos problemas sociais envolvidos em áreas urbanas vulneráveis • 17

2.1. Desafios de desenvolvimento em áreas urbanas • 19

2.2. Macro temas ligados a problemas sociais em áreas urbanas • 20

2.2.1. Segurança pública • 23

2.2.2. Emprego e renda • 24

2.2.3. Educação • 26

2.2.4. Capital social • 27

2.2.5. Saúde pública • 29

2.2.6. Infraestrutura básica • 31

2.2.7. Moradia • 33

2.2.8. Mobilidade urbana • 35

2.3. Rumo a uma visão sistêmica dos problemas em áreas urbanas • 36

3.

Caracterização geral das populações-alvo e suas vulnerabilidades • 43

3.1. Indicadores de vulnerabilidade e sua relação com problemas em áreas urbanas • 45

3.2. Análise de indicadores de vulnerabilidade para áreas urbanas no município de São Paulo • 51

3.2.1. Geografia • 55

3.2.2. Características demográficas • 58

3.2.3. Características socioeconômicas • 60

3.2.4. Necessidades especiais • 62

3.2.5. Susceptibilidade a fatores ambientais • 64

3.2.6. Condições Iniciais • 66

3.3. As vulnerabilidades, em perspectiva sistêmica e comparativa • 70

4.

Experiências nacionais e internacionais de construção de painéis de indicadores em áreas urbanas vulneráveis • 73

4.1. Introdução • 75

4.2. Estudos sobre acompanhamento de indicadores urbanos • 76

4.3. Iniciativas internacionais de acompanhamento de intervenções urbanas • 82

4.4. Iniciativas no contexto do município de São Paulo • 85

4.5. A experiência das intervenções urbanas de Medellín e Recife • 91

4.5.1. As intervenções em Medellín • 92

4.5.2. As intervenções em Recife • 93

4.5.3. As intervenções de Medellín e Recife, em ótica comparativa • 95

4.5.4. Sistema de monitoramento em Medellín e Recife • 99

4.6. Conclusão • 103

5.

Teoria de mudança e definição de resultados a serem monitorados • 107

5.1. Introdução • 109

5.2. Metodologia • 112

Teoria de mudança consolidada • 116

5.3. Teorias de mudança para os macro temas ligados a problemas em áreas urbanas vulneráveis • 193

5.3.1. Segurança pública • 193

5.3.2. Emprego e renda • 195

5.3.3. Educação • 196

5.3.4. Capital social • 198

5.3.5. Saúde pública • 199

5.3.6. Infraestrutura básica • 201

5.3.7. Lazer e cultura • 202

5.3.8. Moradia • 203

5.3.9. Mobilidade urbana • 204

5.4. Inter-relações entre macro temas na teoria de mudança • 207

5.5. Categorias de resultados sugeridos para fins de monitoramento • 216

6.

Painel de indicadores e definição das métricas • 221

6.1. Introdução • 223

6.2. Metodologia: do resultado à métrica • 225

6.3. Menu de métricas • 232

6.4. Priorização das métricas • 243

6.5. Conclusão • 255

7.

Aplicação da metodologia ao contexto do jardim lapenna • 257

7.1. O Jardim Lapenna • 260

7.2. Metodologia • 268

7.3. Resultados • 280

7.4. Conclusão • 292

8.

Aprendizados e direcionamentos futuros • 295

8.1. A Lupa na Cidade: Metodologia e Achados • 297

8.2. Do Monitoramento de Indicadores à Avaliação de Impacto • 300

8.3. Possíveis Abordagens para Avaliação de Impacto com Base em Contrafactuais • 302

8.4. Avanços Futuros • 306

9.

Referências • 309

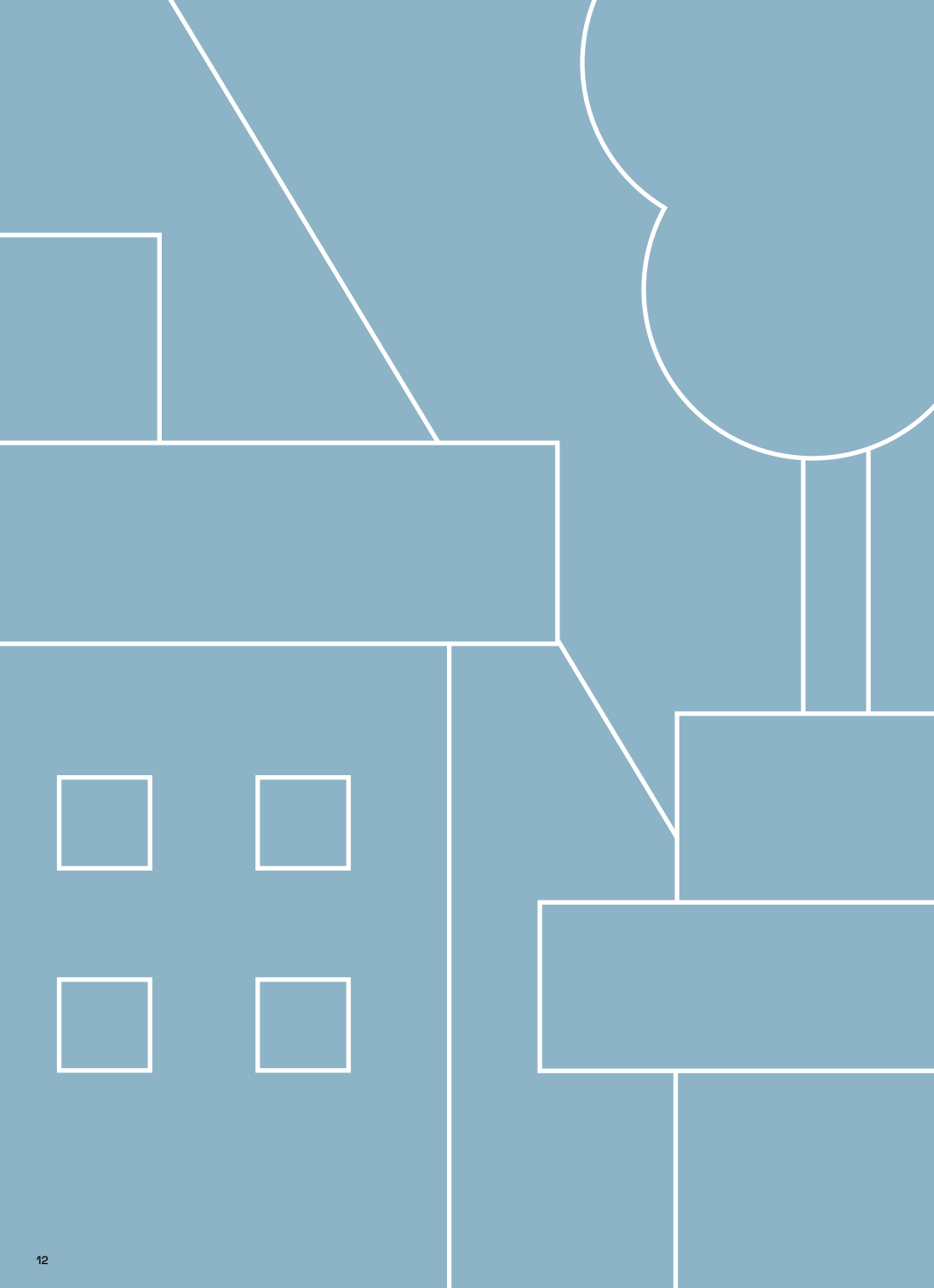
10.

Apêndices • 329



1.

Introdução



A AMÉRICA LATINA É atualmente a região em desenvolvimento mais urbanizada do mundo, com um elevado contingente de pessoas de baixa renda vivendo em aglomerações urbanas sem acesso a infraestrutura adequada e a diversos serviços essenciais. O ritmo acelerado e a escalada da urbanização fragmentada nessas regiões são aspectos que comprometem ainda mais as aglomerações urbanas carentes, tornando-se um desafio compartilhado a ser enfrentado por diversos centros urbanos e seus governos.

Esse modelo de urbanização vem acompanhado por inúmeros desafios centrais para o desenvolvimento econômico e social das cidades. Acumulam-se demandas por moradias populares, sistemas de transporte integrados, fornecimento de infraestrutura básica e emprego para os quase um bilhão de pessoas em situação de pobreza, que residem em comunidades e assentamentos informais ou inadequados.¹ Estes desafios, por sua vez, não são produtos de meros problemas setoriais, mas muitas vezes derivam de problemas estruturais e interconectados. A infraestrutura de saneamento básico, por exemplo, é um aspecto central para o desenvolvimento de áreas urbanas vulneráveis, de modo que sua ausência

¹ Os relatórios do Banco Mundial (2005) e do BID (2019) apresentam um panorama da situação de áreas urbanas vulneráveis em países de desenvolvimentos e seus principais desafios para governos e população.

ou baixa qualidade pode levar não apenas a diversos problemas de saúde, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores, mas também impactar negativamente o meio ambiente local.

Dada a escala e a complexidade dos problemas em áreas urbanas vulneráveis, o uso de painel de indicadores e o monitoramento de resultados é uma abordagem factível para dar visibilidade e trazer à tona a realidade desse cenário de carências e privações. Indicadores conseguem traduzir o contexto atual do público ou do território-alvo em metas e objetivos que podem ser trabalhados e corrigidos em intervenções e políticas públicas. O monitoramento de resultados é crucial por diversos motivos. Primeiro, permite acompanhar, de forma clara e objetiva, o avanço de indicadores sociais e ambientais em áreas urbanas, auxiliando a definição de pontos focais de ação e intervenções prioritárias. Segundo, a criação de um painel mais amplo de indicadores permite entender como possíveis intervenções urbanas podem afetar conjuntamente múltiplos resultados de interesse da população-alvo. Terceiro, à medida que mais dados são organizados e coletados em diversas áreas, é possível estabelecer uma “linha de base” de referência para a realização de futuras avaliações de impacto, comparando-se o efeito de intervenções em um dado local ao que ocorreu em outras áreas urbanas com características similares.²

Assim, o objetivo deste estudo é criar um painel de indicadores socioambientais para áreas urbanas vulneráveis suficientemente representativo, que permita o acompanhamento do nível de desenvolvimento de tais áreas. Este estudo se divide em duas grandes partes. A parte inicial (até o Capítulo 6) se propõe a conhecer e explicitar problemas críticos em áreas urbanas e suas vulnerabilidades – norteadas por condições usualmente encontradas na América Latina – com

vistas a propor um painel de monitoramento socioambiental que reflita possíveis pontos de atenção e indicadores de desenvolvimento para essas áreas.

A parte final do estudo, por sua vez, realiza uma aplicação e customização desse painel geral para o contexto específico do Jardim Lapenna em São Miguel Paulista (bairro da zona leste da cidade de São Paulo) – área de interesse da Fundação Tide Setubal que apoia desde 2005 o desenvolvimento do bairro de São Miguel Paulista. Essa área se insere em um conjunto de três regiões com intervenções esperadas pela Prefeitura de São Paulo em 2020 e para as quais se quer estabelecer indicadores de monitoramento socioambiental.

Nesse sentido, é objetivo deste estudo não apenas propor um painel de indicadores que possa ser usado em regiões típicas de aglomerações urbanas vulneráveis, mas também exemplificar como esse painel de monitoramento pode ser adaptado às especificidades de cada região focalizada. O conjunto de indicadores elaborado poderá, portanto, servir de legado para gestores públicos e organizações privadas interessadas em acompanhar a evolução de suas ações em áreas sujeitas a problemas prementes de áreas urbanas vulneráveis.

² Vale esclarecer que monitoramento de indicadores não é a mesma coisa que avaliação de impacto. Monitoramento identifica os objetivos do programa e liga atividades a esses objetivos que podem ser traduzidos em indicadores como forma de acompanhar metas e criar alertas para ajustes necessários. Já a avaliação pretende analisar se os resultados almejados foram alcançados e verificar se esses foram efeitos diretos do programa (estabelecendo uma relação causal). A avaliação também examina o processo de implementação, explora resultados não intencionais e recomenda ajustes de acordo com o observado (KUSEK; RIST, 2004).



Detalhamento dos problemas sociais envolvidos em áreas urbanas vulneráveis

2.

2.1. Desafios de desenvolvimento em áreas urbanas • 19

2.2. Macro temas ligados a problemas sociais em áreas urbanas • 20

2.2.1. Segurança pública • 23

2.2.2. Emprego e renda • 24

2.2.3. Educação • 26

2.2.4. Capital social • 27

2.2.5. Saúde pública • 29

2.2.6. Infraestrutura básica • 31

2.2.7. Moradia • 33

2.2.8. Mobilidade urbana • 35

2.3. Rumo a uma visão sistêmica dos problemas em áreas urbanas • 36

2.1.

Desafios de desenvolvimento em áreas urbanas

Submetida a um intenso processo de urbanização, a América Latina, ao início do século XXI, tornou-se essencialmente urbana, com cerca de 75% da sua população vivendo em cidades. Se, por um lado, a urbanização trouxe alguns aspectos positivos (por exemplo, as famílias oriundas de áreas rurais puderam ter acesso a uma maior gama de oportunidades de trabalho nas cidades), por outro lado a migração de elevados contingentes de áreas rurais acabou gerando bolsões de pobreza em áreas urbanas com infraestrutura e serviços precários. O Banco Mundial chegou a estimar que metade das pessoas vivendo em situação de pobreza no mundo, hoje, reside em áreas urbanas.³

Duas das forças principais que, segundo os economistas urbanos, explicam a evolução da concentração espacial em cidades são a economia de escala e as economias de aglomeração. A primeira força refere-se a como a atividade econômica se torna mais eficiente quando sujeita a grandes escalas de operação, produzindo mais por unidade de insumo. Já os ganhos de aglomeração dizem respeito aos benefícios usufruídos pelas pessoas quando se encontram próximas de outras.⁴ Por exemplo, a concentração urbana em cidades pode gerar centros comerciais extensos e diversificados, com uma gama de negócios e serviços complementares. Nesse sentido, as cidades podem se tornar motores de inovação, crescimento econômico e prosperidade.⁵

A concentração em centros urbanos, entretanto, não vem sem custos. Pessoas procuram cidades ou bairros com melhor acesso a oportunidades, serviços públicos, transporte e lazer. Ou seja, em uma lógica que pode parecer paradoxal,

³ Para uma visão holística sobre problemas de áreas urbanas vulneráveis, ver Banco Mundial (2005) e Glaeser (2011).

⁴ Para conhecer mais sobre a discussão de ganhos e custos da aglomeração urbana, ver Corporación Andina de Fomento (2017).

⁵ Para saber mais sobre teoria econômica urbana para formação de cidades ver Brueckner (2011).

idades e bairros com infraestruturas mais desenvolvidas atraem mais habitantes ao mesmo tempo em que o governo e as políticas públicas não conseguem acompanhar esse passo de crescimento e manter o nível de serviços ofertados. Essa alta demanda e a lenta capacidade de resposta dos governos leva à sobrecarga de serviços públicos e a uma eventual queda na qualidade de vida daquela região antes considerada próspera.

Em outras palavras, as cidades em rápido crescimento se veem confrontadas por múltiplos desafios com os quais nem sempre estão preparadas para lidar. Aos problemas ligados a déficits de infraestrutura, avanço da poluição e sobrecarga de serviços urbanos públicos essenciais, somam-se o estresse ambiental que muitas cidades vivenciam (por exemplo, enchentes e alagamentos), a crescente desigualdade social em áreas urbanas e os problemas crônicos de criminalidade e violência.⁶

Nesse âmbito, o objetivo desta seção é, a partir de uma ampla revisão de literatura, identificar um conjunto de problemas que afetam áreas urbanas vulneráveis, com ênfase nos padrões de urbanização encontrados em núcleos de baixa renda na América Latina. Esses problemas, detalhados a seguir, podem ser divididos, inicialmente, em oito macro temas: emprego e renda, infraestrutura básica, mobilidade urbana, moradia adequada, saúde pública, educação, segurança pública e capital social.

2.2.

Macro temas ligados a problemas sociais em áreas urbanas

O diagnóstico sistêmico de problemas em áreas urbanas assegura que as políticas públicas e o monitoramento dos seus resultados possam se ancorar em questões

⁶ Mais informações disponíveis em Banco Mundial (2005), BID (2019) e Glaeser (2011).

prementes e interligadas.⁷ Um bom diagnóstico dos problemas evita a negligência de aspectos negativos enfrentados pelas populações-alvo, além de evitar desperdício de recursos públicos ou privados destinados a apoiar áreas urbanas em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, falhas na identificação dos problemas centrais muitas vezes levam à resolução de algo que não decorre de alguma questão central.

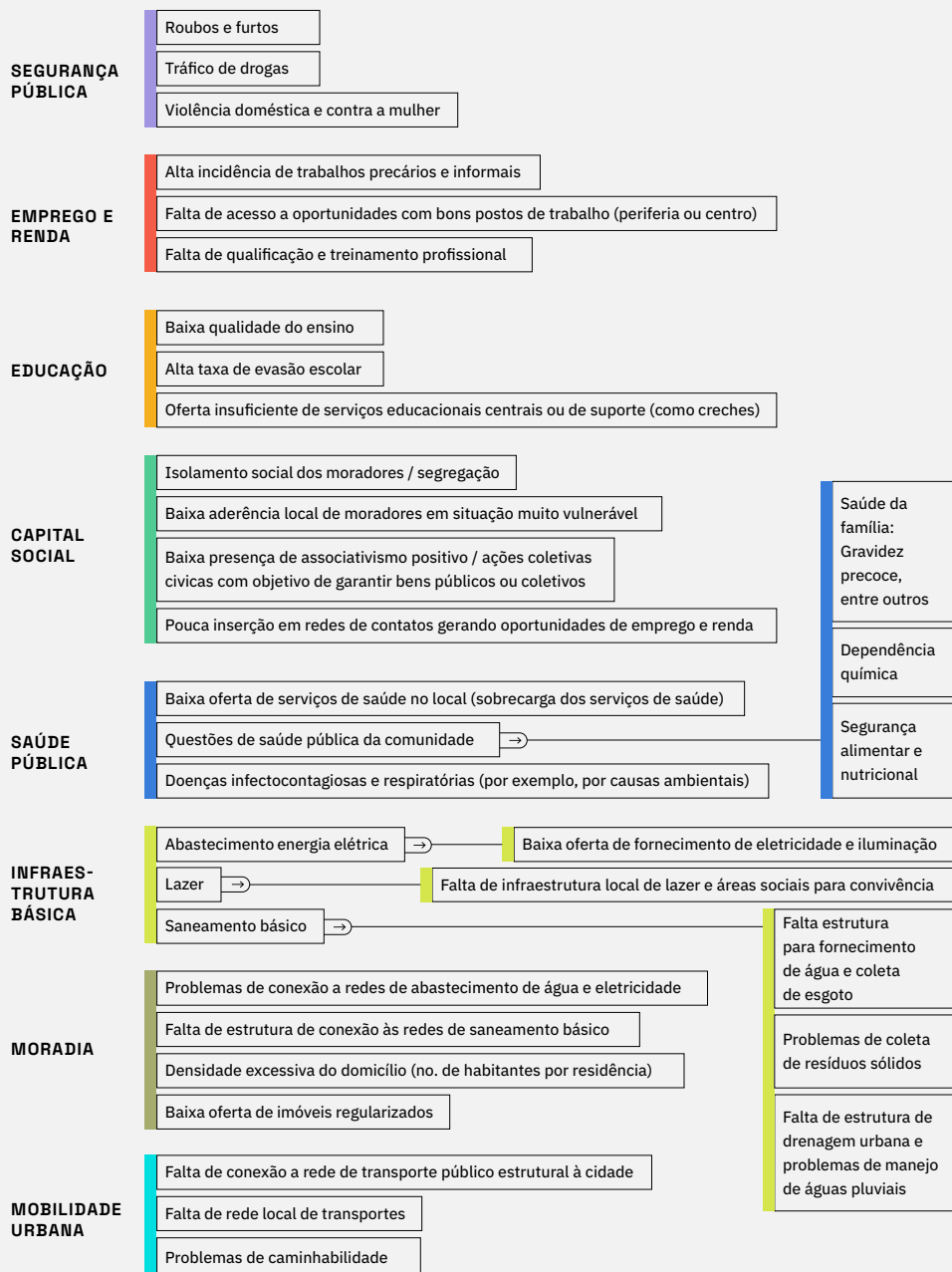
Esse último ponto é especialmente relevante para o objetivo de se criar um painel de monitoramento de desenvolvimento em áreas urbanas. Painéis de monitoramento devem, a princípio, ser ancorados em problemas relevantes e que possivelmente recebem ou podem receber intervenções para solucioná-los. Em tese, o painel deve ser amplo o suficiente para capturar múltiplas transformações causadas pela resolução de problemas críticos. Ao mesmo tempo, espera-se que muitos desses problemas tenham elevada interligação entre si. Por exemplo, como será discutido a seguir, a melhoria de indicadores educacionais pode levar a melhores oportunidades de emprego e, por conseguinte, ajudar a reduzir problemas de criminalidade.

Nesse sentido, a Figura 2.1 e a discussão subsequente apresentam os principais macro temas urbanos relacionados a problemas em áreas urbanas vulneráveis. Esses macro temas foram identificados a partir de uma ampla revisão de literatura e são detalhados a seguir.⁸

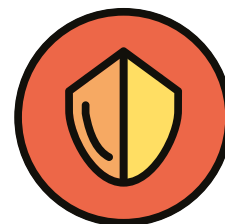
⁷ A publicação “Avaliação de Políticas Públicas Guia Prático de Análise *Ex Ante*” (Brasil, 2018) explica a importância do diagnóstico e o processo para identificação de problemas na área de políticas públicas e avaliação de programas. Ainda no sentido da relevância da identificação de problemas, ver Kilmann e Mitroff (1979).

⁸ É relevante mencionar que os problemas aqui destacados são os principais identificados que podem ser representativos e usados como parâmetro para construção de indicadores e com suporte da literatura especializada, porém não há pretensão de que essa seja uma lista exaustiva nem que cubra todos os problemas potenciais, que podem grandemente variar em função de características locais.

FIGURA 2.1 – PRINCIPAIS MACRO TEMAS LIGADOS A PROBLEMAS EM ÁREAS URBANAS VULNERÁVEIS



Fonte: elaboração própria.



2.2.1. SEGURANÇA PÚBLICA

Violência é um dos aspectos centrais que assolam as regiões que concentram pobreza urbana de forma desproporcional, impactando especialmente grupos específicos em função de raça, gênero e idade. Áreas de vulnerabilidade urbana estão mais propensas a conviverem diariamente com graves problemas de crime e violência urbana, seja nas ruas ou dentro dos domicílios. Não há uma única explicação ou causa para violência e sim ambientes cujas características facilitam sua ocorrência em maior ou menor gravidade e frequência. Fatores culturais e dinâmicas sociais locais, por sua vez, permitem a continuação e reprodução de padrões de violência urbana. Questões como a presença de territórios controlados ou sob a influência de facções criminosas, crimes de rua, tráfico e consumo de drogas, presença de violência doméstica e contra a mulher e até homicídios não são incomuns em áreas desprivilegiadas e podem gerar um sentimento de insegurança e estresse aos seus habitantes.⁹

Da mesma forma, a relação dessas comunidades com as forças de segurança pública é negativamente afetada pela falta de confiança nos agentes do estado. Não é raro encontrar nas principais cidades do mundo um descompasso entre desenvolvimento social e aplicação da lei com o acelerado ritmo de urbanização. Populações de áreas urbanas vulneráveis também sofrem com a discriminação e preconceito. Pesquisas indicam que a maioria dos homicídios vitimam indivíduos

⁹ Para mais informações sobre a temática de segurança pública e violência urbana, consultar Banco Mundial (2005), BID (2019), Chavis (2002), Felbab-Brown (2011), Gove *et al.* (1979) e Mahabir *et al.* (2016).

com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto), jovens (homens entre 15 e 29 anos e mulheres entre 18 e 30 anos), em particular negros e negras.¹⁰ Essa situação reforça problemas de ordem social e psicológica associados a ambientes violentos e hostis.



2.2.2.

EMPREGO E RENDA

Problemas de emprego e renda, num cenário de pobreza urbana, decorrem essencialmente da dificuldade para acessar boas oportunidades de trabalho que permitam às pessoas aumentarem a sua remuneração e melhorarem suas condições de vida. Essa dificuldade de acesso leva à alta incidência de desemprego e de trabalhos precários e informais entre este público. Parte da dificuldade de se encontrar bons postos de trabalho decorre da baixa escolaridade, falta de qualificação e treinamento, acesso precário à rede de transporte público (seja por não haver linhas de ônibus ou estações de metrô que conectem o território, ou pelo tempo de jornada até o destino) e por questões sociais (relacionadas, por exemplo, a estigma e discriminação por gênero e raça).¹¹

Inseridas nesse contexto, as populações de áreas urbanas vulneráveis acabam

tendo menos acesso a bons postos de trabalho.¹² Se mais oportunidades e melhores postos de trabalho estão espalhados próximos aos principais centros da cidade e uma parcela da população se encontra impossibilitada de acessá-los, cria-se uma desigualdade de oportunidades que privilegia aqueles com mais renda e acesso aos centros produtivos e econômicos da cidade. Para uma grande parte da população em situação de pobreza urbana isso significa recorrer ao trabalho informal. A informalidade pode se tornar, também, uma consequência do desarranjo entre o perfil de emprego e capacidades exigidas para as vagas ofertadas no mercado de trabalho formal.

Vale destacar que a perda de emprego, mesmo do emprego informal, é um dos reveses mais devastadores que uma família em situação de pobreza pode enfrentar, já que coloca em risco o nível de subsistência básico que essa família luta para manter. Não se pode ignorar a relação entre informalidade e pobreza que atinge a população nesse contexto social e que ajuda a perpetuar um ciclo de exclusão socioeconômica. A informalidade é especialmente problemática nesse contexto, pois, para essa população, ela não é necessariamente uma escolha e sim um recurso de sobrevivência e de geração de renda. Em particular, a informalidade implica em acesso mais restrito a direitos e benefícios trabalhistas, e a crédito e financiamentos.¹³

Há indícios, além disso, de que o trabalho informal pode ser fator de instabilidade na renda de comunidades vulneráveis. Um estudo de avaliação do programa de transferência de renda Bolsa Família mostrou a importância desse programa entre os trabalhadores informais, mesmo entre os recortes com renda mais elevada. Isso ocorre porque, devido à instabilidade inerente ao trabalho informal, a renda desses beneficiários oscila ora dentro dos valores máximos do público-alvo do programa, ora acima deles. Portanto, a permanência desses beneficiários na

¹⁰ Estimativas do *Atlas da Violência*, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019).

¹¹ Os relatórios do Banco Mundial (2005) e do BID (2019) trazem uma análise integrada sobre problemas de emprego e renda e outras temáticas relevantes que afetam populações urbanas vulneráveis. Para questões relacionadas a saúde e emprego e renda, ver Echeverry e Orsini (2010).

¹² Caso queira entender melhor as relações entre local de moradia e relações de emprego, consultar o trabalho de Gomes e Amitrano (2005).

¹³ Sobre acesso a crédito e financiamento, ver a publicação Banco Mundial (2005).

política é considerada pertinente e recomendável.¹⁴

Há ainda outro agravante: quando moradores têm oportunidades para melhorar sua renda e qualidade de vida, eles podem optar por sair desses territórios menos desenvolvidos, levando consigo capital financeiro e social fundamentais para o desenvolvimento local.



2.2.3.

EDUCAÇÃO

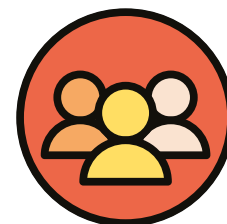
No campo da educação, pode-se destacar problemas de diferentes ordens em áreas de baixa renda. Territórios urbanos vulneráveis são particularmente afetados por altos índices de evasão escolar, baixa qualidade de ensino, estruturas escolares precárias ou oferta insuficiente de serviços educacionais. As escolas localizadas nessas regiões apresentam em geral uma pior qualidade em termos de ensino.¹⁵ A oferta de educação no Brasil tem sido sistematicamente ampliada, sendo o ensino fundamental praticamente universalizado no país. Porém, mesmo havendo crescente acesso a escolas em áreas carentes, outros problemas associados à desigualdade na prestação de serviços se materializaram. Não raro, o número de vagas ofertadas é incompatível com a demanda da escola na área vulnerável, sendo necessário o deslocamento dos moradores para outras localidades para garantir o seu atendimento.

A educação infantil é um exemplo do problema ocasionado pela oferta

¹⁴ Para conhecer o estudo sobre a avaliação do Programa Bolsa Família consultar o trabalho de Santos *et al.* (2017).

¹⁵ Entenda melhor desigualdade escolar em territórios vulneráveis em Ribeiro e Vovio (2017).

insuficiente de vagas. Nos bairros mais pobres, a oferta de vagas não supre a demanda por creches próximas ao local de residência das mães, resultando em danos às suas perspectivas de trabalho. O acesso à creche pode aumentar as oportunidades de emprego, em especial para mães, uma vez que garante um lugar de cuidado para deixarem seus filhos. A dificuldade de deslocamento até outro bairro onde haja vaga disponível também pode se provar um empecilho já que exige mais tempo de deslocamento.¹⁶ No ensino médio, em particular, o problema de evasão é bastante crítico, contribuindo para gerar o grupo social conhecido como “nem-nem”: jovens que nem estudam, nem trabalham. No mais, a evasão possui motivadores distintos para homens e mulheres. O principal motivo para homens não concluírem o ensino médio é a necessidade de trabalhar e, em seguida, o desinteresse. Para mulheres, a razão é o foco em cuidar de afazeres domésticos, filhos e outros dependentes.¹⁷ Esse cenário de privação perpetua o ciclo de baixa escolaridade que leva a postos de trabalho mais precários e o consequente baixo desenvolvimento local.



2.2.4.

CAPITAL SOCIAL

Embora existam diversas definições na literatura, capital social pode ser entendido como conjunto de práticas sociais, normas e relações de confiança construídas

¹⁶ Sobre educação em contexto de pobreza e vulnerabilidade, ver o trabalho de Torres *et al.* (2004).

¹⁷ Dados disponíveis em IBGE (2018).

entre cidadãos visando aumentar a eficiência da sociedade conforme as experiências coletivas compartilhadas.¹⁸ A organização social dos moradores e o associativismo cívico são colocados como um indicativo de melhoria de qualidade de vida no território, pois proporcionam oportunidades de engajamento social, melhorias no ambiente físico do território via ações coletivas e até para benefício próprio e de suas famílias. Por exemplo, moradores podem usar de suas redes e conexões sociais para criar espaços como hortas coletivas, além de compartilhar informações sobre moradias melhores ou mais baratas e oportunidades de emprego.

Como um fator complicador, o território pode ainda conviver com a presença de populações em situação de alta vulnerabilidade que não possuem um vínculo de longo prazo com o território em si. A condição de fragilidade e incerteza de moradia, renda e vínculos locais pode levar essas populações a migrarem com certa frequência, devido ao aumento do preço dos aluguéis e desapropriações, por exemplo. Este pode ser um fator problemático para se estabelecerem relações sociais duradouras e frutíferas, uma vez que o capital social é uma possibilidade de reverter o isolamento social enfrentado por moradores diante da indiferença ou impossibilidade de acessar oportunidades e serviços.

Um estudo sobre redes de sociabilidade realizado no Brasil sugere o canal relacional como uma forma de redução da pobreza. Segundo esse estudo, pessoas em contexto de vulnerabilidade e pobreza que estabelecem relações e vínculos, mesmo que fracos, com um grupo de pessoas mais heterogêneo e bem relacionado, possuem mais chances de saírem da condição de pobreza do que aqueles com redes mais homogêneas. Portanto, a experiência de trabalho externa à área vulnerável pode ser positiva, uma vez que possibilita o estabelecimento de redes mais diversas.¹⁹

¹⁸ Putnam (1993) apresenta e discute o conceito de capital social em seu estudo sobre como relações interpessoais afetam o desenvolvimento local.

¹⁹ Para saber mais a respeito das redes de socialização e seus efeitos veja o trabalho de Marques (2010).



2.2.5.

SAÚDE PÚBLICA

Há evidências de que a saúde de populações em áreas urbanas vulneráveis é mais prejudicada do que em outras áreas urbanas, inclusive no tocante a indicadores de expectativa de vida, mortalidade infantil, doenças, gravidez na adolescência, segurança alimentar e dependência química, dentre outros.²⁰ Muitas das principais queixas de saúde em comunidades pobres estão relacionadas a problemas ambientais (como falta de esgotamento sanitário, de coleta de lixo, de água tratada e inundações). Há também elevada incidência de doenças infectocontagiosas²¹ (viroses, zika, sarampo e tuberculose) e respiratórias crônicas (bronquite e asma). A prevenção ou atendimento de saúde para lidar com esses problemas são frequentemente limitados por unidades públicas sobrecarregadas e com poucos recursos.

Esse ponto ganhou proeminência em função da COVID-19, em 2020. A política de isolamento social adotada para conter a disseminação do vírus durante a pandemia mostrou-se difícil de ser executada em áreas vulneráveis dos grandes centros urbanos, onde várias pessoas ou famílias costumam dividir residências pequenas e precárias. Na cidade de São Paulo por exemplo, segundo o Censo de 2010, 27% da população compartilha o mesmo dormitório com três ou mais

²⁰ Banco Mundial (2005), Beaulac (2009), BID (2019), Blessing (2016), Chalem *et al.* (2007), Cohen, B. (2006), Marx (2013), Razzolini e Gunther (2008) e Sperandio *et al.* (2016) apresentam mais detalhes sobre a temática de saúde e áreas urbanas de baixa renda.

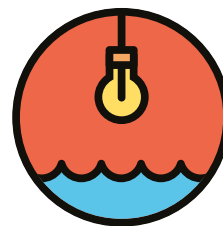
²¹ São doenças de fácil e rápida transmissão, como o vírus da gripe e o bacilo da tuberculose, entre outros.

pessoas, sendo que 243 mil compartilham com cinco pessoas ou mais.

Além disso, há questões de saúde, tais como gravidez na adolescência, segurança alimentar e má nutrição e dependência química, originadas por razões diversas, porém, recorrentes em contextos de alta vulnerabilidade social. A gravidez na adolescência, por exemplo, pode impactar negativamente as chances de uma mãe adolescente permanecer na escola e entrar melhor qualificada no mercado de trabalho. Já a má nutrição também impacta o desenvolvimento infantil e a saúde de adultos. A segurança alimentar diz respeito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para uma boa nutrição. Pode ser um desafio enorme, pois favelas e comunidades de baixa renda têm sido reconhecidas como “desertos alimentares,” nos quais há pouco acesso à alimentação de qualidade (seja de produtos ou serviços como supermercados e vendas²²). A dependência química, por sua vez, traz impactos socioeconômicos e vulnerabilidade emocional, não apenas para o dependente, mas também para sua família. São problemas complexos que afetam a possibilidade de integração produtiva e social e, por isso, exigem acompanhamento e enfoque maior dos serviços públicos (como programas de prevenção e reabilitação).²³ Esses serviços, por sua vez, estão sobrecarregados tanto pela oferta insuficiente, como também agravados por falhas na provisão de outros serviços de infraestrutura (como falta de coleta de resíduos sólidos e de acesso a esgotamento sanitário).

²² Para entender sobre o conceito de segurança alimentar ver Beaulac e Cummins (2009) e UNICEF (2018).

²³ O estudo Banco Mundial (2005) menciona a importância da abordagem preventiva da saúde pública em especial para jovens e sua relevância para reinseri-los na vida produtiva e saudável.



2.2.6.

INFRAESTRUTURA BÁSICA

A infraestrutura básica pode ser dividida em três grandes blocos: armazenamento e distribuição de energia elétrica, lazer e saneamento básico, que inclui o conjunto de serviços e instalações operacionais relacionadas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais.²⁴ São serviços que impactam diretamente a qualidade de vida de populações de áreas urbanas vulneráveis.²⁵

No âmbito da infraestrutura de saneamento básico, moradores de bairros sem acesso à água encanada e tratada e sem sistema de esgoto e coleta de resíduos sólidos estão sujeitos a piores condições de saúde.²⁶ Dada a aglomeração característica de tais áreas, as externalidades à saúde pública que uma parcela do bairro sem acesso a saneamento básico pode gerar são enormes. A infraestrutura de saneamento básico é especialmente vital, pois a contaminação e poluição geradas por sua ausência também ameaçam o entorno da comunidade. Há, ainda, o risco ambiental de contaminação dos solos, poluição de rios e comprometimento da estabilidade de encostas. Para demonstrar a gravidade da situação atual, dados²⁷ apontam que a principal privação de crianças e adolescentes é o acesso ao saneamento básico. Estima-se que mais de 14 milhões de adolescentes no Brasil

²⁴ Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

²⁵ Sobre os problemas associados infraestrutura da cidade, ver Rolnik e Nakano (2000).

²⁶ Para conhecer mais sobre o tema de infraestrutura básica ver Banco Mundial (2005), BID (2019), Blessing (2006), Instituto Trata Brasil (2016) e Razzolini e Gunther (2008).

²⁷ O relatório “Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil” (2018) traz dados sobre pobreza e outras privações na infância e adolescência no Brasil.

não têm acesso a saneamento e podem ter seus futuros prejudicados por questões de saúde ligadas a problemas ambientais.

Mesmo regiões com alta vulnerabilidade social possuem algum tipo de acesso a saneamento básico, ainda que de forma limitada e/ou inadequada (e.g., via ligações clandestinas às redes). O principal desafio está em universalizar este acesso e melhorar a qualidade do fornecimento nas áreas mais pobres. Um levantamento mostrou que o índice de atendimento da rede pública de água em áreas urbanas era de 92,8% em 2018, enquanto o de coleta de esgoto era de apenas 60,9% (sendo que apenas 46% dos esgotos do país, incluindo áreas urbanas e rurais, são tratados).²⁸

Outro ponto essencial é a estrutura de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais, o que inclui, basicamente, todo o aparato de prevenção a alagamentos, inundações e deslizamentos de terra. Em moradias informais próximas às áreas de várzea ou de encostas, esse aparato é crucial para prevenir que a população sofra consequências drásticas, como a perda de todos os seus bens ou, em casos mais extremos, perda de vidas.

No campo de abastecimento de luz e energia elétrica, eletricidade e iluminação pública são importantes, em primeiro lugar, para bem-estar e qualidade de vida dentro dos domicílios. A energia elétrica permite, por exemplo, o uso de geladeiras para preservação de alimentos e acesso à informação seja pela televisão, rádio ou internet. Ademais, o fornecimento de iluminação pública possui intersecção direta com o tema da segurança pública. Lugares iluminados aumentam a percepção de segurança dos moradores, por colocar práticas ilícitas em evidência.²⁹

Em relação a lazer e amenidades, a presença e acesso a atividades de lazer são fatores que tendem a aumentar a qualidade de vida dos moradores de um

²⁸ Relatório anual produzido pela Secretaria Nacional de Saneamento, “24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos” (2019). O cálculo não inclui formas de acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário providos por soluções individuais ou alternativas (como poços, cisternas, fossas, tanque séptico e outros).

²⁹ Caso queira entender o debate sobre efeitos da iluminação pública, consultar o trabalho de Mascaró (2006).

determinado território. Eles podem ser categorizados como espaços públicos (e.g., parques, praças e áreas verdes), instalações culturais (e.g., teatro e cinema) e equipamentos ambientais (e.g., reservas ecológicas, por exemplo).³⁰ Os maiores desafios estão relacionados à ausência ou insuficiência de manutenção de espaços e equipamentos destinados a convivência e lazer. Muitas praças, por exemplo, sofrem com a falta de iluminação e manutenção, tornando-se não áreas para convivência e lazer, mas sim regiões inabitadas por uma população preocupada com questões de violência e segurança.



2.2.7.

MORADIA

Um dos problemas centrais de áreas urbanas vulneráveis é o acesso à moradia adequada. O Brasil enfrenta graves desafios em termos de déficit habitacional,³¹ dentre eles a alta prevalência de domicílios precários e o adensamento excessivo em áreas urbanas de baixa renda. Domicílios precários se referem às construções improvisadas e inadequadas (que não sejam de alvenaria ou madeira emparelhada, por exemplo) presentes nesses territórios vulneráveis. Um indicativo de moradia adequada é a densidade do domicílio (medida pelo número de moradores da residência). Mais de três habitantes compartilhando um cômodo configura

³⁰ Definição segundo relatório da Corporación Andina de Fomento (2017).

³¹ Segundo o IPEA (2013, p. 2), déficit habitacional pode ser caracterizado por “(a) domicílios precários – quais sejam rústicos ou improvisados; (b) situação de coabitação, compreendendo famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos; (c) domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total e (d) domicílios em situação de aluguel com mais de três habitantes usando o mesmo cômodo de dormitório, o que caracteriza adensamento excessivo”.

adensamento excessivo e pode impactar na qualidade da convivência social entre os habitantes.³²

Pela própria condição de moradia de baixo custo, essas populações ocupam territórios não regularizados e que muitas vezes apresentam riscos à própria saúde e segurança de seus habitantes.³³ Pela falta de regularização, os serviços básicos de infraestrutura – abastecimento (água tratada e eletricidade) e saneamento (esgoto e coleta de resíduos sólidos) – não são fornecidos (e.g., não se conectam com a estrutura oficial apropriada) expondo os moradores a soluções inadequadas (por meio, por exemplo, de ligações clandestinas). A localização em proximidade com áreas de risco (seja por inundações de rios e córregos, deslizamentos de terra ou pela proximidade a aterros sanitários) muitas vezes é a causa de condições insalubres de moradia. Contudo, mesmo dentro dessas áreas, há pressão do mercado para aumento dos preços dos imóveis, gerando um movimento de construção de habitações precárias para aluguel ou venda (mesmo sem título de propriedade do terreno ocupado). Vale mencionar, ainda, a dinâmica da sequência de ocupação que começa por setores mais seguros e vai se expandindo para áreas mais insalubres e/ou mais suscetíveis a riscos (como, por exemplo, riscos de deslizamentos e inundações). Dessa forma, as áreas de maior risco acabam sendo ocupadas pela parcela mais vulnerável da população em foco.³⁴

O grau de precariedade em áreas vulneráveis depende, em grande medida, do período em que a ocupação e urbanização do território se dá. Assim, ocupações mais antigas – ainda que anteriormente tenham sido informais e precárias – tiveram tempo de serem incluídas na malha de serviços públicos e de reivindicar acesso a equipamentos públicos à regularização formal da propriedade. A garantia da posse pelos moradores tende a aumentar sua propensão a investir no local

³² Definição de acordo com Ipea (2013), ver nota de rodapé anterior.

³³ Os estudos de Banco Mundial (2005), Blessing (2006), Cohen, R. (2006), Gove *et al.* (1979), IPEA (2013), Mahabir *et al.* (2016), Maricato (2003), Rolnik e Klink (2011) e Torres *et al.* (2003), trazem mais informações mais sobre o tema de acesso a moradia adequada e urbanização.

³⁴ Mais informações sobre áreas de ocupação de informal na cidade de São Paulo disponíveis em Prefeitura de São Paulo (2018).

e até mesmo de se engajar mais intensamente no mercado de trabalho. A posse de propriedade é uma forma de facilitar acesso a crédito, que por sua vez pode se reverter em renda e trabalho. Além disso, reduz a percepção de risco de desapropriação e perda da propriedade, e permite que os moradores devam mais tempo e esforço para atividades produtivas.³⁵



2.2.8.

MOBILIDADE URBANA

O rápido e desordenado crescimento urbano das últimas décadas deixou lacunas que dificultam os deslocamentos diários necessários da população urbana.³⁶ Ao mesmo tempo, essa expansão das cidades também exige deslocamentos maiores e mais frequentes, contribuindo para a deterioração da qualidade no uso do transporte público coletivo. As áreas urbanas periféricas de baixa renda, que mais dependem do transporte público, são marcadas, em geral, por insuficiência ou pouco acesso a meios de transporte públicos que as conectem até áreas centrais das cidades. Há, também, escassez de transportes públicos locais dentro dos bairros em áreas mais vulneráveis -- seja pela falta de mais linhas de ônibus ou pela dificuldade de acesso de transportes coletivo dentro desses bairros dada a sua organização interna com ruas estreitas, sem asfaltamento e inseguras.

A disponibilidade restrita de transporte coletivo em cidades e megacidades

³⁵ O artigo de Moura *et al.* (2011) apresenta dados sobre o efeito do título de posse de sua propriedade no mercado de trabalho.

³⁶ Para saber mais sobre desafios da mobilidade urbana, ver Bacchieri e Barros (2011), Cohen, R. (2006), Gomide (2006) e Vasconcelos (2016).

leva à superlotação desses meios, às falhas de serviços e longas jornadas (e.g., devido às várias trocas de condução por problemas de cobertura ou de integração). Como consequência, há forte presença, em periferias onde o poder público falhou em atender a demanda por mais transportes, de meios coletivos informais], não legalizados, que ofertam transporte urbano em regiões em que o Estado não possui capilaridade. Vale mencionar, ainda, que o custo financeiro do deslocamento tende a aumentar em função da distância a ser percorrida, transbordos e integrações, impactando diretamente os usuários de baixa renda.

Ainda outro problema relacionado ao macro tema de mobilidade diz respeito à capacidade de os moradores circularem no entorno das suas residências, o que é conhecido como *caminhabilidade*.³⁷ Trata-se de um conjunto de condições para a circulação de pedestres como, por exemplo, a existência e a qualidade das calçadas, faixas de pedestres e iluminação de trajetos. Uma estrutura inadequada de caminhabilidade traz perdas relevantes de bem-estar à população local, impedindo, por exemplo, sua livre circulação e causando problemas de segurança e falta de acessibilidade (particularmente críticos para idosos ou pessoas com limitações físicas de deslocamento).

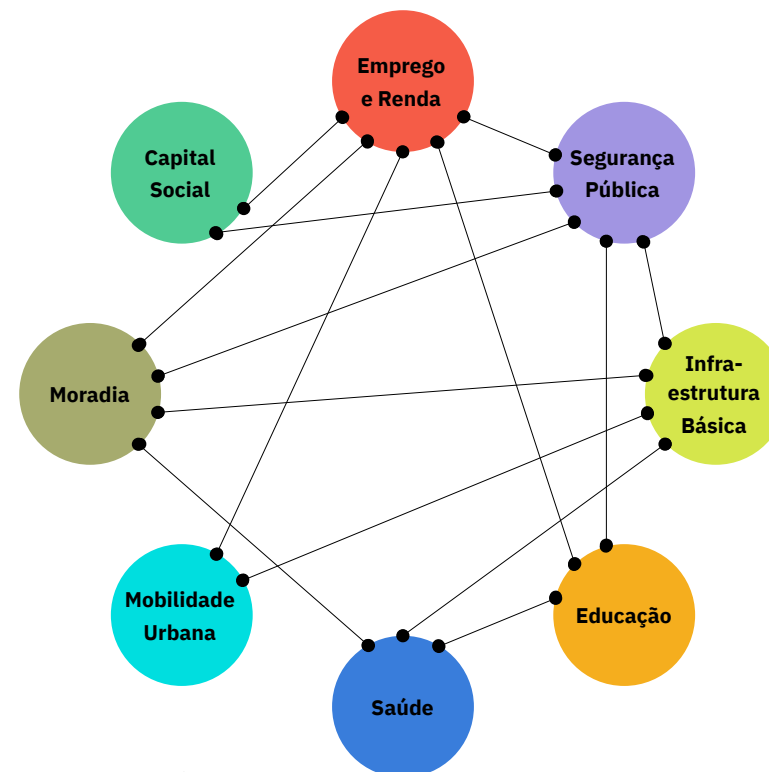
2.3. Rumo a uma visão sistêmica dos problemas em áreas urbanas

Como visto na discussão anterior, as comunidades em áreas urbanas vulneráveis são multifacetadas e complexas, sendo influenciadas por fatores únicos que explicam sua condição atual.³⁸ Dessa forma, uma abordagem interdisciplinar que garanta um olhar mais abrangente acerca dos desafios postos permite não apenas enriquecer o diagnóstico dos problemas, como também sua subsequente análise

³⁷ Ghidini (2011).
³⁸ Mahabir et al. (2016).

e proposta de indicadores para monitoramento. Uma visão sistêmica dos problemas depende não apenas de se delinearem os padrões específicos mas também de entender como eles se relacionam.³⁹ Nesse sentido, a Figura 2.2 a seguir mostra como os diferentes macro temas anteriormente discutidos podem se conectar entre si, essencialmente, por resultarem de processos sociais e econômicos interligados e, muitas vezes, gerados pelas mesmas causas.

FIGURA 2.2 - AS INTERDEPENDÊNCIAS ENTRE OS MACRO TEMAS IDENTIFICADOS



Fonte: elaboração própria.

³⁹ Leite et al. (2020) apresentam os macro tema aqui identificados e suas interrelações como *infraestrutura de apoio*: um conjunto de infraestrutura básica urbana (com acesso a saneamento, saúde, transporte, moradia e educação de qualidade, entre outros) que permite a construção de uma cidade mais justa onde todos podem desfrutar de melhor qualidade de vida no território.

Não se pretende, aqui, exaurir todas as possíveis inter-relações que podem ocorrer entre os problemas; um maior detalhamento dessas interdependências será discutido no capítulo 5. Como ilustração, considere como os problemas de *segurança pública, emprego e renda, infraestrutura básica e saúde* se relacionam entre si e com outros problemas descritos anteriormente.

No âmbito da *segurança pública*, como indicado anteriormente, há uma relação com o problema de infraestrutura: locais públicos hostis com pouca iluminação e com ausência de segurança favorecem a presença de roubos, furtos e assédio contra mulheres, além de desestimular que indivíduos trabalhem ou estudem à noite. A sensação de insegurança e a presença de criminalidade pode, também, dissuadir ações de engajamento cívico, afetando negativamente a formação de capital social. Áreas que convivem com crimes, violência e insegurança também atraem menos negócios em potencial, o que impacta negativamente o desenvolvimento econômico e a capacidade de geração de renda local.

Da mesma forma, podemos pensar, a partir da perspectiva de *emprego e renda*, outro ponto crítico para áreas de baixa renda. Os entraves a serem superados para integração ao mercado de trabalho formal decorrem de múltiplos fatores, incluindo a pouca escolaridade ou a falta de qualificação profissional dos moradores. A baixa escolaridade é um fator crítico que repercute ao longo da vida do indivíduo e de sua família, pois implica em uma capacidade reduzida de assegurar emprego e renda decente que supra as necessidades básicas familiares —como moradia adequada, alimentação saudável, e saúde e educação de qualidade.

Complicando esse cenário, o acesso precário a transporte público conectando periferias aos centros ou a redes dentro dos bairros também restringe as possibilidades de emprego. Além disso, a carência de serviços de creche e assistência às famílias e crianças próximos das residências é especialmente crítico para mães e famílias dependentes da renda das mulheres. A distância da creche e da escola pode ser fator decisivo para viabilizar a entrada e permanência dessas crianças na escola e das mães no mercado de trabalho.

Renda menor se traduz em piores condições de moradia, má nutrição e

problemas de saúde que afetam a possibilidade de acessar e manter um trabalho estável. O acesso a oportunidades de trabalho é também negativamente influenciado pelas restrições de capital social – notadamente, a exclusão dos moradores a redes de contatos que, de outra forma, promoveriam compartilhamento e indicações de oportunidades de formação ou emprego. Já na perspectiva de moradia, os custos relativamente altos em relação à renda familiar incentivam adensamento habitacional excessivo (com mais indivíduos vivendo na mesma residência). Isso implica em mais pessoas compartilhando recursos e bens em comum, ou seja, a renda precisa ser dividida por mais pessoas com efeitos na escolha da qualidade da alimentação, saúde e educação.

A falta de *infraestrutura básica* é, também, um problema central que se relaciona com vários outros. Assim, a falta de rede de esgoto inviabiliza a conexão dos banheiros das casas a redes de coleta, sendo despejados em locais impróprios (como rios e córregos), o que, por sua vez, aumenta o risco de doenças e poluição, impactando negativamente o meio ambiente local e o entorno da comunidade. Na mesma linha, a falta de obras de infraestrutura para prevenir ou mitigar o risco de alagamentos, inundações e deslizamentos de terra impacta diretamente áreas urbanas vulneráveis, já que muitas se encontram em áreas de várzea, próximas a córregos ou encostas. Ainda há impactos no acesso a escolas (com cancelamento de aulas ou impossibilidade de se chegar à escola), interrupção do serviço de transportes públicos locais prejudicando o deslocamento diário e dificultando o acesso ao trabalho.

Nesse contexto, a *saúde* dos moradores também é afetada pela falta de infraestrutura básica (água tratada, coleta de esgoto e de resíduos sólidos). Moradias construídas com materiais precários, sem ligação com a rede de esgoto e água potável aumentam o risco de doenças e contaminações. Essa condição de insalubridade sobrecarrega os serviços de saúde, além de aumentar os custos relacionados a tratamentos de saúde pagos pelo Estado e pelos indivíduos.

O advento da pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais as inter-relações entre os problemas ligados a infraestrutura, saúde e moradia. Nas áreas urbanas

vulneráveis, há maior risco de contágio em função das moradias adensadas e precárias, além de maiores problemas associados a emprego e renda, já que muitas pessoas perderam o emprego ou tiveram fortes restrições de renda com as medidas de isolamento social e fechamento do comércio.

Todas essas interações demonstram a importância de não apenas analisar cada problema isoladamente, mas também entender como eles se relacionam entre si e acabam gerando problemas sistêmicos e amplificados. Como discutiremos posteriormente, essa análise sistêmica é crucial para se definir um conjunto de indicadores de desenvolvimento de áreas vulneráveis que consiga monitorar diversos tipos de problemas e suas consequências.



Caracterização geral das populações- alvo e suas vulnerabilidades

3.

- [3.1. Indicadores de vulnerabilidade e sua relação com problemas em áreas urbanas • 45](#)
- [3.2. Análise de indicadores de vulnerabilidade para áreas urbanas no município de São Paulo • 51](#)
 - [3.2.1. Geografia • 55](#)
 - [3.2.2. Características demográficas • 58](#)
 - [3.2.3. Características socioeconômicas • 60](#)
 - [3.2.4. Necessidades especiais • 62](#)
 - [3.2.5. Susceptibilidade a fatores ambientais • 64](#)
 - [3.2.6. Condições Iniciais • 66](#)
- [3.3. As vulnerabilidades, em perspectiva sistêmica e comparativa • 70](#)

3.1.

Indicadores de vulnerabilidade e sua relação com problemas em áreas urbanas

Após um olhar ampliado sobre os problemas mais críticos presentes em áreas urbanas vulneráveis, esta seção se propõe a examinar três territórios específicos da cidade de São Paulo. O primeiro território, Jardim Lapenna (no distrito de São Miguel Paulista, na zona leste), será foco de análise detalhada na segunda parte deste estudo e tem recebido atenção tanto da Prefeitura de São Paulo quanto de organizações sociais privadas (notadamente, a Fundação Tide Setubal). Os outros dois territórios, Pinheirinho d'Água (no distrito de Jaraguá, na zona norte) e Parque Novo Mundo (no distrito da Vila Maria, na zona norte), foram sugeridos pela Prefeitura de São Paulo como áreas potenciais para receber investimentos e equipamentos públicos visando acelerar o desenvolvimento local. Cada território possui suas especificidades próprias – seja pela disposição geográfica ou pelo histórico de construção da comunidade e seu entorno – que afetam de forma diversa suas características e de suas populações. Alguns estão mais próximos de transportes públicos, outros possuem mais equipamentos públicos, por exemplo. No entanto, o que conecta esses territórios é a sua situação de alta vulnerabilidade social, como veremos mais à frente.

Reconhecer os pontos críticos que bloqueiam o desenvolvimento de uma determinada área pode ser um diferencial na promoção do crescimento e qualidade de vida da região e de seus habitantes. Nesse sentido, a definição da população-alvo e suas vulnerabilidades dá mais clareza ao projeto ou à intervenção que está sendo pensada. Além disso, coloca atenção em populações que podem ter sido negligenciadas por outros programas ou ações, além de jogar luz sobre a real situação naquele determinado território – e.g., quão carentes ou desassistidas estão aquelas pessoas, em relação às outras classes sociais ou regiões mais

desenvolvidas. Focalizar é perguntar quem deveria ser beneficiado, é trabalhar com objetivos bem delimitados e direcionar a intervenção para quem mais precisa, de forma que suas ações tenham resultados mais diretos e imediatos no público que se pretende alcançar. Ou seja, em um contexto de recursos limitados, a focalização permite que os esforços sejam concentrados em quem realmente precisa e onde a intervenção pode ser mais efetiva.

Essas informações podem ser usadas para alocar ou redirecionar recursos para áreas ou populações mais necessitadas que possivelmente vivenciarão maior grau de transformação, dada a intervenção focalizada. A caracterização inicial dos habitantes e do território ainda fornece dados que podem ser eventualmente considerados para o monitoramento de indicadores de desenvolvimento. Quanto mais precisas as informações e ligadas a problemas prementes de áreas urbanas, maior o grau de confiabilidade e adequação do painel de monitoramento.

Para caracterização das populações-alvo presentes nos territórios de interesse, tomaremos como base seis categorias utilizadas para delimitar as populações e suas vulnerabilidades.⁴⁰ São elas:

→ **GEOGRAFIA:** nesse aspecto, avalia-se a delimitação regional do projeto. A geografia é um fator de grande relevância, pois indica a distância e facilidade de acesso a centros urbanos. A geografia também é essencial para prever riscos relacionados às áreas de moradia (e.g., se estão próximas a encostas com riscos de deslizamentos de terra ou áreas de várzeas sujeitas a alagamentos e inundações).

→ **CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS:** referem-se a traços populacionais, tais como idade, gênero, raça e outras. São fundamentais para se traçar o perfil dos moradores e se determinar que tipo de intervenções ou equipamentos públicos estariam mais alinhados às suas necessidades. Se houver maior incidência de crianças e jovens, por exemplo, há grandes chances de que melhorias

na educação sejam uma demanda prioritária. Se houver mais idosos, por outro lado, o atendimento de saúde especializado e outros equipamentos públicos podem ser repensados para suprir necessidades particulares deste público.

→ **CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS:** incluem renda, escolaridade, ocupação e outras. Traçar o perfil socioeconômico dos moradores de áreas de baixa renda ajuda a entender as possibilidades e limitações que possuem para fornecer a si mesmos e às suas famílias condições decentes de moradia, acesso à educação, saúde, renda, entre outros.

→ **NECESSIDADES ESPECIAIS:** envolvem deficiências físicas e cognitivas e outras vulnerabilidades relevantes que afetem a capacidade dos indivíduos de realizar atividades do dia a dia e se inserir plenamente no mercado de trabalho. Pessoas com deficiência em geral são mais suscetíveis a enfrentar barreiras de acesso a oportunidades (tanto físicas como por discriminações), indicando um maior potencial de dependência de outros familiares e suas fontes de renda.

→ **SUSCEPTIBILIDADE A FATORES AMBIENTAIS:** nesse quesito, avaliam-se riscos ligados a clima, desastres e outros fatores naturais afetando o local. Conhecer e avaliar a susceptibilidade a fatores ambientais é especialmente relevante, já que afeta a possibilidade de eventos de elevado impacto negativo, levando, em casos extremos, até a risco de morte.

→ **CONDIÇÕES INICIAIS:** nesse campo, avalia-se como o local se encontra em termos de variáveis de interesse do projeto. Por exemplo, se o objetivo é entender como educação pode avançar o desenvolvimento local, então um primeiro passo é conhecer a existência de escolas e equipamentos educacionais na área urbana delimitada. A análise das condições iniciais permite essencialmente um ponto de partida para examinar futuros avanços na população-alvo.

⁴⁰ Essas características seguem a sugestão de caracterização da população-alvo em Insper Metricis (2020).

Como apresentado anteriormente e em mais detalhes na Tabela 3.1, esses traços de vulnerabilidade da população local são diretamente ligados aos macro temas identificados na seção anterior.

TABELA 3.1 – RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO LOCAL E OS MACRO TEMAS LIGADOS A PROBLEMAS PREMENTES EM ÁREAS URBANAS VULNERÁVEIS

TRAÇO DE VULNERABILIDADE

EXEMPLO DE LIGAÇÃO COM MACRO TEMAS DISCUTIDOS NO CAPÍTULO ANTERIOR



Geografia

O local onde a comunidade se encontra pode proporcionar maior ou menor risco à moradia: áreas de encostas e de várzea. O local também influencia a facilidade de acesso a transporte público: território limitado por muros, acesso a vias públicas.



Características demográficas

A expectativa de vida ao nascer, para áreas vulneráveis e de baixa renda, indica que essas populações estão mais expostas a situações insalubres ou precárias de acesso a saúde, trabalho, moradia e infraestrutura.



Características socioeconômicas

Educação e renda estão intimamente relacionados e demonstram se um indivíduo tem acesso a boas oportunidades de emprego ou se está mais suscetível a condições precárias de trabalho – o que impactará em outras áreas de sua vida e em seu nível de qualidade de vida.



Necessidades especiais

Pessoas com deficiências estão mais expostas a vulnerabilidades pois enfrentam barreiras físicas e sociais para sua integração efetiva no território e suas oportunidades. Como consequência, podem depender da renda de seus familiares.



Susceptibilidade a fatores ambientais

A falta de infraestrutura e saneamento deixa moradores expostos a ambientes insalubres (e.g., água contaminada, sem acesso a rede de esgoto e sem coleta de resíduos sólidos, pavimentação e drenagem precária), logo acentuando problemas de saúde. Infraestrutura e moradia são questões especialmente importantes em localidades onde há risco de desastre natural (como o impacto de chuvas para inundações e deslizamentos) colocando em risco a vida dos moradores.



Condições iniciais

O estado atual de uma determinada localidade depende da existência de equipamentos para promover diversas áreas de desenvolvimento, como por exemplo, escolas e atendimento de saúde no local. Além disso, padrões atuais de engajamento e interação afetam o capital social da localidade, com efeitos sobre o potencial de desenvolvimento da área urbana. A incidência de violência urbana também pode ser determinante para o tipo e nível de interação social presente no território, podendo gerar estímulos negativos para engajamento dos moradores.

Fonte: elaboração própria.

3.2.

Análise de indicadores de vulnerabilidade para áreas urbanas no município de São Paulo

Nesta seção, serão apresentados indicadores relacionados aos traços de vulnerabilidade anteriormente discutidos, para cada um dos três territórios de interesse – Jardim Lapenna, Parque Novo Mundo e Pinheirinho d'Água. Para auxiliar na interpretação dos indicadores, serão também apresentados dados comparativos para os distritos mais amplos nos quais cada território está localizado, além de dados agregados do município de São Paulo.

Antes de realizar a coleta de dados, é preciso delimitar espacialmente os territórios, principalmente nos casos em que eles representam porções pequenas de demarcações regionais mais agregadas (como distritos, subprefeituras e até mesmo o município como um todo). No caso das três áreas de interesse, a delimitação geográfica seguiu critérios estabelecidos pela própria Prefeitura de São Paulo, e está apresentada nas Figuras 3.1 e 3.2.

A partir da delimitação do território, buscaram-se dados para cada região de interesse, de forma a obter um retrato o mais fidedigno possível das condições locais. As estratégias empregadas para obter unidades de análise em nível do território foram duas. Primeiro, foram pesquisados dados referenciados com base na localização geográfica das suas unidades de análise – conhecidos como dados georreferenciados. Por exemplo, para mapear a presença de equipamentos de saúde (hospitais, UBS etc.), consultou-se uma base de dados que disponibiliza a localização exata destes equipamentos na cidade de São Paulo.⁴¹

Segundo, foram levantados “microdados” trazidos por pesquisas em nível mais desagregado, permitindo um mapeamento mais preciso em função da demarcação específica de cada território. A base de dados usualmente disponível

⁴¹ GeoSampa. Acesso em: 10 mar. 2016.

para esse propósito é o Censo Demográfico do IBGE,⁴² que desmembra, para algumas de suas variáveis, os dados em nível de setores censitários (pequenas parcelas do território definidas para fins de levantamento de dados do Censo, o que permite maior precisão na demarcação do território de interesse). Apesar de suas informações altamente desagregadas, há uma desvantagem do uso de dados do Censo: trata-se de publicação decenal, cujos dados disponíveis, até o momento de elaboração desse estudo, eram de 2010 (está previsto novo Censo em 2020, o que permitirá atualizar os dados aqui apresentados). Por esse motivo, *microdados oriundos do Censo de 2010 presentes nesse capítulo são preliminares e serão posteriormente atualizados à luz de novos dados ou coletas que forem posteriormente realizadas*.

Há, entretanto, indicadores para os quais não há informação desagregada nem no Censo do IBGE. Por exemplo, para mapear os beneficiários do Programa Bolsa Família, foram utilizados os dados dos distritos. Nesses casos, utilizaram-se informações mais amplas do território, sempre buscando utilizar a informação mais desagregada disponível.⁴³ O mapa da Figura 3.1 mostra a localização dos territórios de interesse no município de São Paulo.



Já os mapas da Figura 3.2 mostram a diferença para cada território entre as áreas de interesse e outras demarcações territoriais mais agregadas que foram utilizadas – notadamente, as áreas de ponderação (agrupamentos de setores censitários utilizados pelo IBGE, em geral maiores que os territórios aqui examinados) e os distritos de São Paulo (divisões administrativas da cidade, que contemplam um bairro inteiro ou um conjunto de bairros).

Nota: A linha preta representa a fronteira dos territórios, a área cinza representa a somatória de setores censitários que melhor representa cada território. Para o Jardim Lapenna, utilizou-se a área de ponderação que contempla a totalidade de seu território. Para o Parque Novo Mundo, utilizou-se a área de ponderação que contempla a maior parte de seu território, excluindo-se a área de ponderação à esquerda da Rodovia Presidente Dutra por ser composta principalmente por outros territórios fora do escopo deste trabalho. Para o Pinheirinho d'Água, utilizou-se a soma das três áreas de ponderação onde se localizam porções relevantes do território de interesse.

⁴² IBGE (2010).

⁴³ Para outras variáveis do Censo, é possível utilizar indicadores referentes à área de ponderação, enquanto para outras estatísticas foram utilizados os dados referentes a outras porções do território, como os distritos.

FIGURA 3.1 – LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE INTERESSE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

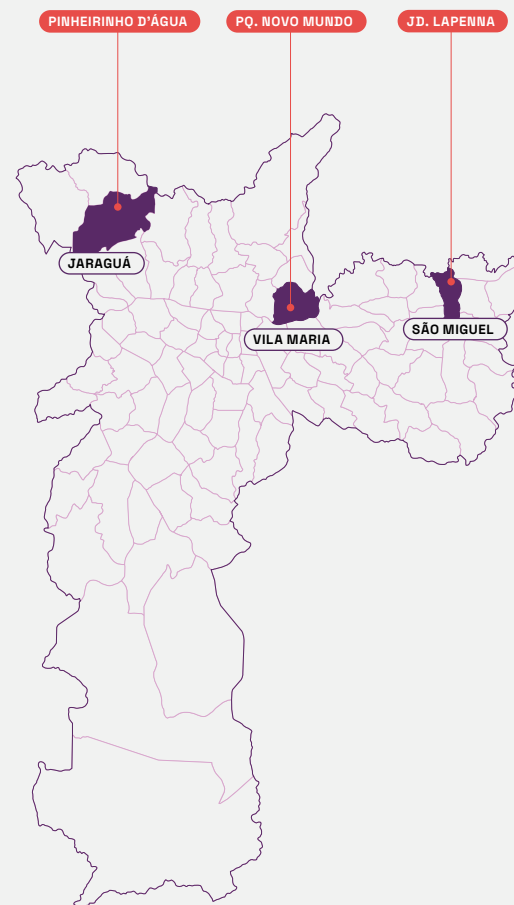
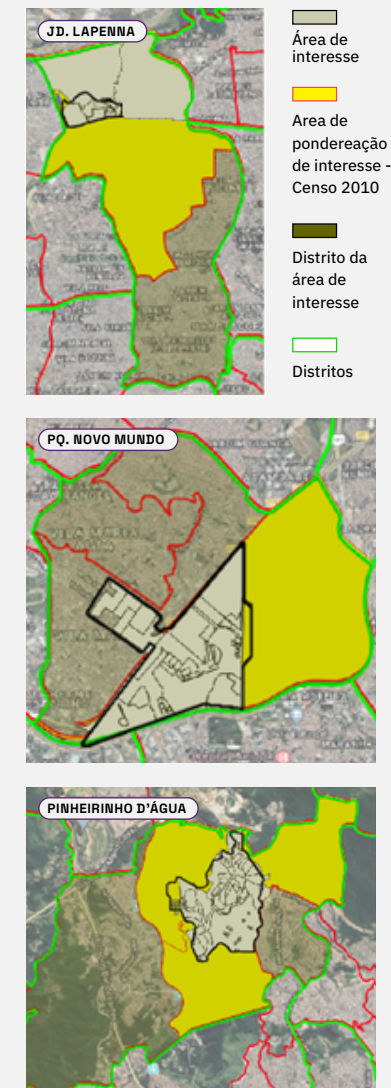
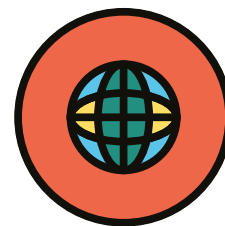


FIGURA 3.2 – TERRITÓRIOS DE INTERESSE, SUAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO E DISTRITOS CORRESPONDENTES



Fonte: elaboração própria, com base no software livre de geoprocessamento QGIS.

COM BASE NESSA DEFINIÇÃO DOS TERRITÓRIOS, A SEGUIR APRESENTAM-SE INDICADORES PARA AS CATEGORIAS DE VULNERABILIDADE INDICADAS ANTERIORMENTE.



3.2.1.

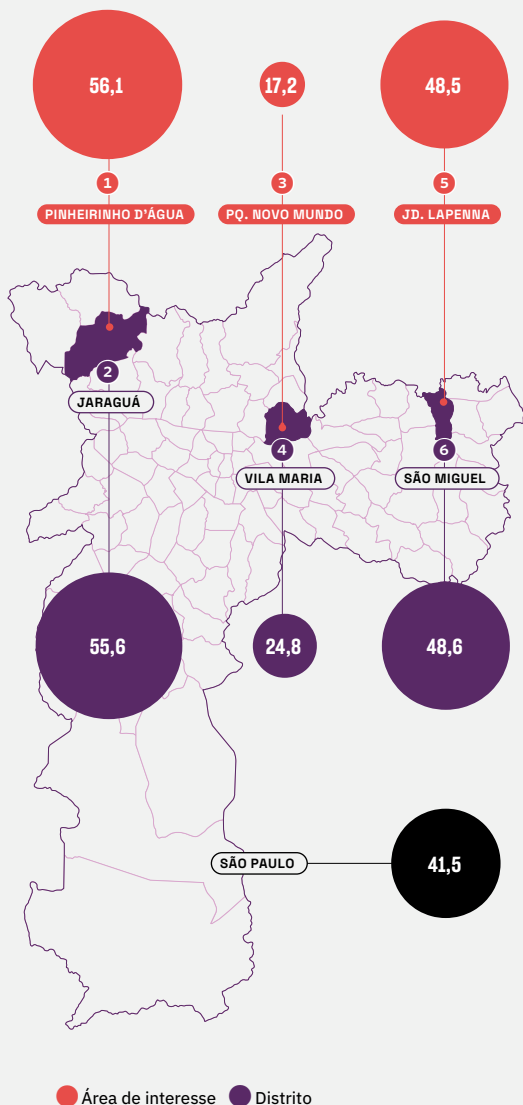
GEOGRAFIA

Para se analisar traços geográficos em cada território, foram tomados dois blocos de indicadores, conforme visto na Tabela 3.2. Primeiro, o tempo médio de deslocamento dos moradores ao seu local de trabalho, indicando o grau com que a sua residência na localidade afeta o seu custo e esforço de deslocamento. Na mesma linha, apresentam-se indicadores de distância ao centro de São Paulo e a subcentros próximos, seguindo classificação adotada no Plano Diretor Estratégico.⁴⁴

⁴⁴ Mais informações sobre o Plano Diretor Estratégico podem ser encontradas em SMDU-SP (2014b).

TABELA 3.2 - INDICADORES GEOGRÁFICOS POR TERRITÓRIO

→ Ano: 2017 → Fonte: Google Maps e Pesquisa OD* → Unidade de Análise: Zona OD



←
TEMPO MÉDIO DE
DESLOCAMENTO AO
TRABALHO (MINUTOS)¹

| ↓ DISTÂNCIA DA PRAÇA DA SÉ ² | | | | | |
|---|-------------------------------|---|--------|-------|---------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 19,4 km | 18,9 km | 8,7 km | 6,7 km | 22 km | 21,7 km |
| ↓ DISTÂNCIA DE SUBCENTROS PRÓXIMOS ² | | | | | |
| 1 | 3 | 5 | | | |
| 3,2 km (Jaraguá) | 4,4 km (Vila Guilherme) | 1,0 km (S. Miguel Pta.) 2,2 km (Vila Jacuí) | | | |

Notas:

1 Metrô (2019). A Pesquisa OD faz uma divisão própria do território, em zonas OD, mas que guardam semelhanças com a divisão por áreas de ponderação do IBGE **2** Indicador considerou a menor distância feita a pé sugerida pelo Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 27 fev. 2020. **Fonte:** elaboração própria.

As tabelas comparativas apresentadas para cada traço de vulnerabilidade incluem dados de cada território e de seu distrito correspondente, além de dados agregados do município de São Paulo. Para o Jardim Lapenna, o Parque Novo Mundo e o Pinheirinho d'Água, foram coletados, para fins de comparação, dados dos distritos de São Miguel Paulista, Vila Maria e Jaraguá, respectivamente.

A análise desses indicadores apresentados na Tabela 3.2 sugere que as três áreas analisadas impõem aos seus moradores um tempo de deslocamento relevante (em alguns casos, como o do Pinheirinho d'Água, de quase uma hora), porém em geral alinhado ao que se observa no município como um todo. A exceção é o Parque Novo Mundo. Esse território é relativamente próximo do centro da cidade, o que tende a diminuir o tempo de deslocamento dos seus moderadores a outros locais comerciais. Porém, todos os territórios têm proximidade de até 5 km a subcentros. O próprio Jardim Lapenna, por exemplo, apesar de estar mais distante do Centro, está próximo à área de comércio de São Miguel Paulista. Além disso, possui uma estação da CPTM em seu perímetro, possibilitando uma maior facilidade de deslocamento.

Um importante atributo que também deve ser coberto por variáveis geográficas são características do território que podem significar risco à população que ali vive. Particularmente, os três territórios de interesse estão expostos a córregos e riscos de alagamentos e inundações. O Jardim Lapenna tem um de seus limites definido por um córrego que divide o bairro de uma estação da Sabesp, região com algumas construções em condições precárias estabelecidas sobre o córrego. O Parque Novo Mundo, por sua vez, contém dois córregos em seu perímetro, havendo necessidade de canalização e monitoramento dos cursos d'água. Já o Pinheirinho d'Água é cortado por dois córregos suscetíveis a alagamentos, além disso, contém também áreas de risco geológico, devido à sua topografia com muitos morros, e portanto, sujeito a deslizamentos.



3.2.2.

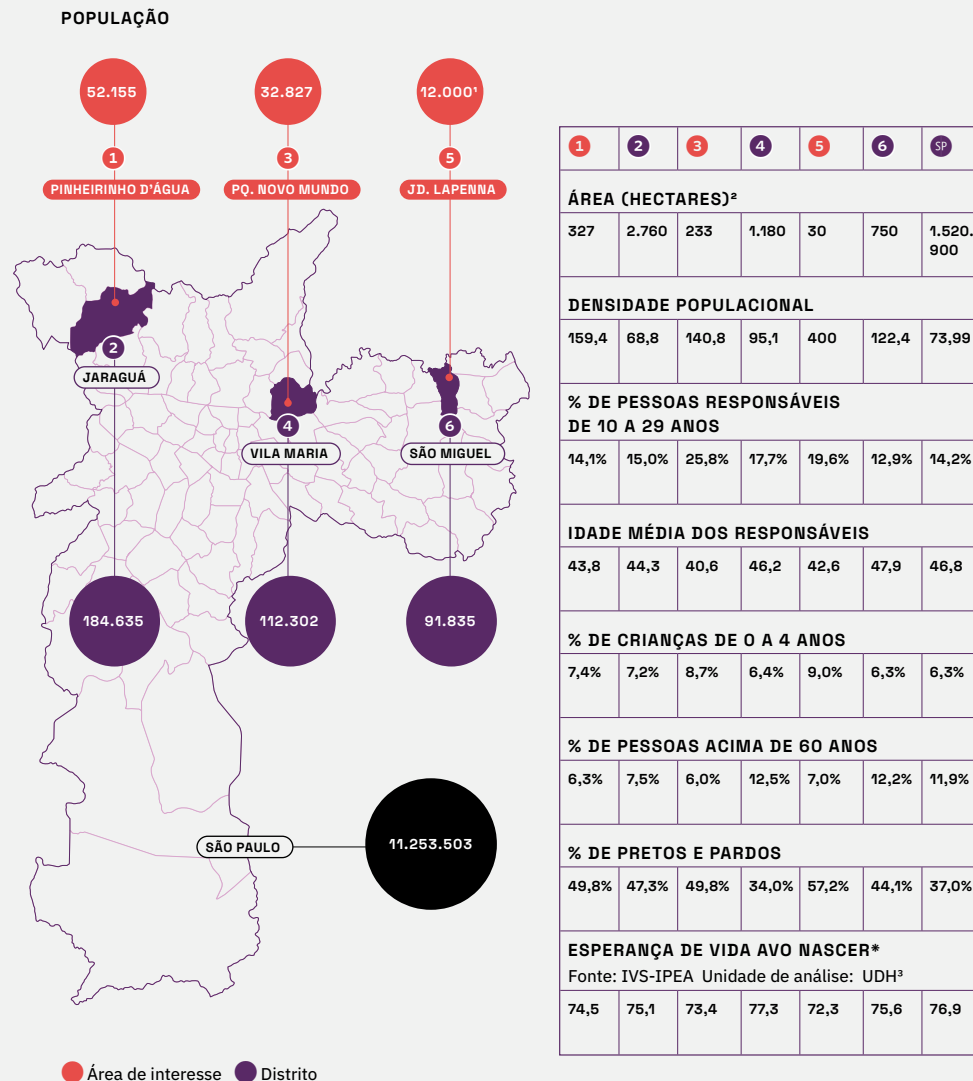
CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A identificação do perfil dos habitantes do território traz indicadores tanto de população e densidade populacional como de características gerais que informam se há maior ou menor concentração de certos traços populacionais nas regiões de interesse. Incluem-se também informações sobre perfil domiciliar, estrutura etária e composição racial, a fim de examinar se há diferenças em características dos chefes de família, além da composição etária e de cor ou raça dos moradores (Tabela 3.3).

Os indicadores apontam que a despeito dos territórios considerados serem muito diferentes em tamanho de população e em área, eles guardam muitas semelhanças em fatores como densidade populacional, estrutura etária e composição racial. A primeira semelhança que se nota entre os três territórios é de densidade populacional, em que todos possuem densidade superior à de seus distritos e bem superior à média de São Paulo. Há semelhanças também na estrutura etária, observando-se para todas as áreas presença maior de crianças e menor de idosos, assim como maior incidência de pessoas jovens como chefes de família. Outra regularidade presente é a menor esperança de vida ao nascer e a maior presença de pretos e pardos nos três territórios, comparativamente aos seus distritos e com o município.

TABELA 3.3 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS POR TERRITÓRIO

→ Ano: 2010 → Fonte: Ibge (*) IVS-IPEA → Unidade de Análise: Setor censitário (*) UDH³



¹ Fundação Tide Setubal (2019), considerando recente onda migratória para o bairro. No Censo 2010, a população é de 6722 pessoas. ² As estimativas de área para os territórios do Jardim Lapenna, Parque Novo Mundo e Pinheirinho D'Água foram fornecidas pela Fundação Tide Setubal. Para os distritos, foram utilizados os dados disponíveis no Censo Demográfico e podem ser encontrados em <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopseporsetores/> ³ IPEA (2015). O IVS-IPEA faz uma divisão própria do território, em UDH (Unidades de Desenvolvimento Humano), que guarda grande semelhança com a divisão por setor censitário mostrada anteriormente. **Fonte:** elaboração própria.



3.2.3.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

Os indicadores socioeconômicos seguem delineando o perfil dos habitantes e suas diferenças em relação ao município. Para tal, foram selecionados blocos de indicadores relacionados a renda, emprego, escolaridade e assistência social (Tabela 3.4). Vale mencionar que algumas variáveis estão em unidades territoriais de análise mais agregadas, devido às limitações já comentadas de oferta de dados específicos para os territórios de interesse.

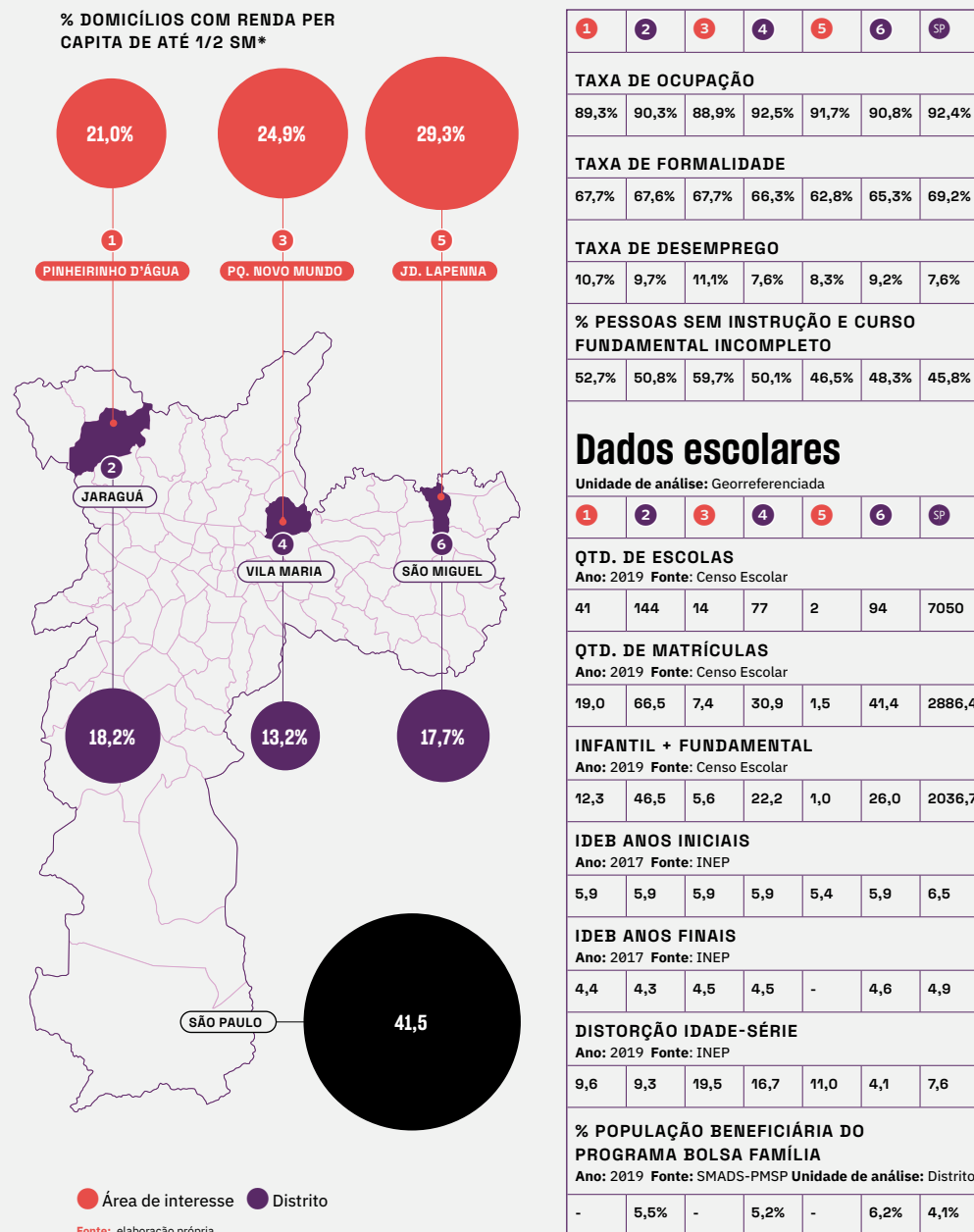
Os indicadores de renda considerados apontam grande presença de domicílios com renda até meio salário-mínimo, indicando que baixa renda é um traço relevante de vulnerabilidade de todos os territórios. Além disso, a maior parte dos empregos são informais, sendo que as taxas de desemprego pareciam ser mais elevadas nos três territórios em comparação com a média municipal (ressalta-se que estes são dados de 2010, que, portanto, não retratam as crises econômicas recentes).



Quanto à escolaridade, destaca-se a presença generalizada de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, no município como um todo; porém, em nível aparentemente mais alto na região do Parque Novo Mundo. Destaca-se, também, a elevada distorção idade-série nos três territórios, isto é, alunos em estágio escolar aquém do esperado para sua idade – um indicador muito relacionado à probabilidade de evasão nas escolas. Os indicadores de desempenho escolar, por sua vez, são relativamente semelhantes entre os territórios, porém todos abaixo da média do município.

TABELA 3.4 - INDICADORES SOCIOECONÔMICOS POR TERRITÓRIO

→ Ano: 2010 → Fonte: Ibge → Unidade de análise: Área de ponderação, Setor censitário (*)





3.2.4.

NECESSIDADES ESPECIAIS

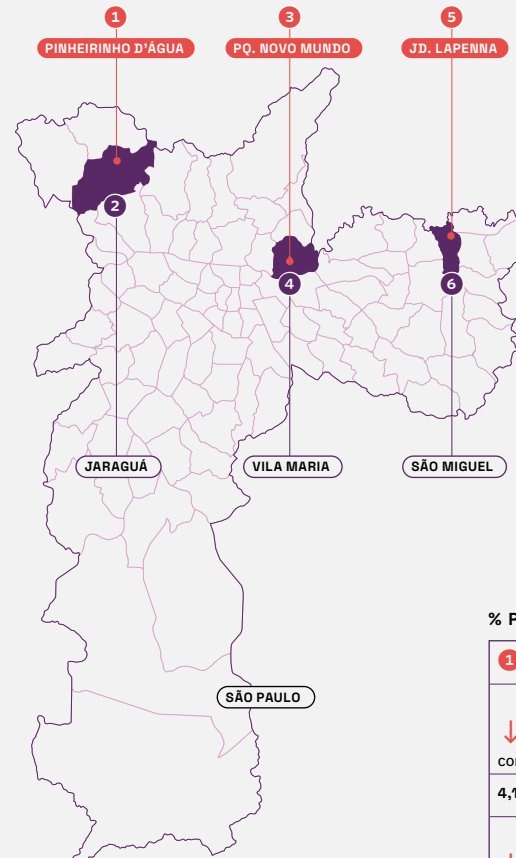
As informações sobre necessidades especiais presentes na população em específico complementam o quadro de investigação sobre potenciais vulnerabilidades. O Censo traz informações sobre a incidência de deficiências visuais, auditivas, de mobilidade e mentais, como indicado na Tabela 3.5.



De modo geral, os indicadores não sugerem claramente incidência maior de pessoas com deficiência nos territórios de interesse em relação às médias dos distritos e até mesmo do município. Entretanto, mesmo não havendo nos territórios presença particularmente alta de população com necessidades especiais, outros aspectos considerados neste relatório – como distância às regiões centrais e subcentralidades, topografia acidentada ou esgoto a céu aberto – podem impactar de forma distinta esse segmento da população.

TABELA 3.5 – INDICADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS POR TERRITÓRIO

→ Ano: 2010 → Fonte: IBGE Unidade de Análise: Área de ponderação

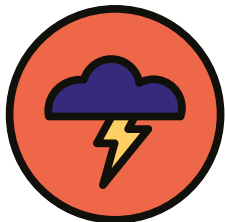


% POPULAÇÃO RESIDENTE

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | SP |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| ↓ | | | | | | |
| com grande ou permanente dificuldade de enxergar | | | | | | |
| 4,10% | 3,40% | 2,80% | 3,00% | 4,00% | 3,30% | 3,10% |
| ↓ | | | | | | |
| com grande ou permanente dificuldade de ouvir | | | | | | |
| 1,80% | 1,50% | 0,80% | 1,20% | 0,90% | 0,70% | 1,10% |
| ↓ | | | | | | |
| com grande ou permanente dificuldade de caminhar/subir degraus | | | | | | |
| 2,70% | 2,60% | 2,00% | 2,20% | 1,70% | 1,70% | 1,90% |
| ↓ | | | | | | |
| com deficiência mental/intelectual permanente | | | | | | |
| 1,50% | 1,30% | 0,60% | 0,90% | 1,00% | 1,00% | 1,10% |

● Área de interesse ● Distrito

Fonte: elaboração própria.



3.2.5.

SUSCEPTIBILIDADE A FATORES AMBIENTAIS

O grupo de indicadores mapeando susceptibilidade local a fatores ambientais fornece sinais de riscos para a população residente nos territórios analisados ligados à exposição ao risco de doenças por esgoto a céu aberto e à ocorrência de desastres naturais em períodos recentes.

Como pode ser visto na Tabela 3.6, a ocorrência de esgoto a céu aberto é uma característica saliente de dois dos três territórios analisados (Jardim Lapenna e Parque Novo Mundo). Nota-se que o indicador do Jardim Lapenna é similar ao do distrito de São Miguel – localizado na periferia de São Paulo. Já o percentual do Parque Novo Mundo é bem superior ao da Vila Maria – região de maior renda e mais próxima ao centro do município. Por outro lado, o território do Pinheirinho d'Água aparenta ter um percentual de esgoto a céu aberto inferior aos outros locais – a despeito de estar na periferia da cidade e próximo de córregos. Uma possível explicação é a alta presença de conjuntos habitacionais no território do Pinheirinho d'Água, fazendo com que os seus moradores fiquem menos expostos aos córregos a céu aberto da região.

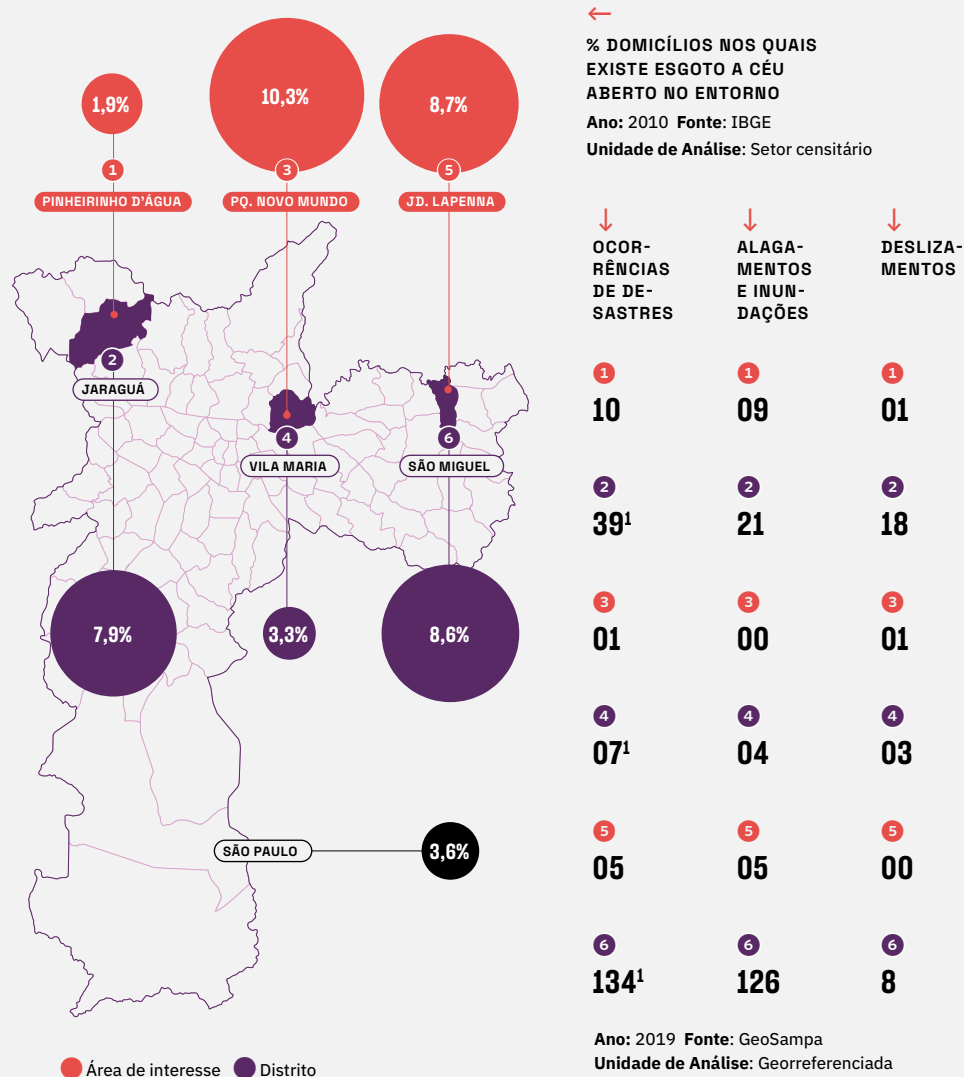


Os indicadores de ocorrência de desastres, por sua vez, indicam alagamentos e inundações como as principais causas de preocupação para os territórios analisados. Este indicador é georreferenciado e, portanto, conseguimos observar as ocorrências especificamente dentro de cada território de interesse, mas as informações agregadas referem-se aos totais por subprefeituras (divisões administrativas compostas por um ou vários distritos). A subprefeitura de São Miguel chama a atenção pelo número bastante alto de alagamentos e inundações, o que se deve principalmente às ocorrências na região do Jardim Pantanal – área pertencente ao distrito do Jd. Helena na várzea do Rio Tietê, que é vítima constante de alagamentos e inundações. No entanto, é possível que esses dados estejam subestimados, uma vez que o Plano de Bairro do Jardim Lapenna⁴⁵ sugere um volume de alagamentos e inundações maior do que sugerem os dados aqui reportados.

⁴⁵ Mais informações sobre o Plano de Bairro estão disponíveis em Fundação Tide Setubal (2019).

TABELA 3.6 – INDICADORES DE EXPOSIÇÃO A FATORES AMBIENTAIS POR TERRITÓRIO

→ Ano: 2010 → Fonte: IBGE → Unidade de Análise: Área de ponderação



Notas:

1 Informações referentes às subprefeituras dos distritos. O distrito de São Miguel está na mesma subprefeitura dos distritos Jd. Helena e Vila Jacuí. O distrito da Vila Maria está na mesma subprefeitura dos distritos Vila Guilherme e Vila Medeiros. O distrito do Jaraguá está na mesma subprefeitura dos distritos Pirituba e São Domingos. Fonte: elaboração própria.



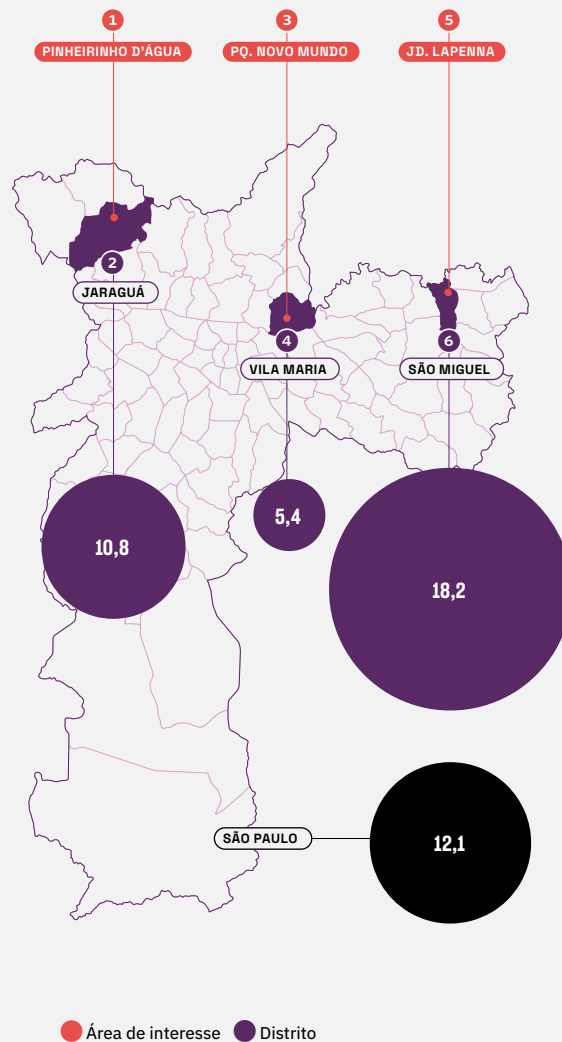
3.2.6.

CONDIÇÕES INICIAIS

A análise das condições iniciais busca compreender a situação presente de cada território com respeito à presença de equipamentos de interesse público, situações adversas atualmente enfrentadas pelos moradores (como a sua exposição à violência urbana) e intervenções que a Prefeitura planeja para cada território e quais problemas visam ser mitigados por estas intervenções.

Os dados da Tabela 3.7 mostram, em geral, um déficit de equipamentos de lazer nos territórios de interesse (seja de cultura ou de esportes), ao passo que equipamentos de saúde e de assistência social têm maior presença. Uma possível explicação é que esses últimos equipamentos decorrem de esforços sociais centralizados por políticas públicas mais amplas, sejam em nível de município ou outras esferas de governo. No entanto, novamente, é possível que esses dados, obtidos por georreferenciados, possam ser subreportados. O Plano de Bairro do Jardim Lapenna, por exemplo, reporta a existência de campos de futebol utilizados pelos moradores do bairro.

TABELA 3.7 – TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO E PRESENÇA DE EQUIPAMENTOS POR TERRITÓRIO



Notas:

1 Prefeitura de São Paulo (Info Cidade). 2 Dados relativos à presença de estações do Metrô e da CPTM, corredores e faixas exclusivas de ônibus. 3 Instalações da PM e Polícia Civil, Unidades da GCM, Casas de Mediação e unidades dos Bombeiros. **Fonte:** elaboração própria.



TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS (POR 100 MIL HAB.)
Ano: 2019 Fonte: SMS/ProAim – PMSP¹
Unidade de Análise: Distrito



PRESENÇA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
Ano: 2019 Fonte: GeoSampa
Unidade de Análise: Georreferenciada

Cultura

- | | |
|------|------|
| 1 01 | 2 03 |
| 3 00 | 4 01 |
| 5 01 | 6 04 |

Assistência Social

- | | |
|------|------|
| 1 02 | 2 12 |
| 3 07 | 4 18 |
| 5 01 | 6 14 |

Saúde

- | | |
|------|------|
| 1 03 | 2 13 |
| 3 02 | 4 10 |
| 5 01 | 6 14 |

Segurança³

- | | |
|------|------|
| 1 00 | 2 01 |
| 3 03 | 4 05 |
| 5 00 | 6 04 |

Esporte

- | | |
|------|------|
| 1 00 | 2 04 |
| 3 01 | 4 03 |
| 5 00 | 6 04 |

Transporte²

- | | |
|------|------|
| 1 00 | 2 03 |
| 3 00 | 4 01 |
| 5 01 | 6 02 |

Em relação ao transporte de alta capacidade, nota-se que nenhum território ou distrito possui corredores de ônibus, embora existam faixas exclusivas em seu entorno. Sobre conexões com o sistema metroferroviário, o Jardim Lapenna se mostra em vantagem pela presença de estação da CPTM no bairro. Já no território do Pinheirinho d'Água é possível acessar a CPTM em poucos quilômetros, embora esteja fora do território em si.

Observa-se, também, déficit de equipamentos de segurança nos territórios, com possível exceção do Parque Novo Mundo. Esse traço se reflete nos indicadores de violência urbana. Tomamos, para fins de comparação dados de taxas de mortalidade por homicídio. Como esses dados não estão desagregados por território, tomaram-se informações em nível de distrito. Observa-se que o distrito de São Miguel, no qual pertence o Jardim Lapenna, aparece como o mais violento entre os observados na tabela. A Vila Maria, próxima ao Parque Novo Mundo, mostra taxa bastante abaixo do município.

Adicionalmente, apresentam-se as diretrizes contidas nos Planos Regionais⁴⁶ das Subprefeituras para os territórios de interesse aqui analisados. A análise destas diretrizes, traçadas em 2016, reforça o ponto da inter-relação entre os vários problemas urbanos e os indicadores de vulnerabilidade listados anteriormente. Apresentamos a seguir alguns pontos de destaque para as três áreas de interesse.

Jardim Lapenna: observa-se grande priorização de questões voltadas para soluções de mobilidade urbana, em especial a micro mobilidade dentro do bairro e para os bairros vizinhos. Também há questões relacionadas à provisão de infraestrutura básica (em especial saneamento), emprego e renda (ex: regularização de comércio e serviços) e capital social (ex: incentivo a cooperativas e ONGs locais e monitoramento dos corpos d'água e suas margens de forma colaborativa com população).

Parque Novo Mundo: é possível notar uma ampla gama de questões presentes no território. Há questões de infraestrutura de saneamento e de mobilidade urbana dado o grande tráfego na região devido às vias expressas. Outro ponto é a provisão de moradia adequada a partir de várias estratégias como urbanização de favelas, construção de conjuntos habitacionais e fiscalização de terrenos que não cumprem a função social da propriedade.

Pinheirinho d'Água: verifica-se uma priorização de questões ligadas à mobilidade urbana, com estudo de novas conexões viárias e planejamento de transporte coletivo. Alguns projetos de mobilidade como melhoria das vias e do entorno guardam intensa relação com segurança pública, fator também presente em planos de requalificação de praças e equipamentos de esporte e lazer. Provisão de moradia e saneamento básico são outros temas abordados nas diretrizes.

⁴⁶ Os Planos Regionais são instrumentos de planejamento e gestão elaborados em 2016, visando articular as diretrizes de política urbana contidas no Plano Diretor Estratégico (PDE) com os objetivos das políticas setoriais (habitação, mobilidade urbana, resíduos sólidos, etc.) para cada prefeitura regional da cidade. Seu objetivo é indicar áreas de ação prioritárias para cada microrregião, considerando suas questões urbanístico-ambientais e especificidades territoriais.

3.3.

As vulnerabilidades, em perspectiva sistêmica e comparativa

As análises anteriores mostram que um território em desenvolvimento não se caracteriza apenas pela presença de uma ou poucas vulnerabilidades, mas por um conjunto de questões prementes que guardam intensa relação entre si. Em realidade, demonstram que existe um rol de questões em cada território, com a presença da maioria dos principais problemas em áreas urbanas em desenvolvimento. A comparação entre os territórios também demonstra que eles em geral se assemelham com respeito a esses traços de vulnerabilidade, e apresentam piores indicadores que a média municipal.

Os principais traços de vulnerabilidade são ligados a algumas áreas críticas. Primeiro, há relativo distanciamento de centros urbanos e fatores geográficos diversos que não apenas impõem custo de deslocamento aos moradores, como também susceptibilidade a desastres e doenças (devido à falta de cobertura adequada de água e esgoto, por exemplo). Segundo, os indicadores demográficos apontam para vulnerabilidades ligadas a maior densidade populacional nos territórios, assim como chefes de família mais jovens e menor esperança de vida ao nascer. Os indicadores socioeconômicos, por outro lado, ainda que similares à média municipal, revelam uma proporção relativamente alta de pessoas com renda abaixo de meio salário-mínimo e de beneficiários do bolsa-família. Em termos geracionais, outra fonte de preocupação é que os territórios, apesar da disponibilidade de unidades de ensino público, apresentam piores indicadores de aprendizagem e elevada distorção idade-série, fatores que tendem a aumentar a evasão escolar e gerar diversos problemas relacionados (como menor empregabilidade e até ingresso em atividades ilícitas).

Por outro lado, há também diferenças importantes entre os territórios. O Parque Novo Mundo é bem mais próximo do centro da cidade, o que tende a diminuir problemas de mobilidade, ao passo que Jardim Lapenna e Pinheirinho d'Água

estão mais distantes e seus moradores precisam, em média, de quase uma hora pra chegar ao trabalho. Há também algumas diferenças em termos de perfil de educação e emprego. O Jardim Lapenna aparenta maior informalidade em relação às outras áreas, ao passo que o Pinheirinho d'Água, no sentido contrário, tem a menor proporção de pessoas sem ensino fundamental completo, mesmo quando comparado ao município de São Paulo. Além disso, o Jardim Lapenna é uma área relativamente menor: possui 12 mil pessoas sendo levantamento mais recente, praticamente um terço do território Parque Novo Mundo.

Entretanto, ainda que existam algumas diferenças nos territórios, a análise conjunta e sistêmica dos problemas identificados na seção anterior e dos traços de vulnerabilidade discutidos na presente seção é crucial para definir um painel de indicadores que abarque um conjunto amplo de questões e variáveis de desenvolvimento urbano. O desafio, portanto, está em construir um painel de indicadores que sirva a diferentes áreas, sendo abrangente o suficiente para dar conta de vulnerabilidades de intensidades variadas em cada território. Por outro lado, como os problemas em áreas urbanas se interconectam, um arcabouço mais amplo de identificação de problemas e seus efeitos em resultados de interesse para as populações-alvo permitirá acomodar diferentes tipos e graus de vulnerabilidade social.

Baseando-se no grupo de problemas discutidos anteriormente e suas vulnerabilidades correspondentes aqui apresentadas, a seção seguinte irá revisar iniciativas e estudos propondo ferramentas de monitoramento de áreas urbanas – conduzindo, na sequência desse trabalho, a um painel amplo o suficiente para monitorar diversos problemas em áreas urbanas, mesmo em casos em que elas podem diferir entre si em termos da relevância e premência desses problemas.



4.

Experiências nacionais e internacionais de construção de painéis de indicadores em áreas urbanas vulneráveis

4.1. Introdução • 75

4.2. Estudos sobre acompanhamento de indicadores urbanos • 76

4.3. Iniciativas internacionais de acompanhamento de intervenções urbanas • 82

4.4. Iniciativas no contexto do município de São Paulo • 85

4.5. A experiência das intervenções urbanas de Medellín e Recife • 91

4.5.1. As intervenções em Medellín • 92

4.5.2. As intervenções em Recife • 93

4.5.3. As intervenções de Medellín e Recife, em ótica comparativa • 95

4.5.4. Sistema de monitoramento em Medellín e Recife • 99

4.6. Conclusão • 103

4.1.

Introdução

Como discutido nos capítulos anteriores, o uso de dados e indicadores de um território e de sua população é prática útil para a compreensão das vulnerabilidades locais e para a elaboração de políticas públicas e intervenções que visem fazer frente a essas vulnerabilidades e aos problemas a elas associados. Uma visão ampla e sistêmica dos territórios também possibilita a identificação das conexões entre problemas que por vezes inibem e restringem os resultados esperados de intervenções em áreas específicas.

Tendo em vista a importância de estabelecer indicadores relevantes e sistêmicos de desenvolvimento local, o objetivo deste capítulo é proporcionar uma análise de estudos e experiências sobre acompanhamento e monitoramento de indicadores ligados ao desenvolvimento de áreas urbanas vulneráveis, com ênfase nos problemas relacionados aos macro temas identificados no segundo capítulo. Em estudo que buscam definir planos de monitoramento e avaliação, essa análise é denominada de etapa de *benchmarking*.⁴⁷

Não se pretende aqui detalhar estudos realizados em cada um dos macro temas anteriormente identificados, mas sim oferecer uma visão ampla e representativa de trabalhos que buscaram propor e analisar indicadores de desenvolvimento de áreas urbanas vulneráveis. Neste sentido, como suporte à construção de um painel de indicadores prevista nas etapas posteriores do estudo, o *benchmarking* realizado neste capítulo busca resgatar estudos e experiências de utilização de indicadores para o monitoramento de dinâmicas territoriais e acompanhamento das transformações locais.

Este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta alguns exemplos de estudos e propostas sobre painéis de monitoramento urbano por meio de revisão da literatura nacional e internacional. A segunda seção destaca

⁴⁷ Para mais informações sobre *benchmarking* em planos de monitoramento e avaliação, ver Insper Metricis (2020).

algumas ferramentas de análise propostas por organizações lidando com o tema de desenvolvimento urbano. A terceira aproxima a nossa discussão para a experiência local da Prefeitura de São Paulo e da Fundação Tide Setubal, que servirão de base para aplicações posteriores no trabalho. A quarta e última seção apresenta os casos de intervenções urbanas nas cidades de Medellín (Colômbia) e Recife (Brasil) e seus respectivos métodos de monitoramento, com o objetivo de auxiliar a compreender o processo de confecção de indicadores e de seu uso como ferramenta de monitoramento das intervenções urbanas. Esses dois casos foram elencados pela Prefeitura de São Paulo como exemplos para desenho de intervenções que poderiam ser executadas em territórios locais da cidade (discutidos no terceiro capítulo).

4.2.

Estudos sobre acompanhamento de indicadores urbanos

O Apêndice A traz uma lista de estudos revisados, que têm como objetivo propor alguma forma de acompanhar as dimensões do desenvolvimento urbano através de indicadores, selecionados a partir do critério de ligação com os macro temas discutidos nos capítulos anteriores. Os estudos incluídos nesta revisão propõem, em geral, a elaboração de indicadores de monitoramento que contribuam para o planejamento e acompanhamento das diferentes questões relativas ao desenvolvimento urbano.

Em linhas gerais, há dois grupos de estudos, definidos com base na abrangência de sua análise em termos dos oito macro temas anteriormente identificados. Há, primeiramente, estudos que colocam foco em um ou poucos temas *específicos*. Por exemplo, um estudo colocou foco no macro tema de infraestrutura básica e propôs um painel de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos para as cidades brasileiras. O estudo sugere a utilização de indicadores

sobre o tema, divididos em seis diferentes dimensões.⁴⁸ Por exemplo, uma dimensão é econômica, medida por indicadores como a origem dos recursos financeiros para o gerenciamento dos resíduos sólidos. Já para o macro tema de mobilidade, um estudo em 11 metrópoles brasileiras propõe um painel de indicadores como ferramenta de planejamento e gestão do transporte urbano.⁴⁹ Nessa proposta, acompanham-se variáveis como a extensão da rede pública de transporte no município e um indicador de passageiro por quilômetro,⁵⁰ que pode influenciar negociações tarifárias e estudos para ampliação da frota em determinadas linhas.

Há também estudos que procuraram medir o capital social das localidades e relacioná-las a indicadores de desenvolvimento de territórios.⁵¹ Por exemplo, um estudo analisou as redes de sociabilidade dos indivíduos de bairros vulneráveis de São Paulo como forma de entender os efeitos que o local de moradia segregado e os padrões que relações cotidianas podem ter sob o acesso a oportunidades.⁵² O capital social foi medido por meio de método “bola de neve” (*snowball*), onde perguntas sobre os contatos sociais de um determinado indivíduo são feitas em diversas rodadas, até que não haja mais novos contatos revelados. Na segunda fase da pesquisa, uma parte da amostra responde a quem de suas redes elas recorrem como busca de solução de problemas cotidianos, como informações sobre emprego, por exemplo. Os resultados mostraram que indivíduos com redes de sociabilidade mais diversas e menos localmente definidas (por exemplo, restritas a pessoas do seu bairro) tendem a conseguir melhor acesso a serviços e informações úteis.

Já o segundo grupo de estudos adota uma visão mais *sistêmica*, propondo e acompanhando indicadores ligados a vários macro temas. Como exemplo, um estudo revisado apresenta o caso de um painel de indicadores de monitoramento

⁴⁸ Ver o estudo de Santiago e Dias (2012).

⁴⁹ Esse painel de indicadores de mobilidade pode ser visto em Costa *et al.* (2007).

⁵⁰ Número de embarques diários de passageiros dividido pela quilometragem diária percorrida pelos ônibus.

⁵¹ Cabe registrar uma iniciativa do Banco Mundial que propõe um *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)* (GROOTAERT *et al.*, 2003) e um estudo no Rio Grande do Sul (MACKE; SARATE, 2014) que propõe uma ferramenta de avaliação do capital social territorial ancorado em fatores relacionados com os problemas elencados para esse macro tema neste trabalho.

⁵² Marques (2010).

para promover maior equidade na saúde urbana.⁵³ O painel incorpora todos os macro temas discutidos anteriormente, além de temas relacionados aos direitos de minorias, cultura e meio ambiente. Aplicado em Richmond, no subúrbio de São Francisco (Estados Unidos) e em uma área de Nairóbi (Quênia), o painel foi construído com a participação das respectivas comunidades, de modo que os indicadores gerados guardam diferenças relativas a cada uma delas. Por exemplo, para os indicadores relacionados a água, saneamento e comida, o painel de Richmond apresenta indicadores como a cobertura de apoio alimentar (proporção de pessoas elegíveis em relação ao número que recebe apoio alimentar), enquanto em Nairóbi há indicadores como a porcentagem de domicílios com serviço de água e banheiro em casa.

Também com uma abordagem mais sistêmica, um outro estudo realizado na Inglaterra teve como objetivo desenvolver um painel de indicadores para onze fatores genéricos considerados importantes para o desenvolvimento econômico local.⁵⁴ Por exemplo, há um indicador que acompanha as taxas de nascimento e sobrevivência de pequenas empresas e indicadores ligados à taxa de desemprego de jovens no longo prazo, que se relacionam ao macro tema de emprego e renda. Porém, o estudo também abarca indicadores que se relacionam a outros macro temas. Em mobilidade urbana por exemplo, o estudo propõe medir a distância média das viagens de carro em dias úteis.

Ainda nessa linha mais sistêmica, vários estudos também adotam a junção de temas distintos por meio de indicadores *sintéticos*. Estes indicadores, agregando diversos temas em uma única medida, ganharam destaque nos anos 90 a partir da criação do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH).⁵⁵ O IDH foi uma resposta metodológica para críticas de que indicadores de renda ou crescimento econômico são insuficientes para refletir padrões de desenvolvimento social. Inicialmente,

seu cálculo era feito a partir de uma média simples, que incorporava ao produto interno bruto *per capita* de uma dada localidade as dimensões de longevidade e educação. Este cálculo gerou muitas críticas, principalmente por não considerar a distribuição de renda e eventuais desequilíbrio entre os indicadores que compõem o índice.⁵⁶ Por exemplo, países podem ter indicadores de saúde bastante precários, parcialmente compensados no IDH por indicadores mais elevados nas áreas de educação ou renda. Em resposta a essas críticas, a metodologia do índice foi atualizada em 2010 com mudanças como a introdução de limites mínimos fixos e máximos observados no cálculo dos indicadores de cada componente e a utilização da média geométrica para agregá-los, o que faz com que um indicador em nível mais baixo se reflita mais fortemente no cômputo final do IDH.⁵⁷

No Brasil, também foram realizados vários trabalhos que utilizam a agregação de diferentes variáveis por meio de indicadores sintéticos. Um exemplo é o *Índice de Vulnerabilidade Social* (IVS) criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O IVS apresenta indicadores que se ligam, de forma sistêmica, a diversos macro temas distintos, como infraestrutura urbana (infraestrutura básica e mobilidade), capital humano (educação) e renda e trabalho (emprego e renda).⁵⁸ Já o *Indicador Paulista de Vulnerabilidade Social* (IPVS)⁵⁹ combina dados de renda e escolaridade dos domicílios a dimensões de ciclo de vida familiar, como a idade média das pessoas responsáveis da família e a presença de crianças com até cinco anos de idade, que permitem classificar as famílias em jovens, adultas e idosas. O pressuposto é de que um mesmo nível socioeconômico pode gerar níveis de vulnerabilidade diferentes de acordo com o ciclo de vida familiar.⁶⁰

⁵³ Corburn e Cohen (2012).

⁵⁴ Wong (2002).

⁵⁵ O IDH surgiu dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, onde foi proposto por um grupo de economistas liderados pelo paquistanês Mahbub ul Haq e com base no enfoque de capacidades e titularidades de Amartya Sen.

⁵⁶ Para conhecer mais sobre as críticas ao uso do IDH, ver Guimarães e Jannuzzi (2005) e Jannuzzi (2002).

⁵⁷ Para uma descrição detalhada sobre as atualizações no método de cálculo do IDH, ver UNDP (2015).

⁵⁸ Para conhecer mais sobre os primeiros resultados do índice ver Margutti e Santos

(2019) e para a utilização do IVS na área de infraestrutura, ver Ferracini (2019).

⁵⁹ Ferreira *et al.* (2006) apresentam os elementos analíticos e metodológicos que nortearam a construção do IPVS e Gayoso e Ross (2014) utilizaram o IPVS em conjunto com medidas de fragilidade ambiental para uma análise integrada do espaço geográfico do bairro Jardim Ângela, em São Paulo.

⁶⁰ Outros exemplos de indicadores para além dos citados podem ser encontrados no Apêndice A e em Guimarães e Jannuzzi (2005).

Vale também comentar os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados – especialmente em abordagens mais sistêmicas, com um grande número de temas analisados simultaneamente. Na maior parte desses estudos, a escolha dos macro temas a serem monitorados passa por revisões de literatura sobre o tema e pela validação dos indicadores com diferentes atores locais, de especialistas até a população do território. Neste processo, para promover uma simplificação e redução dos dados a serem acompanhados, alguns estudos definem os seus macro temas de interesse através de análises estatísticas identificando as variáveis que mais se correlacionam entre si.⁶¹ A vantagem desse método de redução de fatores está no fato de que os próprios indicadores, quando agrupados, sugerem como os macro temas são definidos e inter-relacionados.

Um outro aspecto que emerge da revisão de estudos prévios é que parece haver diferenças de ênfase nos macro temas de acordo com as necessidades e estágio de desenvolvimento das localidades. Por exemplo, alguns estudos na Europa e nos Estados Unidos enfatizam iniciativas de geração de renda e emprego ligadas ao avanço tecnológico e aprimoramento da estrutura industrial local.⁶² Já em países em desenvolvimento e emergentes, a finalidade do monitoramento parece ainda ter como principal preocupação o enfrentamento de vulnerabilidades que são obstáculos para o desenvolvimento. Isso reforça o fato de que o contexto e as condições iniciais são importantes na determinação das dimensões, dos indicadores a elas associados e das diretrizes do monitoramento, principalmente aqueles de visão mais sistêmica.

Por fim, vale citar estudos que incluem indicadores que visam identificar vulnerabilidades mesmo em territórios não vulneráveis⁶³ e alguns trabalhos de indicadores de processo, que permitem a identificação dos mecanismos que levam

⁶¹ Um método para executar essa agregação é a análise de *componentes principais*. Ver, por exemplo, Wong (2002).

⁶² Wong (1998) faz um levantamento de 30 estudos elencando fatores cruciais para o desenvolvimento econômico local.

⁶³ Ver em Martínez (2009) a importância de indicadores que visam identificar situações de vulnerabilidade em territórios não-vulneráveis no contexto de painéis de monitoramento baseados em dados agregados por território.

aos resultados finais das intervenções propostas. Por exemplo, um estudo⁶⁴ propõe acompanhar indicadores de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito dos municípios e traz indicadores como a proporção de relatórios anuais de gestão reportados no painel. Não se coloca foco nesses indicadores operacionais nessa revisão pois o principal objetivo é mapear transformações ligadas aos macro temas listados no segundo capítulo, que identificam pontos vulneráveis e áreas de potencial melhoria em territórios urbanos. Porém, o fluxo de insumos e atividades que levam a esses indicadores de resultado será discutido no próximo capítulo, propondo uma teoria de mudança integrando os oito macro temas aqui discutidos.

⁶⁴ Tamaki *et al.* (2012).

4.3.

Iniciativas internacionais de acompanhamento de intervenções urbanas

Para além dos trabalhos que sugerem indicadores para o monitoramento do desenvolvimento urbano, existem organizações e programas internacionais que se propõem a mapear, identificar resultados e disseminar conhecimento sobre esse tema.

O *Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos*, conhecido como *ONU-Habitat*, é uma iniciativa que merece destaque no acompanhamento de intervenções, na elaboração de indicadores urbanos e no campo de temas relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável. Em nível global, a ONU-Habitat participa ativamente da *Agenda 2030*, que define os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODSs), crescentemente utilizados para guiar agendas comuns de desenvolvimento social e ambiental. A ONU-Habitat⁶⁵ é responsável especificamente pelo acompanhamento do ODS 11,⁶⁶ que busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

A ONU-Habitat possui também uma iniciativa própria, a Nova Agenda Urbana, adotada em 2016 na conferência Habitat III. Atualmente, por meio da Iniciativa de Prosperidade das Cidades, a organização oferece suporte a governos locais e nacionais no monitoramento dos componentes desta agenda. Coloca-se foco em seis dimensões urbanas: (i) qualidade de vida, com indicadores relacionados aos macro temas de saúde, educação e segurança pública, (ii) infraestrutura, relacionada não somente a serviços básicos de infraestrutura mas também com moradia e mobilidade urbana, (iii) produtividade, ligando-se ao tema de emprego e renda, (iv) meio ambiente, que contempla indicadores relacionado à qualidade do

ar, emissão de CO2 e energia renováveis (v) equidade e inclusão social, que utiliza o coeficiente de Gini e indicadores como a taxa de pobreza e favelas e (vi) governança urbana, que apresenta um indicador de nível de participação nas eleições.

A dimensão de equidade, que também aparece em alguns artigos revisados, apesar de não configurar como um macro tema deste trabalho, conecta-se a vários desses temas de forma transversal. Por exemplo, desigualdade liga-se aos temas de renda e emprego, ao passo que o atendimento a direitos básicos se relaciona a diversos temas como educação, saúde e segurança. Já a dimensão de governança pode ser entendida de duas formas complementares. Da forma ligada ao macro tema de capital social, a governança local pode ser entendida como um mecanismo de interação e cooperação local por meio de associativismo e engajamento cívico.⁶⁷ Porém, a governança local pode ser entendida também como a criação de mecanismos de interação com o setor público – por exemplo, comitês de representação para que a comunidade tenha voz na definição e acompanhamento de políticas públicas. Por ser ligado a processos de interação com o Estado para fins de execução de intervenções, este aspecto será abordado no próximo capítulo, sobre a teoria de mudança para o desenvolvimento de territórios urbanos.

A ONU-Habitat também lançou um guia para avaliação de impacto de intervenções de uso da terra e seus mecanismos de governança associados.⁶⁸ Muitas das dimensões de resultados sugeridas no guia são em áreas relacionadas com os macro temas de áreas urbanas vulneráveis apresentados no primeiro capítulo. Por exemplo, são examinados fatores ligados à redução da violência e conflitos (segurança pública), aumento do capital humano (saúde e educação), inserção no mercado de trabalho (emprego e renda), aumento da segurança alimentar (saúde), redução de danos ambientais (saúde e infraestrutura básica) e aumento do investimento na terra e na propriedade e da funcionalidade do mercado de terras

⁶⁵ <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 17 mai. 2020.

⁶⁶ Ver <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>. Acesso em: 17 mai. 2020.

No Apêndice C encontram-se os temas centrais dos 17 ODS.

⁶⁷ Essa visão se alinha com os trabalhos de Ostrom (1990) enfatizando mecanismos relacionais de governança visando a provisão de bens coletivos.

⁶⁸ *Guidelines for Impact Evaluation of Land Tenure and Governance Interventions - Developed through a joint initiative of GLTN and IFAD* (UN-HABITAT, 2019).

(moradia, segurança pública e infraestrutura básica) e aumento do capital social e da capacidade de resolução de dilemas de ação coletiva (capital social). Essa última dimensão é destacada no documento como sendo especialmente proeminente para mulheres e grupos vulneráveis.

Outros programas têm objetivos similares aos da ONU-Habitat em seus respectivos territórios. A *European Spatial Planning Observation Network Programme* (ESPON), por exemplo, busca a criação de redes e atividades relacionadas ao desenvolvimento local no escopo da União Europeia.⁶⁹ Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) possui uma frente de atuação para os debates do desenvolvimento local sustentável, que engloba estudos de inclusão de minorias vulneráveis no processo de desenvolvimento e de elaboração de indicadores de monitoramento.⁷⁰ Já a Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), é uma iniciativa de cooperação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com os governos de centros urbanos brasileiros para o monitoramento das condições de crianças e adolescentes vulneráveis.

Na mesma linha, o Banco de Desenvolvimento Asiático propõe uma série de indicadores para a administração das cidades. Um dos objetivos do trabalho é adaptar os métodos de monitoramento ao contexto asiático e da região do Pacífico, que difere do ocidental por possuir concomitantemente um grande número de megacidades emergentes e cidades de baixa renda no começo de seu processo de desenvolvimento, bem como ter alguns arranjos governamentais diferenciados (Hong Kong, Cingapura). O painel proposto foi utilizado como modelo para 18 cidades de diferentes países da região e é composto de 13 temas e 140 indicadores que contemplam todos os macro temas deste trabalho. O documento⁷¹ também sugere diferentes formas de comparar os territórios monitorados.

⁶⁹ Ver em van Gestel e Faludi (2005).

⁷⁰ CEPAL (2017). Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/acerca-de-desarrollo-sostenible-y-asentamientos-humanos>. Acesso em: 22 mai. 2020.

⁷¹ Asian Development Bank (2001).

4.4.

Iniciativas no contexto do município de São Paulo

Esta seção tem objetivo de apresentar iniciativas da Prefeitura de São Paulo com potencial de painéis de indicadores e investigar como são utilizados, suas potencialidades e suas limitações em relação ao monitoramento do desenvolvimento local em áreas vulneráveis. Em seguida, serão analisadas as iniciativas realizadas pela Fundação Tide Setubal, que tradicionalmente atua na região do distrito de São Miguel Paulista, discutido no capítulo anterior.

No início de 2020, a Prefeitura de São Paulo possuía uma coordenação voltada especialmente para a produção e disponibilização de informações na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), com o objetivo de tratar e organizar dados provindos de fontes diversas (censo, outras secretarias, fundações). Inicialmente a função principal desse processo de organização de dados e indicadores era atender as demandas das secretarias, como por exemplo subsidiar a construção do Plano Diretor da cidade. Posteriormente, foi colocado também como objetivo adicional o acesso da sociedade a informações sobre o andamento dos projetos urbanos. São disponibilizadas três diferentes plataformas de dados e indicadores sobre a cidade: o *ObservaSampa*, o *Infocidade* e o *GeoSampa*.

Quanto à natureza das informações, nos três casos são utilizadas fontes de dados da própria Prefeitura, derivados da gestão de políticas setoriais de outras secretarias (como mobilidade e trânsito) e de fontes externas recortadas para a cidade de São Paulo (como o IBGE, a Fundação SEADE e o INEP).

Tanto no *ObservaSampa* quanto no *Infocidade*, os indicadores são agrupados em 18 temas, sendo 10 coincidentes nas duas plataformas, mas não necessariamente com os mesmos indicadores. No tema educação por exemplo, o *ObservaSampa* apresenta indicadores sobre o perfil dos alunos e escolas do território, enquanto o *Infocidade* tem um foco no nível educacional da população do território. Com exceção de capital social, todos macro temas deste trabalho são contemplados nas duas plataformas.

O Observa Sampa, especificamente, é um observatório de indicadores sobre a cidade de São Paulo destinado a consulta pelos cidadãos. Reúne indicadores sobre qualidade de vida na cidade, acesso a serviços e equipamentos, além de uma área com o acompanhamento de indicadores de desempenho da prefeitura em conexão com os seus instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), que estabelece diretrizes, objetivos e metas da gestão para um prazo de quatro anos; o Plano de Metas, que define as prioridades e metas do governo para cada setor da administração pública municipal para um período de três anos; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), citados anteriormente, que servem como referência para resultados desejáveis a serem alcançados.

Na sua relação com o PPA, o ObservaSampa contém 101 indicadores relativos à metas do plano, sendo 92 desses indicadores relativos aos macro temas estabelecidos neste trabalho. Já na sua relação com o Plano de Metas, o ObservaSampa agrega 13 indicadores de acompanhamento, 11 deles contemplados nos macro temas infraestrutura básica, mobilidade urbana e moradia.

As discussões sobre elaboração, atualização e reestruturação de indicadores contidos no Observa Sampa são feitas a partir do *Comitê Inter Secretarial de Indicadores* que possui representantes das demais secretarias municipais para um intercâmbio de informações e práticas metodológicas.

O Infocidade, por sua vez, é a mais antiga das plataformas da Prefeitura e tem o diferencial de disponibilizar a maioria de suas bases em diferentes formatos como tabelas, mapas ou gráficos. Como anteriormente descrito, a plataforma também se liga de forma sistêmica a vários dos macro temas aqui discutidos, como por exemplo moradia, infraestrutura e saúde.⁷²

Por fim, o GeoSampa é uma plataforma voltada especialmente para a localização de equipamentos públicos e outras informações no território da cidade. Por exemplo, a plataforma permite identificar a localização de escolas, equipamentos

⁷² Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index.php/. Acesso em: 15 mai. 2020.

culturais, UBSs, entre outros. Todos seus dados são georreferenciados, o que possibilita visualização de mapas geotécnicos e administrativos, de camada de lotes da cidade, além da espacialização da legislação urbana. A plataforma é utilizada para a elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE), principal instrumento de planejamento urbano da cidade, que contém todas as diretrizes e objetivos da política territorial para um período de 20 anos, com revisão da proposta a cada 10 anos.

A partir dos dados destas plataformas, cabe destacar uma iniciativa da SMDU de estudos de monitoramento, os *Informes Urbanos*,⁷³ que são publicações mensais abordando um tema central a cada edição, porém com um recorte territorial e integrado a outros temas. Em alguns desses informes, foram discutidos temas como mudanças no perfil das famílias em São Paulo, condições de deslocamento das mulheres na cidade, desemprego e ingresso de jovens no mercado de trabalho, áreas de risco e atratividade imobiliária na cidade.

A organização e divulgação das plataformas aqui descritas dão celeridade ao acesso a informações qualificadas sobre o território, possibilitam o acompanhamento e monitoramento de planos e intervenções e subsidiam o processo de tomada de decisão. Além disso, atuam como ferramentas de acesso a informações pelo público em geral. Contudo, com exceção do Plano Diretor e de alguns projetos urbanísticos elaborados dentro da SMDU, a Prefeitura de São Paulo ainda não utiliza as informações com a finalidade de monitoramento sistemático e sistêmico das condições de desenvolvimento de territórios.

Muitos dos dados são agregados em subdistritos, distritos e subprefeituras – escolha justificada pela consolidação destes limites territoriais e padronização dos dados disponibilizados. Porém, como discutido no capítulo anterior, alguns territórios que poderão receber intervenções específicas apresentam demarcações mais desagregadas, para as quais não existem painéis de monitoramento customizados, o que dificulta um monitoramento mais específico do território. A definição de indicadores de resultado e métricas mais desagregadas será fonte de atenção e análise nos capítulos seguintes.

⁷³ Os *Informes Urbanos* já publicados podem ser obtidos em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?page=1. Acesso em: 12 mai. 2020.

Além do setor público, há também organizações privadas, especialmente sem fins lucrativos, que atuam em territórios urbanos e tentam acompanhar seu desenvolvimento. A Fundação Tide Setubal, por exemplo, realizou um estudo sobre os dez anos de suas atividades em São Miguel Paulista,⁷⁴ região da zona leste de São Paulo discutida no capítulo anterior e que será foco de análise mais detalhada em capítulos posteriores. A iniciativa não tinha o monitoramento como propósito central, mas gerou um ponto de partida para a construção de um painel de indicadores. No âmbito deste relatório, foram sistematizados e analisados indicadores sobre as mudanças nas condições socioeconômicas dos distritos impactados por sua atuação. Nesse estudo, foram escolhidos 17 indicadores, relacionados a cinco dos macro temas deste trabalho – por exemplo, vagas de trabalho formais por habitante (emprego e renda), proporção de domicílios em favelas (moradia), cobertura de esgotos (infraestrutura básica), demanda por creches (educação), número de unidades básicas de saúde (UBS) por habitante e mortalidade de adultos jovens (saúde pública).

Em outra iniciativa, foi realizado um plano de bairro para o bairro Jardim Lapenna. O estudo⁷⁵ partiu de dados secundários com o mapeamento de indicadores que se relacionavam com as dimensões contidas no PDE como passíveis de intervenção e se aprofundaram através de pesquisa de campo, com o uso de entrevistas e metodologias participativas. O plano de bairro do Jardim Lapenna foi formado através de um arranjo participativo que combinou moradores, organizações atuantes no território e poder público e é entendido pela Fundação Tide Setubal como uma potencial ferramenta de mudança social para territórios vulneráveis.

As áreas que o plano enfatiza coincidem com dois dos macro temas elencados neste trabalho: mobilidade urbana (no caso do plano com ênfase na circulação de pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência) e infraestrutura básica (descrita no plano nas áreas de espaços públicos, microdrenagem, iluminação pública, acessibilidade e equipamentos públicos). Além disso, como produto do processo de elaboração do Plano de Bairro, surgiu o *Colegiado dos Moradores do Jardim Lapenna*, uma instituição participativa e de iniciativa local que se relaciona ao macro tema de capital social.

⁷⁴ Fundação Tide Setubal (2016).

⁷⁵ Além do censo, também foram empregados dados contidos na plataforma GeoSampa, como cadastros de equipamentos públicos; mapas geofísicos; espacialização da legislação urbana (para identificação de quais são as especificidades das zonas contidas no território do bairro); históricos de fotografias aéreas e imagens de satélite para acompanhar o processo de densificação do bairro; além de dados da educação contidos no Censo Escolar e da Saúde, no DataSus.

4.5.

A experiência das intervenções urbanas de Medellín e Recife

Nessa seção, discutiremos de forma mais detalhada os casos das cidades de Recife, no Brasil, e de Medellín, na Colômbia. Medellín é considerado um caso de sucesso de intervenção urbana na América Latina para melhoria de bairros informais e da qualidade de vida de seus habitantes ao promover a reintegração física e social de áreas vulneráveis à cidade. Já Recife é um caso brasileiro com intervenções mais recentes, mas que foi inspirado na experiência de Medellín. As duas cidades têm sido consideradas como exemplos de intervenções em áreas urbanas vulneráveis pela Prefeitura de São Paulo. Os casos possuem semelhanças e diferenças, como veremos a seguir, que trazem reflexões para a construção do nosso painel de indicadores.⁷⁶

⁷⁶ As informações apresentadas foram coletadas por meio de documentos oficiais disponibilizados pelos governos municipais de cada cidade, estudos acadêmicos e levantamentos realizados por organizações não-governamentais e internacionais. Também foram conduzidas entrevistas com membros dos governos municipais para levantar e checar informações sobre as intervenções.

4.5.1.

AS INTERVENÇÕES EM MEDELLÍN

Como em outras cidades latino-americanas, Medellín passou por um rápido processo de urbanização fragmentada (privilegiando mais áreas ricas do que pobres) agravada pela alta ocorrência de violência urbana associada à presença do narcotráfico, guerrilha, rede de crime organizado e uma forte política de repressão praticada pelo Estado.⁷⁷ Esse cenário levou Medellín a registrar altos índices de homicídio, girando em torno de 380 mortos por 100 mil habitantes no início dos anos 90, sendo considerada a cidade mais violenta do mundo.⁷⁸

Com o objetivo de recuperar a cidade, suas conexões humanas e seus vínculos sociais, Medellín implementou programas de intervenção urbana com base no urbanismo social que perduram até hoje. A implementação se iniciou nas proximidades de áreas com alta vulnerabilidade social (e mais violentas) da cidade com duas frentes complementares: políticas oficiais de enfrentamento da violência combinadas com políticas públicas de prevenção à violência urbana e diminuição das desigualdades sociais para garantir a perenidade das transformações. O braço de prevenção parte da premissa de valorizar o território enquanto espaço de convivência para a população.

Com uma política de transformação sistêmica e complexa, Medellín implementou diversos programas de intervenção urbana complementares e integrados.⁷⁹ As temáticas escolhidas para guiar a transformação territorial e social foram mobilidade urbana, educação, recuperação de infraestrutura urbana (muito voltada para espaços públicos), segurança pública e emprego e renda (com uma

⁷⁷ Para conhecer mais sobre a história e intervenções urbanas realizadas em Medellín, ver Corporación Andina de Fomento (2013), Chagas (2016), Echeverri (2017), Escola da Cidade e Arq.Futuro (2019), Ministério do Meio Ambiente *et al.* (2015) e Urán Arenas (2012).

⁷⁸ As Nações Unidas consideram taxas acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes como níveis epidêmicos de violência letal (PNUD, 2013).

⁷⁹ Essas políticas de desenvolvimento urbano são conduzidas em Medellín há quase vinte anos. O que mais se destaca é a política de urbanismo social (desde 2004), com ações estratégicas definidas pelos *Projetos Urbanos Integrados* (PUI). O Apêndice B traz uma lista não exaustiva de políticas e programas implementadas em Medellín nos últimos anos.

vertente em empreendedorismo) e também inseriram recortes de inclusão social, equidade e cultura, partindo de cinco pressupostos: planejamento urbano e rural para repensar o território, oferta de ações públicas para geração de oportunidades e diminuir a desigualdade social, construção de espaços seguros de convivência coletiva, mobilidade como instrumento de equidade social e cidadania como objeto de transformação.⁸⁰

Dentre as iniciativas realizadas, podemos citar a política de urbanismo social, com ações como os *Projetos Urbanos Integrados* (PUI) que incorpora dimensões de desenvolvimento (física, social e institucional) em um dado território. Uma de suas características centrais é a localização que irá receber a intervenção, com focalização em bairros segregados, marginalizados e com altos índices de pobreza e violência.⁸¹ Vale mencionar também outro projeto de integração territorial realizado via aprimoramento do sistema local do metrô ao conectá-lo com teleféricos (*metrocables*) em áreas vulneráveis. A finalidade dessa política era aprimorar a cobertura do sistema e as condições de acessibilidade e mobilidade dos moradores de determinadas zonas urbanas marginalizadas. Portanto, a presença dos teleféricos é mais uma camada de atuação estratégica de reconexão dessas áreas (via garantia de acesso e qualidade de transporte público e mobilidade urbana) que vem apoiar os subseqüentes projetos urbanos.

4.5.2.

AS INTERVENÇÕES EM RECIFE

Assim como Medellín, Recife enfrentava um contexto de alta incidência de violência urbana – chegando a taxas alarmantes de 72 mortes por 100 mil habitantes

⁸⁰ Para saber mais sobre algumas das intervenções urbanas de Medellín e as temáticas trabalhadas por elas, ver Corporación Andina de Fomento (2013) e Ministério do Meio Ambiente *et al.* (2015).

⁸¹ “Alternando entre a educação e a cultura como ideias norteadoras, o PUI tornou-se a expressão física dos grandes desafios políticos das últimas administrações locais, propondo programas e projetos complementares focados no empreendedorismo, segurança, convivência, saúde, esporte e recreação” (Ministério do Meio Ambiente *et al.*, 2015, p. 92)

em 2006.⁸² Diante desse cenário, em 2013 Recife implementa a iniciativa *Pacto pela Vida*⁸³ com o objetivo maior de reduzir a violência e a taxa de homicídios na cidade, em especial nas áreas urbanas com maiores índices de crimes violentos letais e intencionais (CVLI). Inspirado no modelo de Medellín e a partir de seus aprendizados, Recife passa a implementar uma política de segurança urbana focada no trabalho de prevenção da violência e aproximação com as comunidades vulneráveis.

Neste contexto, são criados, em 2016, os chamados *Centros Comunitários da Paz* (Compaz), equipamentos públicos que oferecem em um único local diversos serviços e atendimentos ao público no município de Recife. Apesar de estarem sob cuidado da Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura do Recife, eles agregam em um único local a atuação de diversas secretarias (educação, saúde, entre outras). De forma geral, os Compaz atuam em quatro eixos: capital social (com atenção especial para promoção e defesa de direitos que permeia também outras temáticas ao estimular o acesso a serviços públicos), saúde (relacionada a bem-estar e qualidade de vida), educação (eixo que incorpora também questões relacionadas a cultura) e emprego e renda (com enfoque em qualificação profissional e geração de renda).⁸⁴ Os centros foram instalados próximos às comunidades com maiores taxas de CVLI com a finalidade de criar um espaço seguro de convivência social e aprendizado recuperando essas comunidades e oferecendo uma alternativa para quebrar o ciclo de reprodução de práticas de violência e criminalidade que permeavam o contexto local.

Desde o processo de construção, os Compaz buscaram aproximar a população e a comunidade do projeto ao contratar os próprios moradores para construir os prédios que abrigam os centros e suas atividades. Entre diversas atividades,

⁸² No mesmo período, a taxa nacional de homicídio era em torno de 30 mortes para cada 100 mil habitantes. Dados disponíveis em Ipea e FBSP (2018) e Pacto pela Vida Recife.

⁸³ Pacto pela Vida é uma iniciativa de 2007 do governo estadual para promover a redução da violência e foi adotada pela cidade de Recife em 2013.

⁸⁴ Mais informações sobre os Compaz, ver Escola da Cidade e Arq. Futuro (2019), Prefeitura do Recife (a) e Rego *et al.* (2019).

crianças e jovens têm a oportunidade de frequentar atividades escolares e profissionalizantes (contra turno escolar, bibliotecas, aulas de idiomas com parceiros privados), atividades desportivas e culturais bem como acesso a serviços públicos (como Procon, Centro de Referência de Assistência Social, entre outros). O Compaz também se propõe a realizar a busca ativa da população do entorno para incentivá-los a ocupar e participar das atividades oferecidas. No início de 2020, existiam três unidades em operação, havendo expectativa de ampliação futura.

4.5.3.

AS INTERVENÇÕES DE MEDELLÍN E RECIFE, EM ÓTICA COMPARATIVA

Diante da breve exposição anterior, como semelhanças podemos citar que tanto as intervenções urbanas implementadas em Medellín como em Recife partiram da necessidade clara de atuar em problemas complexos de segurança pública (apesar de envolverem contextos e intensidades distintas). As duas localidades optaram por uma abordagem de políticas públicas integradas e promovendo engajamento comunitário visando a perenidade não apenas de seus projetos, mas também dos impactos positivos gerados. É importante destacar a relevância da perspectiva integrada das políticas públicas nestas intervenções e para os territórios vulneráveis. Para sanar um problema complexo como a violência e suas causas socioeconômicas, políticas e culturais, foram construídas ações estruturantes e complementares que apoiam a recuperação social, econômica, cultural, política e coletiva de comunidades que vivenciavam diariamente padrões de violência, desigualdade e escassez. Nos dois casos, além das parcerias intragovernamentais, também foram identificadas parcerias com atores privados e não-governamentais para complementar ações oferecidas no contexto das intervenções. Por exemplo, são ofertadas, por parceiros privados, aulas de línguas estrangeiras para crianças e adolescentes.

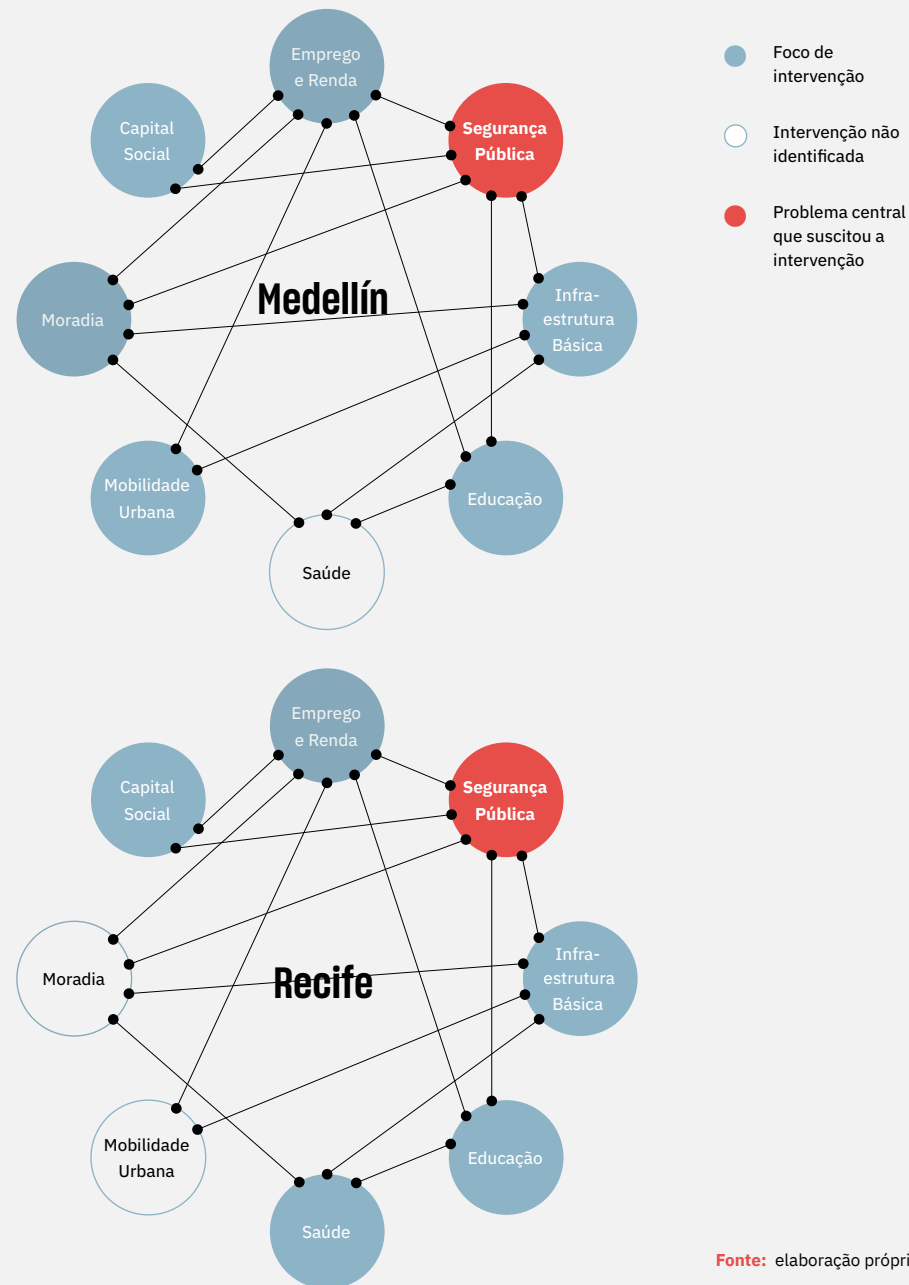
Porém, as intervenções *diferem* em aspectos importantes. Cada cidade realizou intervenções de acordo com suas possibilidades orçamentárias e contextos

sociopolíticos locais. Podemos citar como exemplo a escala da intervenção, de forma distinta ao modelo sistêmico e abrangente implementado em Medellín, em Recife a intervenção conduzida foi mais focalizada em bairros específicos não havendo uma transformação sistemática de toda a cidade. Há ainda diferenças nas escolhas das temáticas nas quais as cidades optam por desenvolver suas intervenções.

Figura 4.1 compara os macro temas abordados pelas intervenções conduzidas em cada cidade, valendo-se da representação esquemática de inter-relações entre macro temas apresentada no segundo capítulo (Figura 2.2). Observa-se que os temas marcados em cores representam as temáticas de alguma forma cobertas pelas intervenções em cada cidade. Destaque é dado para a área de segurança pública, o problema premente que suscitou a intervenção e sua conexão com as demais temáticas que poderiam influenciar positivamente na reversão do quadro de violência e na reinserção física e social dessas áreas na cidade. Os temas em branco não foram identificados como focos das intervenções investigadas.

Apesar de segurança pública ser o principal macro tema que suscitou as intervenções realizadas, essas intervenções vão muito além desse tema específico. Elas compõem um conjunto de ações estruturantes e integradas de prevenção à violência. Porém, as intervenções em Medellín parecem abarcar um rol de temas maior do que as de Recife. As intervenções em Recife atuam de forma integrada nas diversas temáticas destacadas anteriormente por meio de ações conduzidas em um equipamento público, os Compaz, que colocam diversas atividades e serviços à disposição da população.

FIGURA 4.1 – PADRÕES DE INTERVENÇÃO EM MEDELLÍN E RECIFE



Fonte: elaboração própria

Já Medellín atua de forma mais sistêmica, pois as intervenções são transversais e articuladas tendo o território como elemento integrador. Seja nas dimensões de cultura e esporte, seja na promoção de espaços públicos para lazer e convivência, todos são reconhecidos como instrumentos para o desenvolvimento do território e das pessoas. As intervenções estão atreladas à intenção de construir cidadania cultural, com ações que contribuem para aprimorar o ambiente participativo e o exercício da cidadania. Preceitos como *integração* estão presentes, por exemplo, na relação direta com a mobilidade e na construção dos teleféricos (*metrocables*), que têm papel central no combate a fragmentação e segregação da cidade. De maneira similar, no esporte, diversas ações pretendem integrar diferentes grupos (e.g., mulheres e crianças) às atividades esportivas. A lógica de comunicação social e participação comunitária amplas busca construir uma relação de pertencimento dos moradores em relação à cidade.

Por outro lado, para garantir a apropriação pela população dos equipamentos e espaços públicos, também são utilizadas estratégias de engajamento comunitário, incorporadas em intervenções de temáticas diversas. Por exemplo, desde o início da construção dos parques-biblioteca, promoveu-se uma imagem positiva de diálogo e contribuição em torno das escolhas para o equipamento. A população além de ser empregada pelas obras, também era reconhecida como parte relevante das decisões de política. No mais, a relação de confiança formada durante a construção das intervenções não é abandonada após a entrega das obras, mas reafirmada na gestão dos equipamentos, que permanecem constantemente abertos e ativos.

Apesar de os espaços públicos representarem elemento estruturante da cidade de Medellín, o reconhecimento e a incorporação de contribuições vindas das relações sociais, culturais e esportivas preexistentes em cada território é tão importante quanto a promoção ou revitalização de espaços. Os equipamentos representam uma dimensão simbólica, que por sua vez, contribuem para fortalecer e dar visibilidade às potencialidades que já estavam presentes nesses territórios vulneráveis.⁸⁵

⁸⁵ Corporación Andina de Fomento (2013) e Ministério do Meio Ambiente *et al.* (2015).

4.5.4.

SISTEMA DE MONITORAMENTO EM MEDELLÍN E RECIFE

Em termos de monitoramento de indicadores, em Medellín foram identificadas duas iniciativas interessantes que acompanham o desenvolvimento e a qualidade de vida na cidade. O *Observatorio de Políticas Públicas de la Alcaldía de Medellín* é um órgão governamental que gerencia informações e gera conhecimento, com base na análise de dados e no estudo de questões consideradas prioritárias pelo município. Seu objetivo é apoiar o monitoramento e avaliação da gestão pública qualificando e contribuindo os processos decisórios e de planejamento.⁸⁶ Além de indicadores, o site também apresenta relatórios produzidos e dados brutos coletados pelo município em diversas temáticas (Apêndice B), porém utiliza o formato mais difundido e tradicional de coleta, produção e divulgação de dados brutos e relatórios de serviços públicos em geral.

Já o *Programa Medellín Cómo Vamos*⁸⁷ (uma aliança interinstitucional privada focada em analisar e monitorar a qualidade de vida da cidade) traz um aspecto inovador de colaboração e controle social por meio de acompanhamento e divulgação de dados de monitoramento. A iniciativa se propõe a apoiar e promover maior transparência e eficácia governamental informando governo e cidadãos. Seu trabalho é desenvolvido por meio de redes e alianças focadas em contribuir e qualificar melhorias na cidade e em suas políticas públicas. O painel de indicadores observa dimensões com indicadores objetivos (isso é, associados a dados secundários levantados via fontes oficiais) e subjetivos (coletados por meio de pesquisas de percepção e por estratégias qualitativas). Cada uma dessas dimensões reúne dados no que o programa nomeia por eixos transversais (pobreza, desigualdade e demografia) e domínios (patrimônio de pessoas ou social, habitat

⁸⁶ Mais informações estão disponíveis no site <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://02ea3f8dac7a75cba98039fe75b7bef1>. Acesso em: 22 mai. 2020.

⁸⁷ *Cómo Vamos* é uma iniciativa privada em rede presente em várias cidades colombianas.

urbano, governo e cidadania, ambiente econômico e competitividade).⁸⁸

A dimensão objetiva no painel de monitoramento possui um conjunto complexo de indicadores focados em resultados, que, por sua vez, relacionam-se aos macro temas discutidos nos capítulos anteriores. Os indicadores subjetivos, por sua vez, são medidos pela satisfação relatada por cada indivíduo por meio de pesquisas de percepção sobre o próprio bem-estar e que abrange áreas representativas do município e seus moradores.⁸⁹ A pesquisa de percepção cobre as mesmas áreas das métricas objetivas, porém com uma abordagem qualitativa. Por exemplo, são avaliadas questões ligadas ao nível de satisfação com a educação, atenção com a saúde, percepção de segurança, otimismo frente ao futuro econômico da cidade e várias outras. Novamente, esses indicadores, de forma geral, se conectam aos oito macro temas discutidos anteriormente (capital social, educação, emprego e renda, infraestrutura, mobilidade urbana, moradia, saúde, segurança pública). Para além da coleta e divulgação pública, esses dados são compartilhados com a administração municipal e gestores públicos para orientar e informar suas decisões em relação à cidade e suas políticas.

Outros dados para construção de indicadores também podem ser encontrados disponíveis nos sites municipais MEData (portal de dados públicos) e Geomedellín (portal de dados geográficos).⁹⁰ Em uma análise inicial, há dados abertos disponíveis para acesso ao público, entretanto para obter acesso a diversos dados é necessário realizar um pedido formal ao órgão via site.

Um indicador qualitativo identificado em conversa com atores de Medellín que merece ser destacado é o uso da permanência da população originária nos bairros, como indicador de qualidade da intervenção. De forma geral, foi observado

que a melhoria de infraestrutura e de qualidade de vida vem seguida pela valorização de propriedades na região, antes considerada precária. Nesse processo, é recorrente a dinâmica onde moradores antigos optam por trocar de bairro (vendendo seus imóveis em alta e conseguindo lucrar ao comprar imóveis em áreas menos valorizadas). Ou seja, haveria mais incentivos para vender e mudar para outro bairro do que permanecer e desfrutar dos benefícios que o bairro reestruturado pode oferecer. Portanto, o monitoramento da permanência de moradores em seus bairros (mesmo havendo a valorização da região e a possibilidade de lucrarem financeiramente com a mudança de localidade), seria um indicativo de que a população vê um valor intangível em permanecer e haveria maior conexão ou significado criado na relação entre moradores e bairro.⁹¹

De uma forma mais ampla, o acompanhamento do desenvolvimento nos territórios realizado por Medellín pode ser considerado como agrupado em três eixos.⁹² O primeiro se refere à *qualidade de vida* e utiliza variáveis como as contidas no IDH. O segundo eixo é focado na *convivência*, considerando a diminuição da violência, apropriação de equipamentos sociais e espaços instalados e engajamento comunitário. O terceiro pretende monitorar *oportunidades*, considerando então as condições de emprego, empreendedorismo e acesso à educação superior.

Em contraste, a iniciativa de Recife, por ser relativamente mais recente, estava no início de 2020 em processo de constituição dos seus painéis de monitoramento. Sobre a intervenção dos Compaz, foram identificados relatos da Prefeitura de Recife sobre indicadores de redução da violência na localização dos entornos dos Compaz – dada a preocupação em entender como a presença da intervenção impacta os índices de CVLI nas comunidades, um dos principais objetivos da política pública local. No início de 2020, era possível acessar dados brutos sobre indicadores via portal de dados abertos da Prefeitura de Recife.⁹³ No entanto, os

⁸⁸ Para conhecer mais sobre *Medellín Cómo Vamos* e a estrutura e metodologia de trabalho, ver apresentação institucional *Medellín Cómo Vamos*.

⁸⁹ Informações complementares disponíveis em *Medellín Cómo Vamos* (2019a, 2019b). De acordo com *Medellín Cómo Vamos*, a pesquisa é conduzida anualmente com cerca de 1.500 famílias entrevistadas pessoalmente (amostra que busca ser representativa das seis áreas urbanas do município divididas por níveis socioeconômicos e por sexo). São conduzidas em torno de 130 perguntas em mais de 10 módulos temáticos com o objetivo de capturar a satisfação relacionada com a oferta de bens e serviços que a cidade oferece.

⁹⁰ MEData e Geomedellín (2020).

⁹¹ De acordo com o ex-secretário de Cultura de Medellín, Jorge Melguizzo, as intervenções no município eram monitoradas por meio de indicadores definidos a nível dos territórios (ou bairros).

⁹² Esses três eixos de acompanhamento das intervenções urbanas foram apresentados pelo ex-Secretário de Cultura Cidadã de Medellín, em reunião com a equipe do projeto.

⁹³ Prefeitura do Recife (c).

dados ainda não estavam disponíveis em formatos mais acessíveis (como planilhas ou relatórios). Em entrevista com membro da equipe do Compaz, foi identificado que o acompanhamento de indicadores da intervenção ainda tinha como foco indicadores de gestão sobre uso do equipamento público (perfil dos usuários, vagas ofertadas e uso dos serviços disponibilizados, por exemplo) e satisfação dos usuários com o serviço, havendo também interesse em olhar para indicadores relacionados aos índices de violência locais.

Esses indicadores de gestão e uso do equipamento público eram tidos como importantes para alinhar as expectativas dos usuários e qualidade dos serviços ofertados. No entanto, há oportunidade para desenvolver um painel ou conjunto de indicadores alinhados aos problemas e macro temas trabalhados nas intervenções dos Compaz. Um monitoramento mais amplo e sistemático de temas, como discutido anteriormente poderia contribuir para a execução da política de intervenção local de várias formas. Primeiro, permitiria um acompanhamento mais próximo do avanço de indicadores sociais. Segundo, permitiria entender como as intervenções poderiam atingir ao mesmo tempo diversos resultados de interesse do público-alvo. Terceiro, poderiam ajudar a estabelecer uma “linha de base” com dados de referência para a condução de avaliações de impacto no futuro. Por exemplo, o acompanhamento na redução dos índices de CVLI poderia ser mais claramente ligado às atividades sendo desenvolvidas pelos Compaz ao serem conduzidos estudos sobre o potencial das intervenções – comparando os efeitos no local onde foram implementadas ao que ocorreu em outras áreas urbanas com características semelhantes.

4.6.

Conclusão

Pela revisão aqui apresentada, constata-se que há uma divisão entre painéis de indicadores sistêmicos, que abrangem vários macro temas, e painéis sobre temas mais específicos. Tal divisão é esperada, de acordo com os objetivos e escopo de cada um deles. Porém, dado o objetivo do presente estudo, com ênfase em múltiplos fatores limitando o desenvolvimento de áreas urbanas, um olhar mais sistêmico é o mais recomendado. Os painéis sistêmicos analisados abrangem em geral os oito macro temas relacionados no início deste relatório, o que mostra uma convergência entre a definição dos problemas e as escolhas na construção de painéis de acompanhamento.

Considerando o interesse desta análise, o que a maioria dos estudos investigados ainda não traz uma visão em nível de território, com uma granularidade menor do que o usualmente medido e observado em nível municipal ou distrital. Seja por uma questão de dificuldade de dados em nível menor ou pelo escopo de interesse de cada estudo, a unidade de análise costuma ser o município – o que, independentemente do seu tamanho, acaba tendo capacidade limitada de avaliar desigualdades e necessidades específicas de cada território. Este ponto se potencializa quando os painéis propostos abarcam mega metrópoles como São Paulo.

Ainda assim, há estudos e experiências que servem com ponto de partida para a construção de um painel mais sistêmico e granular. Os estudos da ONU-Habitat, por exemplo, têm sido bastante referenciados, ainda que exista espaço para refinamentos na linha de uma maior ancoragem aos macro temas discutidos anteriormente e uma maior ênfase nas inter-relações desses macro temas em nível de território. As ferramentas da Prefeitura de São Paulo podem também servir como plataformas iniciais para a criação e painéis de micro dados em áreas mais específicas de intervenção.

Da mesma forma, as experiências de Medellín e Recife mostram avanços na direção de estruturas de monitoramento em áreas urbanas. A iniciativa *Cómo Vamos* de Medellín, em particular, apresenta boas práticas em termos de comunicação acessível e transparente sobre dados e construção de parcerias inclusivas para produção e divulgação de indicadores. No entanto, há pouca informação sobre como os dados são usados pelos municípios para orientar suas decisões e ajustes necessários ao bom funcionamento dos projetos de intervenção. Em outras palavras, há oportunidade para os painéis de indicadores se reverterem em instrumentos de gestão para acompanhar a efetividade de políticas heterogêneas estabelecidas de forma distinta em cada local.

No próximo capítulo, de forma ancorada aos macro temas discutidos e as experiências relatadas até aqui, será proposta uma teoria de mudança consolidada que permita abarcar um conjunto amplo de intervenções e seus resultados previstos, ao mesmo tempo gerando um arcabouço inicial que possa ser customizada às necessidades e intervenções específicas aos diversos territórios.



5.

Teoria de mudança e definição de resultados a serem monitorados

5.1. Introdução • 109

5.2. Metodologia • 112

Teoria de mudança consolidada • 116

5.3. Teorias de mudança para os macro temas ligados a problemas em áreas urbanas vulneráveis • 165

5.3.1. Segurança pública • 165

5.3.2. Emprego e renda • 167

5.3.3. Educação • 168

5.3.4. Capital social • 170

5.3.5. Saúde pública • 171

5.3.6. Infraestrutura básica • 173

5.3.7. Lazer e cultura • 174

5.3.8. Moradia • 175

5.3.9. Mobilidade urbana • 176

5.4. Inter-relações entre macro temas na teoria de mudança • 179

5.5. Categorias de resultados sugeridos para fins de monitoramento • 188

5.1.

Introdução

No capítulo anterior, foram discutidos diversos estudos e trabalhos que propuseram ou analisaram indicadores de desenvolvimento de áreas urbanas vulneráveis em diferentes contextos. Concluída esta etapa, este capítulo discutirá outra componente essencial à construção de um painel de indicadores e que se beneficia diretamente das etapas anteriores: a definição da *teoria de mudança*. A teoria de mudança é uma ferramenta que auxilia no planejamento de projetos e intervenções socioambientais. Seu objetivo central é articular, de forma clara e lógica, a conexão entre as atividades planejadas/realizadas e os resultados socioambientais pretendidos. Uma teoria de mudança possui, tipicamente, cinco etapas essenciais, as quais são apresentadas na Figura 5.1.

FIGURA 5.1 - AS CINCO ETAPAS DE UMA TEORIA DE MUDANÇA



Fonte: Insper Metricis (2020).

Conceitualmente, *insumos*, tais como recursos ou capacidades de qualquer natureza, são a base para a realização de *atividades*, as quais constituem as linhas de ação de uma intervenção; atividades geram, então, *produtos (outputs)* disponibilizados à população-alvo. Por exemplo, numa intervenção que vise à promoção de melhores práticas de gestão em escolas públicas,⁹⁴ professores bem treinados e práticas de gestão bem estabelecidas são alguns potenciais insumos. Utilizando esses insumos, é possível desenvolver atividades, tais como aulas mais interessantes e estimulantes aos alunos ou programas de treinamento que busquem transmitir as boas práticas de gestão aos gestores das escolas públicas participantes. Como produtos dessas atividades, pode-se citar, por exemplo, o número de vagas em escolas públicas com ensino de melhor qualidade e gestão mais eficiente.

Os produtos, por sua vez, engendram *resultados (outcomes)* mais diretamente ligados às atividades realizadas, além de transformações sociais mais amplas. O primeiro tipo de resultado, denominado de resultado da atividade, consiste nas transformações mais diretas sofridas pela população-alvo como consequência dos produtos disponibilizados pela intervenção. Dado o produto “número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos”, um possível resultado associado seria “alunos são engajados nas atividades e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas.” Em outras palavras, produtos não descrevem transformações induzidas pela intervenção; para avaliar transformações, é preciso considerar resultados gerados pelos produtos. Por fim, na última etapa de uma teoria de mudança são descritos os resultados à sociedade, isto é, transformações sociais mais amplas induzidas pela intervenção — e, em geral, decorrentes dos resultados de atividades.⁹⁵

Nesse processo, um aspecto importante é a diferenciação entre produto e resultado. Os produtos estão diretamente relacionados às atividades e, portanto, permanecem sob o controle de quem as realiza. Resultados, por outro lado, dependem das reações dos beneficiários e participantes. Por exemplo, em uma

intervenção com escolas públicas, pode-se garantir a oferta de aulas com maior qualidade; porém, não se pode garantir que o aprendizado será, de fato, melhor. Esse resultado depende não apenas das respostas dos alunos às aulas, mas também de inúmeros outros fatores que fogem ao controle dos responsáveis pela implementação da intervenção.⁹⁶

No contexto deste capítulo, a teoria de mudança será utilizada para mostrar como possíveis intervenções em cada um dos macro temas identificados anteriormente podem levar a resultados específicos, considerando os principais mecanismos causais subjacentes e as inter-relações entre os diversos macro temas. Portanto, ao longo do capítulo, serão discutidas potenciais intervenções em territórios urbanos e seus possíveis resultados. Importante notar que o objetivo *não* é apontar condições necessárias para o sucesso de intervenções urbanas, nem tampouco cobrir todas as possíveis intervenções que possam ser feitas em um dado território. Nessa linha, a teoria de mudança aqui proposta também *não* se propõe a estabelecer metas para potenciais intervenções, uma vez que elas devem ser customizadas para o contexto específico onde estão inseridas.

Em vez disso, o objetivo dessa discussão é esclarecer como *possíveis* atividades em territórios urbanos vulneráveis podem levar a resultados particulares, auxiliando, assim, na construção de um painel de indicadores que possa ser usado de forma mais ampla em vários territórios. Entretanto, essa abordagem também reconhece que a teoria de mudança está inserida num contexto social mais amplo, o qual pode conter forças que favoreçam ou dificultem a realização das atividades previstas. Essas forças estão fortemente ligadas ao contexto específico no qual as intervenções devem ocorrer e, por isso, devem ser levadas em consideração na formulação da teoria de mudança.

Posteriormente, as ideias gerais aqui discutidas serão aplicadas ao contexto do Jardim Lapenna (discutido no Capítulo 3), como forma de exemplificar a construção de teorias de mudança voltadas a intervenções mais específicas e customizadas

⁹⁴ Este exemplo foi adaptado de Insper Metricis (2020).

⁹⁵ Para mais informações sobre o conceito e a construção de teorias de mudança, ver Insper Metricis (2020).

⁹⁶ Para mais detalhes sobre a distinção entre produtos e resultados, ver Insper Metricis (2020).

às especificidades de um dado território. No mais, a montagem da teoria de mudança discutida neste capítulo se baseou em informações coletadas na etapa de *benchmarking* (capítulo anterior), além de entrevistas com especialistas e/ou profissionais que atuam diretamente nas áreas cobertas pelos macro temas.

Este capítulo possui outras quatro seções. A seção seguinte descreve a metodologia utilizada na criação de teorias de mudança individuais para cada macro tema e, principalmente, na integração destas, resultando numa ampla teoria de mudança consolidada que é apresentada no apêndice. Na seção 5.3, os macro temas individuais são discutidos com base em teorias de mudança pensadas para cada tema específico. Na seção 5.4, são abordadas as inter-relações entre os macro temas por meio de atividades que levam a resultados comuns. Nesse contexto, o foco principal é a teoria de mudança consolidada e, em especial, as conexões lógicas existentes entre os diversos macro temas. O capítulo se encerra com uma proposta de modelo para acompanhamento resultados, cuja medição será discutida no capítulo seguinte.

5.2.

Metodologia

Nesta seção, a metodologia utilizada para compor as teorias de mudança propostas no estudo será descrita em maior detalhe. Conforme sugerido anteriormente, o primeiro passo consistiu na criação de teorias de mudança individuais para cada um dos macro temas discutidos no Capítulo 2. Este passo se iniciou, portanto, com um exame minucioso dos principais problemas enfrentados por áreas urbanas vulneráveis em cada uma dessas áreas (ver capítulos 1 e 2). Nesse contexto, optou-se por separar o subtema de lazer do macro tema de infraestrutura básica, tendo em vista a importância dada a este tópico em muitos *benchmarks* relevantes (como, por exemplo, no caso de Medellín, discutido no capítulo anterior, seção 4.5).

A montagem de cada uma dessas teorias de mudança, por sua vez, envolveu exaustivas análises de benchmarking para embasar as conexões lógicas entre os

elementos pertencentes a cada etapa (de cada teoria de mudança). Em particular, sempre que possível, recorreu-se a estudos acadêmicos a fim de justificar relações de causa e efeito.⁹⁷ Nesse processo, informações valiosas também foram obtidas por meio de conversas com especialistas e moradores de áreas vulneráveis.⁹⁸ Dado que o processo de construção das teorias de mudança envolveu um diagnóstico cuidadoso dos problemas sociais a serem focalizados, na construção de cada fluxo foi possível associar os resultados mapeados — notadamente os resultados à sociedade — aos 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODSs) definidos na *Agenda 2030* da ONU (e brevemente mencionados no Capítulo 4). O Apêndice C apresenta os temas principais de cada ODS de forma a facilitar a leitura das próximas seções deste capítulo.⁹⁹

Uma vez estabelecidas as teorias de mudança de cada macro tema, o próximo passo consiste na integração destas a fim de formar uma ampla teoria de mudança que mapeie os fluxos lógicos de todas as intervenções. Nessa teoria de mudança consolidada, evidenciam-se as inter-relações entre diferentes macro temas. Por exemplo, o acesso a melhor moradia pode ter impactos positivos sobre a saúde pública.¹⁰⁰ De maneira similar, intervenções que promovam atividades de lazer e esporte podem melhorar o desempenho escolar de jovens.¹⁰¹ Vale ressaltar que essa complexidade, consequência das relações transversais existentes entre os diversos macro temas, é uma característica marcante de intervenções bem sucedidas em espaços urbanos vulneráveis, tais como as de Medellín, detalhadas no Capítulo 4.

⁹⁷ Estudos acadêmicos passam, necessariamente, pelo processo de revisão por pares. Nesse contexto, eventuais relações causais reportadas tendem a ser mais confiáveis, ainda que, obviamente, seja impossível garantir total confiabilidade já que qualquer estudo possui limitações.

⁹⁸ Foram entrevistados: Tomás Alvim, Ciro Biderman, Sandro Cabral, Ricardo Henriques, Tomás Kipnis, Eduardo Marques, Jorge Melguizzo, Naercio Menezes-Filho, Roberto Queiroz Padilha, Melina Risso, Renata Ruggiero, Dandara Tinoco, Claudia Vidigal. Foram ouvidos, ainda, a equipe da Fundação Tide Setubal, além dos grupos de lideranças tradicionais e de lideranças jovens do Jardim Lapenna.

⁹⁹ Para descrições detalhadas dos 17 ODS e as respectivas metas associadas a cada um deles, ver <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 09/07/2020.

¹⁰⁰ Ver, por exemplo, Fewtrell *et al.* (2005).

¹⁰¹ Ver, por exemplo, Taylor *et al.* (2015).

Portanto, um painel de indicadores bem estruturado deve, necessariamente, capturar todas essas inter-relações, motivo pelo qual a construção de uma teoria de mudança consolidada se torna um passo essencial.

A teoria de mudança consolidada construída para este estudo está representada na Figura 5.2 a seguir. Seguindo o padrão estabelecido na discussão anterior, a Figura 5.2 descreve os principais itens em cada uma das cinco etapas do fluxo lógico geral que abrange todos os macro temas. Em particular, cada atividade está associada a um ou mais macro temas específicos. Por exemplo, a atividade A.2 (“Adotar melhores práticas de gestão, pedagógicas, e de suporte aos alunos”) está associada ao macro tema de educação, enquanto a atividade A.8 (“Implantar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação, dentro e fora do território”) está associada aos macro temas de capital social, e emprego e renda.

FIGURA 5.2

A TEORIA DA MUDANÇA CONSOLIDADA

É VÁLIDO NOTAR QUE várias das atividades propostas na teoria de mudança consolidada fazem referência ou são especialmente direcionadas a subgrupos específicos da população-alvo. Por exemplo, a atividade A.30 (“Promover a equidade de gênero no acesso e participação em atividades educativas curriculares e extracurriculares”) se preocupa, particularmente, com a redução da desigualdade de gênero no contexto da educação pública. Esses recortes mais específicos refletem uma preocupação com o que se convencionou denominar de *interseccionalidade*: moradores de áreas urbanas sujeitos a limitações trazidas por múltiplas dimensões sociais estão sujeitos a vulnerabilidades ainda mais intensas—como é o caso, por exemplo, de moradoras não-brancas, que têm de lidar não apenas com questões de gênero e renda, mas também com questões raciais prementes.¹⁰³

No mais, a fim de facilitar a visualização do processo de integração das teorias de mudança individuais, a Figura 5.3 apresenta um recorte da teoria de mudança consolidada com foco no macro tema de capital social. Nessa figura, é possível observar as conexões específicas entre as diversas etapas associadas ao macro tema, incluindo as ligações com resultados de outras áreas.

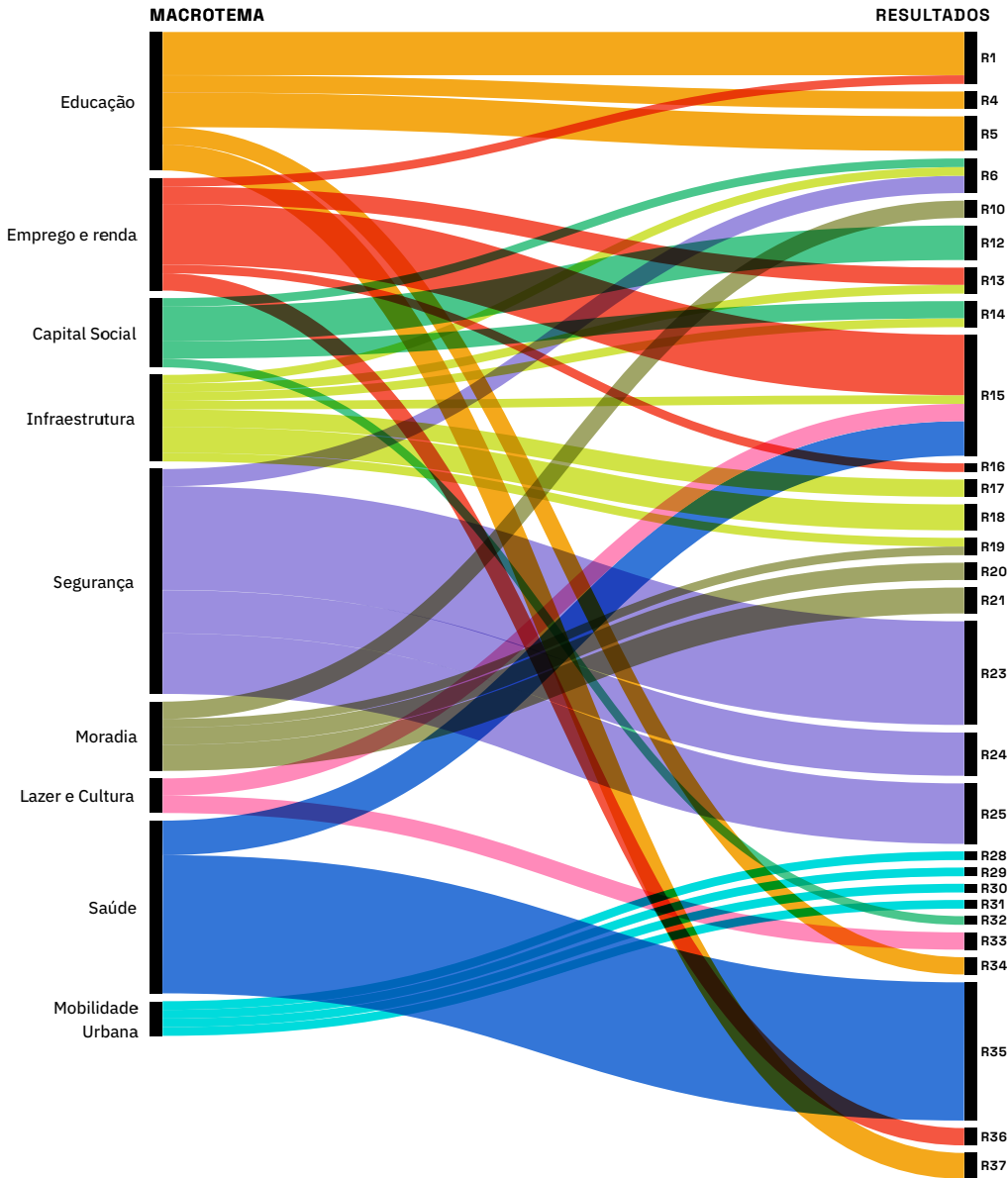
O processo de integração das teorias de mudança individuais se inicia com uma fase de preparação que envolve análise cuidadosa das etapas de todas as teorias de mudança individuais. Nesse processo, é importante consolidar alguns itens a fim de facilitar as potenciais conexões entre diferentes teorias de mudança. Por exemplo, insumos como “infraestrutura de qualidade nas unidades de saúde” e “infraestrutura de qualidade nas escolas” são consolidados em um único insumo “infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais.” O mesmo é feito para as outras etapas da teoria de mudança (i.e., atividades, produtos e resultados). Cada item é, ainda, indexado para facilitar sua identificação.¹⁰⁴

¹⁰³ Para uma discussão acerca do problema da interseccionalidade, ver Crenshaw (1989).

¹⁰⁴ Utiliza-se, nessa identificação, a primeira inicial da etapa à qual o item se refere (i.e., “I” para insumo, “A” para atividade, “P” para produto, e “R” para resultado de atividade) seguida de um número (e.g., I.2, R.25, etc.).

A TEORIA DA MUDANÇA

Fonte: elaboração própria



RESULTADOS E ATIVIDADES

R=RESULTADO

● RESULTADO NÃO ORIGINADO DE UMA ATIVIDADE

QUANTIDADES DE RESULTADOS LIGADOS A CADA MACROTEMA



Educação



Emprego e renda



Capital Social



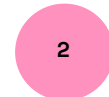
Infraestrutura



Segurança



Moradia



Lazer e Cultura



Saúde



Mobilidade Urbana

ESTA TEORIA DA MUDANÇA TRABALHA COM:

12

Insumos

36

Atividades

36

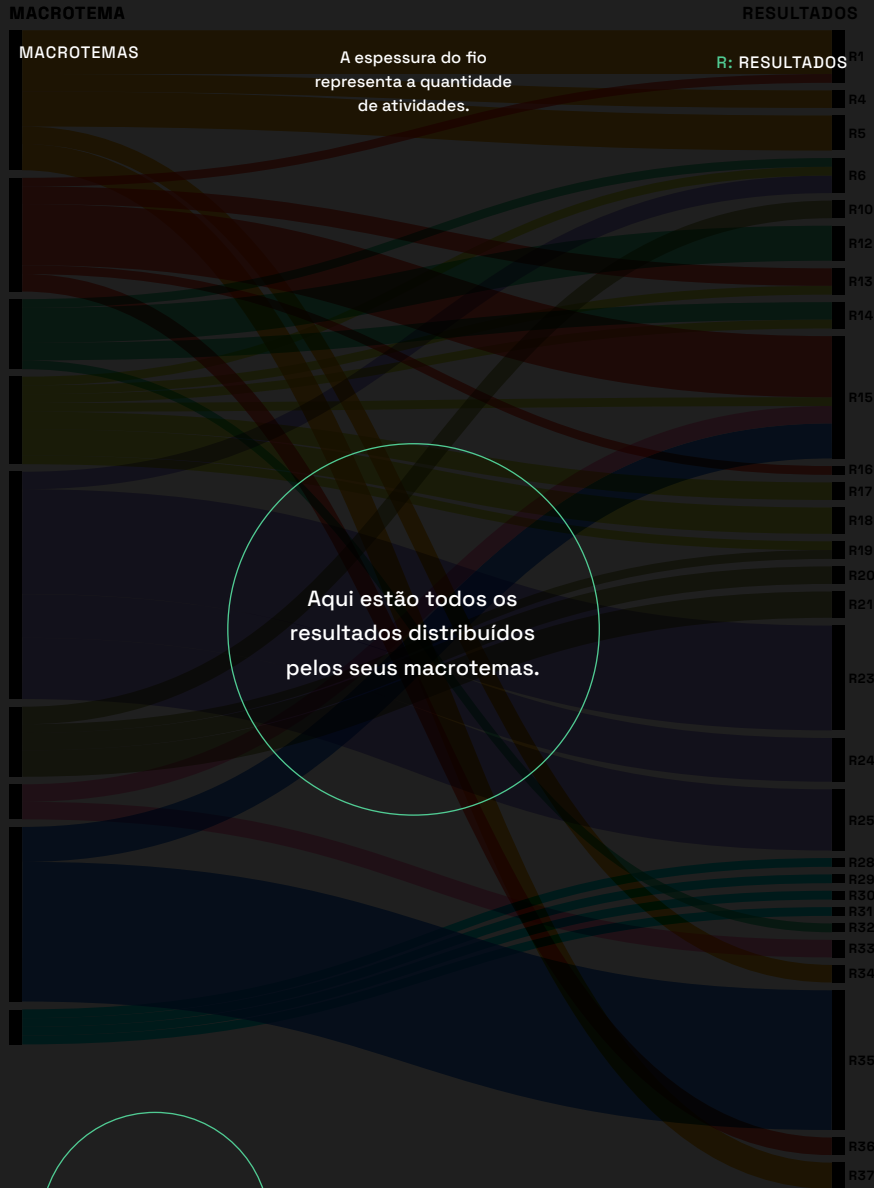
Produtos

37

Resultados

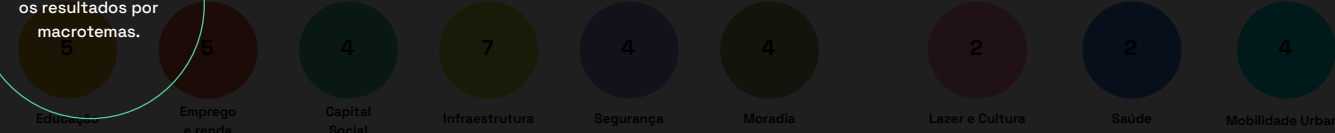
14

ODS



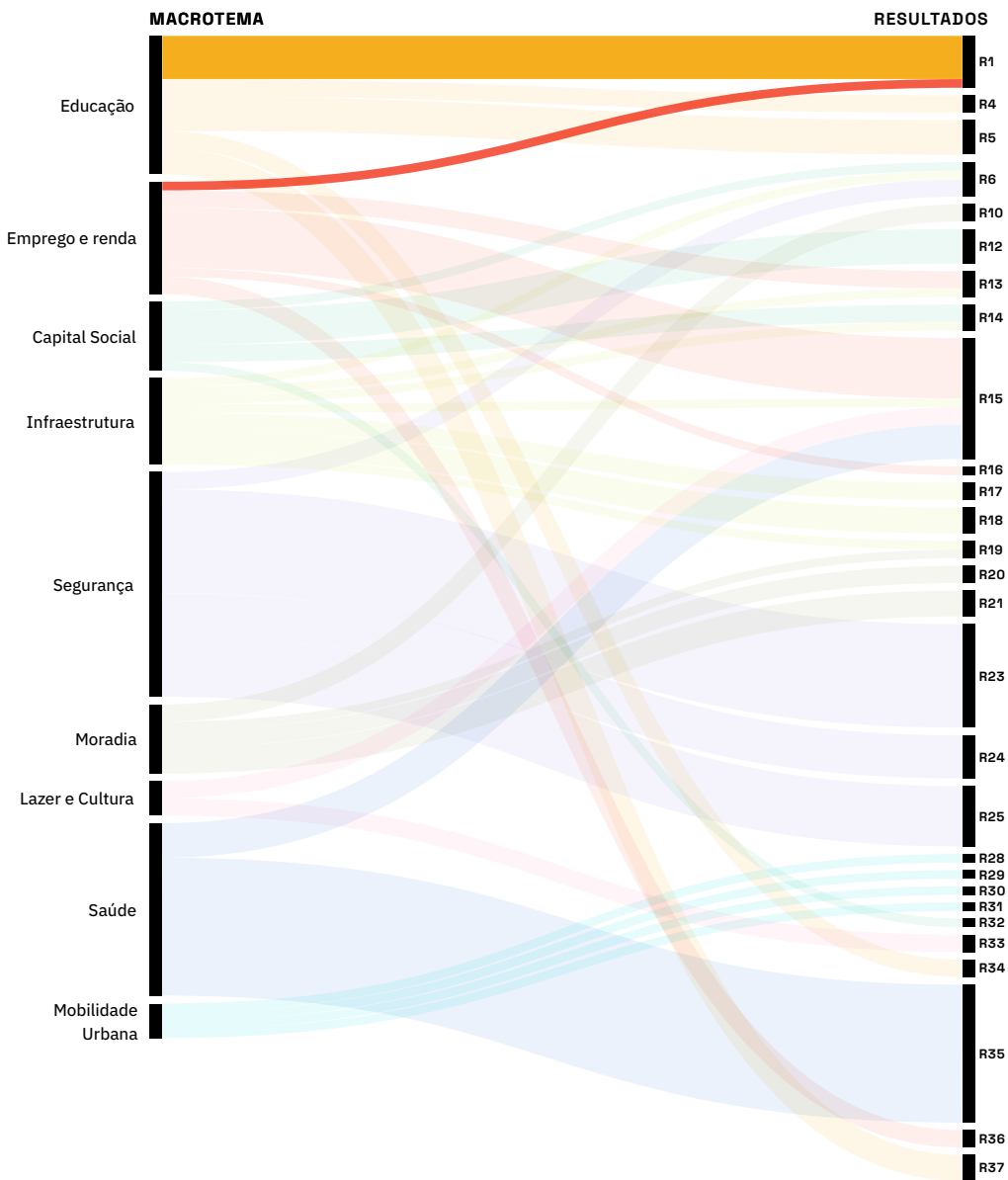
QUANTIDADES DE RESULTADOS LIGADOS A CADA MACROTEMA

Contagem de todos os resultados por macrotemas.



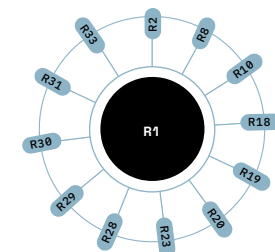
ESTA TEORIA DA MUDANÇA TRABALHA COM:





R1

Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas



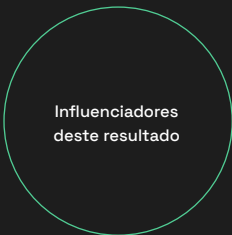


Numeração dos resultados contidos na página.

Resultados à sociedade (ODS).

R1

R1
Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas



I: INSUMOS

I01
Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

I02
Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

I03
Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

I04
Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais

A: ATIVIDADES

A1
Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuem para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

A4
Implementar atividades para pais na vida escolar dos filhos

A3
Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc)

A2
Resultados que não se originam de uma atividade não possuem esta morfologia, e suportar aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

A11
Garantir acesso focalizado a programas de complementação à renda

P: PRODUTOS

P1
Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuem para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

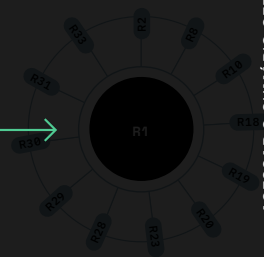
P4
Número de atividades de promoção do engajamento de pais realizadas

P3
Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

P2
Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

P11
Número de famílias vulneráveis atendidas por programas de complementação à renda no território (ODS 1.3, 10.4)

Aqui estão as atividades, insumos e produtos relacionados ao resultado selecionado.

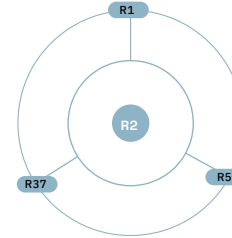


A TEORIA DA MUDANÇA



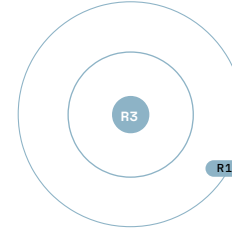
R2

Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série



R3

Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.5)



R2, R3

RESULTADOS À SOCIEDADE (R3)

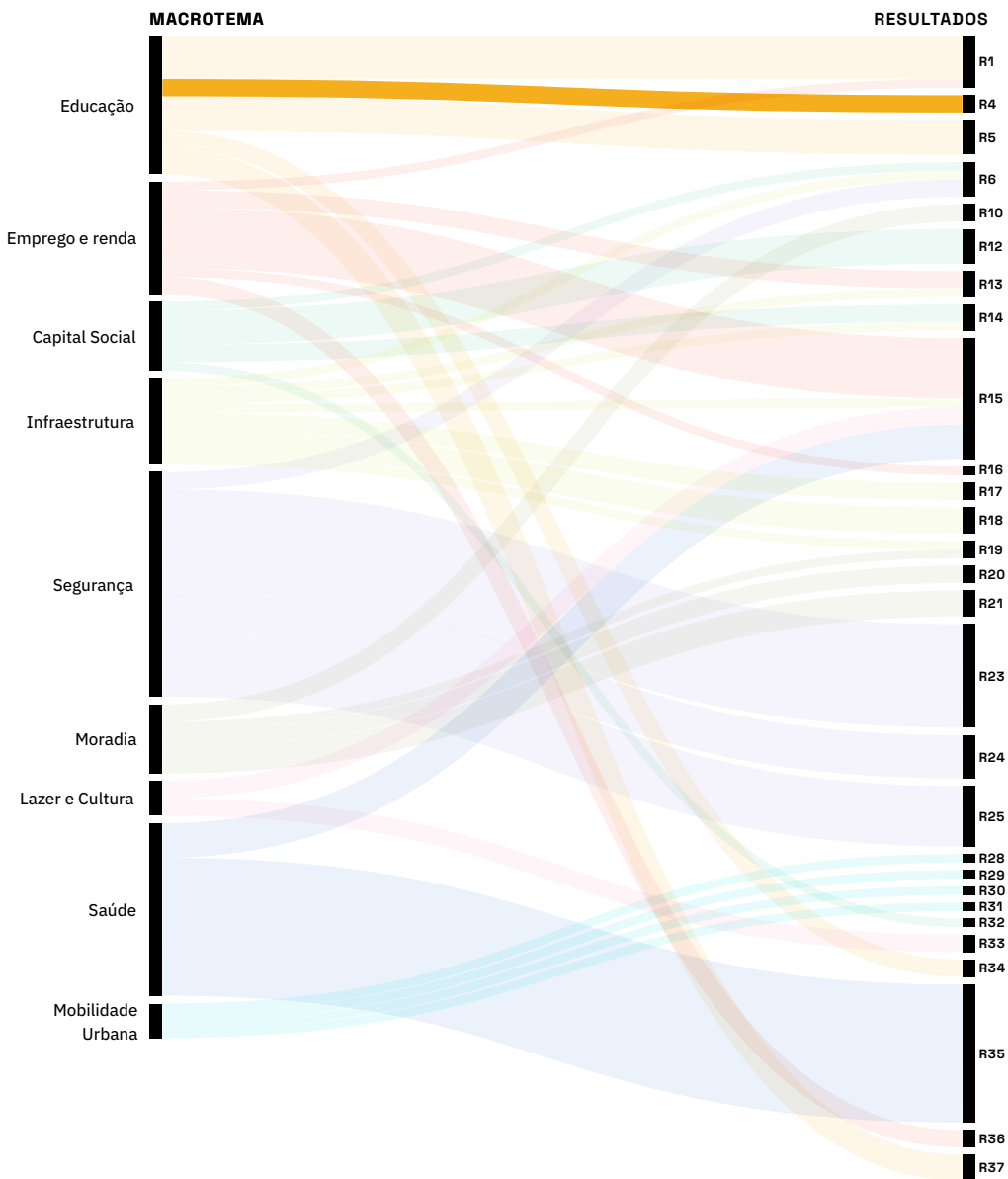
ODS 4

População local tem educação de qualidade assegurada

ODS 8

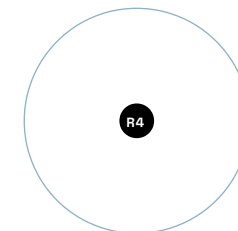
População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

A TEORIA DA MUDANÇA



R4

Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO

I02

Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

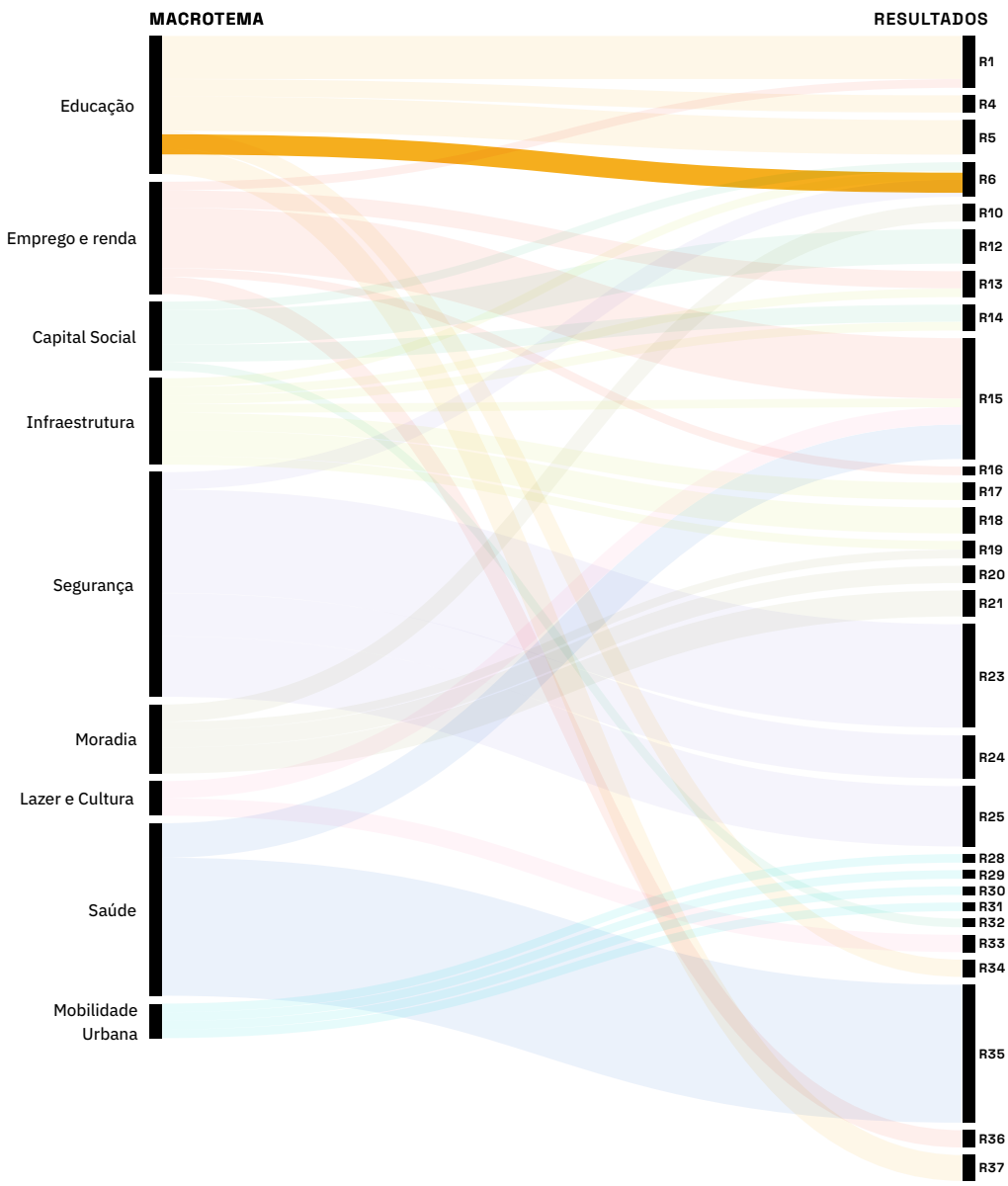
A3

Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc)

P3

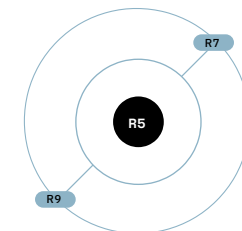
Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

R4



R5

Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)



I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

I02

Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

I04

Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais

A1

Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

A3

Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc)

A2

Adotar melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

P1

Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

P3

Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

P2

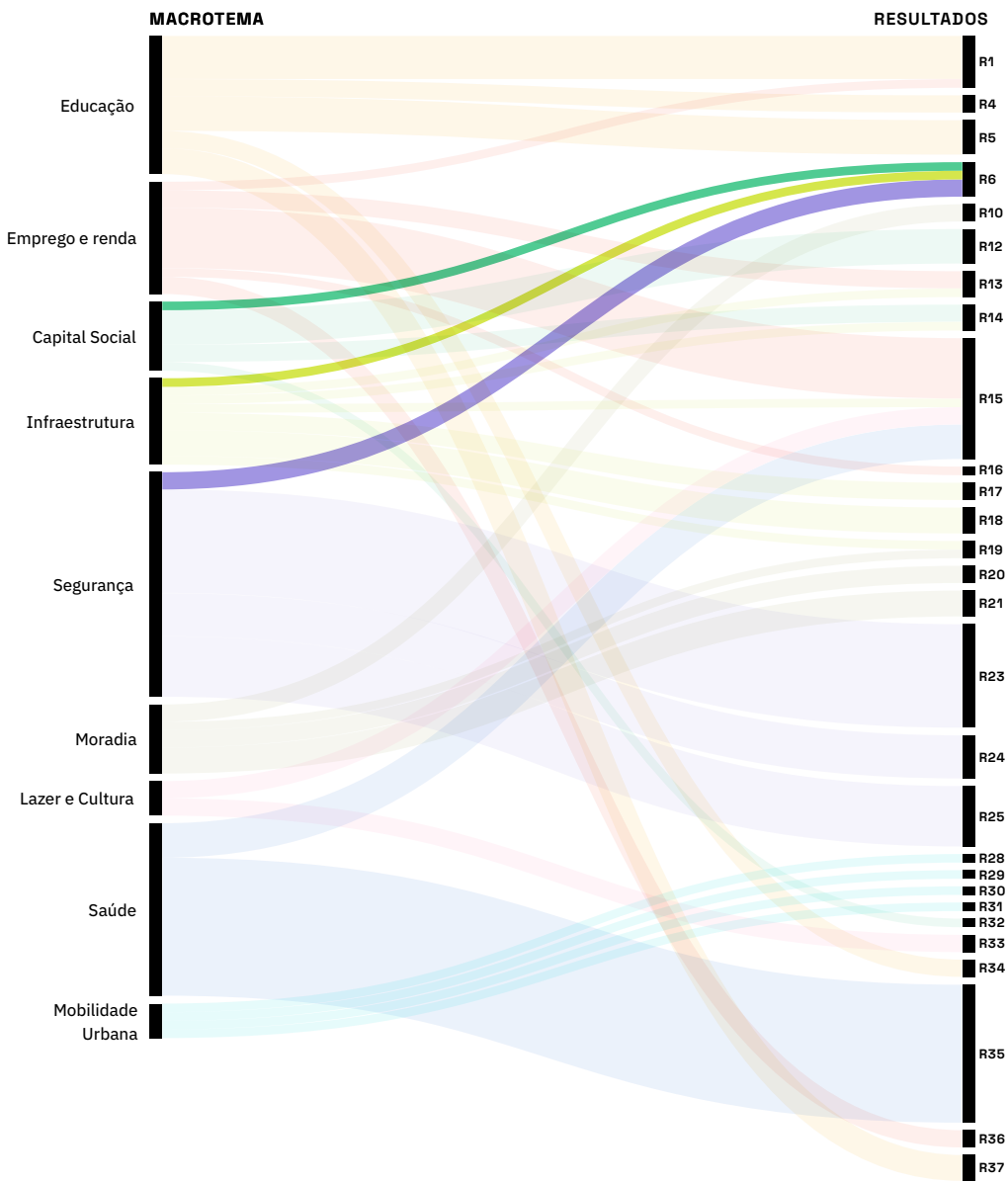
Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

R5

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 4

População local tem educação de qualidade assegurada



R6

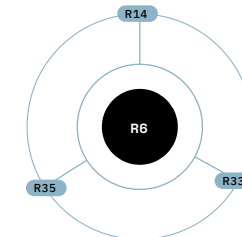
RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 10

A cidade apresenta desigualdade reduzida

R6

População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc (ODS 10.2)



I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A13

Garantir serviços de limpeza urbana, incluindo coleta, manejo e reciclagem de resíduos sólidos no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P27

Número de novos programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A6

Promover/apoiar ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento local, e ao estímulo à participação ampla e representativa da população local

P7

Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

I08

Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

A19

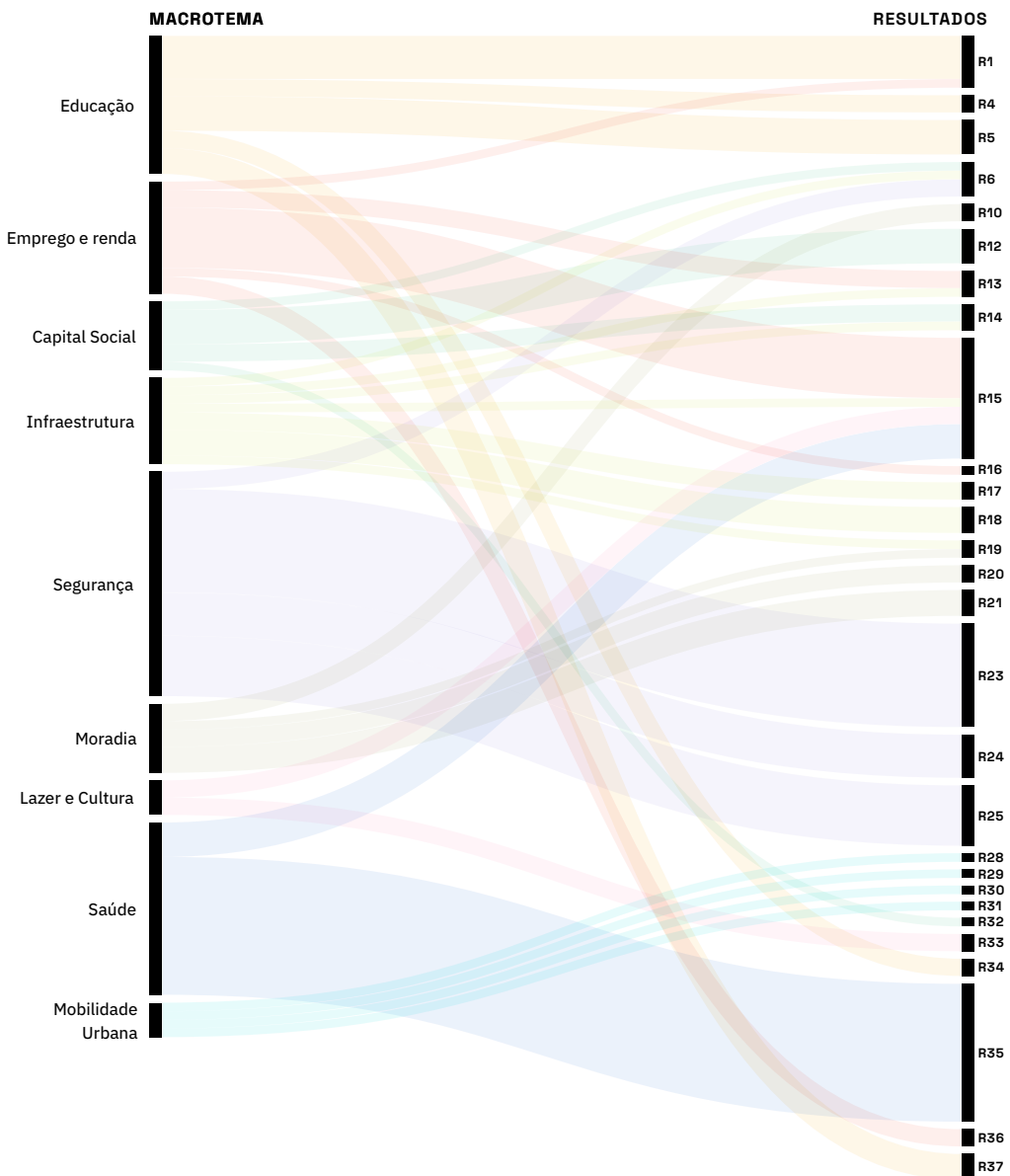
Criar canais de comunicação e comitês abertos com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais

P19

Número de novos canais de comunicação e comitês abertos (com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais) funcionando no território (ODS 16.7)

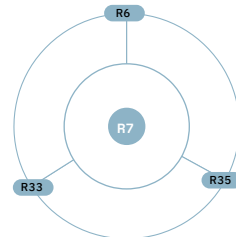
I09

Unidades policiais de patrulhamento e apoio



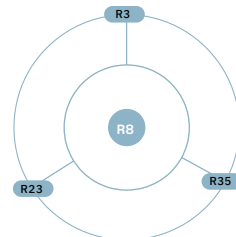
R7

População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc



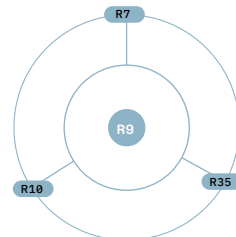
R8

Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)



R9

Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 3.1, 3.2)



R7

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 2

População do território tem segurança alimentar e nutricional

ODS 3

População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

R8

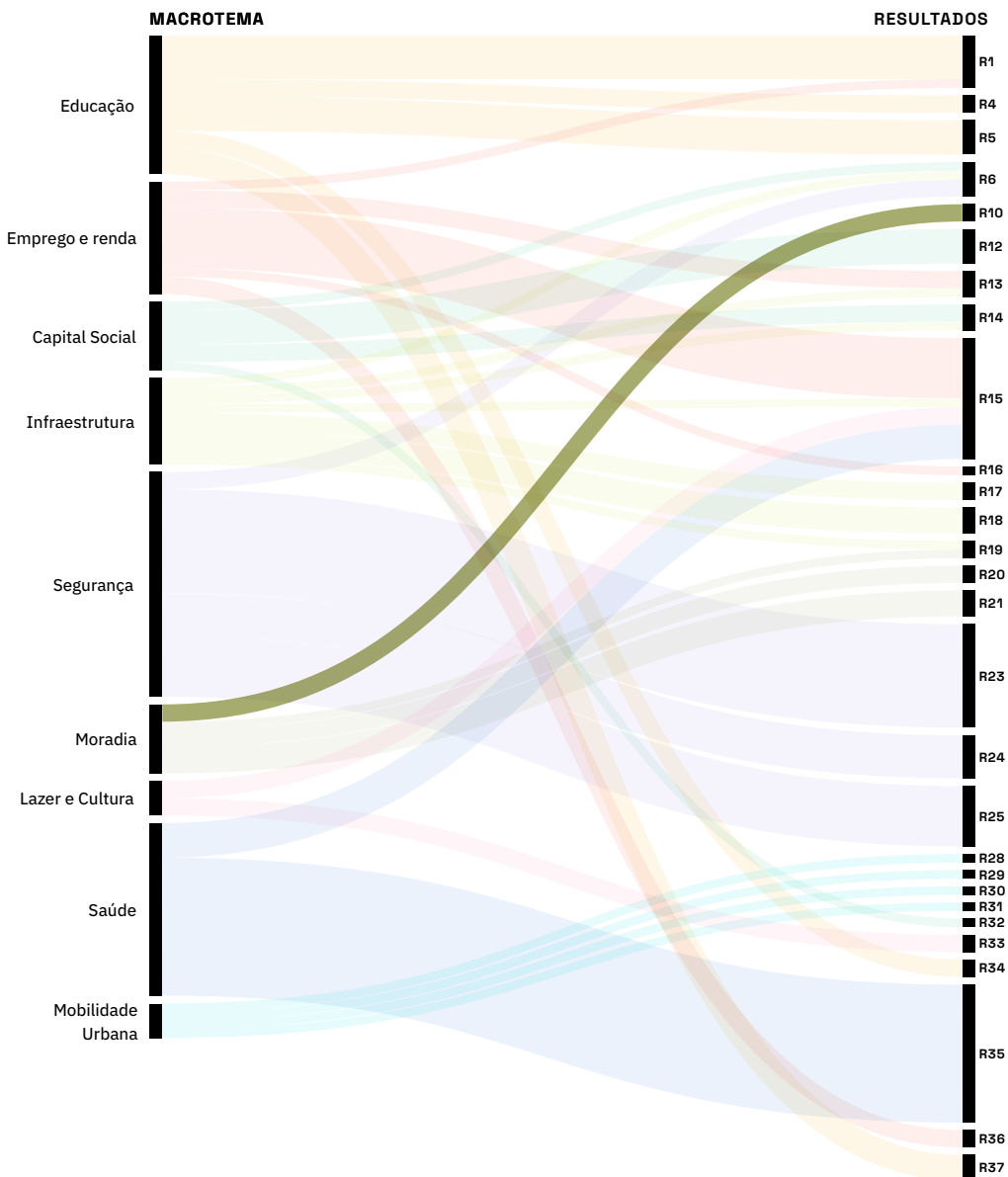
ODS 3

População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

R9

ODS 3

População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas



R10

Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A17

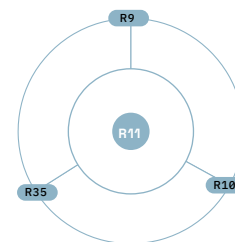
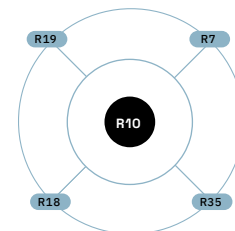
Viabilizar a provisão de habitações e condições de compra ou reforma, incluindo arranjos de suporte financeiro

A18

Viabilizar a realização de reformas e adequações das moradias do território, incluindo a provisão de suporte financeiro e de apoio para baratear custos de materiais e serviços

P18

Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população



R11

Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9)

R10

RESULTADOS À SOCIEDADE

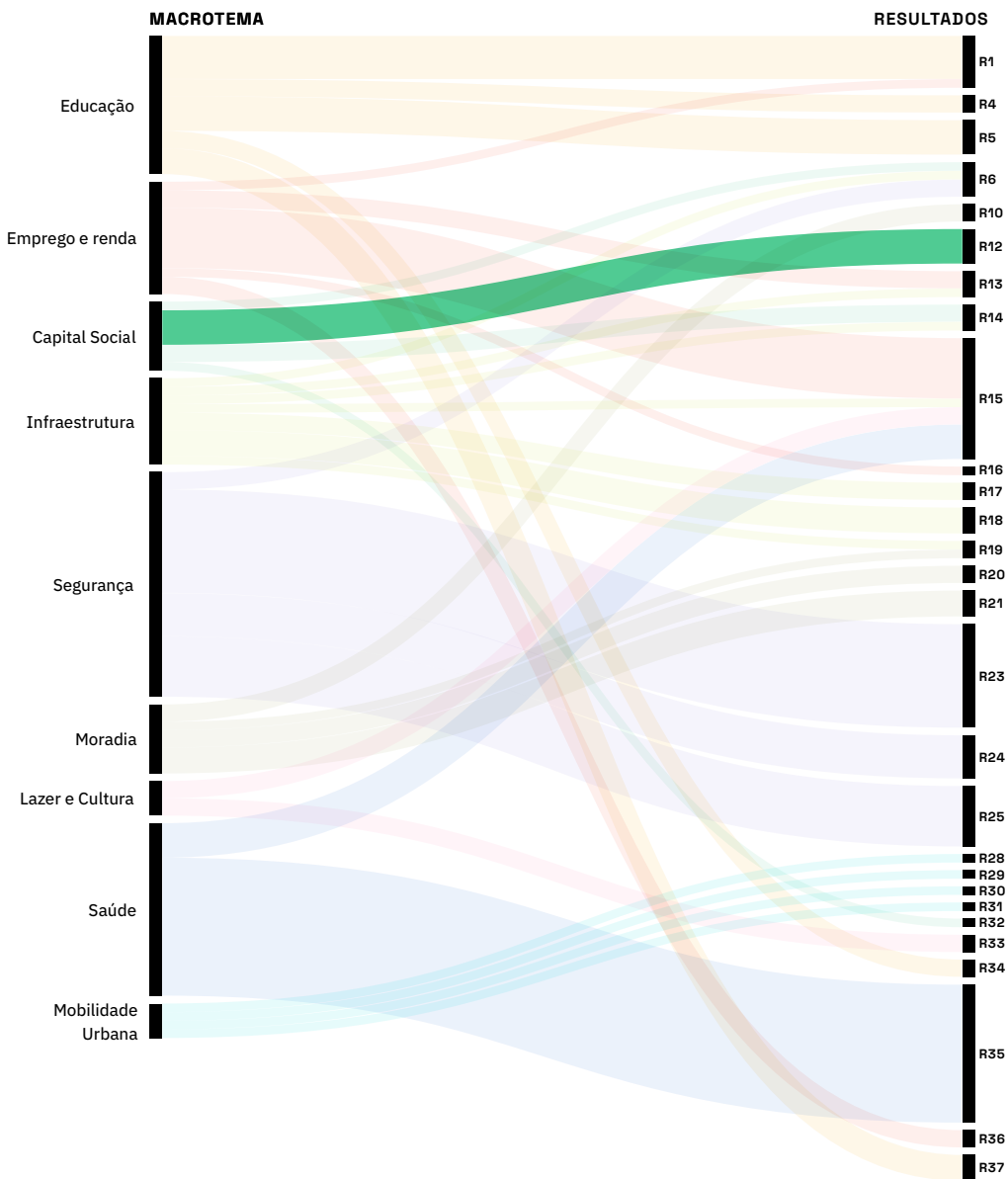
ODS 3

População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

R11

ODS 3

População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas



R12

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 10

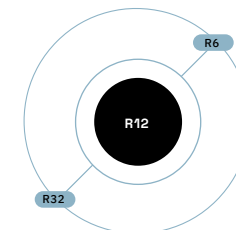
A cidade apresenta desigualdade reduzida

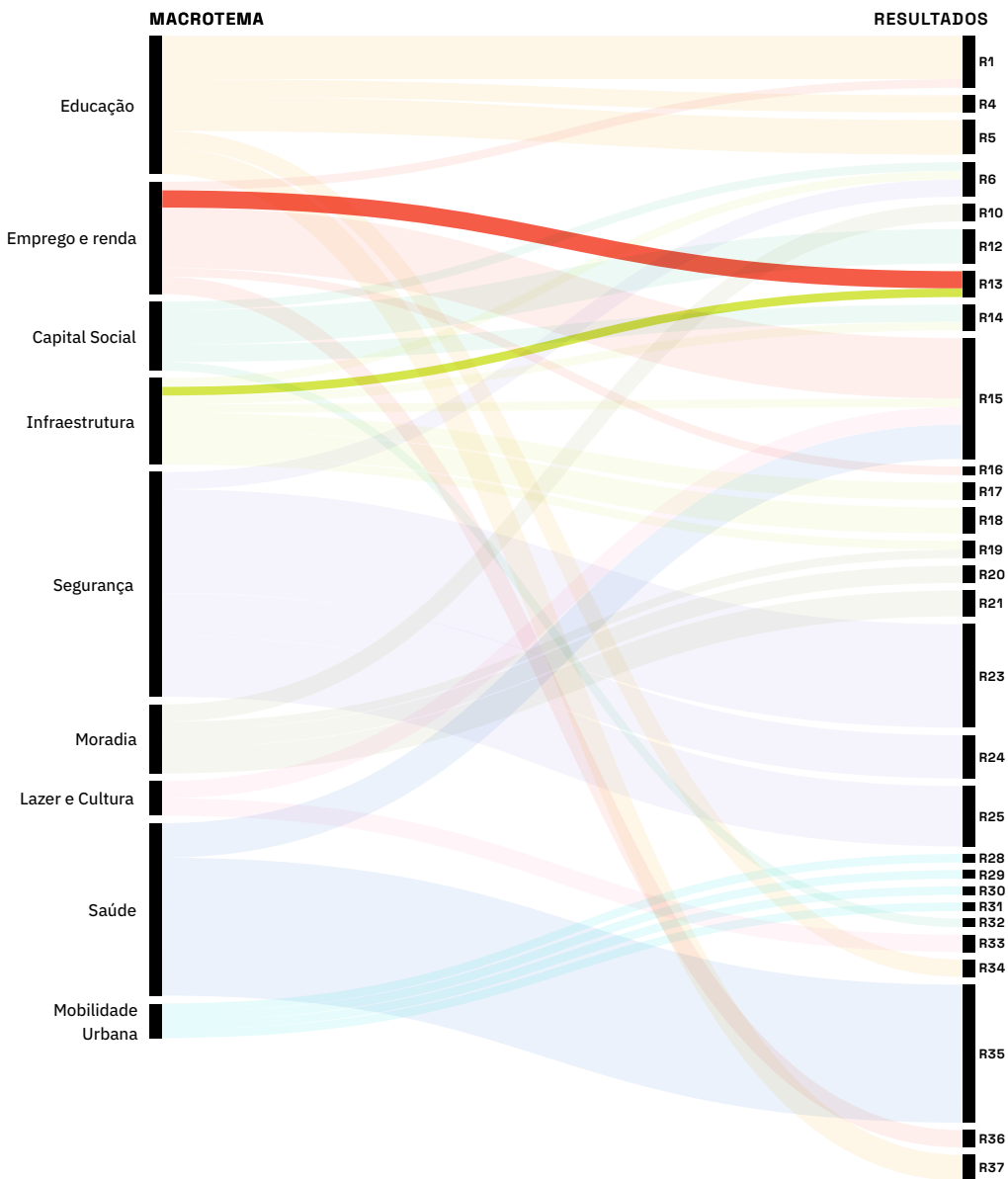
ODS 16

Comunicado local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

R12

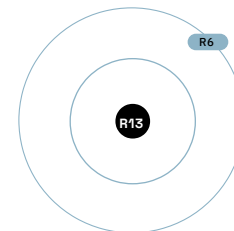
Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)





R13

População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6)



I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A8

Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

P9

Número de novos mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação implementados no território, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 10.2, 10.3)

I04

Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais

A13

Garantir serviços de limpeza urbana, incluindo coleta, manejo e reciclagem de resíduos sólidos no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P27

Número de novos programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

I01

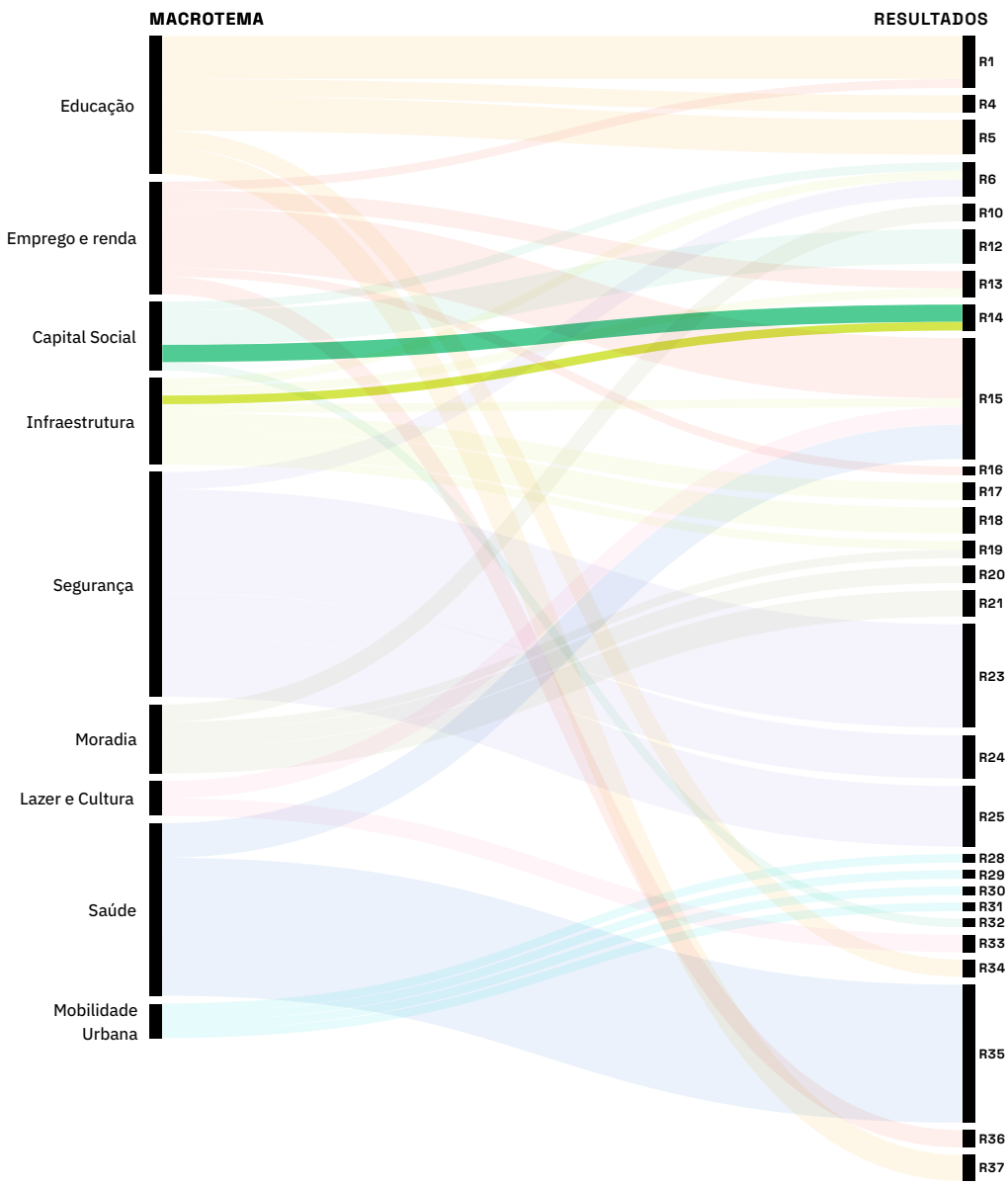
Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

R13

RESULTADOS À SOCIEDADE

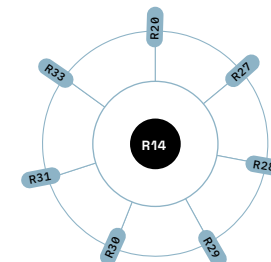
ODS 8

População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente



R14

População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento



I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A6

Promover/apoiar ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento local, e ao estímulo à participação ampla e representativa da população local

P7

Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

A25

Promover/apoiar ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro, incluindo a participação de burocratas de rua e profissionais do setor privado, visando à adequação entre as demandas locais e as condições de implementação das ações pensadas para o território

P25

Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

I01

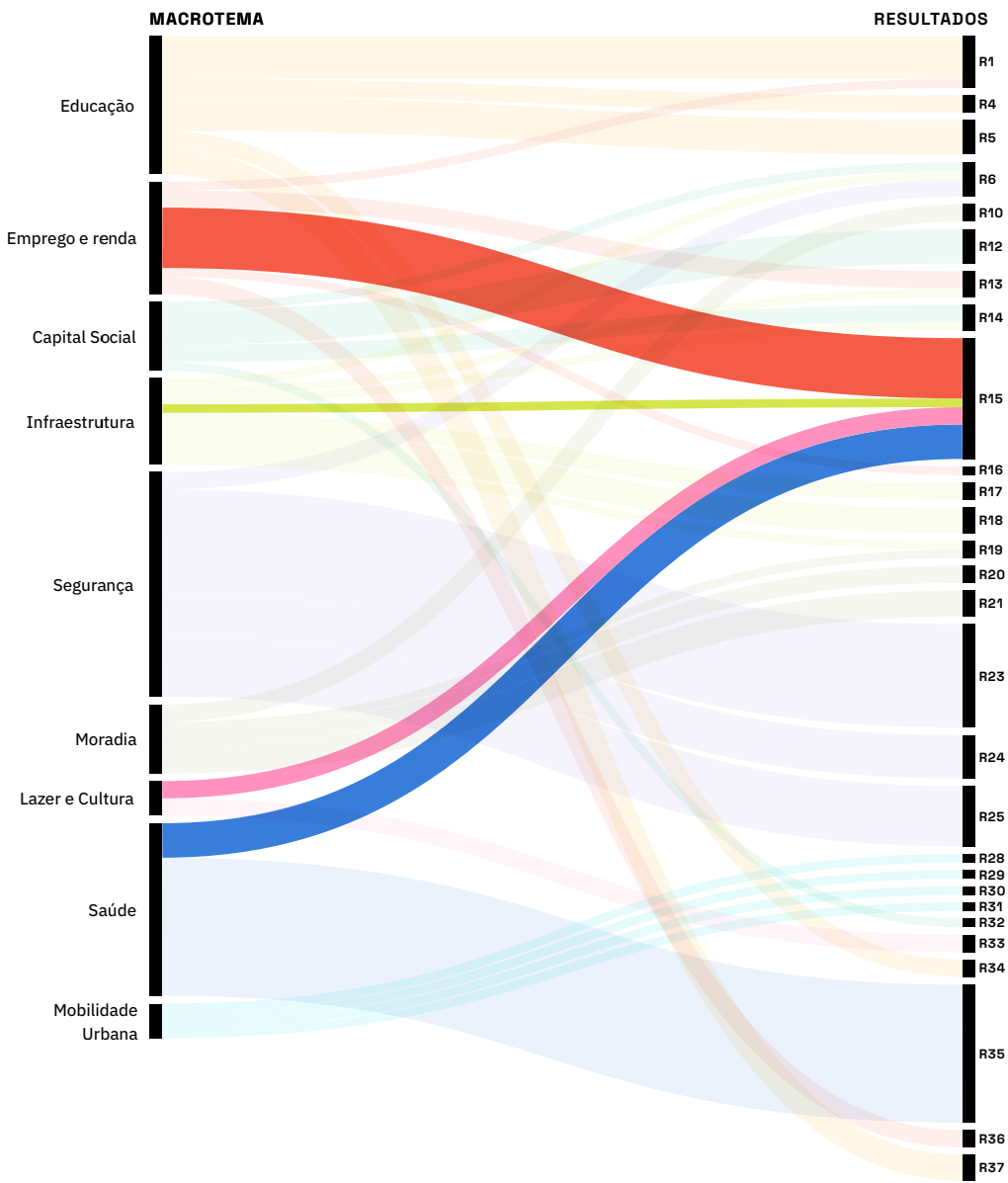
Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A13

Garantir serviços de limpeza urbana, incluindo coleta, manejo e reciclagem de esíduos sólidos no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P27

Número de novos programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)



R15

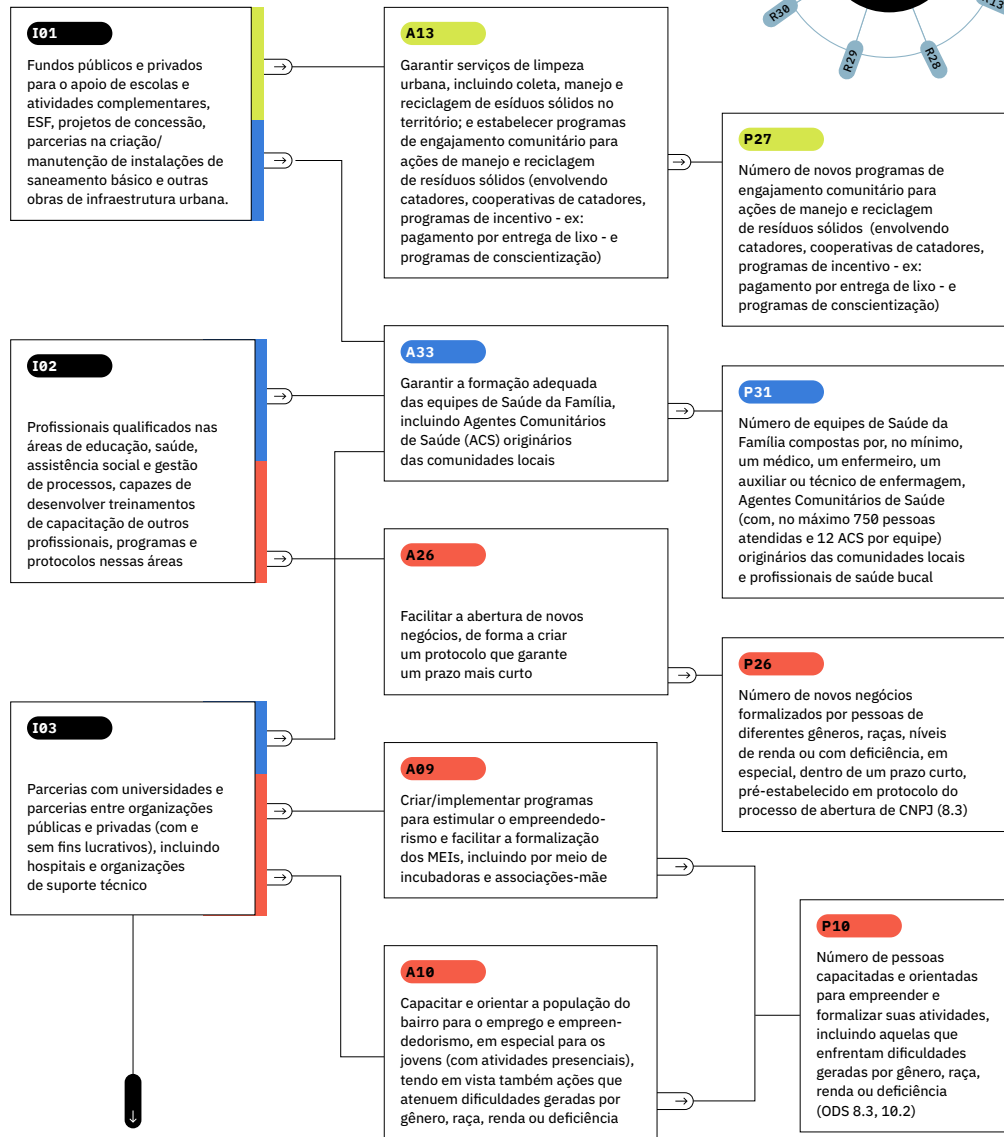
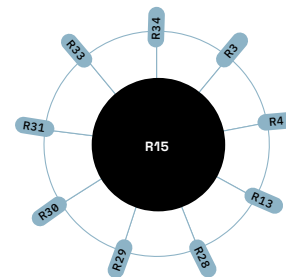
RESULTADOS À SOCIEDADE

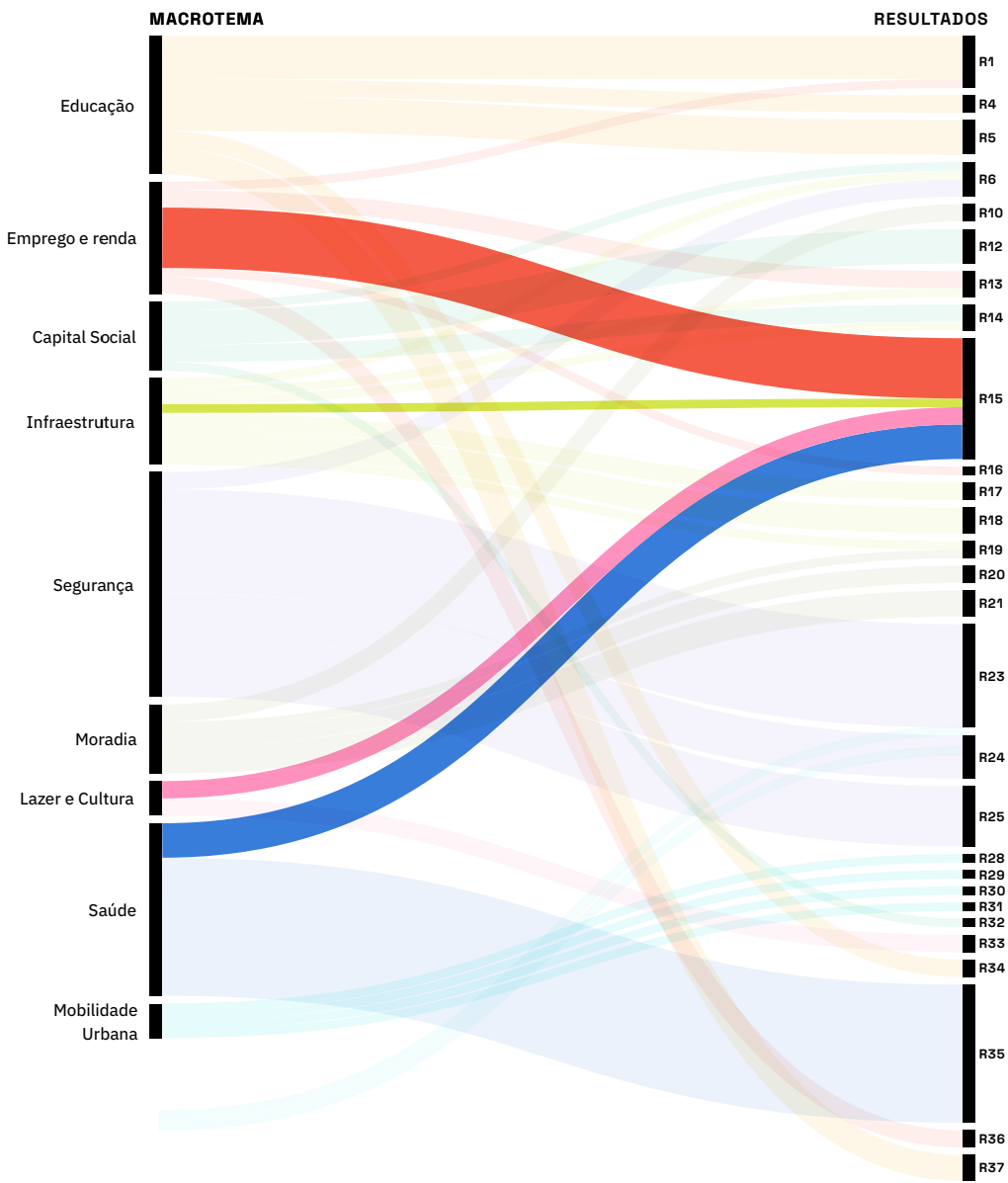
ODS 8

População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

R15

População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

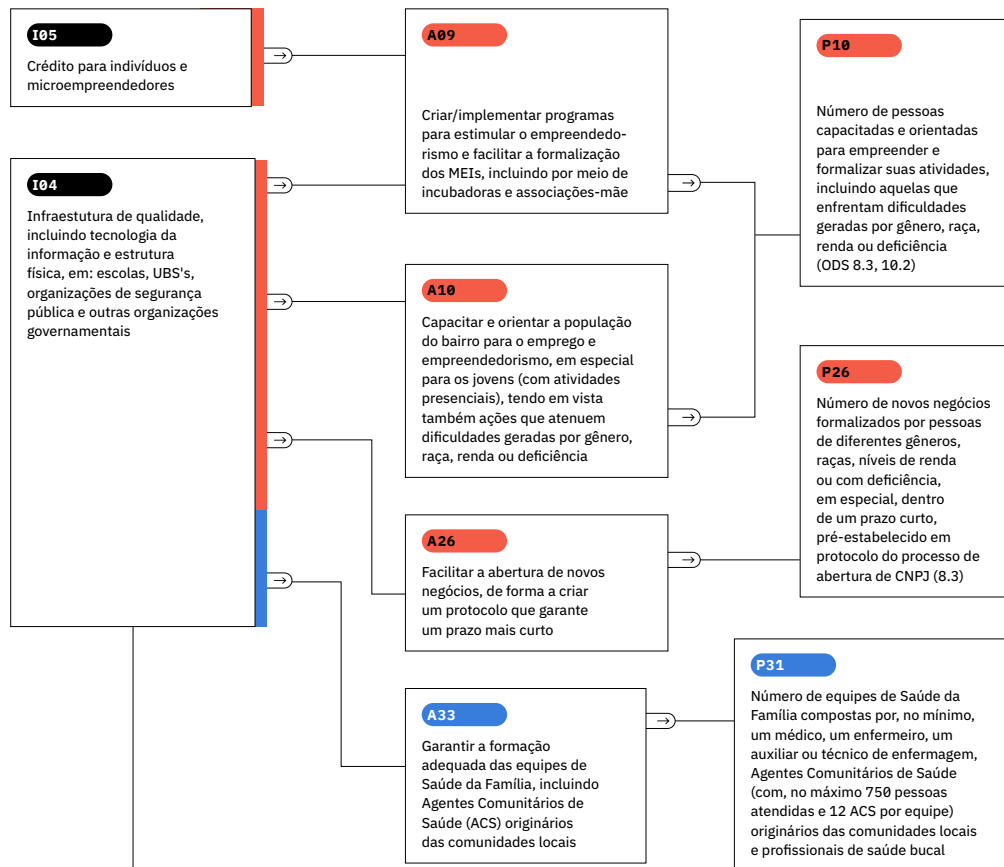
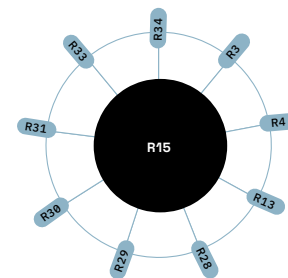


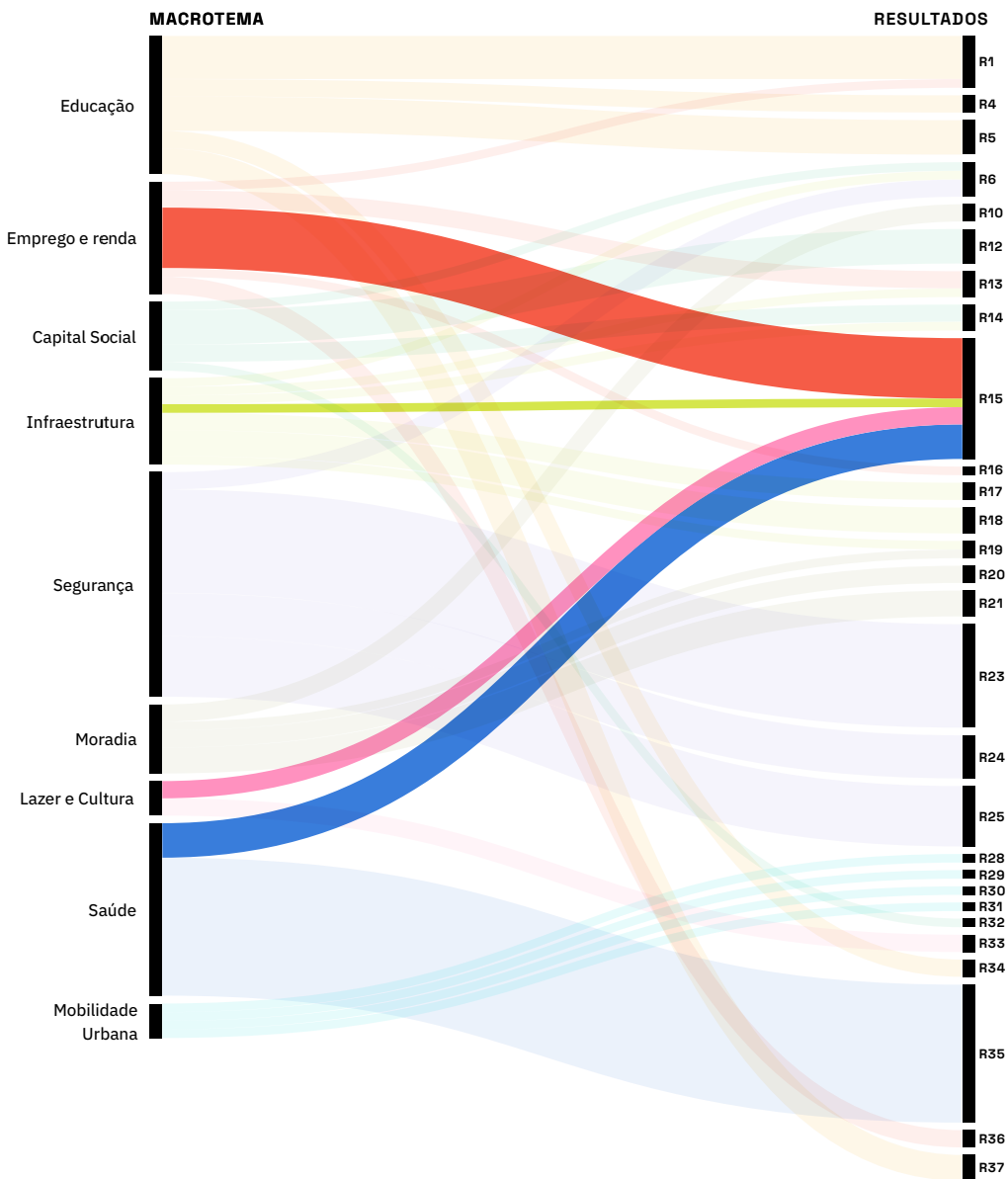


R15 RESULTADOS À SOCIEDADE
ODS 8
 População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

R15

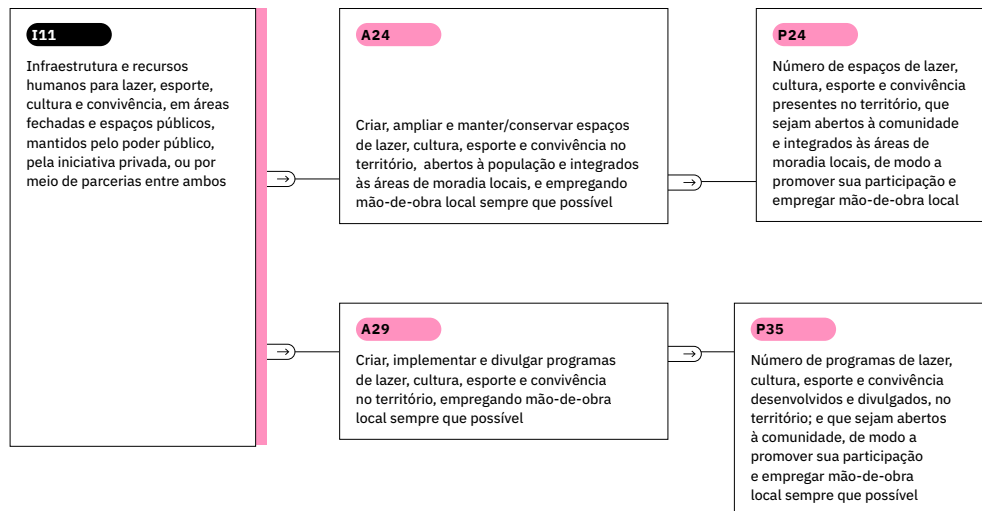
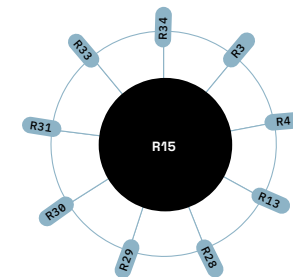
População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)





R15

População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)



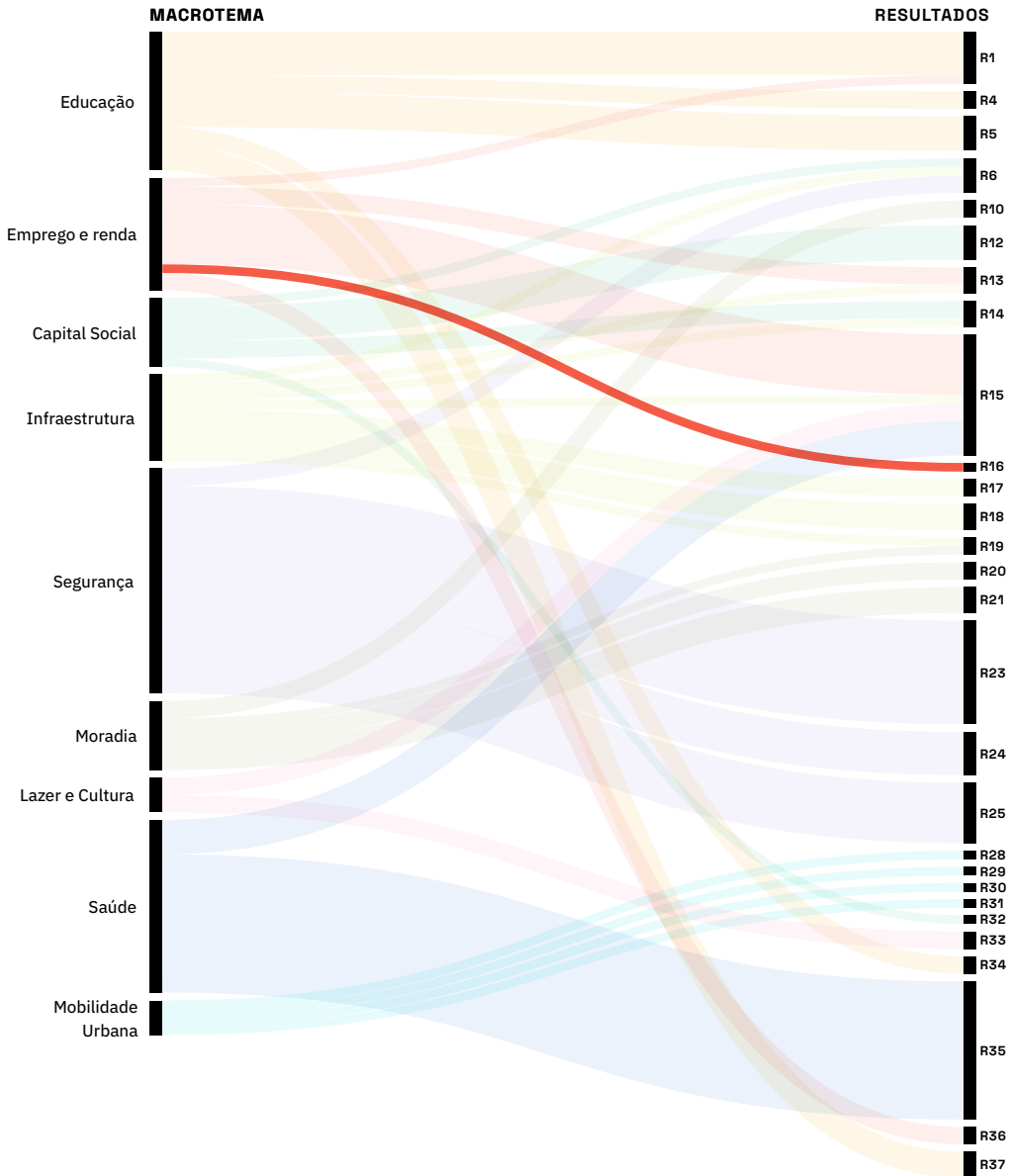
R15

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 8

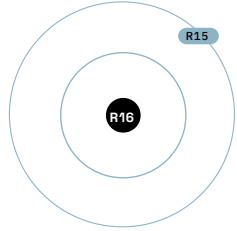
População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

A TEORIA DA MUDANÇA



R16

População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1)



I04

Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais

A11

Garantir acesso focalizado a programas de complementação à renda

P11

Número de famílias vulneráveis atendidas por programas de complementação à renda no território (ODS 1.3, 10.4)

R16

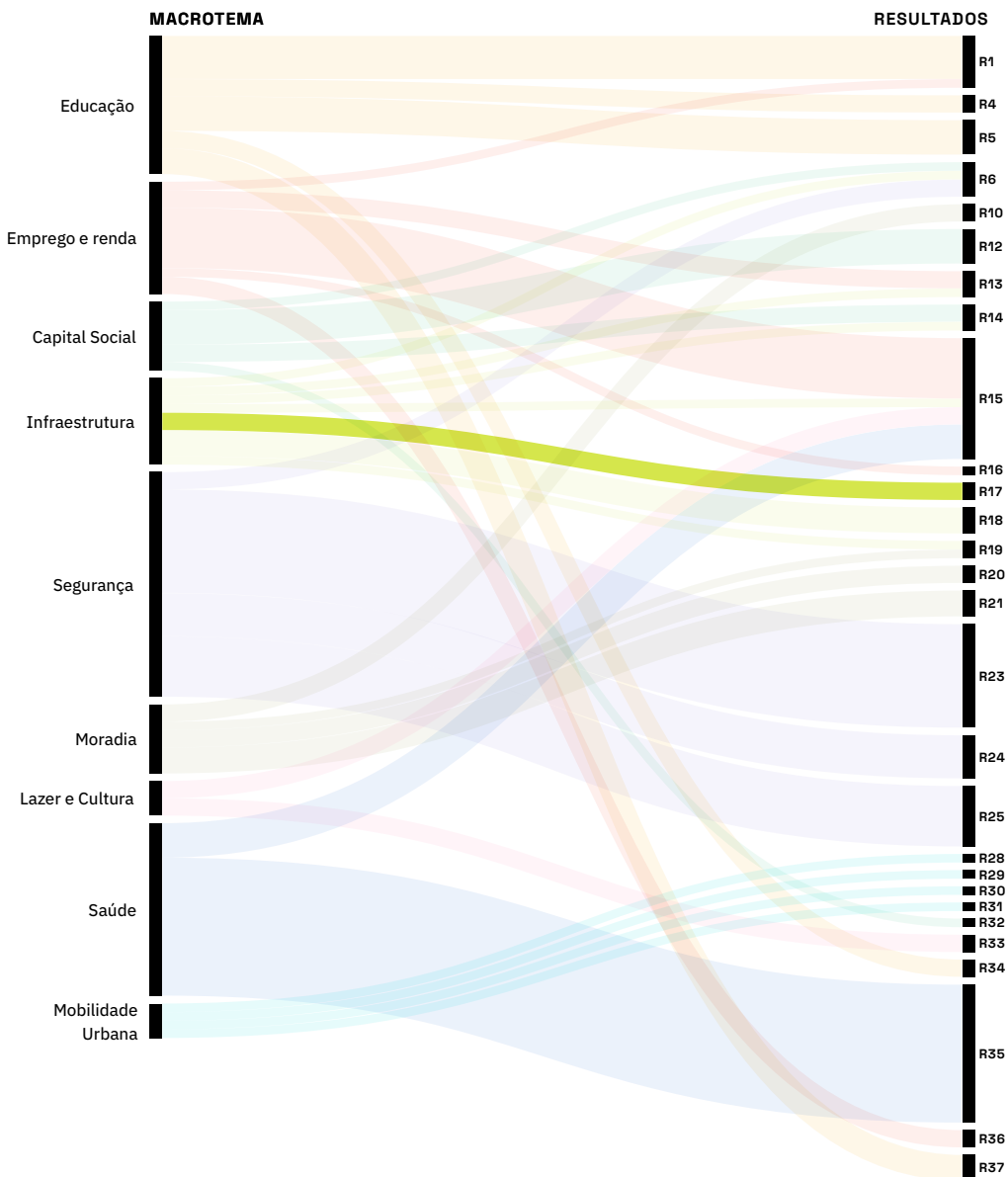
RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 1

População do território tem condições de superar a pobreza

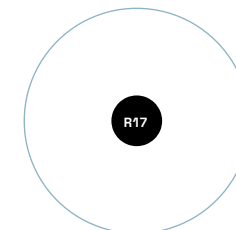
ODS 10

A cidade apresenta desigualdade reduzida

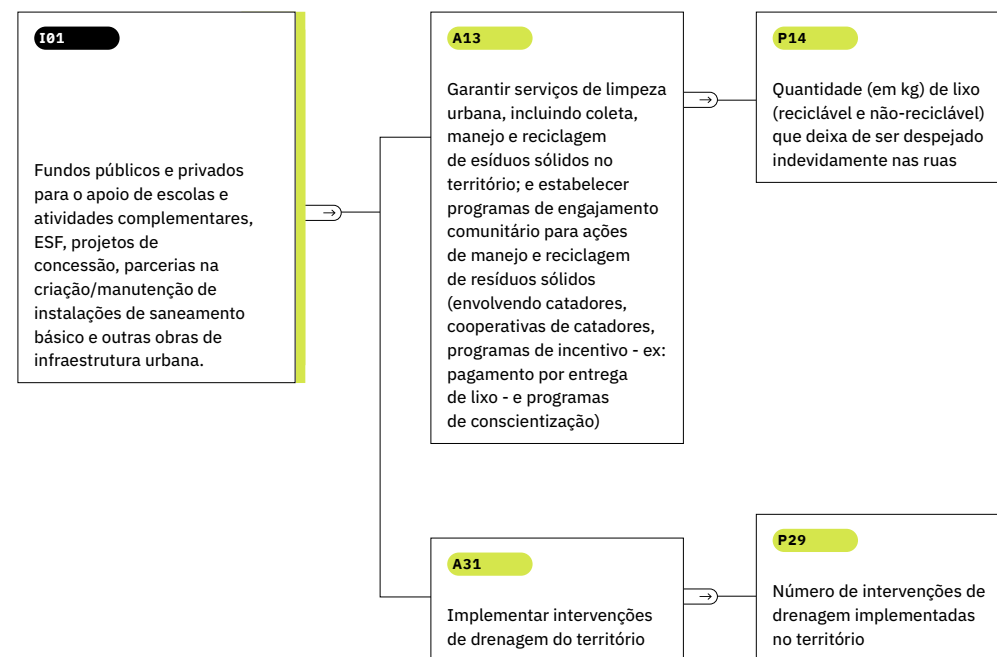


R17

Território não sofre com enchentes (ODS 11.5)



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO



R17

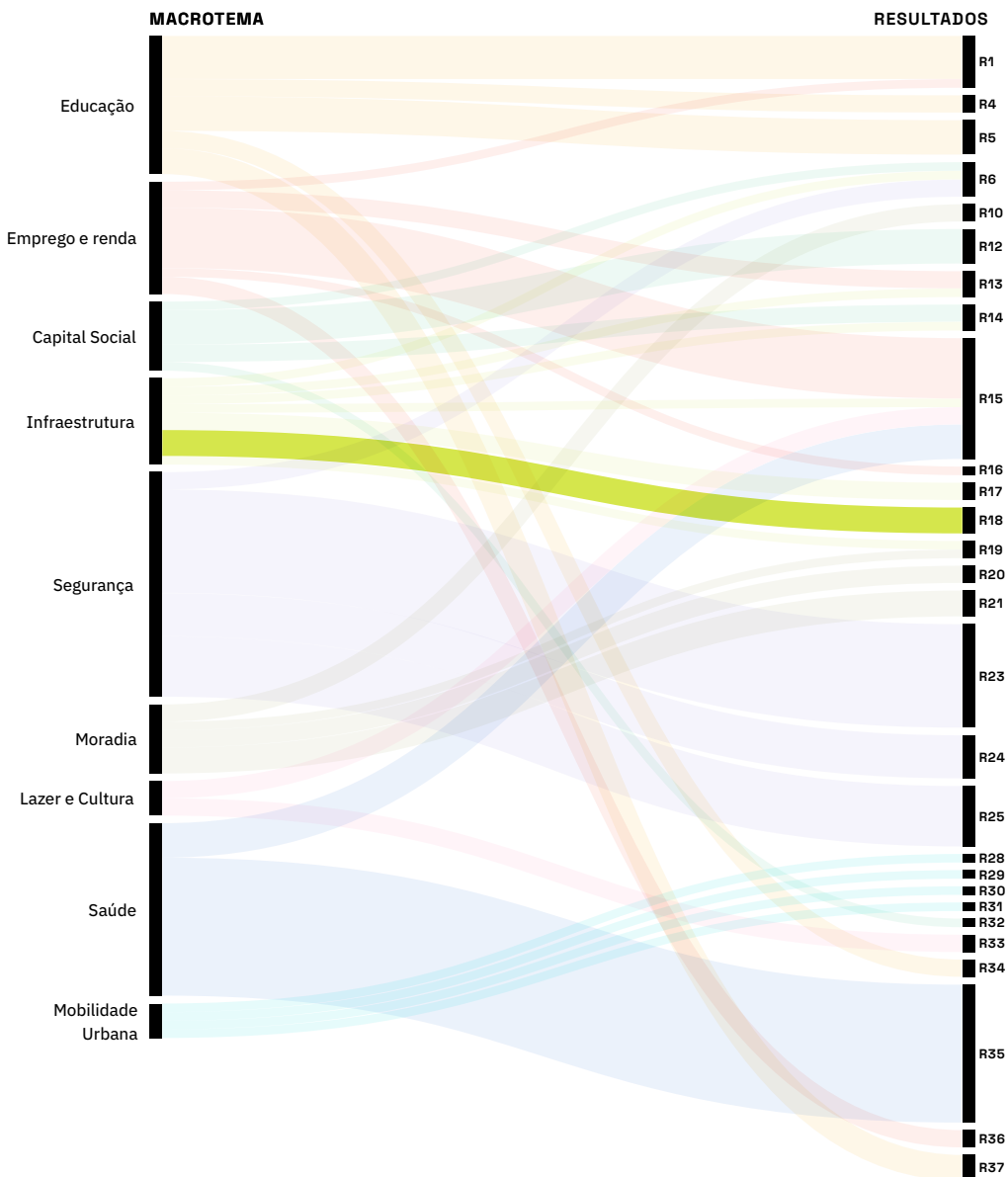
RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

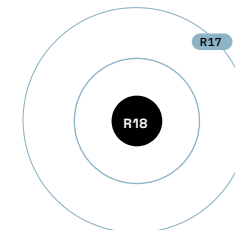
ODS 13

Tomar medidas urgentes para combater os impactos das mudanças climáticas



R18

Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos



I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A12

Garantir iluminação pública adequada no território

P12

Número de novas ruas do território cobertas por unidades de iluminação pública

A13

Garantir serviços de limpeza urbana, incluindo coleta, manejo e reciclagem de resíduos sólidos no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo e reciclagem de resíduos sólidos (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P13

Quantidade (em kg) de resíduos sólidos adequadamente coletados, manejados e tratados (ODS 11.6, 12.5)

P14

Quantidade (em kg) de lixo (reciclável e não-reciclável) que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas

R18

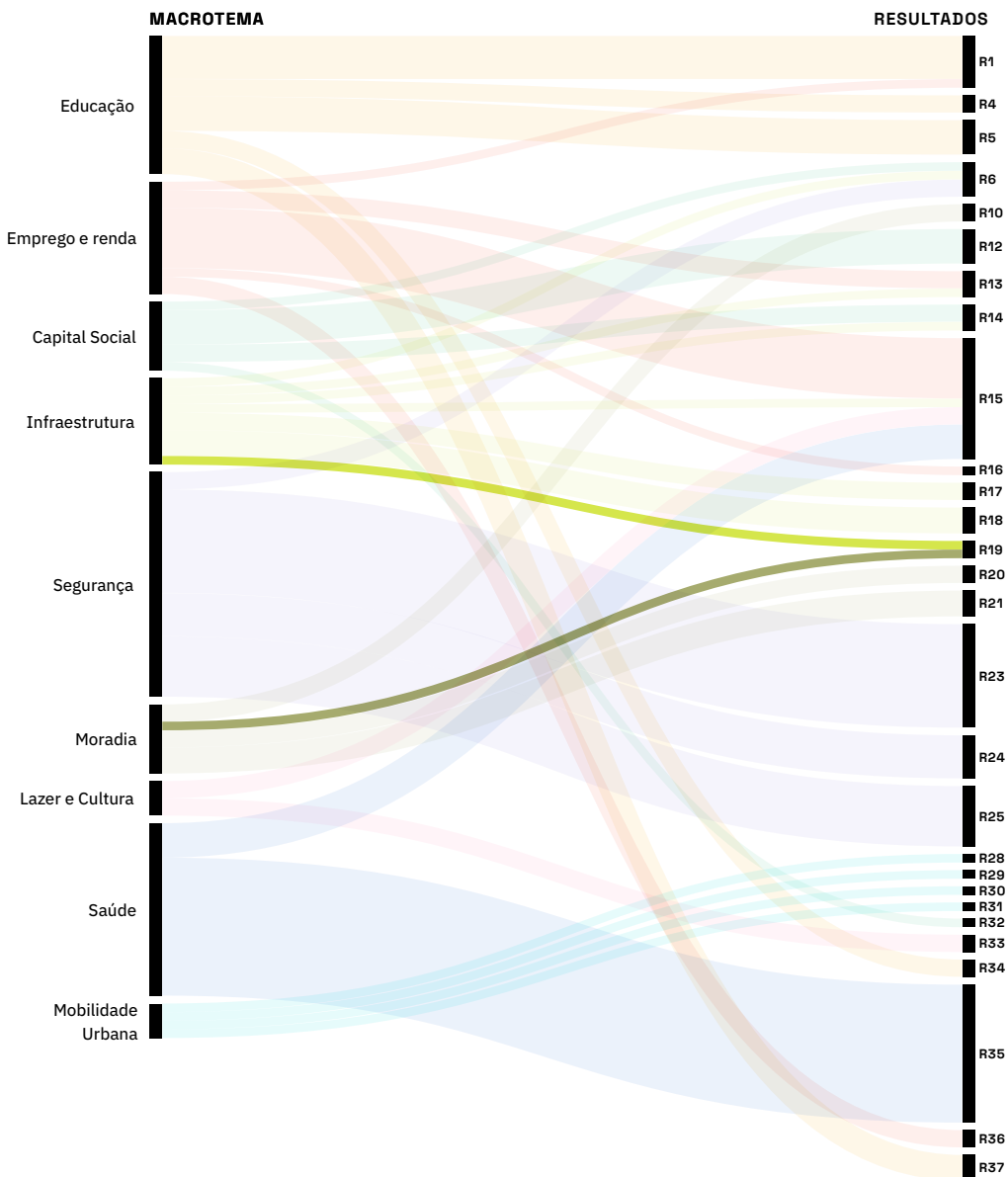
RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

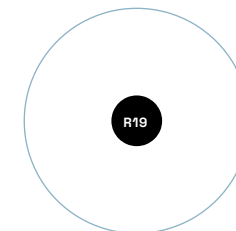
ODS 12

Padrões de produção e consumo sustentáveis são assegurados no território

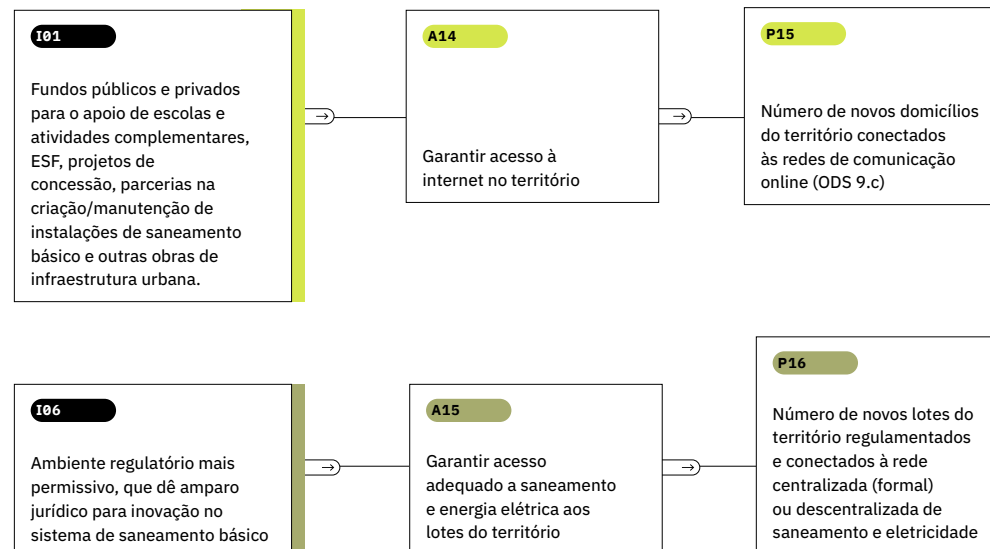


R19

População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO



R19

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 6

Disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos são assegurados no território

ODS 7

Acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos é assegurado no território

ODS 9

Território conta com infraestrutura resiliente e inclusiva

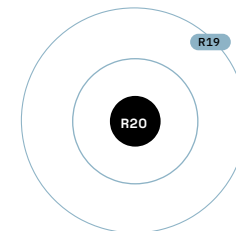
ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável



R20

População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1)



I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A17

Viabilizar a provisão de habitações e condições de compra ou reforma, incluindo arranjos de suporte financeiro

A18

Viabilizar a realização de reformas e adequações das moradias do território, incluindo a provisão de suporte financeiro e de apoio para baratear custos de materiais e serviços

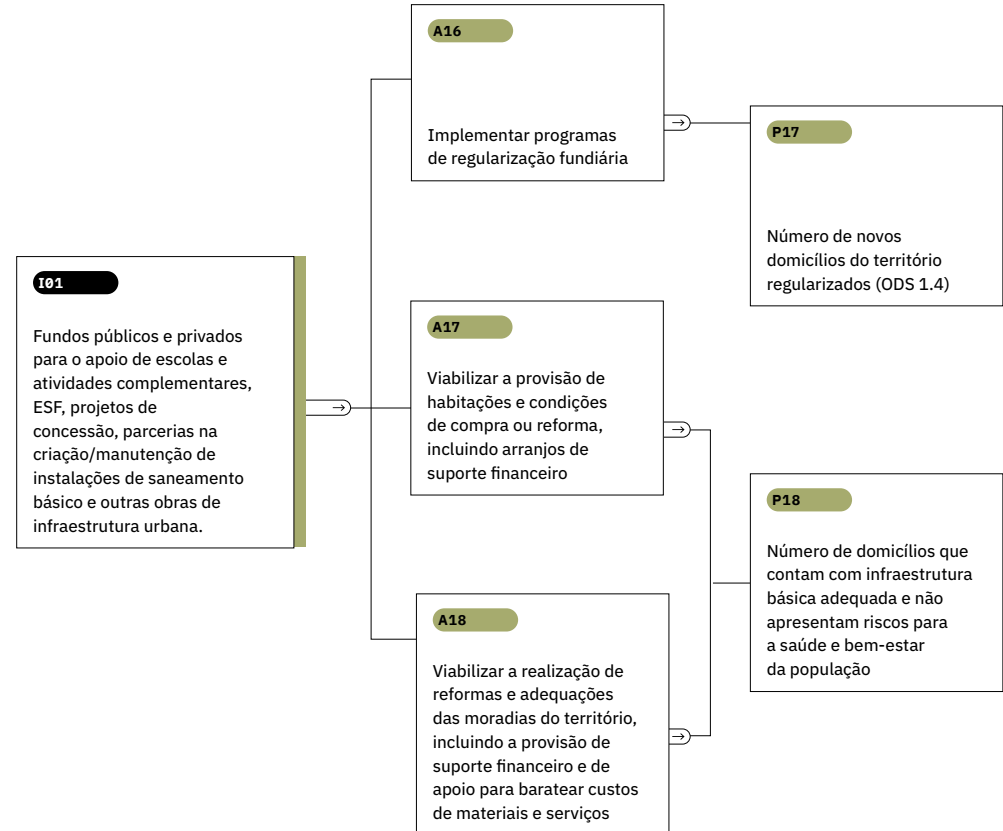
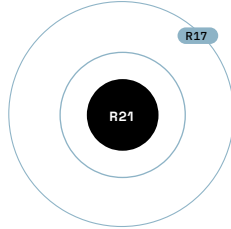
P18

Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população



R21

Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem

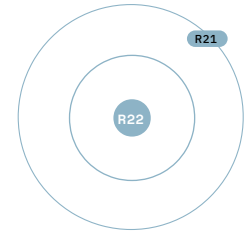


A TEORIA DA MUDANÇA



R22

Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3)



R22

RESULTADOS À SOCIEDADE

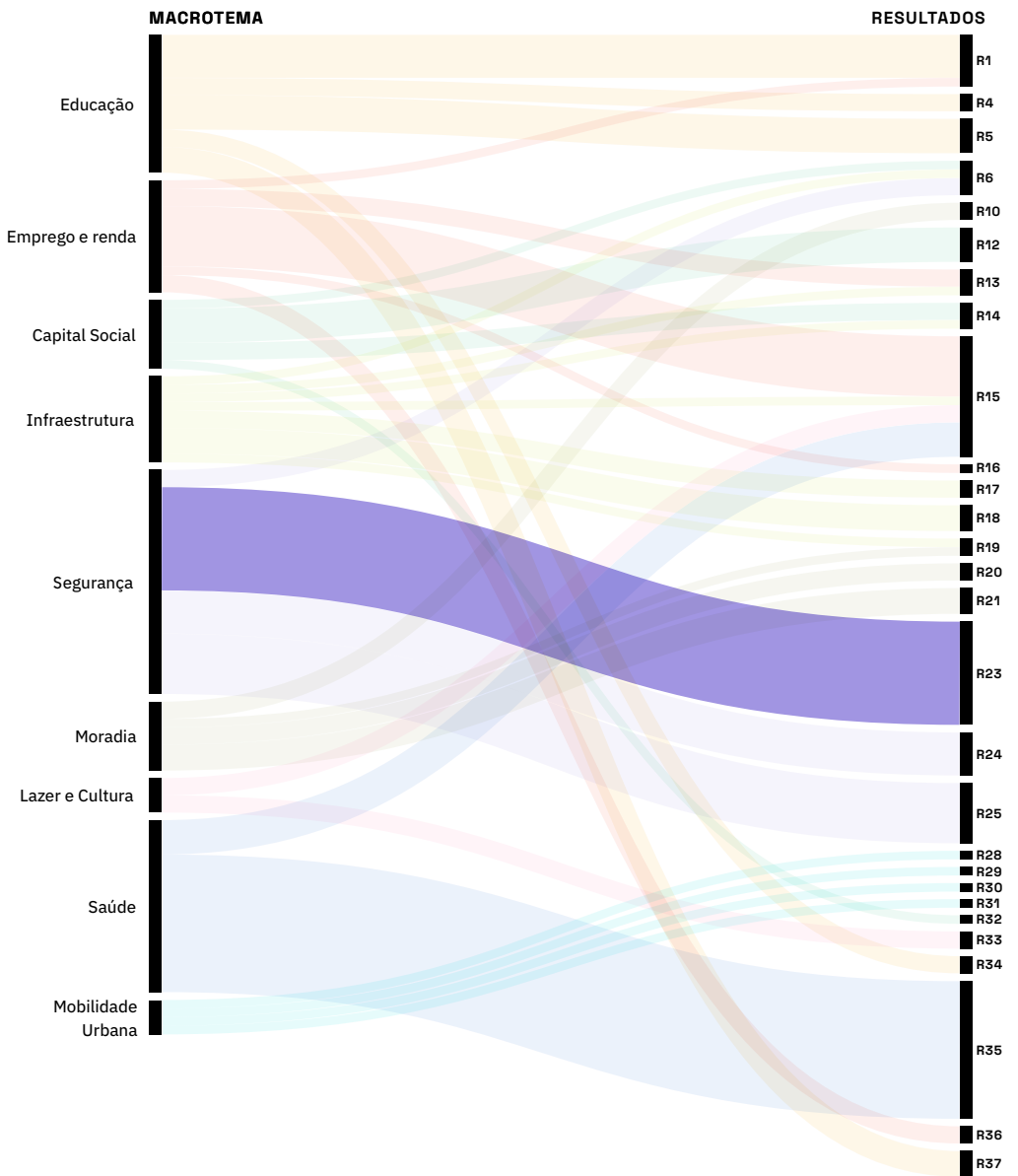
ODS 1

População do território tem condições de superar a pobreza

ODS 8

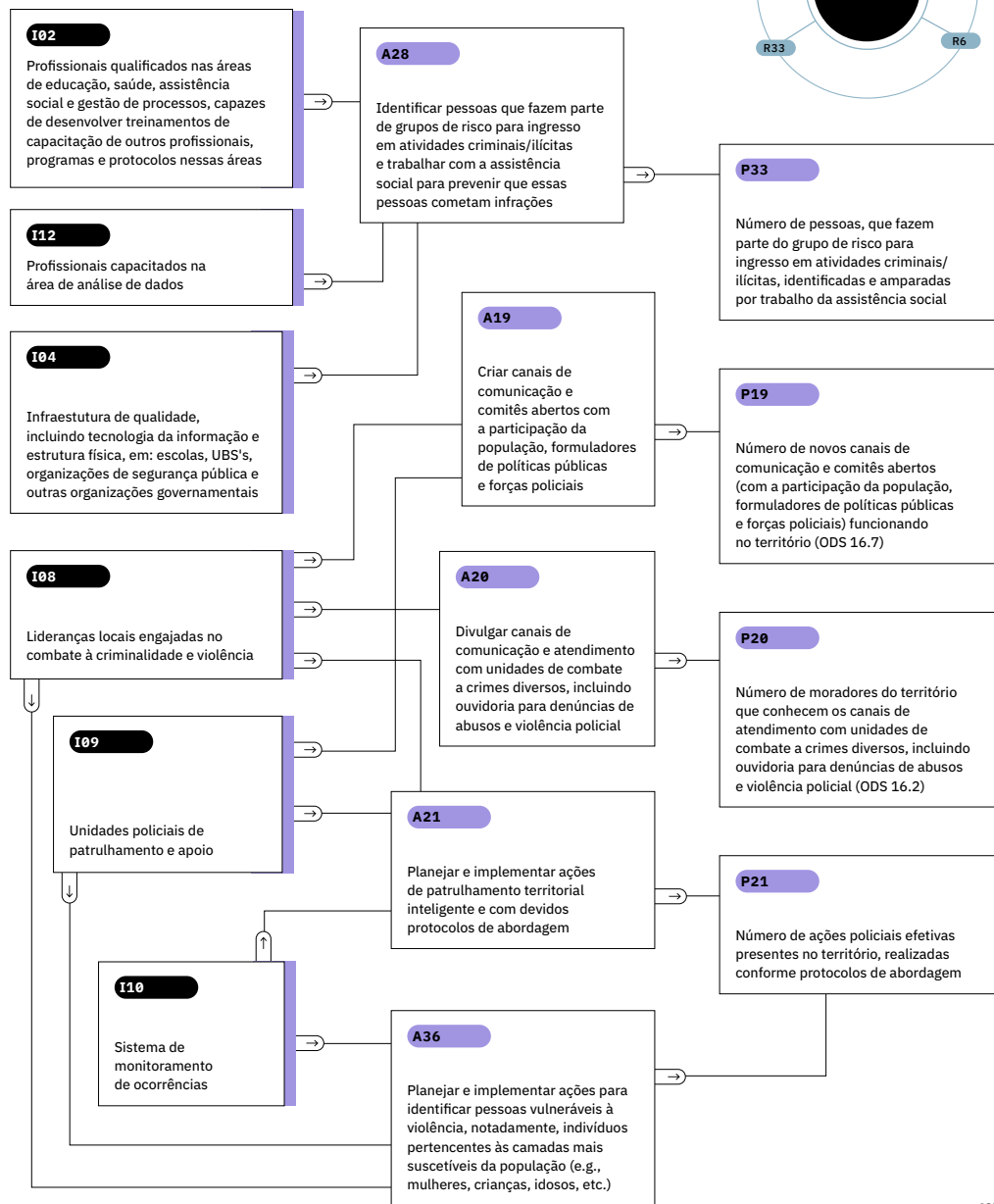
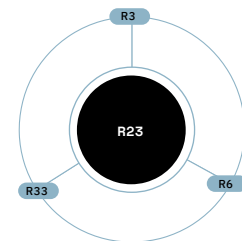
População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

Note que o item R.22 ("Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito") é um resultado de atividade, já que, nesse caso, o acesso a crédito é uma transformação induzida pela valorização dos imóveis (R.21).



R23

Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos e etc) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)



R23

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 5

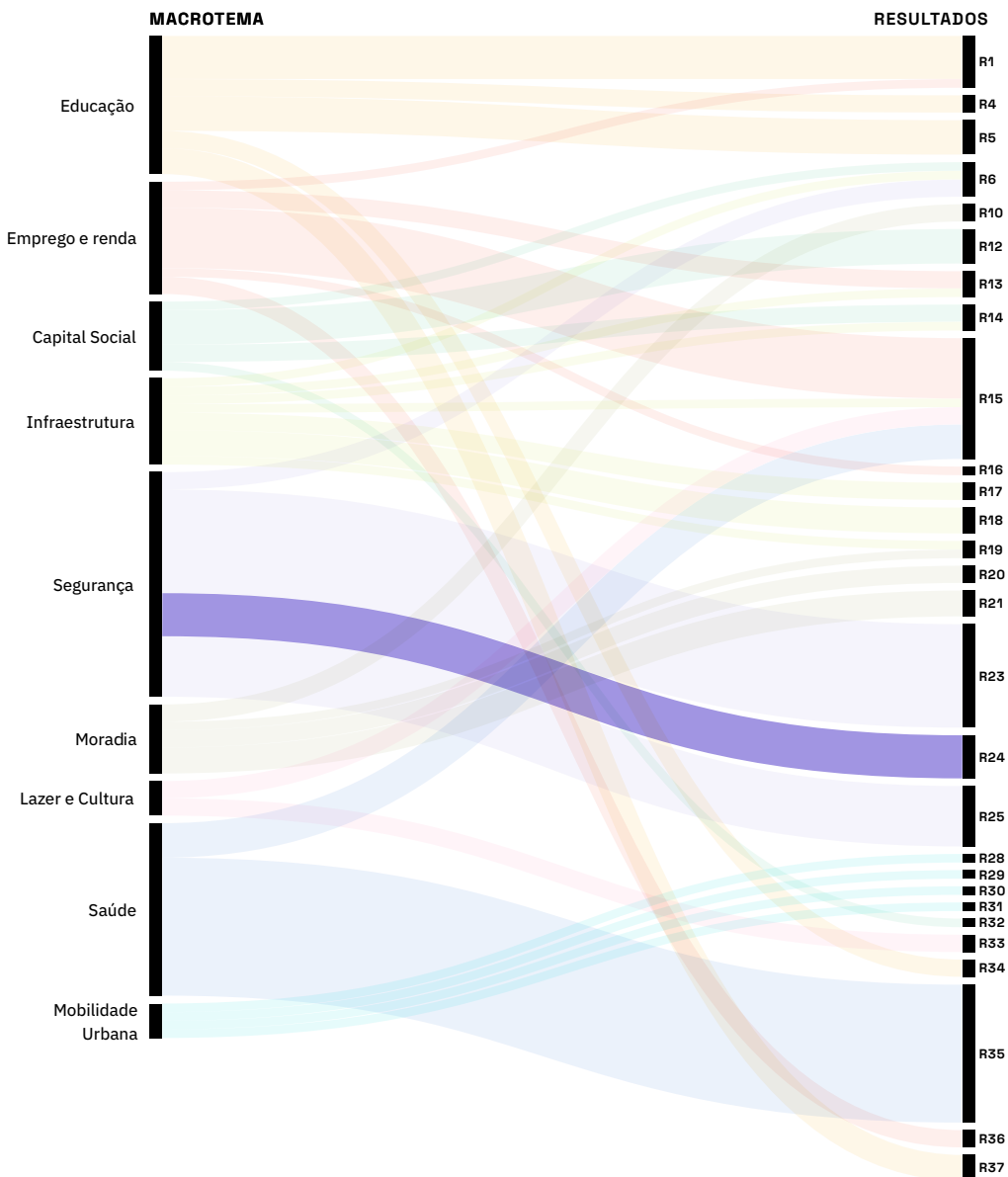
O território tem condições de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

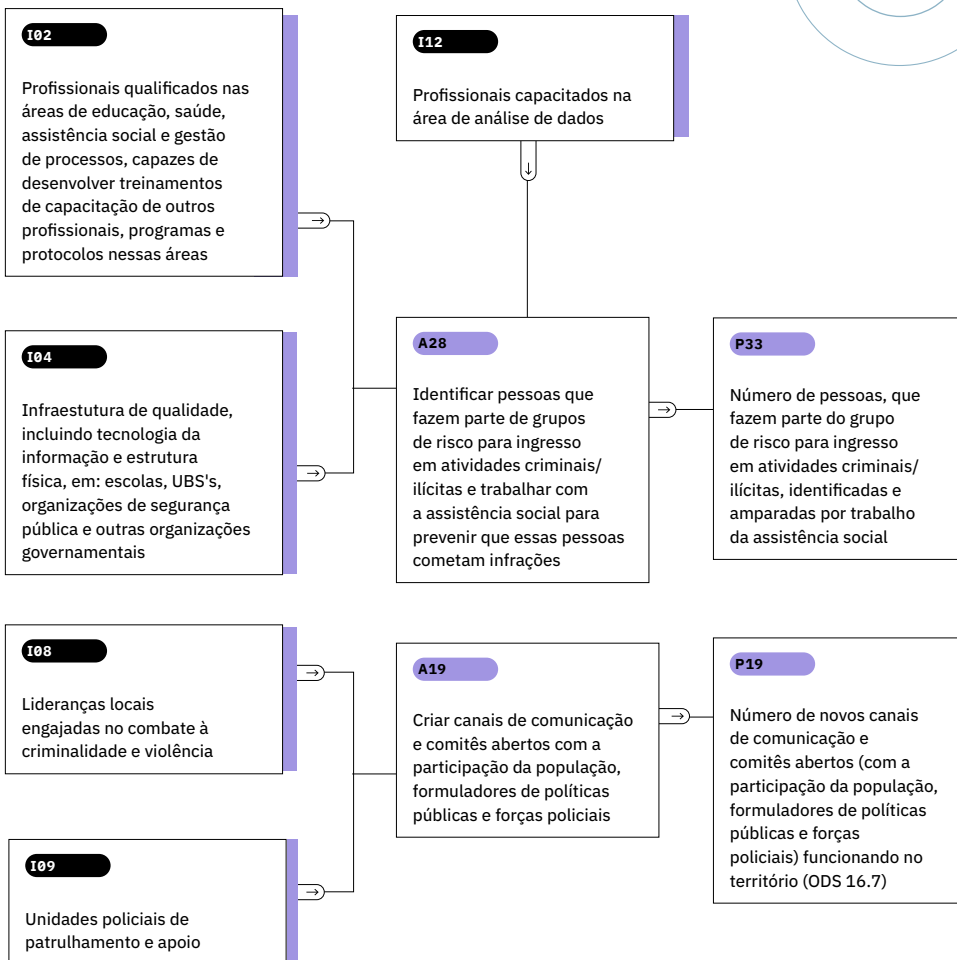
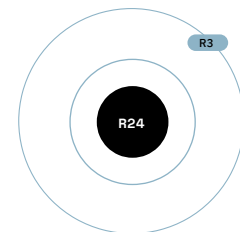
ODS 16

Comunidade local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas



R24

População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)



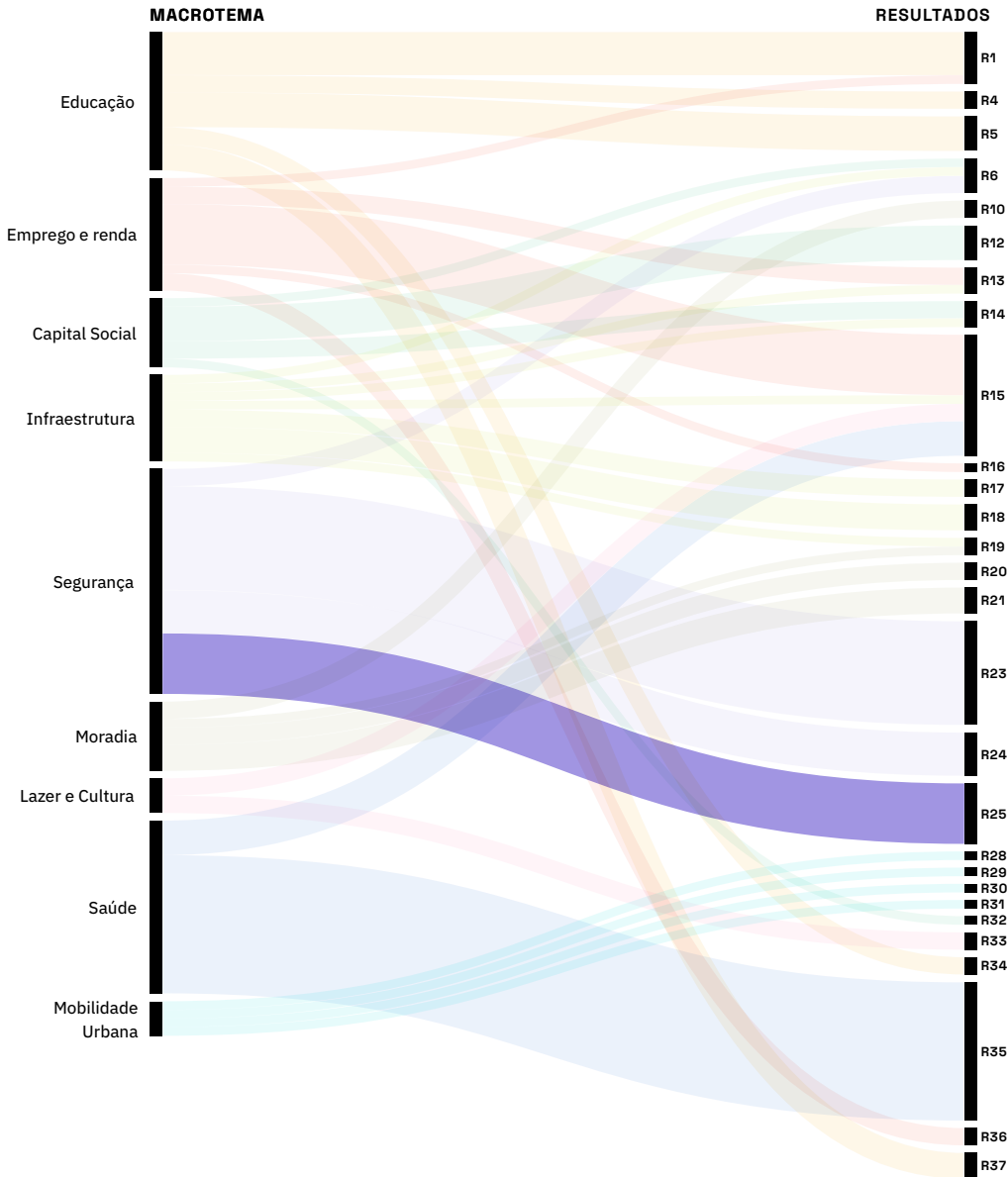
R24

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 16

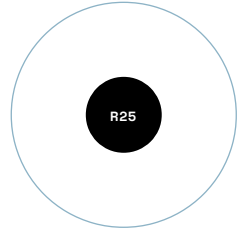
Comunicar local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

A TEORIA DA MUDANÇA

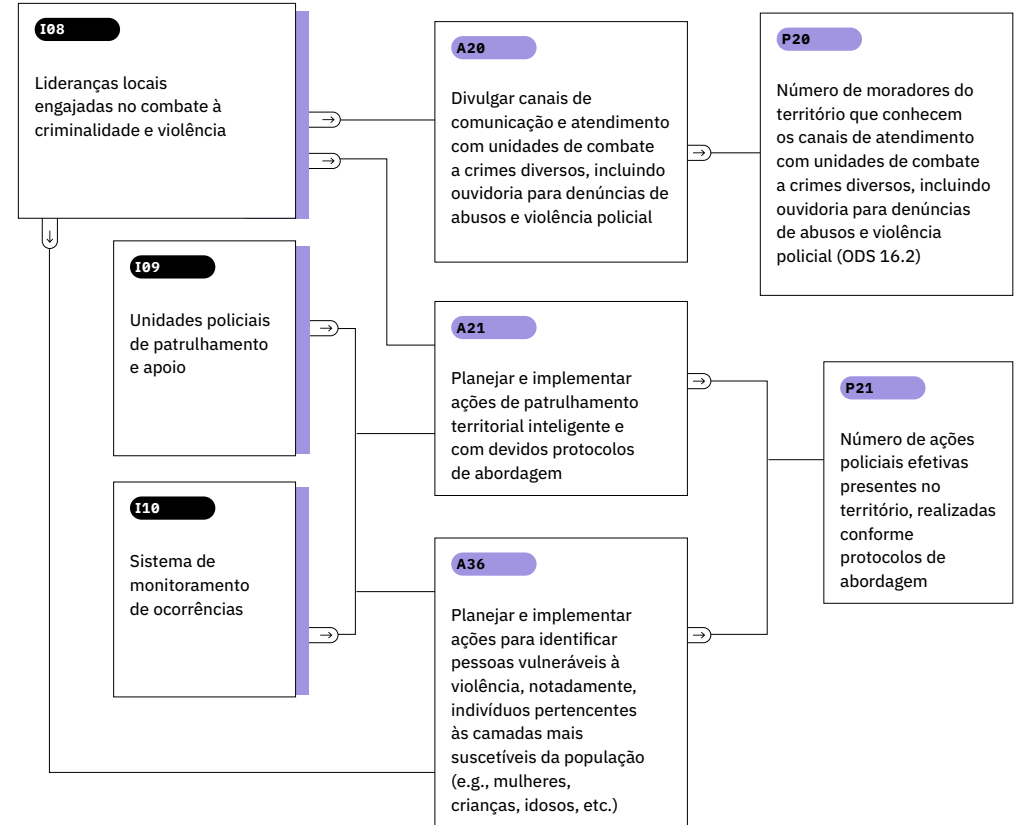


R25

Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b)



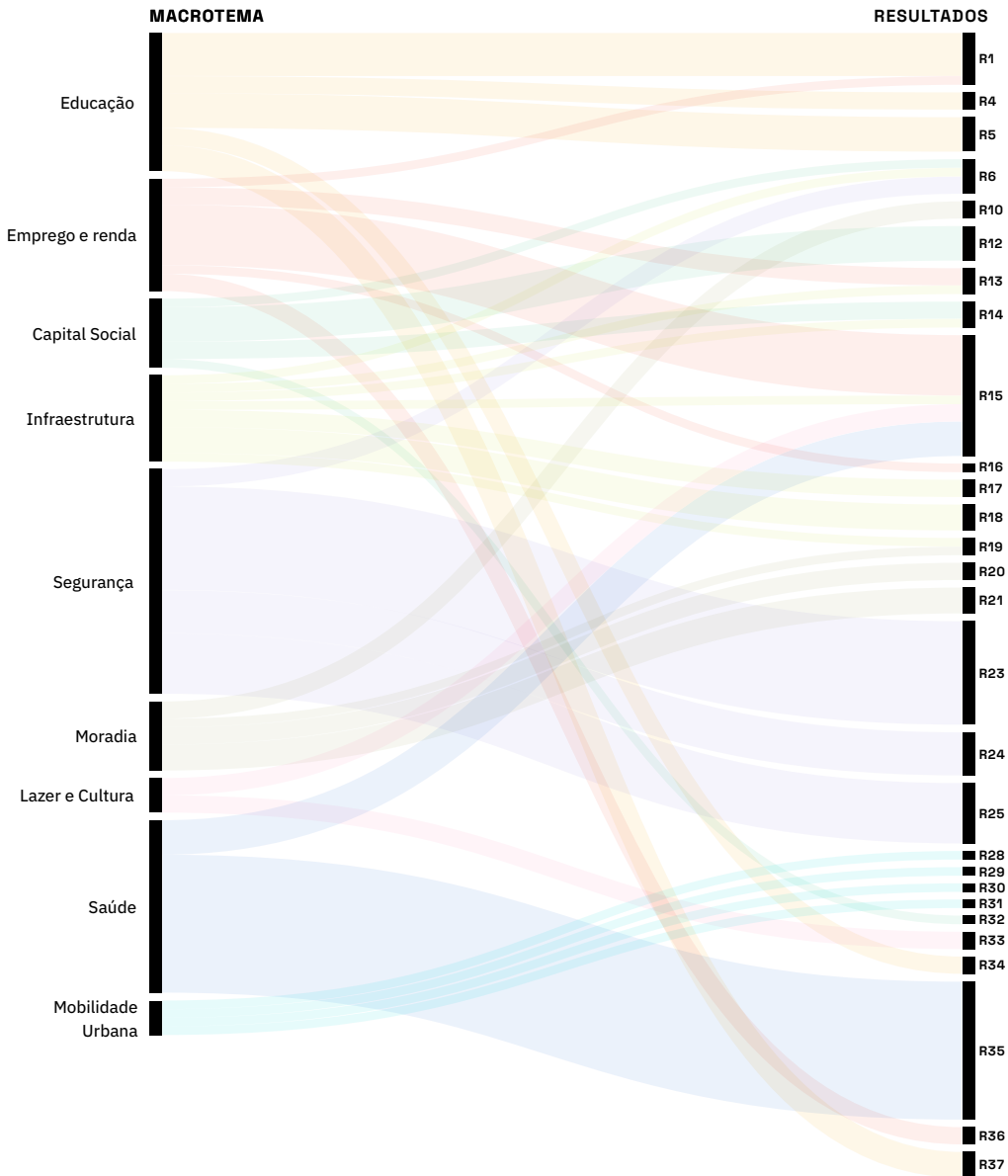
NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO



R25 RESULTADOS À SOCIEDADE

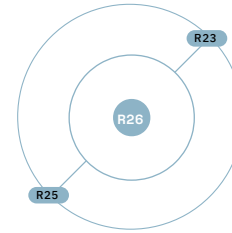
ODS 16

Comunicado local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas



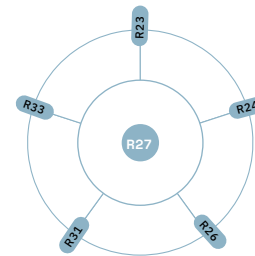
R26

População do território confia nas forças policiais



R27

População do território sente-se segura



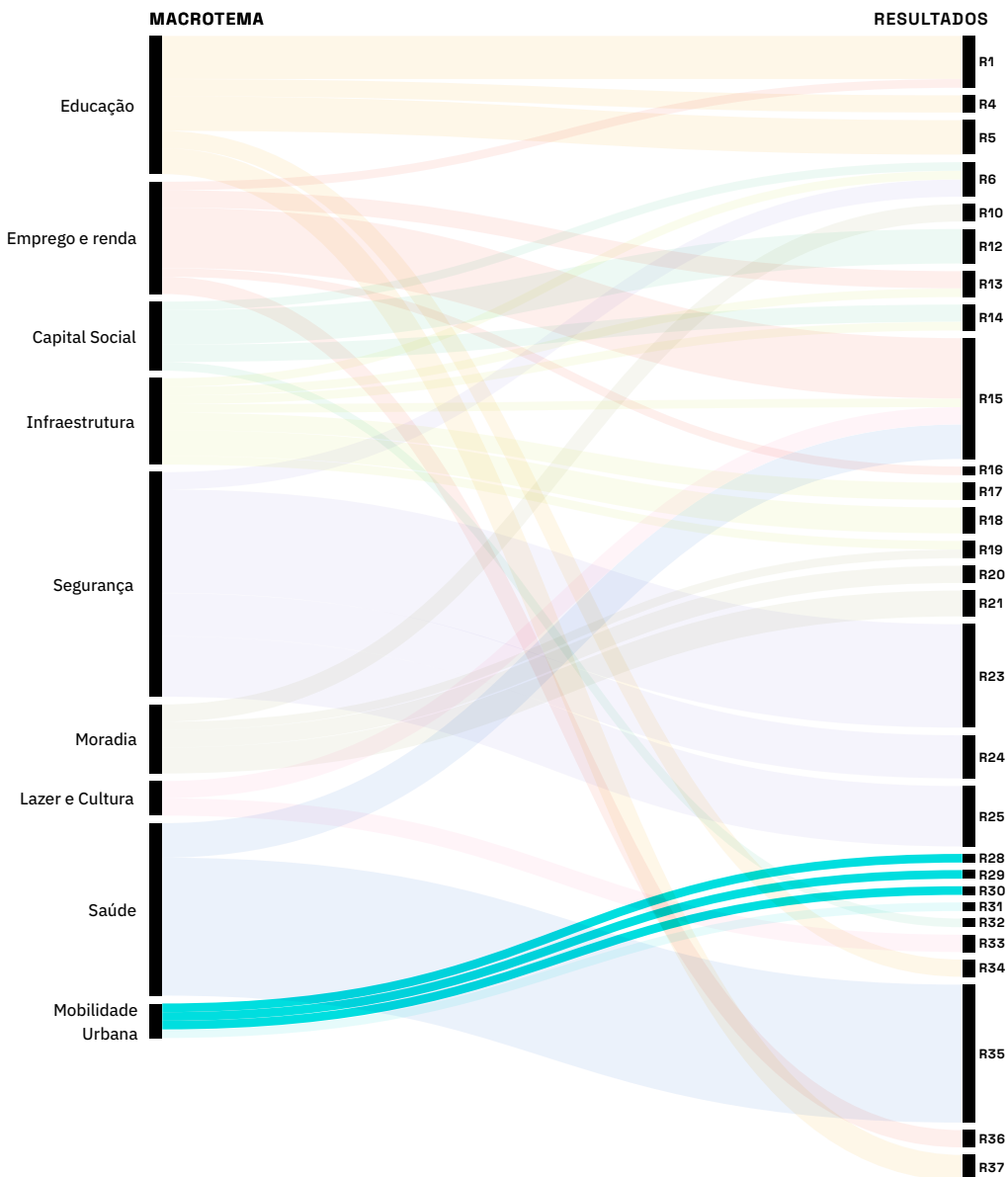
R26

R27

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 16

Comunidade local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas



R28

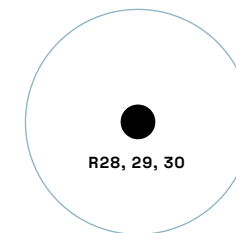
População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

R29

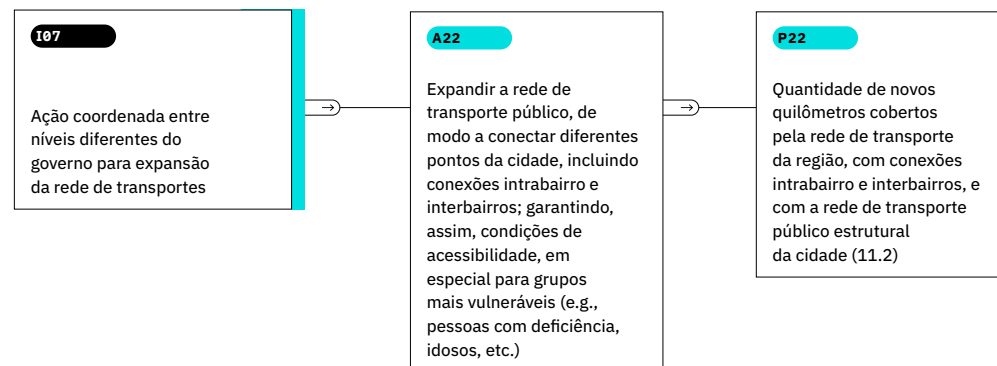
População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

R30

População tem acesso a um transporte público sem superlotação



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO



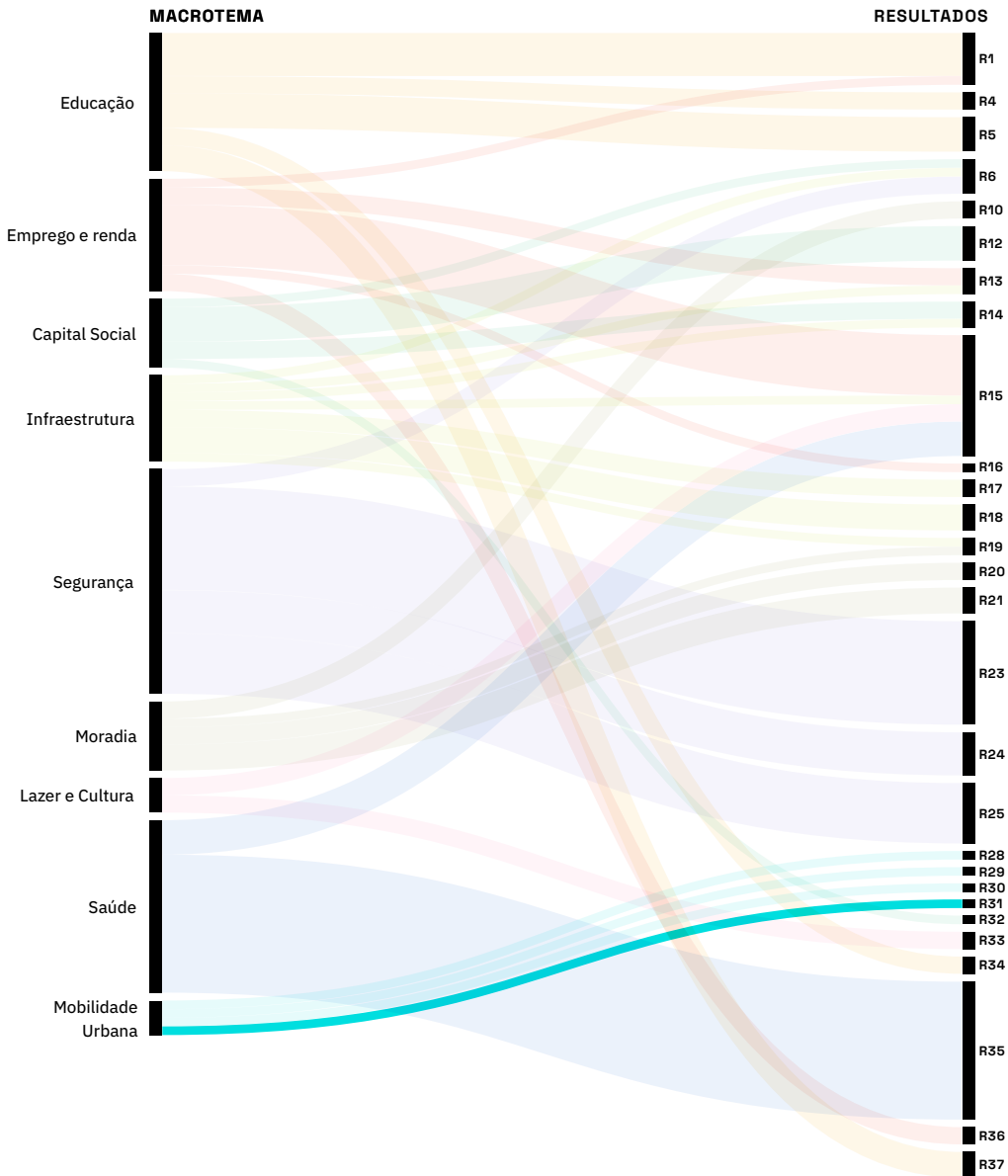
R28, R29, R30

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 11

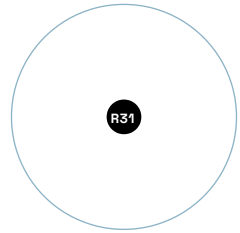
População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A TEORIA DA MUDANÇA



R31

Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO

I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A23

Expandir, adequar e tornar acessíveis calçadas e ciclovias

P23

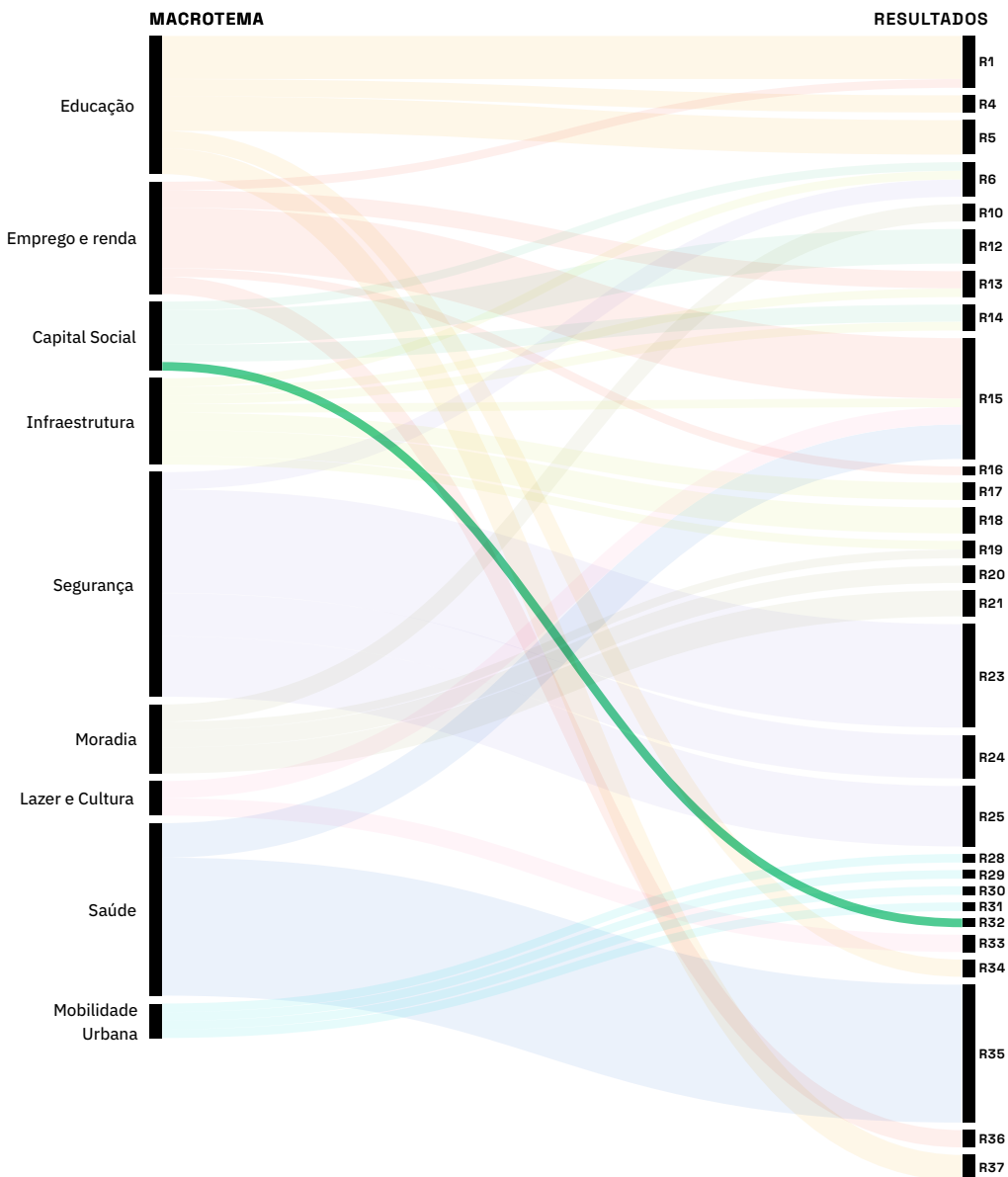
Quantidade de novos quilômetros de calçadas e ciclovias adequadas para os pedestres e ciclistas, incluindo deficientes físicos (ODS 11.2)

R31

RESULTADOS À SOCIEDADE

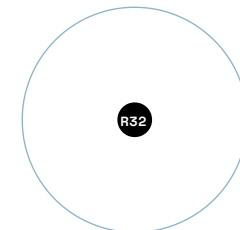
ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável



R32

Moradores do território são engajados na política, participando como eleitores nas oportunidades de votação



NÃO RECEBE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO

I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico



A25

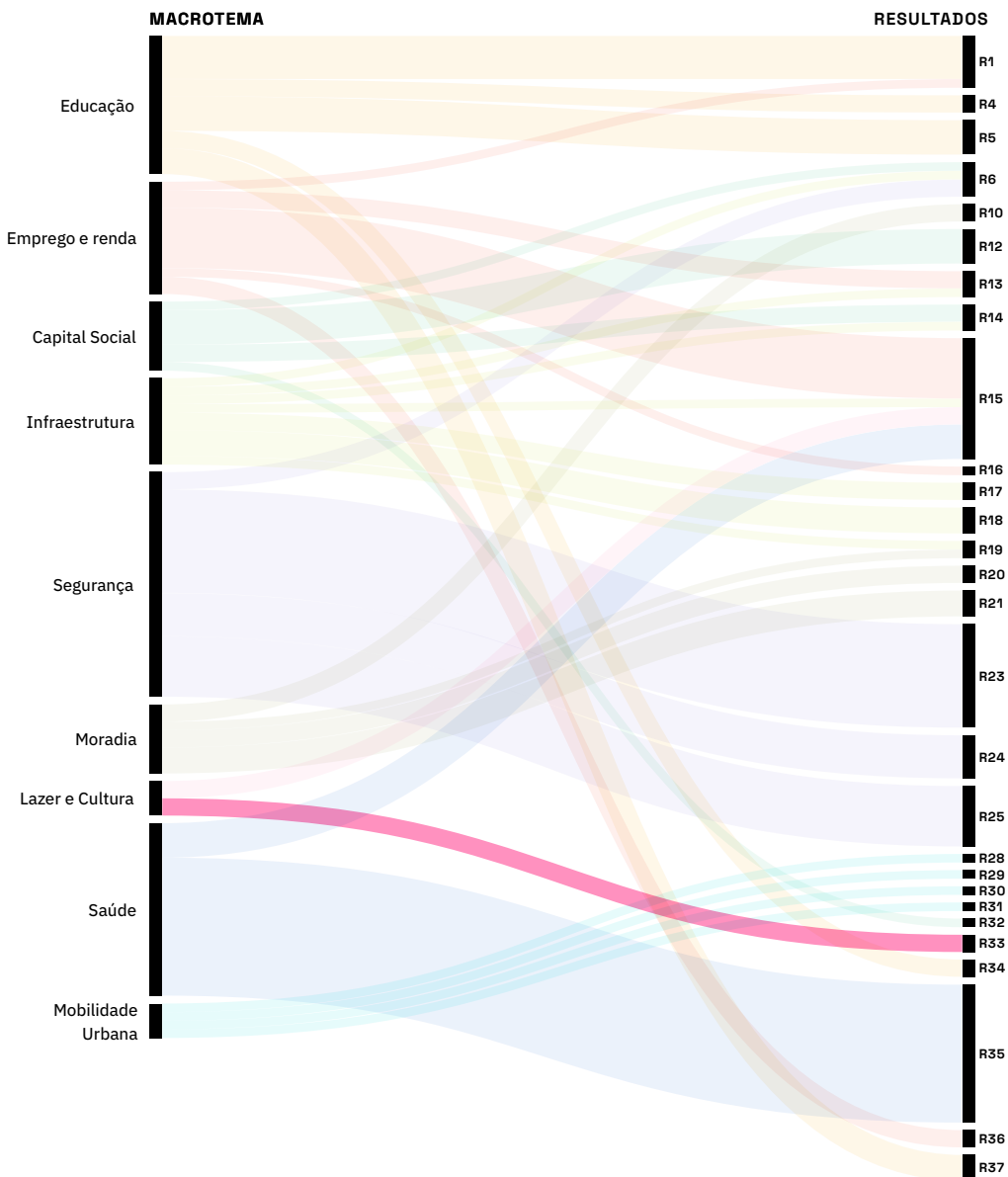
Promover/apoiar ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro, incluindo a participação de burocratas de rua e profissionais do setor privado, visando à adequação entre as demandas locais e as condições de implementação das ações pensadas para o território



P25

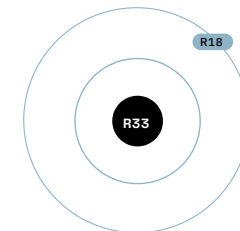
Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

A TEORIA DA MUDANÇA



R33

Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)



I11

Infraestrutura e recursos humanos para lazer, esporte, cultura e convivência, em áreas fechadas e espaços públicos, mantidos pelo poder público, pela iniciativa privada, ou por meio de parcerias entre ambos

A24

Criar, ampliar e manter/conservar espaços de lazer, cultura, esporte e convivência no território, abertos à população e integrados às áreas de moradia locais, e empregando mão-de-obra local sempre que possível

P24

Número de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência presentes no território, que sejam abertos à comunidade e integrados às áreas de moradia locais, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local

A29

Criar, implementar e divulgar programas de lazer, cultura, esporte e convivência no território, empregando mão-de-obra local sempre que possível

P35

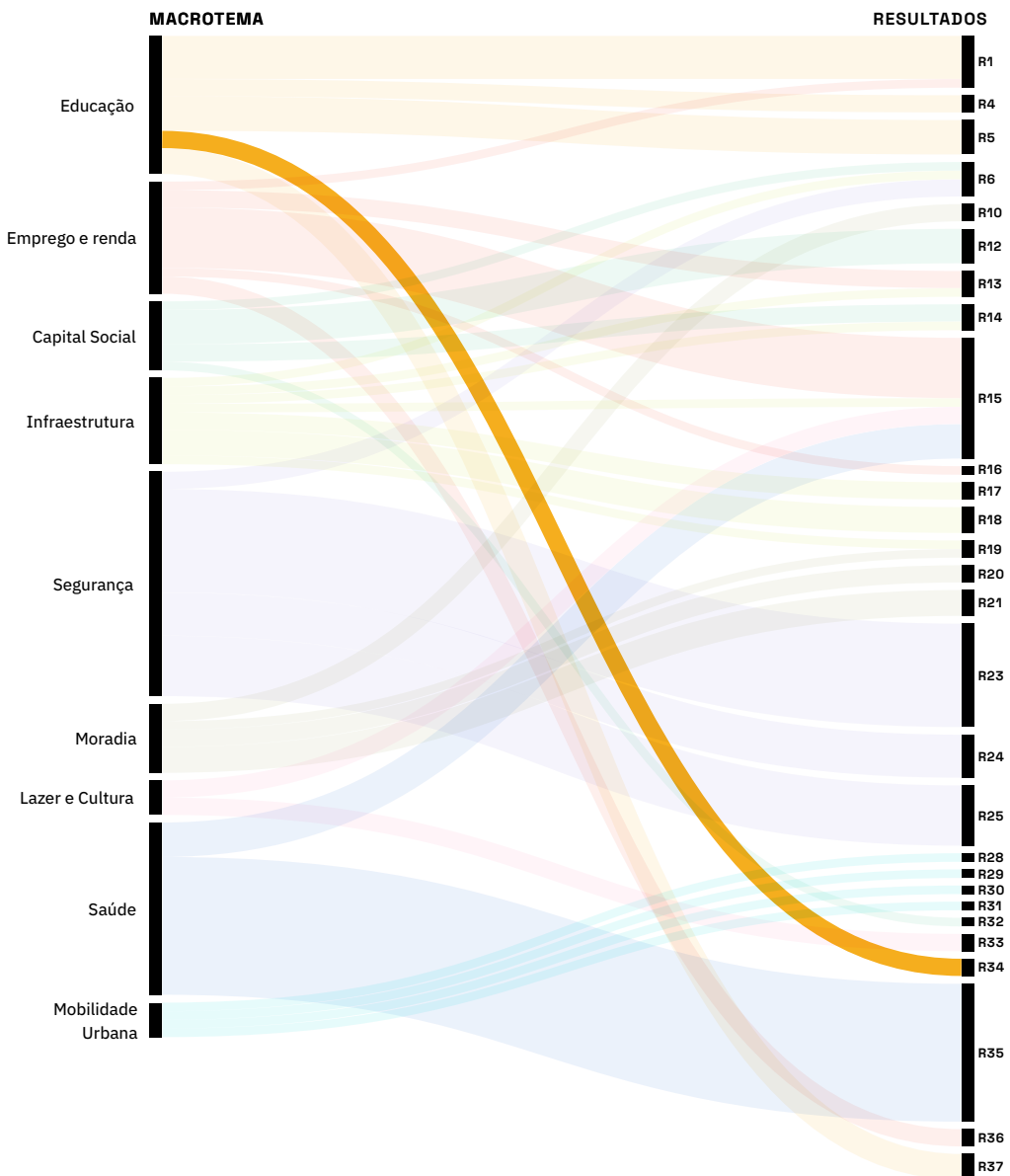
Número de programas de lazer, cultura, esporte e convivência desenvolvidos e divulgados, no território; e que sejam abertos à comunidade, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local sempre que possível

R33

RESULTADOS À SOCIEDADE

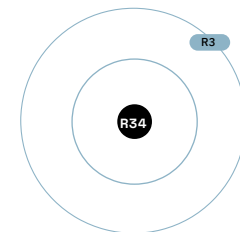
ODS 11

População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável



R34

Jovens ingressam no Ensino Superior (ODS 8.5)



102

Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

103

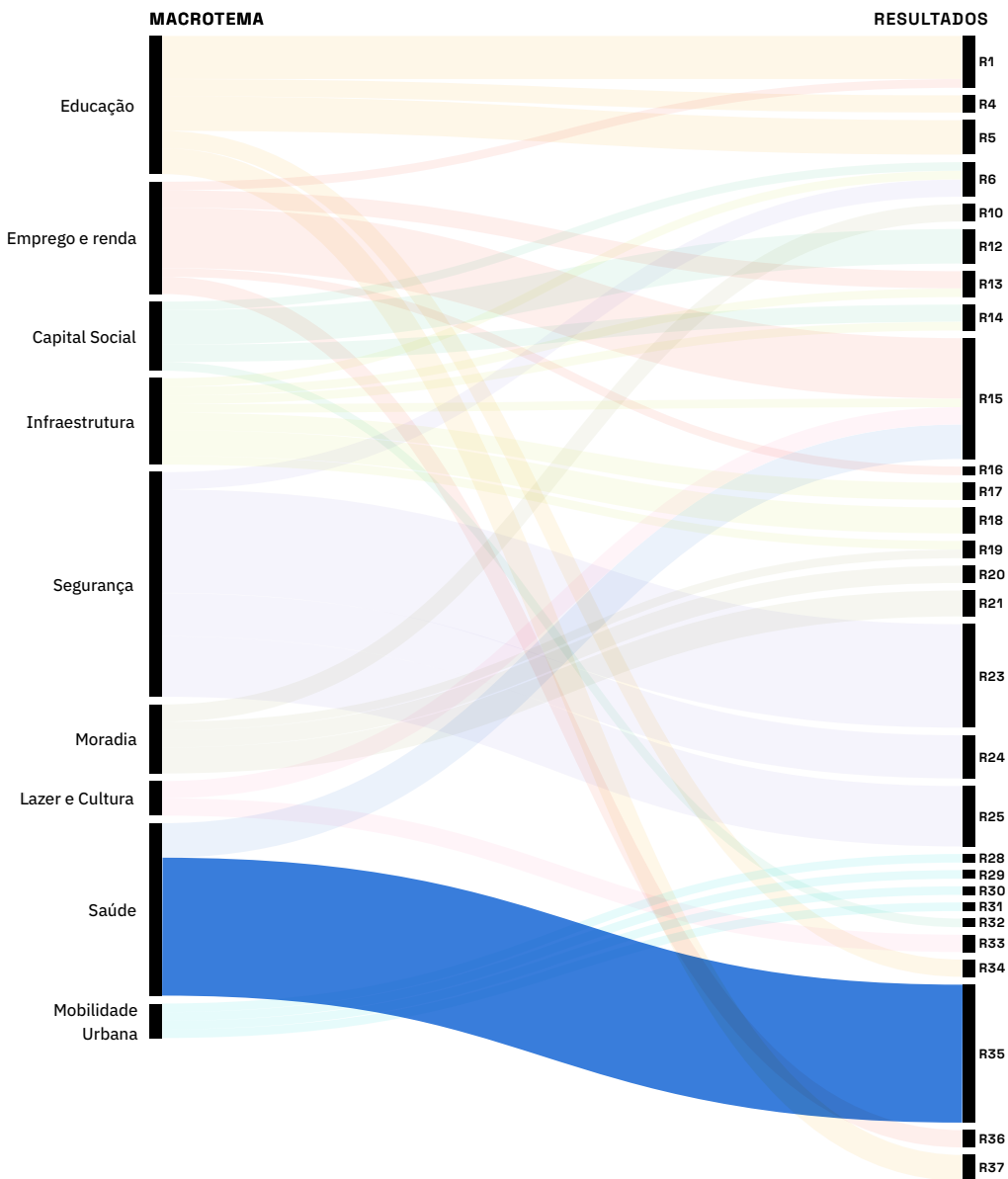
Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A27

Ofertar serviços de educação voltada ao ingresso na universidade (cursinho pré-vestibular)

P28

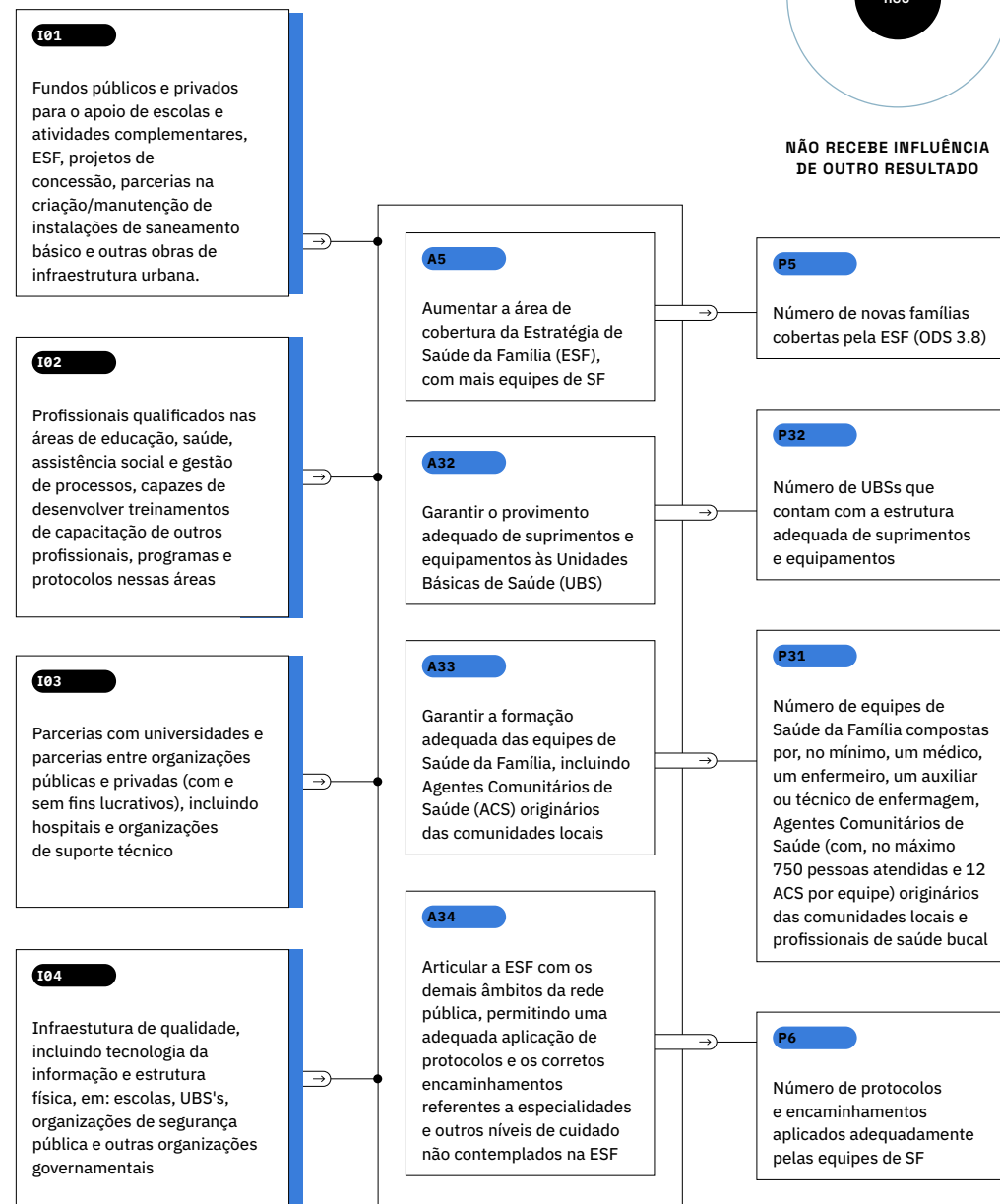
Número de vagas de cursinho pré-vestibular ofertadas no território



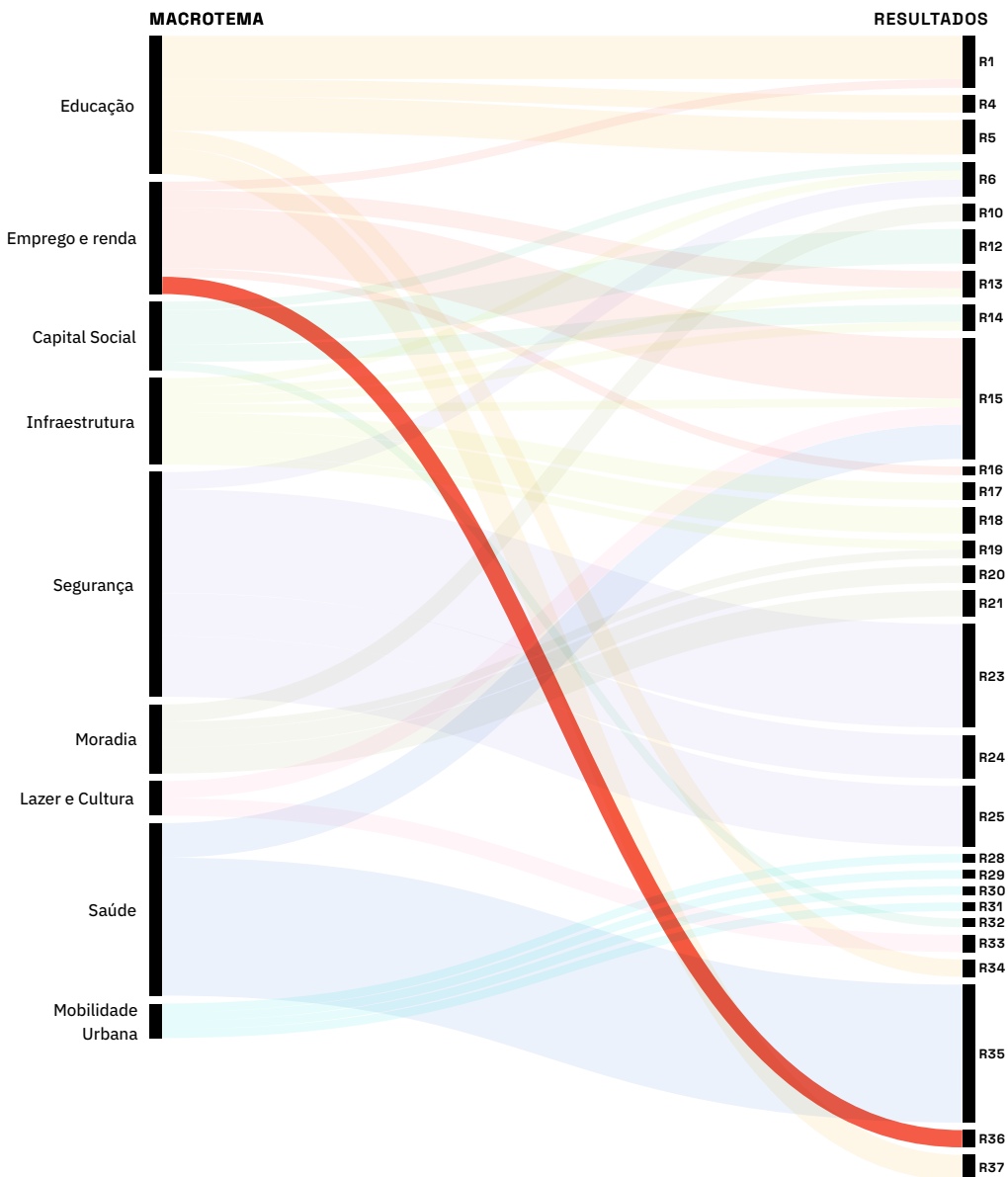
R35

R35

População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

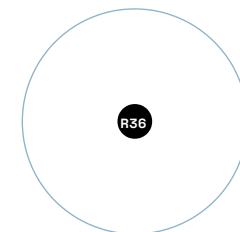


A TEORIA DA MUDANÇA



R36

Moradores do território têm acesso a serviços básicos com menores custos de transação



NÃO SOFRE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO

I03

Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A8

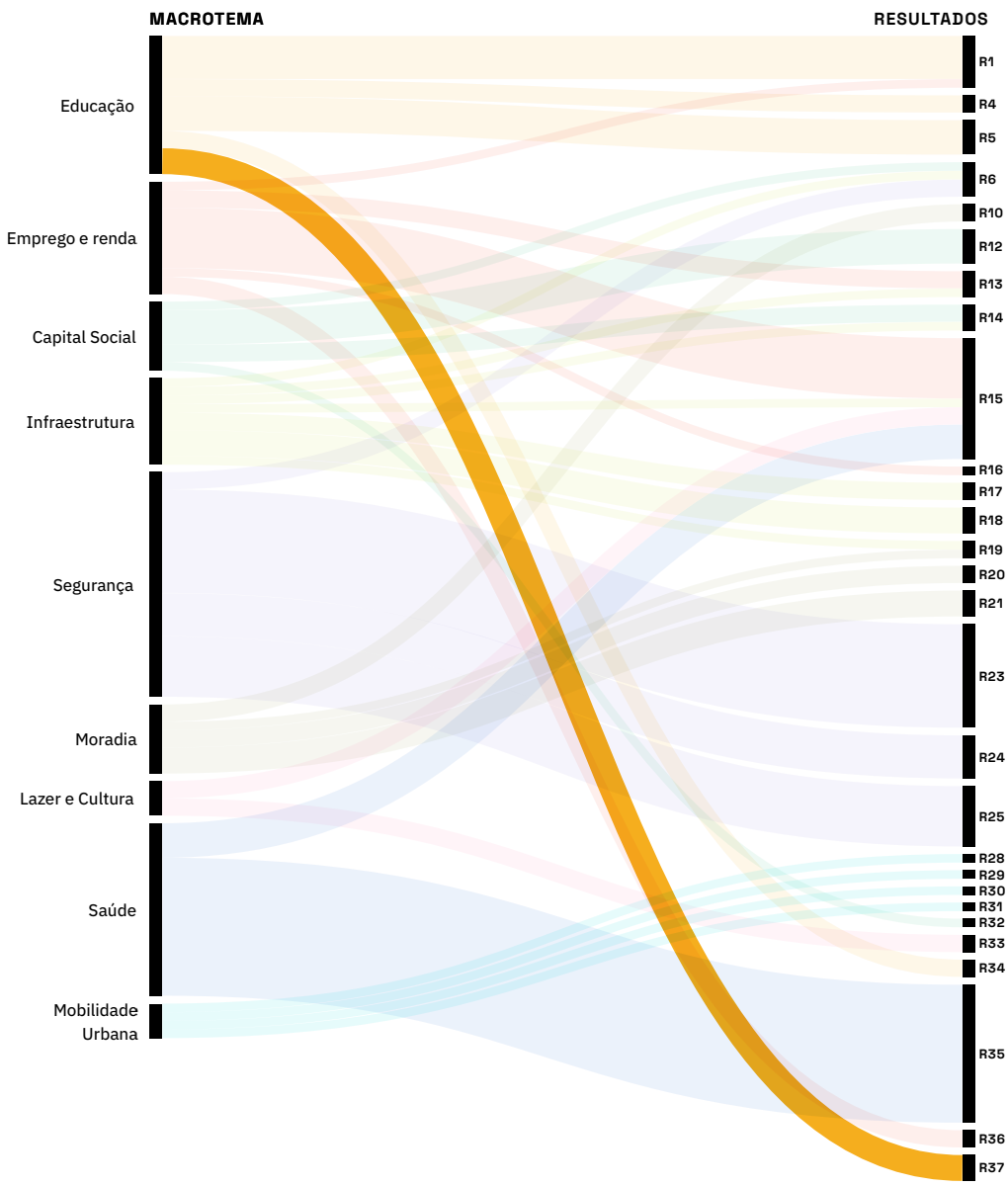
Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

P34

Número de serviços básicos de burocracia pública oferecidos aos moradores do território

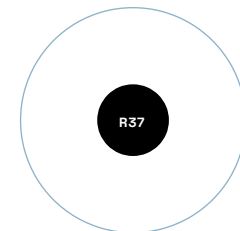
I04

Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais



R37

Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)



NÃO SOFRE INFLUÊNCIA DE OUTRO RESULTADO

I01

Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A1

Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

P1

Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

I02

Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A30

Promover a equidade de gênero no acesso e participação em atividades educativas curriculares e extracurriculares

P36

Número de atividades educativas curriculares e extracurriculares em que há uma participação equitativa entre gêneros

I04

Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBS's, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais

A2

Adotar melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

P2

Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

R37

RESULTADOS À SOCIEDADE

ODS 4

População local tem educação de qualidade assegurada

ODS 5

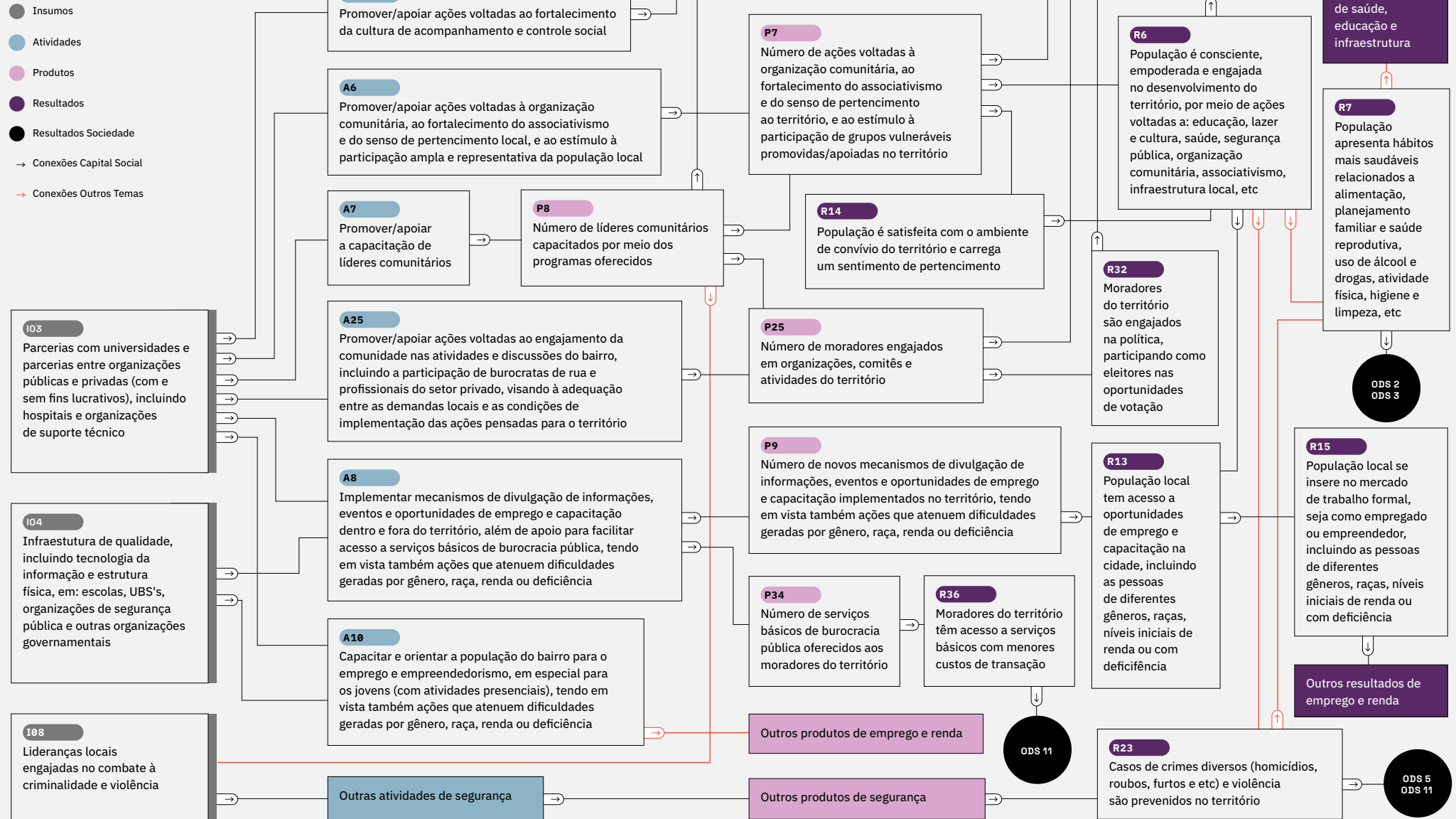
O território tem condições de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

ODS 10

A cidade apresenta desigualdade reduzida

FIGURA 5.3 – EXEMPLO DE RECORTE DA TEORIA DE MUDANÇA CONSOLIDADA COM FOCO NAS CONEXÕES DO MACRO TEMA DE CAPITAL SOCIAL

Fonte: elaboração própria.



Em seguida, examina-se cada produto e cada resultado de atividade com o objetivo de avaliar se estão ligados, direta ou indiretamente, a alguma meta dos 17 ODSs.¹⁰⁵ Por exemplo, o resultado de atividade “crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância” (R.5) está ligado ao ODS 4 (“Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”).¹⁰⁶ Note, porém, que esse resultado está intimamente relacionado ao ODS 4.2 que é descrito como: “Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.”¹⁰⁷ É importante ressaltar que essa associação direta entre os resultados à sociedade e os ODSs surge naturalmente, refletindo um alinhamento entre os objetivos das intervenções e os objetivos descritos pelos ODSs.

O passo final consiste, então, em determinar as conexões entre etapas de teorias de mudança (individuais) distintas. Em particular, é importante garantir que produtos e resultados de um dado tema possam se conectar a produtos e resultados de outros temas. É, portanto, fundamental examinar potenciais interconexões entre todas essas etapas. A etapa de *benchmarking* é, uma vez mais, de grande utilidade nesse contexto, visto que podem existir conexões não óbvias entre diferentes macro temas.

Por exemplo, o resultado de atividade “População é conectada a diferentes partes da cidade por meio do transporte público” (R.28) resulta de atividades originadas no macro tema de mobilidade urbana (ver Figura 5.2). Entretanto, especialistas afirmam que a distância da escola, a precariedade do transporte, além de condições de caminhabilidade/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades.¹⁰⁸ Portanto, é importante garantir que esse re-

sultado de atividade (R.28) esteja conectado ao resultado de atividade “Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas” (R.1). Tal conexão assegura que esse importante mecanismo a partir do qual os problemas de mobilidade urbana podem afetar o desempenho escolar seja coberto pela teoria de mudança construída.

Pode ser importante, ainda, explorar conexões não comprovadas na literatura, mas esperadas na prática. Nesse caso, informações valiosas podem ser obtidas a partir de estudos de caso (a exemplo das intervenções de Medellín e Recife, analisadas no Capítulo 4) ou de interações com especialistas que atuem diretamente com os assuntos relevantes, na prática.

Por fim, uma planilha pode ser utilizada para mapear cada uma das ligações feitas na teoria de mudança consolidada. No Apêndice D, a Tabela A5.2 introduz um quadro de relações lógicas entre os itens da teoria de mudança consolidada, o qual é usado exatamente para este fim. Nesse quadro, é possível mapear cada uma das conexões expressas na teoria de mudança consolidada, incluindo, ainda, justificativas particulares para cada ligação.

¹⁰⁵ Os 17 ODSs se desdobram em um total de 169 metas, cada uma delas expressa por uma notação do tipo “x.y”, que deve ser entendida como a meta y do ODS x. Entretanto, para efeito de fluidez do texto, empregaremos indistintamente “ODS” para nos referirmos a qualquer ODS ou suas metas, mas sempre utilizando essa notação “x.y” no caso de metas.

¹⁰⁶ Ver Tabela A5.1 no Apêndice.

¹⁰⁷ Ver <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 13/07/2020.

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, Brava et al. (2017).

5.3.

Teorias de mudança para os macro temas ligados a problemas em áreas urbanas vulneráveis

Nesta seção, serão descritas algumas intervenções concebidas no contexto das teorias de mudança construídas para cada um dos macro temas identificados no Capítulo 2—lembrando que, como enfatizado anteriormente, são *possíveis* intervenções que não exaurem o rol de atividades que podem ser implementadas em áreas vulneráveis. Também não se procura, aqui, apresentar em detalhe todas as intervenções elencadas na Figura 5.2. A lista completa de intervenções concebidas e das justificativas para as conexões entre atividades, produtos e resultados encontra-se no quadro de relações lógicas da teoria de mudança consolidada (Tabela A5.2, no Apêndice). Ao longo do texto, e seguindo o padrão adotado na seção anterior, cada etapa da teoria de mudança será referenciada com base na nomenclatura adotada na Tabela A5.2 e na Figura 5.2. No mais, serão consideradas, nesta seção, apenas fluxos lógicos de cada macro tema individual; as inter-relações entre macro temas serão abordadas na próxima seção.



5.3.1.

SEGURANÇA PÚBLICA

No Capítulo 2, argumentou-se que segurança pública é uma das dimensões mais sensíveis e decisivas para áreas urbanas vulneráveis. Por exemplo, os assuntos relacionados à segurança pública foram a principal motivação para as intervenções

de Medellín, descritas em detalhe no Capítulo 4. Transpondo-se esta discussão para um contexto mais geral, nota-se que os principais desafios associados ao tema de segurança pública são os casos de roubos e furtos, crimes ligados ao tráfico de drogas, e violência (policial, doméstica, e contra a mulher). A fim de endereçar esses problemas, intervenções concebidas no macro tema de segurança pública envolvem, de maneira geral, ações que incentivem a colaboração entre moradores, forças policiais e formuladores de políticas públicas, além da promoção de canais de atendimento para casos de crimes e violência — incluindo a violência policial.

Seguindo a lógica apresentada na teoria de mudança, seria possível promover, por exemplo, intervenções centradas no planejamento de ações de patrulhamento territorial inteligente que sigam os devidos protocolos de abordagem (atividade A.21). A partir desse planejamento, as forças policiais podem ser capazes de focar nas áreas mais críticas do território, gerando, portanto, operações policiais efetivas (produto P.21). As ações policiais efetivas, por sua vez, tendem a reduzir ocorrências de homicídios, roubos, furtos e violência (resultado de atividade R.23).¹⁰⁹ Ações efetivas podem, ainda, aumentar a confiança da população nas forças policiais, já que, segundo especialistas, essa confiança é, em grande medida, função das percepções das pessoas quanto à eficiência e eficácia da polícia (resultado de atividade R.26).¹¹⁰

Esses resultados podem gerar, por sua vez, transformações sociais mais profundas. Por exemplo, a redução nas ocorrências de crimes (como roubos, furtos e violência) pode levar a uma sociedade mais pacífica e inclusiva, com acesso à justiça e instituições eficazes (resultado à sociedade alinhado aos preceitos do ODS 16), além de promover o acesso da população a espaços públicos e transporte seguros e inclusivos (resultado consistente com o ODS 11). De maneira similar, o aumento da confiança da população nas forças policiais pode também favorecer uma sociedade mais pacífica e inclusiva (resultado à sociedade condizente com o

¹⁰⁹ Ver, por exemplo, Becker (1968).

¹¹⁰ Ver Larsen e Blair (2009) e Lopes (2010).

ODS 16), já que cidadãos insatisfeitos com a polícia são menos propensos a contatá-la.¹¹¹ Por fim, a redução na violência contra a mulher é condição necessária para se alcançar igualdade de gênero e empoderamento feminino (resultado à sociedade consistente com o ODS 5).



5.3.2.

EMPREGO E RENDA

Áreas urbanas vulneráveis padecem de graves problemas relacionados ao macro tema de emprego e renda. Conforme se argumentou no Capítulo 2, essas áreas possuem alta incidência de trabalhos precários e informais, além de acesso limitado a oportunidades com bons postos de trabalho. Ademais, a falta de qualificação e treinamento profissional é comumente listada como uma das principais causas dessas adversidades. De maneira geral, as intervenções previstas no macro tema de emprego e renda combinam ações voltadas à capacitação de trabalhadores e empreendedores com a divulgação de oportunidades de trabalho e facilitação do acesso a programas de complementação à renda.

De acordo com o fluxo lógico representado na teoria de mudança, um exemplo de intervenção nessa área são as atividades focadas em prover capacitação e orientação sobre emprego e empreendedorismo à população do território — em especial, aos mais jovens e a grupos mais vulneráveis (A.10). À medida que pessoas são capacitadas e orientadas (produto P.10), uma parcela crescente da população do território pode obter acesso ao emprego formal e de melhor qualidade

¹¹¹ Ver Junior (2011).

(resultado de atividade R.15),¹¹² levando, possivelmente, a um aumento na sua renda individual e/ou familiar (resultado de atividade R.16). Consequentemente, essas intervenções podem promover o acesso da população ao trabalho de qualidade (resultado à sociedade que remete ao ODS 8), além da redução da pobreza e da desigualdade no território (resultados à sociedade consistentes com os ODS 1 e 10, respectivamente).

Seguindo um fluxo similar, atividades que incentivem o empreendedorismo e a formalização de MEIs (A.9) podem contribuir para um aumento da renda dos moradores do território, já que o microempreendedorismo pode garantir renda a pessoas com acesso limitado ao mercado de trabalho (especialmente, ao mercado formal).¹¹³ Portanto, esse tipo de intervenção pode, também, gerar impacto social relevante na medida em que ajuda a reduzir a pobreza e a desigualdade (resultados à sociedade alinhados ao ODS 1 e 10).



5.3.3. EDUCAÇÃO

A discussão no Capítulo 2 sugere que áreas urbanas vulneráveis estão sujeitas a numerosos problemas no campo da educação, destacando-se os altos níveis de evasão escolar, as precárias estruturas físicas das escolas e a baixa qualidade do ensino. Em geral, atividades previstas no macro tema de educação envolvem ações focadas em melhorar a atuação dos professores, ampliar a oferta de

¹¹² Ver, por exemplo, Banco Mundial (2005).
¹¹³ Ver Yunus (2000).

serviços educacionais e promover a participação dos pais na vida escolar.

Seguindo o estabelecido pela teoria de mudança, é possível propor intervenções tais como a criação de programas de capacitação e apoio para professores (atividade A.1), produzindo professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico (produto P.1). Da literatura, sabe-se que a adequação do currículo e da metodologia utilizados pelos professores pode levar ao maior engajamento dos alunos com atividades curriculares e extracurriculares (resultado de atividade R.1), o que por sua vez tende a reduzir a evasão escolar (resultado de atividade R.3).¹¹⁴ Ao fim, essas mudanças viabilizam impactos sociais mais amplos, como o acesso da população à educação de qualidade e a melhores empregos no futuro (resultados à sociedade associados aos ODS 4 e 8). A literatura ainda sugere que currículo e metodologia adequados ao contexto específico podem favorecer o desenvolvimento das crianças (resultado de atividade R.5),¹¹⁵ contribuindo, novamente, para melhorar o acesso da população à educação de qualidade (ODS 4).

Outro exemplo de atividade prevista no macro tema de educação seriam ações que promovam o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos (atividade A.4). Atividades focadas no engajamento de pais e mães (produto P.4) podem elevar significativamente o engajamento dos alunos com atividades curriculares e extracurriculares (resultado de atividade R.1), já que há uma relação positiva (e bem estabelecida na literatura) entre esses dois níveis de engajamento.¹¹⁶ Esse resultado poderia, por sua vez, engendrar transformações sociais similares às discutidas no parágrafo anterior.

¹¹⁴ O relatório de Brava *et al.* (2017) justifica ambos os resultados descritos.
¹¹⁵ Novamente, ver Brava *et al.* (2017).
¹¹⁶ Ver Barros (2013) e Vuri (2016).



5.3.4.

CAPITAL SOCIAL

Conforme se enfatizou no Capítulo 2, entende-se por capital social o conjunto de práticas sociais, normas e relações de confiança construídas entre cidadãos, com vistas a melhorar a eficiência da sociedade a partir de experiências coletivas compartilhadas, incluindo a interface dos cidadãos com o poder público.¹¹⁷ Nessa dimensão, os principais problemas apresentados por áreas urbanas vulneráveis gravitam em torno da baixa adesão de moradores ao associativismo positivo ou a ações coletivas organizadas para garantir acesso a bens públicos. Há, também, baixa inserção de moradores dessas áreas em redes de contatos com potencial de geração de emprego e renda. Intervenções concebidas no macro tema de capital social (algumas destas, representadas na Figura 5.3, mostrada anteriormente) abrangem ações voltadas à *governança social do território*, definida como o conjunto de iniciativas centradas na participação e colaboração dos moradores — envolvendo tanto o poder público quanto o setor privado — com o objetivo de gerir os assuntos de interesse coletivo.¹¹⁸ Essas ações devem, portanto, fortalecer o associativismo local, promover a organização comunitária, e facilitar a capacitação de lideranças locais.

Nesse sentido, para ilustrar as possíveis intervenções concebidas neste macro

¹¹⁷ Ver Putnam (1993).

¹¹⁸ Essa definição de governança social do território é consistente com o que Elinor Ostrom chama de arranjos *policêntricos* para a governança de recursos e bens coletivos, ou seja, arranjos nos quais as decisões de interesse coletivo são tomadas por grupos independentes que podem ou não cooperar entre si (OSTROM, 2010). A mesma definição está, também, alinhada à ideia de governança territorial, definida como o conjunto de iniciativas por meio das quais os diversos atores sociais cooperam para gerir assuntos públicos específicos ao território (DALLABRIDA, 2007).

tema, considere atividades voltadas à organização comunitária, fortalecimento do associativismo local e estímulo à participação de grupos vulneráveis. Essas ações (produto P.7) podem incentivar o engajamento da população com o desenvolvimento do território (resultado de atividade R.6), tornando as políticas públicas e ações privadas mais sensíveis aos pleitos dos moradores (resultado de atividade R.12).¹¹⁹ Políticas e ações que reflitam os interesses dos moradores de maneira mais fiel, por sua vez, podem resultar em uma sociedade menos desigual (ODS 10) e mais inclusiva (por exemplo, ODS 16).

Outro possível tipo de intervenção nesse macro tema são atividades focadas na capacitação de lideranças comunitárias locais (A.7), as quais podem ajudar a engajar moradores em organizações e comitês do território (resultado de atividade R.6) — já que lideranças bem capacitadas devem ser mais efetivas em mobilizar a comunidade e incentivá-la a lutar pelos seus interesses. Como consequência direta desse engajamento, os pleitos dos moradores podem ser ouvidos (e atendidos) pelos formuladores de políticas públicas e ações privadas (novamente, resultado R.12), reforçando os impactos sociais descritos no parágrafo anterior.



5.3.5.

SAÚDE PÚBLICA

Áreas urbanas vulneráveis enfrentam graves problemas associados à saúde pública. Moradores dessas regiões estão particularmente sujeitos a doenças

¹¹⁹ Uma comunidade engajada e organizada possui maiores condições de pressionar por melhorias no bairro. No campo individual, redes heterogêneas contribuem para um aumento das oportunidades (MARQUES, 2010).

infectocontagiosas e respiratórias (notadamente em tempos de pandemia), envolvimento com drogas, alta incidência de gravidez precoce, e à fome ou nutrição deficiente. Na maioria das vezes, há, ainda, baixa oferta de serviços de saúde pública nessas regiões. De maneira geral, intervenções concebidas no tema de saúde pública buscam ampliar o acesso da população a serviços de saúde e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

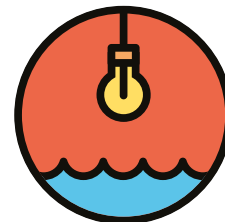
Por exemplo, ações para capacitação e ampliação das equipes de saúde da família (A.5)¹²⁰ podem elevar a cobertura desses programas (produto P.5) garantindo o acesso da população a serviços de saúde de boa qualidade (resultado de atividade R.35).¹²¹ O acesso facilitado a serviços de saúde de qualidade, por sua vez, pode ter outros reflexos importantes, tais como a redução da gravidez na adolescência (resultado de atividade R.8)¹²² e a diminuição da incidência de doenças infectocontagiosas e respiratórias (resultado de atividade R.10).¹²³ No fim das contas, esses resultados tornam a população mais saudável, elevando seu bem-estar (resultado à sociedade consistente com o ODS 3). Note, ainda, que esses efeitos são potencializados quando as ações para ampliação e capacitação das equipes de saúde da família são combinadas com outras intervenções como garantir o suprimento de medicamentos e equipamentos às UBS ou integrar médicos qualificados às equipes de saúde da família.

¹²⁰ As atividades pertencentes ao macro tema de saúde pública são fortemente complementares entre si. Por essa razão, essas atividades são representadas como pertencendo a um mesmo grupo (A.5) na teoria de mudança consolidada.

¹²¹ Ver Castro *et al.* (2019).

¹²² As Equipes de saúde da família trabalham em intervenções ligadas à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar. Ver, por exemplo, Lima (2011).

¹²³ Ver, por exemplo, Ministério da Saúde (2013).



5.3.6.

INFRAESTRUTURA BÁSICA

A dimensão de infraestrutura básica é uma importante fonte de problemas para áreas urbanas vulneráveis. Nesse sentido, o diagnóstico do Capítulo 2 sugere que algumas das questões mais relevantes no tema de infraestrutura são a falta de estrutura para saneamento básico, coleta de resíduos e drenagem urbana; e a baixa oferta de eletricidade, iluminação pública e serviços de comunicação. Possíveis intervenções nessa área envolvem, essencialmente, ações focadas em: promover a atuação mais eficaz de empresas de saneamento; criar cooperativas locais para coleta e reciclagem de lixo; e garantir iluminação pública e acesso a telecomunicações (incluindo serviços de internet).

Seguindo a lógica apresentada na teoria de mudança, é possível citar, como exemplo de intervenção neste macro tema, iniciativas que garantam coleta, manejo e reciclagem no território, incluindo a promoção de arranjos participativos e comunitários, como as cooperativas de catadores e reciclagem (atividade A.13). Esses esforços promovem coleta e reciclagem sistemáticas no território, incluindo vias públicas (produtos P.13 e P.14). Conseqüentemente, as ruas e os espaços públicos podem se tornar mais limpos, trafegáveis, seguros e atrativos (resultado de atividade R.18),¹²⁴ refletindo, por exemplo, uma sociedade mais responsável no despejo e manejo de resíduos no ambiente (em linha com o ODS 12). Em adição, à medida que se aumenta a quantidade de lixo coletada, reduz-se a incidência de

¹²⁴ O manejo adequado do lixo torna as ruas e espaços públicos mais limpos e atrativos.

enchentes (resultado de atividade R.17). A menor incidência de enchentes leva, conseqüentemente, a vias e espaços públicos mais limpos e seguros (resultado R.18, novamente), menores prejuízos ocasionados por esse tipo de desastre natural (em linha com o ODS 11) e à valorização do patrimônio dos moradores (resultado de atividade R.21), com conseqüências significativas em termos de impacto social (ver macro tema de moradia, na subseção 5.3.7). Por fim, a redução na ocorrência de enchentes pode, ainda, ter impactos ambientais de longo prazo, contribuindo para o combate à mudança climática (ODS 13).



5.3.7. LAZER E CULTURA

Quanto ao tema de lazer e cultura, a discussão no Capítulo 2 sugere que áreas urbanas vulneráveis estão particularmente sujeitas à falta de estrutura local para atividades de lazer, esporte, cultura e convivência. Conforme se ressaltou anteriormente, a relevância deste tópico — expressa, por exemplo, nas discussões sobre o caso de Medellín, no Capítulo 4 — motivou a separação desta dimensão num macro tema à parte. Convém notar, ainda, que essa relevância advém do caráter inerentemente intersetorial das intervenções de lazer e cultura: ações nessa dimensão podem ter impactos significativos em outras áreas, como segurança pública e saúde.¹²⁵ Esse ponto ficará mais claro na seção 5.4, quando serão discutidas as inter-relações entre os diversos macro temas.

¹²⁵ Ver *Medellín Cómo Vamos* (2019a, 2019b).

Especificamente, ações voltadas à criação, ampliação, manutenção e divulgação de espaços e atividades de lazer, esporte, cultura e convivência no território são particularmente interessantes, uma vez que podem proporcionar opções de lazer, esporte, cultura e convivência abertas à população (produtos P.24 e P.35). Ao frequentar essas atividades (resultado de atividade R.33), os moradores podem se beneficiar de diversas maneiras distintas. Por exemplo, moradores podem passar a adotar hábitos mais saudáveis, como a prática regular de atividade física e a redução no consumo de drogas (resultado de atividade R.7),¹²⁶ levando à melhora da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade (em linha com o ODS 3).



5.3.8. MORADIA

Áreas urbanas vulneráveis enfrentam, também, graves problemas associados à moradia. Baixa oferta de imóveis regularizados, grande quantidade de domicílios precários e excessivamente densos (isto é, com alto número de moradores) e acesso deficiente às redes de água, esgoto e eletricidade são alguns dos principais problemas ligados a este macro tema. Em geral, as intervenções previstas na dimensão de moradia buscam promover a regularização fundiária, a realização de reformas e adequação de domicílios, além da integração das moradias às redes de esgoto, eletricidade e telecomunicações. Outras ações — focadas, por exemplo, em provisão de crédito — também buscam reduzir a densidade residencial, isto é, diminuir a quantidade de pessoas que ocupam um mesmo domicílio.

¹²⁶ Atividades de lazer, esportivas e culturais (incluindo aquelas relacionadas às artes) previnem e reduzem problemas de saúde físicos e mentais (TAYLOR *et al.*, 2015).

Considerando-se o fluxo da teoria de mudança, um exemplo de intervenção no macro tema de moradia são ações que promovam a realização de reformas de moradias (atividades A.17 e A.18). Esses esforços devem levar a domicílios do território que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população (produto P.18). Moradias adequadas, por sua vez, podem ter impactos significativos sobre o bem-estar dos moradores, notadamente sobre a sua saúde, a partir de uma redução na incidência de doenças infectocontagiosas (resultado de atividade R.10).¹²⁷ Ao fim, a população local deve ter uma vida mais saudável e maior bem-estar (resultado à sociedade associado ao ODS 3). De maneira similar, é também possível promover ações de regularização dos domicílios no território (atividade A.16). Imóveis regularizados (produto P.17) devem, então, valorizar-se (resultado de atividade R.21) melhorando o acesso dos moradores a crédito (resultado de atividade R.22).¹²⁸ Conseqüentemente, a população local deve ter melhores condições de investir em atividades produtivas (resultado à sociedade associado ao ODS 8) e de superar a pobreza (resultado à sociedade consistente com o ODS 1).



5.3.9.

MOBILIDADE URBANA

Questões ligadas à mobilidade são preocupações centrais em muitas áreas urbanas vulneráveis. Essencialmente, essas regiões enfrentam, quase sempre,

¹²⁷ Ver Fewtrell *et al.* (2005).

¹²⁸ Ver, por exemplo, de Soto (2001).

problemas de conexão com a rede de transporte público estrutural da cidade, baixa densidade da rede local de transporte, além de problemas de caminhabilidade. Dentre as intervenções possíveis nesse macro tema, destacam-se ações focadas na expansão da rede de transportes e na melhoria e adequação de calçadas e travessias.

A partir da lógica apresentada na teoria de mudança, considere o caso de ações focadas na expansão da rede de transporte, buscando conectá-la a outros pontos da cidade, dentro e fora do território, e com atenção especial a questões de acessibilidade (atividade A.22). A conexão com a rede de transporte público estrutural da cidade (produto P.22) pode, em primeiro lugar, reduzir o tempo de deslocamento das pessoas (resultado de atividade R.29), garantindo o acesso da população a uma cidade mais inclusiva, acessível e segura (resultado à sociedade consistente com o ODS 11). No mais, o mesmo produto pode levar a este mesmo resultado final, também, por reduzir a lotação do transporte público (resultado de atividade R.30).¹²⁹

Ações visando à melhoria da caminhabilidade no território podem ter resultados parecidos. Expansão, adequação e sinalização de calçadas, ruas e travessias (atividade A.23) devem resultar em melhores condições de caminhabilidade para pedestres (resultado de atividade R.31). Uma vez que parte dos deslocamentos da cidade são feitos a pé, garantir que os pedestres tenham melhores condições de caminhabilidade pode, portanto, tornar a cidade mais inclusiva, acessível e segura a todos os cidadãos (novamente, resultado à sociedade consistente com o ODS 11).¹³⁰

¹²⁹ Ver Gomide (2006).

¹³⁰ A garantia de boas condições de deslocamento para pedestres e ciclistas contribui para o ODS 11.2, relacionado ao "acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, (...) com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos" (ONU, disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>).

5.4.

Inter-relações entre macro temas na teoria de mudança

Um dos pontos centrais discutidos até aqui (particularmente na seção 5.2 e no Capítulo 2) são as várias inter-relações entre os diferentes macro temas examinados neste estudo. Esta seção tem, como foco principal, a análise mais detalhada dessas inter-relações, à luz da teoria de mudança representada na Figura 5.2. Inicialmente, essas interconexões serão discutidas sob o ponto de vista dos macro temas. Em seguida, serão abordados aspectos mais específicos a partir de uma análise das atividades consideradas mais *centrais*, isto é, as atividades que se conectam, direta ou indiretamente, a um conjunto mais amplo de produtos e resultados.

A Tabela 5.1, a seguir, auxilia na visualização das inter-relações entre macro temas sugeridas pela teoria de mudança consolidada (Figura 5.2). A fim de descrever essas inter-relações de forma objetiva, adotaram-se algumas convenções. Em particular, assumiu-se que um resultado é gerado por uma atividade quando há, no máximo, quatro passos separando tal atividade do resultado em questão.

Em outras palavras, um dado resultado R é gerado por uma atividade A se, por exemplo, A leva a um produto P e P resulta em R (totalizando, portanto, dois passos). Outra possibilidade ocorre quando A leva a P, P resulta em um outro resultado R', e, finalmente, R' leva a R (três passos no total). Por fim, é possível, ainda, que quatro passos separem o resultado de uma atividade que o tenha gerado. Esse é o caso, por exemplo, de uma das ligações entre o resultado R.21 (“Propriedades do território são valorizadas e moradores possuem autonomia para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem”) e o macro tema de infraestrutura. De fato, a atividade A.13 (“Garantir serviços de coleta e reciclagem de lixo, drenagem e manejo de resíduos sólidos, e de limpeza urbana, no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem”) gera produto P.27 (“Número de novos programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem”), o qual gera,

por sua vez, o produto P.14 (“Quantidade, em kg, de lixo que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas”). Esse produto resulta, em primeiro lugar, no resultado R.17 (“Território não sofre com enchentes”), o qual leva, finalmente, a R.21.

Essa convenção é útil para destacar as principais conexões entre macro temas decorrentes das potenciais intervenções discutidas, em caráter ilustrativo, na seção anterior. Vale notar, contudo, que o número de passos separando uma atividade de um resultado *não* deve ser interpretado como uma medida do quão direta (ou indireta) é essa conexão. Em alguns casos, um número maior de passos significa apenas que mecanismos mais específicos envolvidos numa dada conexão já são bem estabelecidos na literatura (ou entre especialistas da área em questão). Contudo, é crucial que esses mecanismos estejam explícitos na teoria de mudança, dado que seu conhecimento pode auxiliar na montagem de indicadores relevantes. Dadas essas definições, considerou-se, então, que dois macro temas são inter-relacionados quando existe *ao menos um resultado* gerado por atividades originadas em cada um desses temas. Em outras palavras, inter-relações exigem ao menos um resultado em comum, isto é, gerado por pelo menos uma atividade de cada um dos macro temas em questão. A Tabela 5.1 indica quais macro temas possuem ao menos uma atividade que gera cada um dos resultados da teoria de mudança.

TABELA 5.1 – MACRO TEMAS CUJAS ATIVIDADES GERAM OS RESULTADOS DA TEORIA DE MUDANÇA CONSOLIDADA

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|--------|--|----------------|----------|-----------------|----------------|-----------------|-------------------|---------|-------|-----------|
| | | Capital Social | Educação | Emprego e renda | Infraestrutura | Lazer e Cultura | Mobilidade Urbana | Moradia | Saúde | Segurança |
| CÓDIGO | RESULTADO DA ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| R.1 | Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| R.2 | Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | | 9 |
| R.3 | Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6) | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | | 9 |
| R.4 | Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar | | 2 | | | | | | | |
| R.5 | Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2) | 1 | 2 | | | 5 | | 7 | 8 | 9 |
| R.6 | População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc. | 1 | | | | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| R.7 | População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc. | 1 | | | | 5 | | | 8 | 9 |
| R.8 | Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7) | 1 | 2 | 3 | | 5 | | | 8 | 9 |
| R.9 | Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2) | 1 | | | 4 | 5 | | 7 | 8 | 9 |
| R.10 | Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3) | 1 | | | 4 | 5 | | 7 | 8 | 9 |
| R.11 | Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9) | | | | 4 | | | 7 | 8 | |



CÓDIGO RESULTADO DA ATIVIDADE

| CÓDIGO | RESULTADO DA ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|--------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| R.12 | Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7) | 1 | | | | 5 | | | 8 | 9 |
| R.13 | População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6) | 1 | | 3 | 4 | 5 | | | 8 | 9 |
| R.14 | População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento | 1 | | | 4 | 5 | 6 | 7 | | 9 |
| R.15 | População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | 8 | 9 |
| R.16 | População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1) | | 2 | 3 | | 5 | 6 | | 8 | |
| R.17 | Território não sofre com enchentes (ODS 11.5) | | | | 4 | | | | | |
| R.18 | Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | | | | 4 | | | | | |
| R.19 | População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c) | | | | 4 | | | | | |
| R.20 | População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1) | | | | 4 | | | 7 | | |
| R.21 | Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem | | | | 4 | | | 7 | | |
| R.22 | Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3) | | | | 4 | | | 7 | | |

CÓDIGO RESULTADO DA ATIVIDADE

| CÓDIGO | RESULTADO DA ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|--------|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| R.23 | Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2) | 1 | 2 | 3 | | 5 | | | 8 | 9 |
| R.24 | População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4) | | 2 | 3 | | 5 | | | | 9 |
| R.25 | Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b) | | | | | | | | | 9 |
| R.26 | População do território confia nas forças policiais | 1 | | | | 5 | | | | 9 |
| R.27 | População do território sente-se segura | 1 | | | | 5 | 6 | | | 9 |
| R.28 | População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público | | | | | | 6 | | | |
| R.29 | População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento | | | | | | 6 | | | |
| R.30 | População tem acesso a um transporte público sem superlotação | | | | | | 6 | | | |
| R.31 | Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento | | | | | | 6 | | | |
| R.32 | Moradores do território são engajados e participam de forma ativa na política | 1 | | | | | | | | |
| R.33 | Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7) | | | | | 5 | | | | |
| R.34 | Jovens ingressam no Ensino Superior | | 2 | 3 | | | | | | |
| R.35 | População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade | | | | | | | | 8 | |
| R.36 | Moradores do território têm acesso a serviços básicos com menores custos de transação | | | 3 | | | | | | |
| R.37 | Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2) | | 2 | | | | | | | |

Fonte: elaboração própria.

Considere, por exemplo, o resultado R.1 (“Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas”). De acordo com a Tabela 5.1, todos os macro temas possuem ao menos uma atividade que gera esse resultado. Portanto, o resultado R.1 promove a conexão entre os mais diversos macro temas. Por outro lado, o resultado R.32 (“Moradores do território são engajados e participam de forma ativa na política”) é gerado exclusivamente por atividades originadas no macro tema de capital social. Na média, cada resultado é gerado por atividades de pelo menos três macro temas diferentes; entretanto, cerca de 40% de todos os resultados são gerados por atividades originadas em um único macro tema.

Dadas essas inter-relações entre macro temas, é natural questionar se há grupos de atividades específicos responsáveis por facilitar essas conexões entre temas distintos. Dito de outro modo: há atividades mais *centrais*, isto é, que se conectam, direta ou indiretamente, a um rol mais amplo de produtos e resultados distintos?¹³¹ A Tabela 5.2 ilumina essa questão. Valendo-se de metodologia de *análise de redes*, essa tabela apresenta as 15 atividades mais centrais dentre todas as representadas na teoria de mudança consolidada. Nessa aplicação de análise de redes, assume-se que a própria teoria de mudança é uma rede, por envolver um encadeamento de elementos representados por insumos, atividades, produtos e resultados. Cada encadeamento específico desses elementos pode ser considerado como um “caminho” para atingir um determinado resultado. Sob essa ótica, uma atividade é considerada mais central quando está presente em um maior número de caminhos que levam a resultados diversos.¹³²

Por exemplo, na Tabela 5.2, os macro temas de segurança pública, saúde

pública e capital social possuem o maior número de atividades entre as mais centrais da teoria de mudança consolidada. Em particular, a atividade A.19, que pertence a segurança pública e capital social, é a atividade mais central de todo o fluxo lógico consolidado. De acordo com a teoria de mudança (Figura 5.2), essa atividade conduz à abertura de canais de comunicação entre a população, formuladores de políticas públicas e forças policiais (produto P.19), o qual leva a diversos resultados importantes em muitas áreas distintas. Por exemplo, P.19 pode induzir a prevenção de casos de crime e violência no território (R.23), um resultado com reflexos nas áreas de educação (via R.1, já que a prevenção de crimes pode aumentar o engajamento de alunos com atividades escolares¹³³), saúde pública (via R.8, pois estudos sugerem, por exemplo, que há uma correlação entre relacionamentos abusivos ou violência íntima/doméstica e gravidez na adolescência¹³⁴), dentre outros. O mesmo produto (P.19) pode, ainda, levar aos resultado R.6 (“População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.”) e R.24 (“População do território não se envolve em atividades ilícitas, incluindo tráfico de drogas”), que possuem reflexos diretos sobre diversos outros macro temas.

¹³¹ Essa definição de centralidade é consistente com Wasserman e Faust (1994).

¹³² A aplicação da análise de redes a este estudo se ancora na metodologia descrita por Wasserman e Faust (1994).

Em suma, cada item de cada etapa da teoria de mudança fora transformado em um “nó”, enquanto as ligações (direcionais) entre esses nós se converteram em “laços.” Nesse contexto, a centralidade de cada atividade foi definida utilizando-se uma métrica de *centralidade de intermediação (betweenness centrality)*, a qual, essencialmente, mede o quanto um determinado nó interliga (indiretamente) dois outros nós presentes na rede. Para uma discussão mais geral sobre como a lógica de redes pode ajudar na representação de “narrativas” de transformação, ver Abell (2004). Um exemplo da aplicação de análise de redes em teoria de mudança pode ser visto em Davies (2018).

¹³³ Ver, por exemplo, Brava *et al.* (2017).

¹³⁴ Ver, por exemplo, Miller *et al.* (2007) e Roberts *et al.* (2005).

TABELA 5.2 – ATIVIDADES COM MAIOR CENTRALIDADE

| RANKING | ATIVIDADE | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE | MACRO TEMAS |
|----------------|------------------|--|-----------------------------------|
| 1 | A.19 | Criar canais de comunicação e comitês abertos com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais | Segurança Pública, Capital Social |
| 2 | A.28 | Identificar pessoas que fazem parte de grupos de risco para ingresso em atividades criminais/ ilícitas e trabalhar com a assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações | Segurança Pública |
| 3 | A.15 | Garantir acesso adequado a saneamento e energia elétrica aos lotes do território | Infraestrutura Básica |
| 4 | A.22 | Expandir a rede de transporte público, de modo a conectar diferentes pontos da cidade, incluindo conexões intrabairro e interbairros; garantindo, assim, condições de acessibilidade, em especial para grupos mais vulneráveis (e.g., pessoas com deficiência, idosos, etc.) | Mobilidade Urbana |
| 5 | A.21 | Planejar e implementar ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem | Segurança Pública |
| 6 | A.36 | Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.) | Segurança Pública |
| 7 | A.33 | Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais | Saúde Pública |
| 8 | A.24 | Criar, ampliar e manter/conservar espaços de lazer, cultura, esporte e convivência no território, abertos à população e integrados às áreas de moradia locais, e empregando mão-de-obra local sempre que possível | Lazer e Cultura, Capital Social |
| 9 | A.29 | Criar, implementar e divulgar programas de lazer, cultura, esporte e convivência no território, empregando mão-de-obra local sempre que possível | Lazer e Cultura, Capital Social |
| 10 | A.5 | Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF | Saúde Pública |
| 11 | A.32 | Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS) | Saúde Pública |
| 12 | A.34 | Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF | Saúde Pública |
| 13 | A.3 | Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc.) | Educação |
| 14 | A.1 | Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência | Educação |
| 15 | A.7 | Promover/apoiar a capacitação de líderes comunitários | Capital Social |

Fonte: elaboração própria.

5.5.

Categorias de resultados sugeridos para fins de monitoramento

Na seção anterior, exploraram-se as inter-relações entre os diversos macro temas. Em particular, foram descritas as atividades mais centrais, isto é, aquelas cuja adoção está associada a vários macro temas distintos. Convém notar, contudo, que a escolha das atividades em uma dada intervenção é influenciada por muitos aspectos diferentes, destacando-se aqueles ligados às particularidades do território. Por essa razão, é importante encerrar este capítulo com uma discussão acerca de categorias de resultados mais gerais, cujo monitoramento pode interessar a uma ampla gama de contextos territoriais.

A fim de auxiliar nessa discussão, a Figura 5.4, mostrada a seguir, classifica os resultados sugeridos pela teoria de mudança consolidada em quatro categorias amplas: *oportunidades*, *qualidade de vida*, *convivência e governança*, e *infraestrutura*. A escolha dessas categorias foi inspirada pelos blocos de indicadores utilizados nas intervenções de Medellín (seção 4.5.4). Representam, dessa forma, pilares para acompanhar os resultados de intervenções em áreas urbanas vulneráveis.

FIGURA 5.4 – CATEGORIAS DE RESULTADOS SUGERIDOS PARA FINS DE MONITORAMENTO DE TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E SEUS ODSS ASSOCIADOS



Na categoria de *oportunidades*, reúnem-se, essencialmente, os resultados de atividade mais diretamente associados aos macro temas de educação e emprego e renda. Nesse sentido, a Figura 5.4 sugere que intervenções em áreas urbanas vulneráveis cujo foco seja a promoção de oportunidades aos moradores do território devem monitorar resultados ligados, por exemplo, ao desempenho e engajamento escolar, capacitação profissional e acesso a crédito. A segunda categoria representada na Figura 5.4 é *qualidade de vida*. Essa categoria compreende resultados que influenciam diretamente o bem-estar dos moradores do território. Inclui, portanto, diferentes dimensões, tais como saúde (e.g., acesso à saúde básica; saúde e planejamento familiar), segurança (e.g., redução da criminalidade e violência; sensação de segurança e confiança) e moradia (e.g., valorização da propriedade de imóveis).

A categoria *convivência e governança*, por outro lado, contém resultados ligados à governança do território, tais como o empoderamento e pertencimento comunitário, além do exercício da cidadania. Relaciona-se, ainda, nessa mesma categoria, o acesso dos moradores a lazer e cultura, que contribui fortemente para a melhoria da convivência no território. Por fim, a última categoria, *infraestrutura*, reúne uma série de resultados associados aos macro temas de infraestrutura e moradia. Destacam-se, nessa categoria, o acesso dos moradores ao saneamento básico, à energia elétrica, às comunicações, ao transporte de qualidade e a boas condições de moradia.

A Figura 5.4 indica, por fim, quais são os ODSs associados a cada uma das quatro categorias anteriormente descritas. Nota-se que alguns ODSs estão associados a mais de uma categoria. Por exemplo, o ODS 11, relacionado à construção de cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ver Tabela A5.1, Apêndice C), aparece tanto na categoria de qualidade de vida quanto nas de infraestrutura e convivência e governança. Outros ODSs são mais específicos a uma dada categoria, como é o caso do ODS 13 (“Ação conta a mudança global no clima”), o qual está relacionado à categoria de infraestrutura.

Esse quadro de categorias gerais e resultados será usado, no próximo capítulo,

como base para a construção de um painel de indicadores para medir os resultados elencados. Um ponto importante é que o quadro proposto enfatiza resultados e não produtos. Conectando à discussão do início deste capítulo, resultados referem-se a variáveis valorizadas pela população-alvo, ao passo que produtos são indicadores intermediários refletindo ofertas de produtos e serviços ligados às atividades. Como o painel de monitoramento pode ser aplicado a vários territórios, é possível e até mesmo muito provável que cada território defina atividades particulares, logo refletindo produtos específicos. Os resultados, por sua vez, são mais amplamente definidos e aplicáveis a contextos distintos. Isso não significa, contudo, que os produtos também não possam fazer parte do painel de monitoramento; eles podem e devem ser usados para acompanhar o andamento de intervenções mais detalhadas e contextualmente definidas. Os resultados, contudo, permitem maior comparabilidade entre territórios, ao viabilizarem a análise de transformações relevantes gerando desenvolvimento sustentável.



Painel de indicadores e definição das métricas

6.

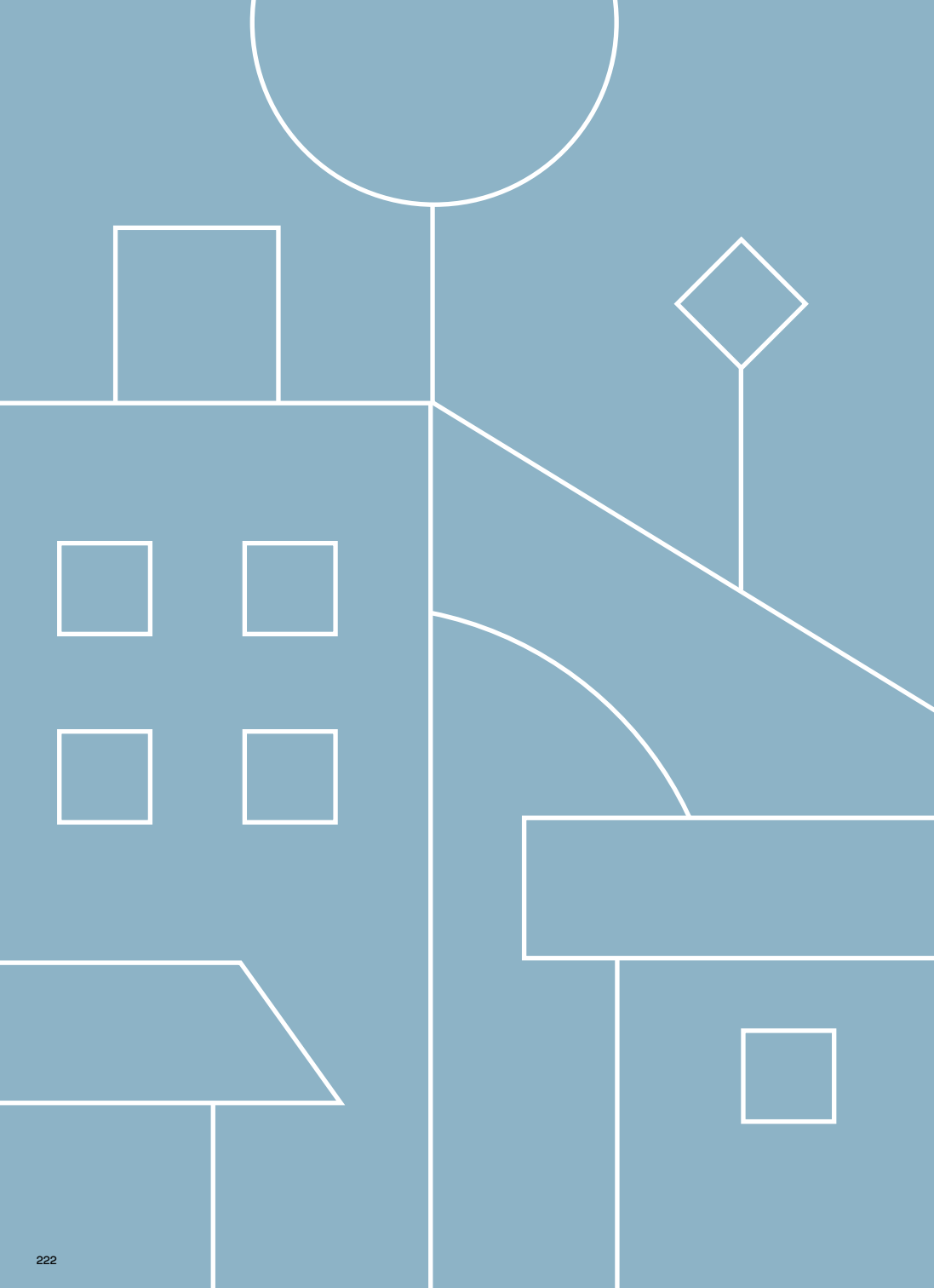
6.1. Introdução • 195

6.2. Metodologia: do resultado à métrica • 197

6.3. Menu de métricas • 204

6.4. Priorização das métricas • 215

6.5. Conclusão • 227



6.1.

Introdução

O capítulo anterior detalhou a construção da teoria de mudança consolidada proposta neste estudo (representada na Figura 5.2). A discussão em torno da teoria de mudança culminou em 21 resultados amplos, os quais pertencem a quatro categorias distintas: oportunidades, qualidade de vida, convivência e governança, e infraestrutura (ver Figura 5.4). Com base nesses resultados propostos, o presente capítulo tratará da construção de um painel de indicadores usados para monitorar os resultados listados em cada uma dessas categorias.

O foco no monitoramento de resultados — em oposição a produtos — se justifica pelo fato de que, conforme se ressaltou anteriormente, produtos são etapas mais preliminares que dependem, em grande medida, dos esforços e ações implementadas no contexto de uma dada intervenção. Resultados, por outro lado, decorrem também de transformações nas populações-alvo. Essas transformações são interesses centrais de qualquer intervenção socioambiental e não dependem, exclusivamente, das ações implementadas — isto é, não estão sob o controle direto dos responsáveis pela intervenção. A construção de indicadores baseados em resultados pode assegurar, portanto, que as transformações desencadeadas por uma intervenção sejam de fato observadas na população-alvo.¹³⁵

¹³⁵ Ver Inesper Metricis (2020).

Uma vez que o presente estudo tem, como foco principal, intervenções em áreas urbanas vulneráveis, os resultados introduzidos na teoria de mudança e sintetizados na Figura 5.4 estão estreitamente relacionados a diferentes aspectos desses territórios urbanos. Nesse cenário, uma dificuldade essencial enfrentada no contexto deste estudo — a qual foi antecipada já no Capítulo 2 — diz respeito ao acesso a dados que possam ser mensurados no nível territorial. Por exemplo, na categoria oportunidades, o monitoramento dos resultados agregados no item renda e equidade pode demandar o uso de dados sobre a renda dos moradores de um território urbano específico. Ainda que algumas fontes públicas permitam obter esses dados em nível municipal, a maior dificuldade reside na própria demarcação do painel de indicadores propostos, que coloca foco em recortes territoriais — por exemplo, um bairro ou microrregião específica de uma dada região do município de São Paulo. Conforme discutido abaixo, uma possível solução para este problema é realizar coletas de dados primários, ou seja, informações obtidas para fins da construção do painel de indicadores (por exemplo, via *surveys* ou entrevistas *in loco*). Porém, nesse caso, deve-se ponderar os custos requeridos nesse processo, dada a necessidade de customização da coleta de dados.

De maneira geral, o objetivo central deste capítulo é descrever o processo de escolha dos indicadores específicos usados para monitorar a evolução de intervenções em áreas urbanas vulneráveis. Nesse sentido, o primeiro passo envolve a construção de uma lista de potenciais indicadores baseados nos resultados da teoria de mudança consolidada. A partir dessa lista, selecionam-se as métricas efetivamente utilizadas no monitoramento das intervenções, as quais devem compor o painel final. Esse processo será discutido em detalhes na seção 6.2. Vale ressaltar que, ainda que os termos “indicador” e “métrica” sejam comumente utilizados de maneira intercambiável, adotou-se, neste estudo, a convenção de se utilizar a expressão “métrica” para se referir ao indicador já operacionalizado — isto é, após a especificação das fontes e forma de coleta dos dados e após a análise da sua adequação prática.¹³⁶

¹³⁶ Essa convenção segue o padrão adotado em Insper Metricis (2020).

A seção 6.3, por sua vez, introduzirá um amplo conjunto comparativo de métricas cobrindo todos os resultados que apareceram na teoria de mudança consolidada (Figura 5.2). Várias dessas métricas serão descritas individualmente, de acordo com a categoria a que pertencem, o resultado específico a que se referem, e sua classificação relativa em quatro critérios distintos: relevância, grau com que pode ser afetada pelas ações dos gestores, precisão e custo. Finalmente, depois de estabelecida a classificação das métricas, o capítulo se encerrará com uma discussão acerca de critérios utilizados para priorizar certas métricas em detrimento de outras.

6.2.

Metodologia: do resultado à métrica

Conforme se mencionou anteriormente, este capítulo visa introduzir uma abordagem estruturada para a escolha dos indicadores que serão efetivamente utilizados no monitoramento de um conjunto de intervenções. A abordagem aqui desenvolvida se baseia na aplicação de um “menu de métricas” que classifica diversos indicadores de acordo com atributos desejáveis, apoiando, assim, o processo de seleção que deve culminar com um painel a ser utilizado para monitoramento.¹³⁷

O primeiro passo para a construção do menu de métricas envolve a criação de uma ampla lista de potenciais indicadores, concebidos a partir dos resultados presentes na teoria de mudança. A montagem dessa lista de potenciais indicadores exige, uma vez mais, extensas revisões de literatura e análises de *benchmarking* (discutidas no capítulo 4). Nessa linha, é crucial buscar referências que descrevam intervenções que tenham mensurado resultados similares aos propostos na teoria de mudança do projeto focal. Em particular, sempre que possível, deve-se optar por incluir indicadores cujo uso já seja bem estabelecido na literatura.¹³⁸

¹³⁷ Ver Insper Metricis (2020).

¹³⁸ Insper Metricis (2020).

Por exemplo, um indicador para o resultado R.2 (“Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série”) deve não apenas mensurar o nível de aprendizagem dos alunos, mas também, preferencialmente, usar formas de aferição legitimadas e confiáveis. Seguindo a literatura,¹³⁹ seria viável propor, nesse contexto, a utilização de indicadores baseados nos escores dos alunos em exames de proficiência em Matemática e Português, ou em testes padronizados (tais como ENEM, IDEB, Prova Brasil, Pisa, etc.).

Uma lista completa de indicadores potenciais deve conter, além da definição e descrição de cada indicador, outras informações relevantes para a escolha final do painel de monitoramento a ser utilizado na intervenção. Nesse sentido, é importante descrever a origem do (potencial) indicador proposto (e.g., uma referência na literatura que utiliza o mesmo indicador) e o público-alvo da medição—isto é, os indivíduos cujos dados devem ser coletados, caso o indicador em questão seja escolhido. Além disso, é essencial descrever a fonte dos dados necessários para o cálculo de cada indicador. Por exemplo, na discussão anterior, as bases de dados do INEP¹⁴⁰ devem ser utilizadas, caso se opte por adotar a pontuação das escolas no *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* (IDEB)¹⁴¹ como indicador para o resultado R.2. Por fim, é crucial, também, descrever como os dados podem ser obtidos e qual deve ser a frequência da coleta de dados. Ainda no exemplo do resultado R.2, seria importante explicar como as pontuações no IDEB seriam obtidas a partir dos portais de dados do INEP, e com que frequência esses dados estariam disponíveis para coleta. Sendo a análise feita em nível de território, um passo importante é obter dados referentes a alunos de escolas localizadas nesse recorte geográfico.

Partindo-se dessa lista de indicadores potenciais, o menu de métricas é completado com a análise da atratividade de cada indicador de acordo com os critérios

¹³⁹ Ver, por exemplo, Brava *et al.* (2017).

¹⁴⁰ Ver <http://inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 18/08/2020.

¹⁴¹ O IDEB é mantido pelo INEP e calculado a partir de dados sobre aprovação escolar e das médias de desempenho no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Para mais detalhes, ver: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 25/08/2020.

anteriormente mencionados. No contexto deste estudo, cada indicador foi classificado, a partir de uma escala com *quatro* pontos, em relação aos quatro critérios:¹⁴²

→ **RELEVÂNCIA:** uma métrica deve ser considerada mais relevante quando sua evolução é valorizada pela população-alvo.

→ **SENSIBILIDADE À AÇÃO DOS GESTORES:** uma métrica é *passível de ação* (ou seja, sensível à ação dos gestores) quando há evidências robustas de que essa métrica é afetada pelas ações dos gestores ou responsáveis pelas intervenções em questão.

→ **PRECISÃO:** de acordo com esse critério, um indicador baixos é menos preciso caso não reflita, adequadamente, o resultado que se propõe a medir, ou quanto possa ser sujeito a distorções e até mesmo manipulação.

→ **CUSTO:** é preciso considerar o custo total de utilização da métrica, incluindo o custo de coleta dos dados. Em geral, indicadores baseados em dados secundários¹⁴³ tendem a ser menos custosos, enquanto indicadores que exijam coleta primária — como *surveys* ou entrevistas in loco — são mais caros.¹⁴⁴

Para facilitar a classificação de cada métrica, a Tabela 6.1 apresenta rubricas de avaliação (*rubrics*) para cada critério, indicando pontos (em uma escala de 1 a 4) que refletem o grau com que cada métrica se adequa a cada critério examinado.

¹⁴² Para uma discussão mais detalhada acerca desses critérios, ver Insper Metricis (2020).

¹⁴³ ????

¹⁴⁴ São considerados secundários os dados cuja coleta tenha sido feita no passado, por razões não necessariamente ligadas à intervenção que se pretende monitorar. IBGE, Censo Escolar e Prova Brasil são alguns exemplos de bases de dados secundários. Por outro lado, entende-se por primário qualquer dado que tenha sido coletado exclusivamente para um projeto particular, como é o caso de *surveys* feitas com a população-alvo de uma dada intervenção.

TABELA 6.1 – RUBRICAS PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS MÉTRICAS PROPOSTAS

| | ○ 1 | ◐ 2 | ◑ 3 | ● 4 |
|--------------------------|--|---|--|--|
| RELEVANTE? | A métrica é pouco ou apenas tangencialmente ligada a algum resultado previsto na teoria de mudança | A métrica é ligada a algum resultado previsto na teoria de mudança, mas não é claro como sua evolução pode ser valorizada pela população-alvo | A métrica é ligada a algum resultado previsto na teoria de mudança e sua evolução será potencialmente valorizada pela população-alvo | A métrica é ligada a algum resultado previsto na teoria de mudança e sua evolução será fortemente valorizada pela população-alvo |
| PASSÍVEL DE AÇÃO? | Condições contextuais fora do alcance dos gestores envolvidos nas atividades previstas na teoria da mudança limitam substancialmente o possível efeito dessas atividades sobre a métrica | A métrica pode possivelmente ser afetada por atividades previstas na teoria de mudança, porém esse efeito depende de diversas condições contextuais fora do alcance dos gestores envolvidos | Existem argumentos lógicos que levam a crer que a métrica pode ser afetada por intervenções previstas na teoria de mudança | Existem evidências de que a métrica pode ser fortemente afetada por intervenções previstas na teoria de mudança |
| PRECISA? | A métrica pouco reflete o resultado que se quer medir e/ou pode ser altamente manipulada e distorcida para erroneamente refletir um desempenho maior do que o efetivamente obtido | A métrica reflete moderadamente o resultado que se quer medir e/ou envolve fontes de dados com considerável risco de manipulação ou cuja interpretação pode ser sujeita a questionamento | A métrica reflete adequadamente o resultado que se quer medir e envolve fontes de dados menos reconhecidas, mas que têm baixo risco de manipulação | A métrica reflete adequadamente o resultado que se quer medir e envolve fontes de dados reconhecidas e legitimadas |
| BAIXO CUSTO? | A métrica requer medições específicas e custosas (por exemplo, surveys presenciais) | Há um certo custo de coleta associado à métrica, devido à necessidade de medições específicas. | A métrica pode ser obtida a baixo custo por meio de fontes existentes, mas cujo acesso depende de autorização ou esforço de terceiras partes | A métrica pode ser obtida a baixo custo por meio de fontes públicas ou com fácil acesso |

De acordo com a Tabela 6.1, uma métrica deve ser considerada *relevante* quando os resultados que se propõe a medir são valorizados pela população-alvo. É, portanto, crucial que a métrica esteja intimamente ligada a algum resultado presente na teoria de mudança, para que seja considerada relevante. No contexto do presente estudo, a fim de se definir o quanto as populações-alvo valorizam os diferentes resultados, utilizaram-se informações qualitativas obtidas a partir de reuniões virtuais com moradores do Jardim Lapenna. Os aspectos citados por esses moradores foram então levados em consideração ao se julgar a relevância das diferentes métricas.¹⁴⁵

Por outro lado, uma métrica deve ser considerada *passível de ação* se há evidências de que essa métrica pode ser afetada pelas ações de gestores. De acordo com as rubricas, uma métrica deve receber nota 1 se não está suficientemente claro como as atividades previstas na teoria de mudança podem afetá-la. Caso haja apenas “argumentos lógicos” ligando atividades da teoria de mudança às mudanças na métrica, esta deve receber nota 2 no critério “Passível de Ação?”; e a pontuação deve aumentar à medida que a robustez da evidência disponível aumente. No limite, caso exista evidência causal de que a métrica é impactada pelas ações previstas na teoria de mudança (e.g., evidência baseada em estudos empíricos robustos), esta deve receber nota 4 no critério em questão.

O terceiro critério elencado na Tabela 6.1 diz respeito à *precisão* da métrica. Métricas que sejam facilmente distorcidas ou manipuladas devem ser consideradas pouco precisas. Por exemplo, métricas que refletem aspectos demasiadamente subjetivos da população-alvo são menos precisas do que métricas mais objetivas; de maneira similar, métricas que utilizam fontes de dados de baixa confiabilidade são consideradas menos precisas do que as que utilizam fontes de dados reconhecidas e legitimadas.

¹⁴⁵ É possível que a classificação fosse diferente caso se considerassem informações de moradores de outros territórios o município. Porém, acredita-se que essa questão seja menos relevante no contexto do presente estudo, já que as condições e os problemas presentes no Jardim Lapenna são muito similares aos encontrados nos outros territórios urbanos vulneráveis (conforme se detalhou no capítulo 3).

Finalmente, o quarto critério descrito na Tabela 6.1 é o *custo* envolvido na coleta de dados prevista pela métrica. Em geral, conforme mencionado anteriormente, métricas que exigem coleta de dados primários tendem a ser mais caras. Esse tipo de métrica é particularmente importante no contexto de intervenções em áreas urbanas, já que, muitas vezes, fontes de dados secundários com cortes territoriais inexistem ou possuem periodicidade muito longa (como é o caso do Censo do IBGE). Nesse caso, há algumas alternativas para se reduzir o custo da coleta de dados.

Primeiro, pode ser viável se aproveitar de levantamentos periódicos já realizados no território (por exemplo, por equipes das Secretarias da Prefeitura) e apenas incluir novas questões nos *surveys* já programados. Outra possibilidade seria realizar coletas por meio de celulares de moradores — por exemplo, a partir de uma parceria com empresas de tecnologia especializadas em aplicações intensivas em dados e que atuem no território. Vale notar, contudo, que essa segunda opção depende não apenas da existência de uma empresa com essa expertise e que atue no território específico, mas também da cobertura dos seus serviços dentro do território. Uma cobertura reduzida pode, por exemplo, comprometer a representatividade dos dados amostrais, tornando essa opção pouco atrativa. Uma terceira alternativa para diminuir custos de coleta pode ser o uso de um mesmo procedimento (e.g., uma mesma *survey* conduzida nos domicílios do território) para se coletar dados que sirvam a múltiplas métricas: quanto maior o número de métricas contempladas por um procedimento de coleta de dados, menor é o custo médio efetivo de cada métrica. Por fim, pode ser possível explorar bases de dados administrativos das secretarias do município — tais como a Secretaria de Saúde ou a Secretaria de Assistência Social. Por exemplo, na cidade de São Paulo, a Secretaria de Assistência Social mantém ricas bases de dados com amplo rol de informações sobre beneficiários que residem em áreas urbanas vulneráveis. Entretanto, convém destacar que o acesso a essas informações pode ser limitado, notadamente por questões éticas associadas à identificação dos beneficiários.

Dados os critérios acima destacados, o menu de métricas atribuí, a cada

indicador, um escore final calculado como o *produto* dos escores recebidos em cada critério. Por exemplo, suponha que um indicador esteja intimamente relacionado a um resultado muito valorizado pela população-alvo e envolva dados de fontes legitimadas (resultando em escore 4 nos critérios de *precisão* e *relevância*), mas dependa de medições por *surveys* customizadas no território (recebendo, portanto, escore 1 no critério *custo*). Suponha, ainda, que existam argumentos lógicos sugerindo que o indicador seja passível de ação, mas não evidências empíricas robustas (de modo que se atribua escore 3 ao critério de *sensibilidade às ações*). No fim das contas, essa métrica será associada a um escore final de $4 \times 4 \times 3 \times 1 = 48$ no menu de métricas.

Note que o produto dos escores de cada critério é usado para compor o escore final (em vez de uma soma simples) porque métricas ideais devem ter, a princípio, bons escores em *todos* os critérios. Por exemplo, uma métrica pode ter baixo custo mas, ao mesmo tempo, ser relativamente imprecisa e com relevância discutível. O escore final calculado com base no produto dos escores de cada categoria penaliza métricas desse tipo e, portanto, pode ser usado como uma referência para a escolha das métricas que farão parte do painel de monitoramento. Em particular, este estudo adotará a seguinte convenção: métricas com escores finais superiores a 127 são consideradas *atrativas* (e designadas pela cor *verde*), enquanto aquelas com escores menores ou iguais a 54 são consideradas *pouco atrativas* (e realçadas em *vermelho*); métricas com escores finais entre esses dois valores, por outro lado, podem ser atrativas, mas merecem atenção especial (e são pintadas de *laranja*).

6.3.

Menu de métricas

No Apêndice E, o menu de métricas é apresentado num quadro detalhado, contendo a descrição da fonte de dados, da metodologia e periodicidade de coleta. Nesta seção, apresenta-se o painel de métricas de forma resumida, incluindo os escores finais de acordo com as categorias de análise anteriormente descritas. A fim de facilitar a visualização do painel, optou-se por separar as métricas em quatro tabelas distintas, uma para cada categoria de resultado (oportunidades, qualidade de vida, convivência e governança, e infraestrutura). As tabelas 6.2, 6.3, 6.4, e 6.5, a seguir, apresentam os indicadores propostos para essas quatro categorias.



CONFORME SE NOTA NA TABELA 6.2, boa parte das métricas da categoria de oportunidades possui escores relativamente baixos, com exceção das métricas mais ligadas ao macro tema de educação. Esse padrão se justifica, primariamente, pela necessidade de realização de coletas de dados primárias, para a maioria desses indicadores, o que aumenta consideravelmente seus custos.

TABELA 6.2 – MENU DE MÉTRICAS PARA A CATEGORIA DE OPORTUNIDADES

○ 1 ● 2 ● 3 ● 4

| RESULTADO | MÉTRICA | RELEVANTE? | PASSÍVEL DE AÇÃO? | PRECISA? | BAIXO CUSTO? | ESCORE FINAL |
|--|--|------------|-------------------|----------|--------------|--------------|
| R.1 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas | Habilidades socioemocionais dos estudantes | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.2 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série | Anos de estudos dos indivíduos de 18 a 25 anos de idade moradores do território | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.2 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série | Diferença média do IDEB das escolas do território para a meta do IDEB estipulada | ● | ● | ● | ● | 256 |
| R.2 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série | Diferença média do SARESP das escolas do território para a meta do SARESP estipulada | ● | ● | ● | ● | 256 |
| R.3 Jovens não abandonam e nem evadem a escola | Taxa de alunos que abandonaram a escola | ● | ● | ● | ● | 256 |
| R.4 Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar | Percentual de mães no território que têm renda adicional por meio de trabalho formal ou informal | ● | ● | ● | ○ | 48 |
| R.5 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância | Measuring Early Learning Quality Outcomes - MELQO | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Proporção de moradores economicamente ativos do território engajados no mercado de trabalho formal | ● | ● | ● | ○ | 24 |

| | | | |
|---|--|-----------|-----|
| R.13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Diferenças nas opções de emprego por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência | ● ○ ● ○ | 24 |
| R.13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Participação em programas de capacitação | ● ● ○ ○ | 16 |
| R.16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Diferenças em renda em função de gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência | ○ ● ● ● ○ | 18 |
| R.16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Renda domiciliar per capita média do território | ● ● ● ○ | 64 |
| R.16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência | Proporção da renda do território detida pelos 20% mais pobres | ○ ● ● ● ○ | 48 |
| R.22 Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito | Proporção de indivíduos adultos que tomaram algum tipo de empréstimo no último ano | ● ● ● ○ | 64 |
| R.34 Jovens ingressam no Ensino Superior | Taxa da população entre 18 e 24 anos matriculada no Ensino Superior | ● ○ ● ○ | 48 |
| R.37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros | Diferenças nos desempenhos no IDEB e SARESP por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência | ● ○ ● ● | 192 |

Fonte: elaboração própria.

A TABELA 6.3, POR SUA VEZ, sugere que as métricas da categoria de qualidade de vida apresentam padrão análogo à categoria anterior, ainda que essa categoria possua um maior número de métricas com escore elevado. Novamente, métricas com escore mais elevado refletem a possibilidade de se utilizarem bases de dados administrativas; como a maioria das métricas de qualidade de vida depende de coleta primária, seus escores são menores.

TABELA 6.3 - MENU DE MÉTRICAS PARA A CATEGORIA DE QUALIDADE DE VIDA

○ 1 ● 2 ● 3 ● 4

| RESULTADO | MÉTRICA | RELEVANTE? | PASSÍVEL DE AÇÃO? | PRECISA? | BAIXO CUSTO? | ESCORE FINAL |
|---|--|------------|-------------------|----------|--------------|--------------|
| R.7 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação, planejamento familiar e saúde reprodutiva, uso de álcool e drogas, atividade física, higiene e limpeza, etc. | Índice de Massa Corpórea (IMC) dos usuários do sistema de saúde básica do território que residem no território | ○ | ○ | ● | ○ | 36 |
| R.7 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação, planejamento familiar e saúde reprodutiva, uso de álcool e drogas, atividade física, higiene e limpeza, etc. | Indivíduos recuperados em programas contra o abuso de substâncias no território | ● | ○ | ● | ● | 144 |
| R.7 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação, planejamento familiar e saúde reprodutiva, uso de álcool e drogas, atividade física, higiene e limpeza, etc. | Frequência (em dias por semana) com que realizam atividades físicas | ● | ○ | ● | ○ | 48 |
| R.8 Meninas não engravidam na adolescência | Proporção de mães e gestantes adolescentes (com menos de 18 anos) residentes no território (%) | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.9 Saúde materno-infantil é boa no território | Proporção de nascidos com peso inferior a 2.500 gramas, de mães residentes no território (%) | ● | ● | ● | ○ | 192 |

| | | | |
|---|--|---------|-----|
| R.10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas | Taxa de mortalidade, no território, atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (%) | ● ● ● ● | 72 |
| R.11 Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis | Taxa de mortalidade, no território, por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias (%) | ● ● ● ● | 54 |
| R.21 Propriedades (lotês e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem | Valor percebido pelos moradores do território sobre o seu imóvel | ● ● ● ○ | 36 |
| R.23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território | Vítimas de homicídio intencional no território | ● ● ● ● | 192 |
| R.23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território | Ocorrências de furtos e roubos no território | ● ● ● ● | 192 |
| R.23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território | Ocorrências de violência doméstica no território | ● ● ● ● | 144 |
| R.25 Casos de violência policial são prevenidos no território | Quantidade de indivíduos que dizem conhecer alguém que já sofreu violência policial (incluindo experiências próprias) | ● ● ● ○ | 36 |
| R.26 População do território confia nas forças policiais | Proporção de moradores do território que confia no trabalho das forças policiais | ● ● ● ○ | 36 |
| R.27 População do território sente-se segura | Proporção de moradores que se sente segura nos espaços públicos do território | ● ● ● ○ | 36 |
| R.35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade | Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde que atuam no território | ● ● ● ● | 192 |

| | | | |
|---|---|---------|----|
| R.35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade | Grau de satisfação com serviços básicos de saúde oferecidos no território | ● ● ● ○ | 36 |
|---|---|---------|----|

Fonte: elaboração própria.

NO CASO DAS MÉTRICAS da categoria de convivência e governança (Tabela 6.4), o padrão anterior é ainda mais pronunciado. À exceção da métrica “Equipamentos de lazer, cultura e esporte por habitante do bairro,” todos os outros indicadores possuem escore final médio ou baixo, refletindo a necessidade de se coletar dados primários, bem como as imprecisões que podem resultar desse processo.

TABELA 6.4 - MENU DE MÉTRICAS PARA A CATEGORIA DE CONVIVÊNCIA E GOVERNANÇA

○ 1 ● 2 ● 3 ● 4

| RESULTADO | MÉTRICA | RELEVANTE? | PASSÍVEL DE AÇÃO? | PRECISA? | BAIXO CUSTO? | ESCORE FINAL |
|--|--|------------|-------------------|----------|--------------|--------------|
| R.6 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território | Participação dos moradores em atividades formativas e ações de engajamento comunitário e político no território | ● | ● | ● | ○ | 36 |
| R.6 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território | Participação dos moradores em comitês ou órgãos consultivos da prefeitura ou subprefeitura de seu bairro | ● | ● | ● | ○ | 36 |
| R.12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas | Percepção dos moradores sobre o grau em que seus pleitos são incorporados em ações para o território, seja por meio de políticas do setor público ou por meio do apoio oferecido por organizações privadas | ● | ● | ● | ○ | 24 |

| | | | |
|--|---|---------|-----|
| R.12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas | Pleitos dos moradores do bairro incorporados a ferramentas de planejamento e gestão pública | ● ● ● ● | 48 |
| R.14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento | Satisfação dos moradores com o convívio no território em que vivem | ● ● ● ○ | 24 |
| R.32 Moradores do território são engajados na política, participando como eleitores nas oportunidades de votação | Candidatos e votantes em eleições para cargos participativos (Conselhos Participativos, Conselhos de política, Conselhos Tutelares) no bairro | ● ● ● ○ | 36 |
| R.32 Moradores do território são engajados na política, participando como eleitores nas oportunidades de votação | Percentual de votantes nas eleições (Prefeitura, Governo Estadual e União) no bairro | ● ● ● ○ | 36 |
| R.33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade | Equipamentos de lazer, cultura e esporte por habitante do bairro | ● ● ● ● | 192 |
| R.33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade | Utilização dos equipamentos e participação nas atividades ofertadas de cultura, lazer e esporte no bairro | ● ● ● ○ | 64 |
| R.33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade | Condições físicas, formas de uso e percepção sobre os espaços públicos no território | ● ● ● ○ | 48 |
| R.36 Acesso a serviços públicos com baixos custos de transação | Tempo médio gasto pelos moradores do bairro com interações burocráticas com serviços públicos | ● ● ● ○ | 64 |

Fonte: elaboração própria.

TABELA 6.5 – MENU DE MÉTRICAS PARA A CATEGORIA DE INFRAESTRUTURA

○ 1 ● 2 ● 3 ● 4

| RESULTADO | MÉTRICA | RELEVANTE? | PASSÍVEL DE AÇÃO? | PRECISA? | BAIXO CUSTO? | ESCORE FINAL |
|---|--|------------|-------------------|----------|--------------|--------------|
| R. 17 Território não sofre com enchentes (ODS 11.5) | Ocorrências de inundações no bairro | ● | ● | ● | ● | 256 |
| R.18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | Domicílios com calçadas no bairro | ● | ● | ● | ● | 192 |
| R.18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | Índice de Caminhabilidade no bairro | ● | ● | ● | ○ | 48 |
| R.18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | Solicitações de zeladoria urbana atendidas no bairro (limpeza de rua/ praças, manutenção de equipamentos e praças) | ● | ● | ● | ● | 192 |
| R.19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica e a redes de comunicação | Acesso à infraestrutura de saneamento básico no bairro | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica e a redes de comunicação | Acesso à infraestrutura de energia elétrica no bairro | ● | ● | ● | ○ | 64 |
| R.19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica e a redes de comunicação | Acesso à internet no bairro | ● | ● | ● | ○ | 64 |

| | | | |
|---|--|---------|-----|
| R.20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis | Estimativa de domicílios em favela, loteamento irregular e núcleo urbanizado no bairro | ● ● ● ● | 256 |
| R.20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis | Déficit habitacional no bairro | ● ● ● ○ | 48 |
| R.20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis | Imóveis regularizados no bairro | ● ● ● ● | 192 |
| R.28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público | Quantidade de itinerários atendidos via transporte de ônibus no bairro | ● ● ● ● | 256 |
| R.29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento | Tempo médio de deslocamento da população economicamente ativa do bairro | ● ● ● ○ | 64 |
| R.30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação | Intervalo médio de tempo entre um veículo e outro nos itinerários atendidos no bairro | ● ● ● ● | 256 |
| R.31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento | Extensão da rede cicloviária no bairro | ● ● ● ● | 256 |

Fonte: elaboração própria.

POR FIM, A CATEGORIA DE INFRAESTRUTURA (TABELA 6.5) possui um maior número de métricas com alto escore. As métricas dessa categorias envolvem aspectos que podem ser mais diretamente observados a partir de bases ou levantamentos existentes. Por exemplo, a base de dados GeoSampa pode ser uma fonte de dados para parte considerável das métricas listadas na Tabela 6.5.

Em geral, como exemplos de métricas com escores elevados nos quatro critérios, tem-se “Diferença média do IDEB das escolas do território para a meta do IDEB estipulada” (métrica para o resultado R.2) e “Estimativa de domicílios em favela, loteamento irregular e núcleo urbanizado no bairro” (métrica para o resultado R.20), ambas baseadas em dados secundários e fontes legitimadas. Em contraste, métricas como “Taxa de mortalidade, no território, atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (%)” (resultado R.10) ou “Frequência (em dias por semana) com que realizam atividades físicas” (resultado R.7) possuem escores bem mais baixos, já que, conforme se destacou anteriormente, dependem de coleta primária ou de fontes de dados sujeitas a erros e imprecisões.

6.4.

Priorização das métricas

O menu de métricas é um primeiro passo para se considerar a inclusão de uma determinada métrica no painel final de indicadores. É possível, entretanto, que uma determinada métrica tenha um escore final baixo no menu, mas seja considerada muito importante — por exemplo, porque os gestores ou responsáveis pela intervenção atribuam elevada importância à sua evolução. Assim, para além da classificação de métricas baseada nos critérios apresentados no menu, é preciso colher informações adicionais que permitam priorizar a sua inclusão no painel final proposto.

No contexto do presente projeto, o processo de priorização das métricas envolveu dois passos distintos. Primeiro, os membros do Comitê de Gestão do projeto — incluindo a Fundação Tide Setubal, a Prefeitura do Município de São Paulo e a Fundação Itaú Social — foram convidados a reportar, numa escala de três pontos, o nível de priorização que atribuem a cada métrica. Metas prioritárias são aquelas cuja coleta já poderia ser feita de forma a criar um painel de acompanhamento básico. Metas menos prioritárias seriam aquelas que, apesar de relevantes, poderiam ser coletadas em um momento mais avançado, até mesmo em função de aprendizados obtidos com o painel básico. Assim, considerando-se as respostas dos membros do Comitê para cada métrica, reformularam-se os quadros de métricas de cada categoria, de modo a se criar dois tipos de painéis: *inicial* e *avanzado*. Vale notar, entretanto, que essa separação é apenas sugestiva; pode-se optar por já iniciar simultaneamente a coleta de todos os indicadores, a depender da disponibilidade de dados e capacidade de compilação de informações.

No processo de criação desses painéis, buscou-se garantir que pelo menos uma métrica de cada resultado agregado (dentre todos os agregados descritos na Figura 5.4) estivesse presente no painel inicial de cada categoria. Com exceção de dois resultados agregados, todos os outros presentes na Figura 5.4 possuem ao menos uma métrica associada, nos painéis iniciais. Essas exceções são

“Engajamento escolar e habilidades socioemocionais (R.1)” e “Valorização e retenção das propriedades (R.21).” Esses agregados foram considerados de menor prioridade pelo Comitê Gestor, por isso, suas métricas e, por isso, aparecem apenas nos painéis avançados.

No mais, dada a centralidade dos custos de coleta para a definição da atratividade de uma métrica (ver discussão na seção anterior), os painéis também distinguem as métricas com base nos tipos de coleta de dados envolvidos. Conforme indicado no Apêndice E, há métricas cuja coleta pode envolver dados *secundários* amplamente disponíveis, como por exemplo “Diferenças nos desempenhos no IDEB e SARESP por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência”. Porém, outras métricas requerem coleta de dados *primários*, a partir, por exemplo, de questionários aplicados aos moradores do território. As métricas foram separadas dessa forma pois, nesse último caso, será preciso um esforço adicional para coletar novos dados em nível desagregado.

Nesse sentido, as tabelas 6.6 a 6.9 apresentam a sugestão de priorização das métricas das quatro categorias introduzidas na Figura 5.4. As cores indicam a classificação de cada métrica em relação à pontuação recebida, no menu de métricas, nos quatro critérios anteriormente discutidos (relevante, passível de ação, precisa, e baixo custo; ver Tabela 6.1). Não estranhamente, as métricas na metade inferior da tabela, exigindo esforço de coleta primária, têm score mais baixo no menu de métricas (cores vermelha ou laranja).



DE ACORDO COM A TABELA 6.6, quatro métricas de alta prioridade (painel inicial) não dependem, a priori, de coleta de dados primárias. Essas métricas estão associadas ao agregado “Aprendizado e fluxo escolar” e se beneficiam das ricas bases de dados públicas sobre educação disponíveis no Brasil. Todos os outros agregados, com exceção de “Engajamento escolar e habilidades socioemocionais” estão presentes no painel inicial, o qual possui, de maneira geral, baixa dependência em relação a coletas de dados primários.

TABELA 6.6 – PRIORIZAÇÃO DAS MÉTRICAS: CATEGORIA DE OPORTUNIDADES

PAINEL INICIAL

PAINEL AVANÇADO

PODEM SER OBTIDAS POR MEIO DE DADOS SECUNDÁRIOS

- Aprendizado e fluxo escolar: (R.2) Diferença média do IDEB das escolas do território para a meta do IDEB estipulada
- Aprendizado e fluxo escolar: (R.2) Diferença média do SARESP das escolas do território para a meta do SARESP estipulada
- Aprendizado e fluxo escolar: (R.3) Taxa de alunos que abandonaram a escola
- Aprendizado e fluxo escolar: (R.37) Diferenças nos desempenhos no IDEB e SARESP por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência

PRECISAM DE COLETA PRIMÁRIA

- | | |
|--|---|
| ● Empregabilidade e empreendedorismo: (R.4) Percentual de mães no território que têm renda adicional por meio de trabalho formal ou informal | ● Engajamento escolar e habilidades socioemocionais: (R.1) Habilidades socioemocionais dos estudantes |
| ● Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Participação dos moradores em programas de capacitação. | ● Aprendizado e fluxo escolar: (R.2) Anos de estudos dos indivíduos de 18 a 25 anos de idade moradores do território |
| ● Renda e equidade: (R.16) Proporção da renda do território detida pelos 20% mais pobres | ● Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Diferenças nas opções de emprego por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência |
| ● Renda e equidade: (R.16) Renda domiciliar per capita média do território | ● Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Proporção de moradores economicamente ativos do território engajados no mercado de trabalho formal |
| ● Desenvolvimento da primeira infância: (R.5) Measuring Early Learning Quality Outcomes – MELQO | ● Renda e equidade: (R.16) Diferenças em renda em função de gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência |
| ● Acesso a crédito: (R.22) Proporção de indivíduos adultos que tomaram algum tipo de empréstimo no último ano | |
| ● Ingresso no Ensino Superior: (R.34) Taxa da população entre 18 e 24 anos matriculada no Ensino Superior | |

Fonte: elaboração própria.

A TABELA 6.7, POR sua vez, apresenta as prioridades da categoria de qualidade de vida. Nessa categoria, há muitas métricas baseadas em dados secundários, as quais se beneficiam de bases de dados públicas existentes nas áreas de saúde e segurança pública. À exceção do agregado “Valor percebido pelos moradores do território sobre o seu imóvel (R.21)”, todos os outros agregados desta categoria estão representados no painel inicial.

TABELA 6.7 – PRIORIZAÇÃO DAS MÉTRICAS: CATEGORIA DE QUALIDADE DE VIDA

PAINEL INICIAL

PAINEL AVANÇADO

PODEM SER OBTIDAS POR MEIO DE DADOS SECUNDÁRIOS

- | | |
|---|--|
| ● Atenuação de doenças, internações e óbitos: (R.10) Taxa de mortalidade, no território, atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (%) | ● Redução de criminalidade e violência: (R.23) Vítimas de homicídio intencional no território |
| ● Atenuação de doenças, internações e óbitos: (R.11) Taxa de mortalidade, no território, por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias (%) | ● Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.7) Indivíduos recuperados em programas contra o abuso de substâncias no território |
| ● Redução de criminalidade e violência: (R.23) Ocorrências de furtos e roubos no território | ● Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.7) Índice de Massa Corpórea (IMC) dos usuários do sistema de saúde básica do território que residem no território |
| ● Redução de criminalidade e violência: (R.23) Ocorrências de violência doméstica no território | |
| ● Saúde e planejamento familiar: (R.8) Proporção de mães e gestantes adolescentes (com menos de 18 anos) residentes no território (%) | |
| ● Saúde e planejamento familiar: (R.9) Proporção de nascidos com peso inferior a 2.500 gramas, de mães residentes no território (%) | |
| ● Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.35) Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde que atuam no território | |

PRECISAM DE COLETA PRIMÁRIA

- | | |
|--|--|
| ● Redução de criminalidade e violência: (R.25) Quantidade de indivíduos que dizem conhecer alguém que já sofreu violência policial (incluindo experiências próprias) | ● Sensação de segurança e confiança na polícia: (R.26) Proporção de moradores do território que confia no trabalho das forças policiais |
| ● Sensação de segurança e confiança na polícia: (R.27) Proporção de moradores que se sente segura nos espaços públicos do território | ● Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.35) Grau de satisfação com serviços básicos de saúde oferecidos no território |
| | ● Valorização e retenção de propriedades: (R.21) Valor percebido pelos moradores do território sobre o seu imóvel |
| | ● Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.7) Frequência (em dias por semana) com que realizam atividades físicas |

Fonte: elaboração própria.



NA TABELA 6.8, DESTACAM-SE as prioridades para a categoria de convivência e governança. Para essa categoria, há apenas uma métrica baseada em dados secundários: Equipamentos de lazer, cultura e esporte por habitante. Essa métrica se beneficia dos dados existentes no portal *GeoSampa*. Para todas as outras métricas, contudo, é necessário, a priori, coletar dados primários. Apesar da forte dependência em relação à coleta primária, todos os agregados desta categoria estão representados no painel inicial.

**TABELA 6.8 – PRIORIZAÇÃO DAS MÉTRICAS:
CATEGORIA DE CONVIVÊNCIA E GOVERNANÇA**

PAINEL INICIAL

PAINEL AVANÇADO

PODEM SER OBTIDAS POR MEIO DE DADOS SECUNDÁRIOS

- Acesso a lazer, cultura e esporte: (R.33) Equipamentos de lazer, cultura e esporte por habitante do bairro

PRECISAM DE COLETA PRIMÁRIA

- Participação política e cidadania: (R.12) Percepção dos moradores sobre o grau em que seus pleitos são incorporados em ações para o território, seja por meio de políticas do setor público ou por meio do apoio oferecido por organizações privadas
- Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.6) Participação dos moradores em comitês ou órgãos consultivos da prefeitura ou subprefeitura de seu bairro
- Participação política e cidadania: (R.12) Pleito dos moradores do bairro incorporados a ferramentas de planejamento e gestão pública
- Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.14) Satisfação dos moradores com o convívio no território em que vivem
- Acesso a lazer, cultura e esporte: (R.33) Condições físicas, formas de uso e percepção sobre os espaços públicos no território
- Participação política e cidadania: (R.32) Candidatos e votantes em eleições para cargos participativos (Conselhos Participativos, Conselhos de política, Conselhos Tutelares) no bairro
- Acesso a lazer, cultura e esporte: (R.33) Utilização dos equipamentos e participação nas atividades ofertadas de cultura, lazer e esporte no bairro
- Participação política e cidadania: (R.32) Percentual de votantes nas eleições (Prefeitura, Governo Estadual e União) no bairro
- Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.6) Participação dos moradores em atividades formativas e ações de engajamento comunitário e político no território
- Acesso a serviços públicos com baixos custos de transação: (R.36) Tempo médio gasto pelos moradores do bairro com interações burocráticas com serviços públicos

Fonte: elaboração própria.

**TABELA 6.9 – PRIORIZAÇÃO DAS MÉTRICAS:
CATEGORIA INFRAESTRUTURA**

PAINEL INICIAL

PAINEL AVANÇADO

PODEM SER OBTIDAS POR MEIO DE DADOS SECUNDÁRIOS

- Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis: (R.18) Domicílios com calçadas no bairro
- Melhores condições habitacionais: (R.20) Imóveis regularizados no bairro
- Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis: (R.18) Solicitações de zeladoria urbana atendidas no bairro (limpeza de rua/ praças, manutenção de equipamentos e praças)
- Transporte público de qualidade: (R.28) Quantidade de itinerários atendidos via transporte de ônibus no bairro
- Melhores condições habitacionais: (R.17) Ocorrências de inundações no bairro
- Transporte público de qualidade: (R.30) Intervalo médio de tempo entre um veículo e outro nos itinerários atendidos no bairro
- Melhores condições habitacionais: (R.20) Estimativa de domicílios em favela, loteamento irregular e núcleo urbanizado no bairro
- Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis: (R.31) Extensão da rede cicloviária no bairro

PRECISAM DE COLETA PRIMÁRIA

- Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis: (R.18) Índice de Caminhabilidade no bairro
- Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à infraestrutura de energia elétrica no bairro
- Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à infraestrutura de saneamento básico no bairro
- Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à internet no bairro
- Melhores condições habitacionais: (R.20) Déficit habitacional no bairro
- Transporte público de qualidade: (R.29) Tempo médio de deslocamento da população economicamente ativa do bairro

Fonte: elaboração própria.

POR FIM, A TABELA 6.9 introduz as prioridades para a categoria de infraestrutura. Essa categoria apresenta, uma vez mais, um número razoável de métricas que, *a priori*, não dependem de coleta de dados primários. Apesar disso, métricas consideradas altamente relevantes, como “Índice de caminhabilidade no bairro” e “Déficit habitacional no bairro” ainda dependem de dados primários, coletados, por exemplo, por meio de surveys locais.

De maneira geral, as tabelas de priorização das métricas sugerem que o painel de métricas proposto no presente estudo depende fortemente de coletas de dados primários. Já que métricas baseadas em coleta primária tendem a ser muito caras, é importante explorar potenciais fontes ou operacionalizações alternativas para essas métricas, com vistas a se reduzir tal dependência. Este capítulo se encerra com uma discussão acerca dessas alternativas, as quais são consolidadas na Tabela 6.10.

É crucial ressaltar que métricas baseadas em dados secundários também podem ter custos elevados. Ao se compararem métricas baseadas em dados secundários — notadamente dados administrativos — com alternativas que demandem coleta primária, deve-se ter em mente os potenciais *trade-offs* entre custos de coleta de dados primários e custos de transação associados à obtenção dos dados secundários. Por exemplo, se um painel reúne métricas que dependem de dados administrativos de muitas fontes distintas, a obtenção desses dados pode se tornar mais cara do que a realização de uma *survey* única que poderia ser utilizada para obter as mesmas informações. Esse alto custo de transação decorreria da necessidade de se negociar e/ou gerir relacionamentos com um alto número de organizações (incluindo unidades públicas) distintas. De todo modo, a Tabela 6.10 sugere algumas operacionalizações alternativas para métricas que, de acordo com o menu, dependem de coleta de dados primários.

TABELA 6.10 – POTENCIAIS FONTES OU OPERACIONALIZAÇÕES ALTERNATIVAS PARA MÉTRICAS QUE, A PRIORI, DEPENDEM DE COLETA PRIMÁRIA

| MÉTRICA | POSSÍVEL FONTE / OPERACIONALIZAÇÃO DE COLETA |
|---|--|
| Participação política e cidadania: (R.32) Percentual de votantes nas eleições (Prefeitura, Governo Estadual e União) no bairro | → Cartório Eleitoral, via dados administrativos de pagamento de multas de turnover e/ou identificação dos eleitores moradores |
| Acesso a crédito: (R.22) Proporção de indivíduos adultos que tomaram algum tipo de empréstimo no último ano | → Censo Domiciliar, com o custo da periodicidade de 10 em 10 anos; ou <i>survey</i> no território em maior periodicidade. |
| Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à infraestrutura de energia elétrica no bairro | |
| Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à infraestrutura de saneamento básico no bairro | |
| Acesso a saneamento básico, energia e redes de comunicação: (R.19) Acesso à internet no bairro | |
| Empregabilidade e empreendedorismo: (R.4) Percentual de mães no território que têm renda adicional por meio de trabalho formal ou informal | |
| Melhores condições habitacionais: (R.20) Déficit habitacional no bairro | |
| Renda e equidade: (R.16) Diferenças em renda em função de gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência | |
| Renda e equidade: (R.16) Proporção da renda do território detida pelos 20% mais pobres | |
| Renda e equidade: (R.16) Renda domiciliar per capita média do território | |
| Acesso a serviços públicos com baixos custos de transação: (R.36) Tempo médio gasto pelos moradores do bairro com interações burocráticas com serviços públicos | → Poupatempo, levando em conta que os dados são administrativos, referentes ao tempo de atendimento / solicitação dos serviços prestados |

| | |
|--|--|
| Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Diferenças nas opções de emprego por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência | → RAIS/CAGED, uma vez que sejam disponibilizados algum identificador dos indivíduos (NOME, CPF) → RAIS/CAGED, uma vez que sejam disponibilizados algum identificador dos indivíduos (NOME, CPF) |
| Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Proporção de moradores economicamente ativos do território engajados no mercado de trabalho formal | |
| Desenvolvimento da primeira infância: (R.5) <i>Measuring Early Learning Quality Outcomes - MELQO</i> | → Secretaria de Educação do Município como aplicadores (mediante devida instrução / capacitação) |
| Engajamento escolar e habilidades socioemocionais: (R.1) Habilidades socioemocionais dos estudantes | |
| Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis: (R.18) Índice de Caminhabilidade no bairro | |
| Acesso a lazer, cultura e esporte: (R.33) Condições físicas, formas de uso e percepção sobre os espaços públicos no território | → <i>Survey</i> no território baseado em questionários aplicados presencialmente ou formas digitais de coleta |
| Acesso a lazer, cultura e esporte: (R.33) Utilização dos equipamentos e participação nas atividades ofertadas de cultura, lazer e esporte no bairro | |
| Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis: (R.7) Frequência (em dias por semana) com que realizam atividades físicas | |
| Aprendizado e fluxo escolar: (R.2) Anos de estudos dos indivíduos de 18 a 25 anos de idade moradores do território | |
| Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.14) Satisfação dos moradores com o convívio no território em que vivem | |
| Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.6) Participação dos moradores em atividades formativas e ações de engajamento comunitário e político no território | |
| Empoderamento e pertencimento comunitário: (R.6) Participação dos moradores em comitês ou órgãos consultivos da prefeitura ou subprefeitura de seu bairro | |
| Empregabilidade e empreendedorismo: (R.13) Participação dos moradores em programas de capacitação. | |

| | |
|--|---|
| Ingresso no Ensino Superior: (R.34) Taxa da população entre 18 e 24 anos matriculada no Ensino Superior | → <i>Survey</i> no território baseado em questionários aplicados presencialmente ou formas digitais de coleta |
| Participação política e cidadania: (R.12) Percepção dos moradores sobre o grau em que seus pleitos são incorporados em ações para o território, seja por meio de políticas do setor público ou por meio do apoio oferecido por organizações privadas | |
| Participação política e cidadania: (R.32) Candidatos e votantes em eleições para cargos participativos (Conselhos Participativos, Conselhos de política, Conselhos Tutelares) no bairro | |
| Redução de criminalidade e violência: (R.25) Quantidade de indivíduos que dizem conhecer alguém que já sofreu violência policial (incluindo experiências próprias) | |
| Sensação de segurança e confiança na polícia: (R.26) Proporção de moradores do território que confia no trabalho das forças policiais | |
| Sensação de segurança e confiança na polícia: (R.27) Proporção de moradores que se sente segura nos espaços públicos do território | |
| Transporte público de qualidade: (R.29) Tempo médio de deslocamento da população economicamente ativa do bairro | |
| Valorização e retenção de propriedades: (R.21) Valor percebido pelos moradores do território sobre o seu imóvel | |

Fonte: elaboração própria.

DE ACORDO COM A TABELA 6.10, uma série de métricas consideradas (*a priori*) dependentes de coleta primária podem ser operacionalizadas a partir de dados do Censo Brasileiro. A desvantagem desta abordagem decorre do alto custo associado à espera pelos dados do Censo, que ocorre apenas a cada dez anos. Assim, pode-se optar por realizar um *survey* com maior periodicidade no território para coletar essas informações. Dados para duas métricas do agregado de empregabilidade e empreendedorismo (“Diferenças nas opções de emprego por gênero, raça, renda e para pessoas com deficiência” e “Proporção de moradores

economicamente ativos do território engajados no mercado de trabalho formal”) poderiam ser obtidas a partir de bases de dados como RAIS ou CAGED, caso se obtivessem informações identificadas dos indivíduos — uma condição restritiva que pode inviabilizar tal operacionalização.¹⁴⁶ Duas outras métricas poderiam, ainda, ser coletadas a partir de uma parceria com a Secretaria de Educação do município (“Measuring Early Learning Quality Outcomes – MELQO” e “Habilidades socioemocionais dos estudantes”).

Na Tabela 6.10, há, ainda, outras duas métricas cuja operacionalização poderia utilizar dados administrativos de órgãos públicos (“Tempo médio gasto pelos moradores do bairro com interações burocráticas com serviços públicos” e “Percentual de votantes nas eleições, no bairro”).¹⁴⁷ Finalmente, para uma série de métricas, não há alternativas críveis de operacionalização a partir de bases de dados secundários bem conhecidas. As opções, nesse caso, seriam a realização de *surveys* (presenciais ou por meios digitais) e a busca de parcerias com organizações que atuem no território e coletem (e mantenham atualizados) dados georreferenciados, ou que realizem *surveys* a custos mais baixos — e com o potencial de cobrir parte relevante da população-alvo de interesse.¹⁴⁸

146 O acesso a dados identificados depende de parcerias com os respectivos órgãos públicos responsáveis pelas bases de dados em questão e, portanto, pode estar sujeito a dificuldades diversas — incluindo restrições de caráter burocrático ou decorrentes da falta de interesse dos entes públicos.

147 Essas operacionalizações alternativas estão, portanto, sujeitas às mesmas restrições descritas na nota de rodapé anterior (146).

148 Vale ressaltar que potenciais parcerias para obtenção de dados do CadÚnico e do FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano) podem prover acesso a informações importantes sobre territórios urbanos vulneráveis (no caso do FUNDURB, apenas para o município de São Paulo). É necessário, contudo, certificar-se de que os dados disponíveis possuem nível de desagregação geográfica adequado (e.g., que estão disponíveis para os bairros e não apenas para distritos ou outros níveis mais agregados) e que são representativos dos territórios de interesse.

6.5.

Conclusão

Neste capítulo, discutiu-se a construção do painel de métricas a serem utilizadas para monitorar intervenções em áreas urbanas vulneráveis. Partindo-se da teoria de mudança e dos resultados discutidos no Capítulo 5, descreveu-se, em primeiro lugar, o processo de construção do menu de métricas — o qual classifica as diversas métricas de acordo com os quatro critérios apresentados na Tabela 6.1. Com base no menu de métricas, a porção final do capítulo foi dedicada às discussões acerca do processo de priorização das métricas a serem incluídas no painel de monitoramento e de possíveis estratégias para se reduzir a dependência do painel em relação a dados primários. Os produtos centrais deste capítulo são, portanto, os quatro painéis de monitoramento — cada um associado a uma das quatro categorias de resultados (i.e., Oportunidades, Qualidade de Vida, Convivência e Governança, e Infraestrutura) — representados nas tabelas 6.6 a 6.9.

Considerando-se a estrutura geral desenvolvida até aqui, o próximo capítulo proporá uma customização da teoria de mudança e dos painéis de monitoramento associados ao contexto do Jardim Lapenna. A partir de um mapeamento amplo das *atividades* desenvolvidas, nesse território específico, pela Fundação Tide Setubal e outros atores, será possível utilizar a teoria de mudança consolidada para mapear os resultados esperados dessas intervenções. Com base nesses resultados, será proposto um painel de métricas a serem utilizadas para o monitoramento das intervenções realizadas no Jardim Lapenna — o qual consistirá num subconjunto dos quatro painéis de monitoramento descritos anteriormente — além de análises de como os atores atuando no território interagem entre si e geram resultados comuns.



7.

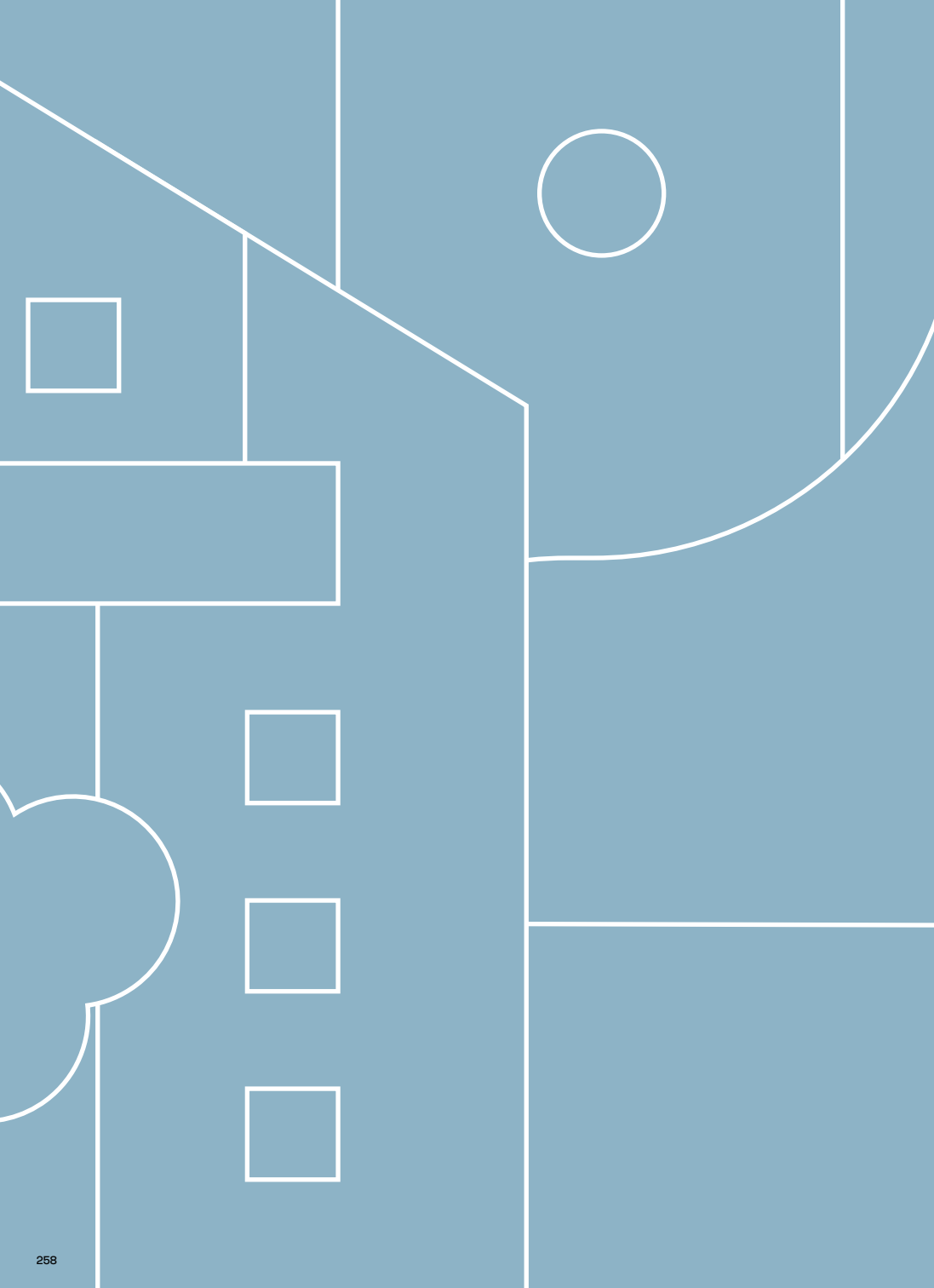
Aplicação da metodologia ao contexto do jardim lapenna

7.1. O Jardim Lapenna • 232

7.2. Metodologia • 240

7.3. Resultados • 252

7.4. Conclusão • 264



ESTE CAPÍTULO REALIZA UMA aplicação da teoria de mudança e do painel de indicadores anteriormente apresentados ao contexto do Jardim Lapenna, bairro localizado no distrito de São Miguel Paulista, na zona leste do município de São Paulo, e já discutido no capítulo 3.

Este exercício de customização busca, em primeiro lugar, ilustrar como os conceitos e ferramentas desenvolvidos nos capítulos anteriores podem ser aplicados em contextos específicos. A customização proverá, ainda, um diagnóstico detalhado das atividades de apoio desempenhadas pelas diversas organizações sociais e públicas — incluindo a Fundação Tide Setubal, a Prefeitura de São Paulo, dentre outras — no território do Lapenna. Nesse sentido, consideraram-se ações em andamento, com foco no desenvolvimento do território, e não coincidentes com as responsabilidades cotidianamente atribuídas aos órgãos públicos. Por fim, o exercício de customização desenvolvido neste capítulo possibilitará, ainda, um diagnóstico acerca dos grupos de organizações que atuam em setores sociais semelhantes e que, portanto, podem cooperar e aumentar sua capacidade de oferecer apoio aos moradores do território.

Nesse processo, parte-se da teoria de mudança discutida no Capítulo 5, e ligam-se à essa teoria de mudança as organizações que desempenham atividades de apoio no território do Jardim Lapenna. Em outras palavras, o exercício de customização não envolve uma alteração da teoria de mudança já apresentada—a qual fora definida de forma geral o suficiente para acomodar diversos tipos de

intervenções em territórios urbanos vulneráveis—mas sim uma análise específica de como organizações atuantes no Jardim Lapenna se ligam às atividades ali identificadas. Por fim, de posse das atividades desenvolvidas por cada organização, o passo final consiste num mapeamento dos resultados associados às atividades específicas e, conseqüentemente, às organizações que as desenvolvem. A título de ilustração, a aplicação desse último passo será feita apenas para o caso da Fundação Tide Setubal.

Este capítulo possui outras quatro seções. A próxima seção descreve em maior detalhe o Jardim Lapenna e seu histórico. Em seguida, será descrita a metodologia utilizada para integrar as atividades desempenhadas pelas diversas organizações que atuam no Jardim Lapenna à teoria de mudança geral apresentada no capítulo 5. Esta seção descreve, ainda, uma série de análises que podem servir como modelo para futuras aplicações a outros contextos territoriais. A seção 7.4 apresenta os resultados das análises feitas à luz da metodologia descrita na seção 7.3. Por fim, o capítulo se encerra com uma breve discussão dos principais achados.

7.1. O Jardim Lapenna

Conforme se destacou anteriormente, este capítulo conduz um exercício de customização dos conteúdos desenvolvidos até o Capítulo 6 ao contexto específico do Jardim Lapenna. Inserido ao norte do distrito de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, o Lapenna conta, atualmente, com aproximadamente 12 mil habitantes distribuídos em uma área de 30 hectares. Sua área é bem delimitada por muros das indústrias do entorno, SABESP ao norte e Nitro Química à leste; pelo Viaduto Jacu-Pêssego à oeste; e pela linha férrea da CPTM a sul, uma das principais vias de acesso ao bairro e que o conecta ao resto do município. A Figura 7.1 mostra a delimitação do território e as barreiras físicas ao seu redor.

FIGURA 7.1 - OS LIMITES TERRITORIAIS DO JARDIM LAPENNA



Fonte: adaptado de Fundação Tide Setubal (2019).

A origem do Jardim Lapenna remonta à sua posição estratégica para o escoamento de produção industrial via Rio Tietê, que também foi fonte importante de água para o funcionamento das plantas industriais da região. Por ser um território de várzea do Rio, e portanto, área plana, instalou-se no Lapenna, também, a estrutura ferroviária que até hoje se faz presente na região, sendo atualmente a principal via de acesso ao bairro. A dinamização industrial do território aumentou a atratividade de seu entorno, dando início aos primeiros loteamentos que, em documentos oficiais, datam de 1960 (porém, com ocupações já observadas desde o final dos anos 1950).

A pressão habitacional do território é fruto histórico de um loteamento voltado para empregados das indústrias da região que não absorveu toda a demanda por moradia que acompanhou a dinamização econômica da região. A pressão fundiária e ocupação crescente fez com que os espaços residuais (resultantes de loteamentos antigos e resquícios de áreas públicas), cursos d'água e áreas de proteção fossem ocupados ao longo da última década por populações de maior vulnerabilidade socioeconômica, em moradias majoritariamente precárias. Essas ocupações

resultaram na região atualmente chamada de Baixo Lapenna, caracterizada por um alto nível de vulnerabilidade, como moradias em palafitas e sobre o córrego, e condições físicas e demográficas bastante distintas do restante do bairro (Alto e Médio Lapenna, as quais resultam de ocupações mais antigas e já bem consolidadas). Por ocuparem regiões extremas do território, moradias do Baixo Lapenna têm acesso reduzido à rede de saneamento básico e condições precárias de construção; são, ainda, localizadas em pontos mais distantes das vias de acesso ao território e, portanto, menos integradas ao restante do município. A existência de “dois” Lapenna, um mais antigo e planejado e outro irregular e em zonas de risco ambiental, contribui para o aumento do nível de vulnerabilidade e desigualdade do bairro, intensifica conflitos sociais locais e amplia a complexidade dos problemas e das alternativas de solução para o desenvolvimento completo do território.

Já no ano 2000, segundo os dados do Censo, a população do território se aproximava de 5200 pessoas. Dez anos depois, cerca desse número subiu para cerca de 6.780. O crescimento demográfico da região beira os 2,7% ao ano, taxa bastante superior em comparação, por exemplo, com o distrito de São Miguel (0,56%). Como atualização desses números após a onda de ocupações, a Unidade Básica de Saúde (UBS) estima que a população do bairro era de aproximadamente 12 mil pessoas, em 2017.

Esse crescimento intenso nos últimos 20 anos acirrou problemas já existentes de pressão demográfica da região, que por conta de barreiras territoriais (ver Figura 7.1), já não consegue se expandir. Nesse sentido, a formação do Jardim Lapenna reflete, de certo modo, o padrão normal de crescimento das periferias, com moradias inapropriadas instaladas em áreas de alto risco ambiental. O fato de o território estar localizado em uma área de curso natural do Rio Tietê o torna especialmente suscetível a catástrofes ligadas a alagamentos, os quais são intensificados pela condição de ocupação mais recente de áreas que eram curso d'água e de proteção.

Como já destacado no Capítulo 3, o Jardim Lapenna apresenta diversos problemas tipicamente associados a territórios urbanos vulneráveis, destacando-se

a alta desigualdade dentro de um bairro que já tem renda bastante inferior quando comparada com, por exemplo, a média do distrito de São Miguel e com o resto do município de São Paulo.¹⁴⁹ Na tentativa de mudar esse quadro, foram essenciais as diversas ações de apoio ao território do Lapenna desenvolvidas não apenas pelo poder público, mas também por diversas organizações sociais — e, notadamente, pela Fundação Tide Setubal.

Presente no bairro desde 2005, com a instalação do Galpão ZL (antigo Galpão de Cultura e Cidadania), a Fundação Tide Setubal tem atuado em prol do desenvolvimento do Jardim Lapenna e somado esforços na luta dos moradores pela expansão dos equipamentos e serviços disponíveis à população, e por melhorias na qualidade dos já existentes. Nesse sentido, a Fundação é um dos principais atores envolvidos em ações de apoio ao bairro e, ao longo de mais de quinze anos na região, expandiu suas atividades, cobrindo diversos temas.¹⁵⁰ Inicialmente, sua atuação possuía maior foco em jovens e crianças e nas áreas de lazer e cultura. Mais recentemente, o Galpão ZL passou a atuar mais intensivamente na agenda de geração de emprego e renda, formação profissional e empreendedorismo, e no apoio socioassistencial. Apesar da diversidade de atividades e projetos liderados e apoiados no território, a presença da Fundação Tide Setubal sempre se assentou em alguns pilares essenciais: o engajamento comunitário e o protagonismo dos moradores em sua mudança e desenvolvimento do território. Nas próximas seções deste Capítulo, a atuação da Fundação Tide Setubal no território do Lapenna será descrita em maior detalhe.

A partir das atividades apoiadas pela Fundação Tide Setubal, sempre em conjunto com as organizações de moradores do bairro, muito foi conquistado. A estruturação de um sistema de coleta de lixo porta-a-porta, em 2009, trouxe uma transformação significativa para o ambiente do bairro, além de melhorar as condições sanitárias do território (e, por conseguinte, a saúde da população). Apenas

¹⁴⁹ Ver, na Tabela 3.4, a fração de domicílios que vivem com menos de meio salário-mínimo.

¹⁵⁰ Ver Fundação Tide Setubal (2019, Territórios de direitos: Um guia para construir um plano de bairro com base na experiência do Jardim Lapenna).

dois anos depois, em 2011, deu-se início às obras da construção de uma Unidade Básica de Saúde com a implantação do programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF), bem como um esforço conjunto com os atores do território para a construção de um coletor-tronco que diminuiria, se fosse concluído, o número de enchentes do território (por diminuir a quantidade de resíduos jogados diretamente no córrego). Já em 2013, foram inaugurados os equipamentos de educação infantil e a abertura de acesso à estação de trem São Miguel Paulista, que passou a ser a principal forma de acesso ao bairro, garantindo conectividade do território com a cidade.

Atualmente, o território do Lapenna conta com a já mencionada UBS Jardim Lapenna, e quatro equipamentos de educação infantil, sendo um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)¹⁵¹ e três Centros de Ensino Infantil (CEI)¹⁵², comumente chamados de “creche.” Dois deles são conquistas de 2013, o CEMEI Jardim Lapenna I, ao lado do Galpão ZL, e o CEI Jardim Lapenna II, ao lado do conjunto habitacional conhecido como “Mutirão.” Já o CEI Horebe, na Rua Rafael Zimbardi, e o CEI Margarida, na Vila Nair, são conquistas recentes da comunidade. A primeira foi inaugurada em 2020 e a segunda já está pronta, mas ainda sem funcionamento por conta da pandemia da covid-19. Há, ainda, uma escola estadual (Professor Pedro Moreira Matos) que atende alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA).

Devido à insuficiência de espaços qualificados de lazer no bairro, algumas das infraestruturas existentes nesses equipamentos de educação são apropriadas pelos moradores, para além do uso escolar. Este é o caso das quadras poliesportivas da CEMEI Jardim Lapenna e da Escola Estadual Pedro Moreira Matos. A CEMEI Jardim Lapenna também possui uma área externa de parquinho infantil, também utilizado aos finais de semana.

O Jardim Lapenna também conta com equipamentos não-públicos mas que são muito importantes para a vida no bairro, como é o caso do já citado Galpão ZL,

¹⁵¹ As CEMEIs atendem crianças de zero a 5 anos e 11 meses.

¹⁵² As CEIs atendem crianças de zero a 3 anos e 11 meses.

da Fundação Tide Setubal, e, também, do campo de futebol. Administrado pela Associação de Moradores do Jardim Lapenna, o campo é a maior área destinada ao lazer no território, com 9.215m². Contudo, dado o seu carácter privado, sua ocupação não é livre, mas restrita às atividades programadas.

O território também conta com alguns outros espaços públicos destinados ao lazer e convivência, além de algumas áreas residuais, mas com potencial de serem aproveitadas para essa finalidade. O Jardim Lapenna possui três praças: a Praça do Mutirão, a do Galpão e a Erminda. A praça ao lado do conjunto habitacional “Mutirão” é a segunda maior área de lazer no território depois do campo, com 3.132m². Apesar de ser um espaço grande e promissor, ainda é subutilizado pelos moradores e sofre com problemas de manutenção. O Plano de Bairro do Jardim Lapenna, apresentando a seguir, traz propostas para utilização desse espaço, o qual também já possui um projeto arquitetônico elaborado pelo escritório Stuchi & Leite. A Praça do Galpão ZL, fica no mesmo terreno do espaço da Fundação Tide Setubal. Durante a elaboração do Plano de Bairro, a área foi alvo de uma série de atividades com finalidade de ocupação de espaços públicos e de convivência, como reuniões participativas do Colegiado do Jardim Lapenna e oficinas formativas. Já a Praça Erminda é vizinha à Escola Estadual Pedro Moreira Matos. Tanto a praça do Galpão ZL como a Praça Erminda foram alvos do projeto de Acupunturas Urbanas, durante o processo de elaboração do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, o qual contou com um mutirão de limpeza e reforma das praças, e instalação de mobiliários e brinquedos para as crianças. Já em relação aos espaços residuais do território, destaca-se a área cercada e arborizada de aproximadamente 247m², localizada em frente ao conjunto “Mutirão”.

Em relação à oferta de comércio e serviços no território do Jardim Lapenna, eles estão majoritariamente concentrados ao longo da Rua Rafael Zimbardi (a mesma da estação da CPTM) contento bancas de frutas, mercearias, bares, açougue, farmácia; e na rua Almiro dos Reis, onde há mercado e barbearia, por exemplo.

O Jardim Lapenna também é palco de projetos diversos e conta com a

presença e mobilização de organizações da sociedade civil. Essas organizações, por sua vez, atuam em sintonia e cooperação em uma série de iniciativas que buscam melhoria das condições do bairro e do bem-estar de sua população. São exemplos dessas organizações a própria Fundação Tide Setubal, o Colegiado do Jardim Lapenna, a Associação dos Moradores do Jardim Lapenna e as Guardiãs do bairro, organização que será descrita adiante. Entre as iniciativas do território está o Plano de Bairro do Jardim Lapenna, de 2017, o primeiro plano de bairro participativo da cidade de São Paulo, criado como uma peça de planejamento destinado a auxiliar na formulação de soluções amplas para todo o território. O Plano de Bairro propõe alternativas para a ampliação de oferta de serviços e equipamentos urbanos (tais como mobiliário, iluminação pública, soluções de controle de tráfego e caminhabilidade) e espaços públicos (e.g., áreas verdes e de convivência). O Plano ainda incluiu ações de limpeza e manejo de resíduos, soluções de microdrenagem e melhoria da qualidade ambiental do território, além de incentivos ao desenvolvimento de atividades econômicas locais.

No Jardim Lapenna, o Plano de Bairro foi liderado pelo Colegiado do Jardim Lapenna, organização local composta por moradores e instituições atuantes no território. O documento foi apresentado ao poder público municipal e aprovado pelo Conselho Participativo de São Miguel, tendo algumas de suas ações incorporadas às peças de planejamento orçamentários da cidade. A iniciativa contou com apoio direto da Fundação Tide Setubal, e apoio técnico do Centro de Economia e Política da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP FGV). O Plano foi desenvolvido de forma totalmente participativa, incluindo discussões colaborativas, proposições e priorização de ações contidas no escopo do instrumento. O processo contou com a presença dos moradores e todos os atores-chave, como lideranças históricas no bairro, ligadas ao esporte e a cultura. Além disso, também engajou a participação de representantes das instituições e equipamentos presentes no território (das creches e escola, por exemplo), e os mais variados grupos etários. As diversidades socioterritoriais contidas no bairro (entre Alto, Médio e Baixo Lapenna) também estiveram presentes.

O processo de construção do Plano de Bairro do Jardim Lapenna também contribuiu para o fortalecimento da comunidade, seja por meio da criação de espaços abertos de discussão, ou por meio de atividades diretas de melhoria do bairro, como os já mencionados mutirões de acupunturas urbanas. O reconhecimento da organização comunitária como item central para a conquista de mudanças profundas levou à inserção de objetivos no Plano de Bairro do Jardim Lapenna completamente voltados ao capital social da comunidade.¹⁵³ Desde o Plano de Bairro, o Colegiado do Jardim Lapenna vem promovendo, com apoio da Fundação Tide Setubal, diversas atividades na temática de capital social, incluindo itinerários políticos formativos, pressão por melhorias e ações de engajamento comunitário, além de lançar e fortalecer lideranças. Essas ações são detalhadas nas seções seguintes deste capítulo.

Há, ainda, outros exemplos de iniciativas e organizações engajadas no desenvolvimento amplo do território. É o caso, por exemplo, do projeto Rede Vaga Lume que, instalado no Galpão ZL, promove atividades de intercâmbio cultural, reforço da leitura e oralidade, entre crianças do bairro e comunidades da Amazônia Legal Brasileira. Outra atuação tradicional no bairro é a da Associação de Moradores do Jardim Lapenna, que fomenta a inserção das crianças e adolescentes no mundo do esporte (em especial, do futebol). Uma iniciativa mais recente, criada em 2020 durante a pandemia de covid-19, foram as Guardiãs do bairro, a princípio, um braço de apoio do Eixo Acolhe do Galpão ZL, destinado ao atendimento e encaminhamento de famílias para a rede de equipamentos socioassistenciais. As Guardiãs são, atualmente, um grupo de 56 moradoras engajadas no apoio a comunidade, havendo uma representante em cada rua do bairro. As Guardiãs foram centrais para viabilizar o projeto de distribuição de cartão alimentação, durante a pandemia, fornecidos pela Fundação Tide Setubal. Elas atuaram identificando as famílias mais necessitadas e as encaminhando ao serviço do Acolhe. Atualmente,

¹⁵³ Por exemplo, o Desafio 1 do Plano de Bairro do Jardim Lapenna é “Fortalecer uma organização comunitária atuante e efetiva”. Ver mais em Plano de bairro do Jardim Lapenna.

a mobilização do grupo já supera a relação com o Galpão ZL, se configurando como um novo grupo no bairro, com projetos e interesses próprios.

Finalmente, é interessante destacar, ainda, algumas condições contextuais presentes no Jardim Lapenna que podem afetar diretamente o sucesso de intervenções urbanas voltadas à população mais vulnerável. A presença de organizações ligadas ao tráfico de drogas e ao crime organizado é um fator que pode influenciar, por exemplo, o sucesso de ações nas áreas de segurança pública, capital social e educação (notadamente, das atividades focadas na redução da evasão escolar). A existência de grupos de moradores com atitudes conflitantes ou contrárias às ações promovidas no território pode ser outra fonte de preocupação. Por exemplo, no caso de atividades voltadas à regularização fundiária e redução de ocupações em áreas de risco, especialmente relevantes para a população do Baixo Lapenna, o posicionamento de alguns moradores pode gerar incentivos conflitantes para algumas famílias, dificultando, assim, a implementação de políticas bem sucedidas de desocupação de áreas de risco.

7.2.

Metodologia

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada na customização da teoria de mudança e do painel de indicadores ao contexto do Jardim Lapenna.

Conforme se destacou anteriormente, esse processo de customização se inicia com um exaustivo levantamento de informações sobre a atuação das diversas organizações no Jardim Lapenna. Para tanto, foram realizadas entrevistas com atores diversos — incluindo colaboradores de organizações sociais, escolas, unidades de saúde, além de especialistas e de moradores do bairro. Essas entrevistas permitiram um diagnóstico preciso das atividades desempenhadas por cada organização, as quais têm correspondência com as atividades incluídas na teoria de mudança consolidada, descrita no Capítulo 5.

Os pesquisadores se reuniram com representantes, associados e especialistas de pelo menos dez organizações distintas.¹⁵⁴ Nesse processo, partiu-se das atividades listadas na teoria de mudança e buscou-se identificar quais dessas atividades são desempenhadas por cada organização que atua no território. Em linha com a discussão anterior, o critério para inclusão das ações neste levantamento baseou-se em três pilares. Primeiro, consideraram-se exclusivamente atividades em andamento. Segundo, foram incluídas apenas ações diretamente relacionadas ao desenvolvimento do território. Por fim, não se consideraram atividades que coincidiam com as responsabilidades regularmente atribuídas aos órgãos públicos. Portanto, ações cujo planejamento e implantação ainda se encontram sob andamento não foram listadas. Esse é o caso, por exemplo, do projeto para financiamento de moradias desenvolvido numa parceria entre a Fundação Tide Setubal e a Din4mo. É o caso, também, das atividades a serem desenvolvidas no contexto do Pacto pelas Cidades Justas,¹⁵⁵ um arranjo de governança entre entidades do terceiro setor e a Prefeitura de São Paulo que busca avançar uma agenda de desenvolvimento urbano pautada pela lógica do urbanismo social e da solidariedade.

Portanto, o levantamento final resultou em nove organizações distintas e mais de 50 ações mapeadas. Para tornar o levantamento das atividades mais detalhado, construiu-se uma tabela que associa cada organização às atividades específicas que desempenha no Lapenna. Essa tabela encontra-se no Apêndice F e contém detalhes sobre cada organização, as respectivas atividades que desenvolvem e as atividades da teoria de mudança relacionadas a essas atividades desenvolvidas. Uma versão consolidada e mais resumida desta tabela é apresentada na Tabela 7.1.

¹⁵⁴ Foram entrevistados gestores, associados e colaboradores de: Fundação Tide Setubal, Guardiães do bairro, Instituto Água e Saneamento, Instituto Iguá, Moradigna, Projeto Vaga Lume e Rede de Proteção do Jardim Lapenna. A equipe do Insper Metricis também entrevistou moradores do bairro, além de organizações que oferecem serviços públicos, tais como a Unidade Básica de Saúde e o Grêmio Estudantil da Escola Pedro Moreira.

¹⁵⁵ Para mais informações, ver: <https://www.cidadesjustas.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TABELA 7.1 – ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO JARDIM LAPENNA E SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

ORGANIZAÇÃO

01

Fundação Tide Setubal

DESCRIÇÃO Organização sem fins lucrativos que atua no desenvolvimento do território, inter-setorialidade, fortalecimento de lideranças do bairro e empoderamento comunitário

INSUMOS I3, I4, I10, I11, I12

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.2** Apoio a projetos e atividades desenvolvidos pelos equipamentos educacionais do bairro, quando demandados. Ex: empréstimo do espaço do Galpão ZL e apoio na compra de materiais.
- A.3** Apoio a projetos e atividades desenvolvidos por instituições do bairro, quando demandados. Ex: Compra de materiais e empréstimo de educadores do Galpão.
- A.6** Participação ativa no Colegiado do Jardim Lapenna; apoio na promoção de atividades formativas, de engajamento político e de fortalecimento do associativismo local e senso de pertencimento.
- A.7** Promoção de atividades formativas no bairro por meio do Galpão ZL, atuação ativa no âmbito do Colegiado do Jardim Lapenna e promoção de itinerário formativo sobre temas de interesse local.
- A.8** Divulgação de projetos e oficinas de capacitação, e fomento à contratação de mão de obra local, incluindo jovens e mulheres; criação do projeto de co-working no Galpão ZL.
- A.9** Criação e apoio a projetos e oficinas de capacitação, e estímulo ao empreendedorismo no Galpão ZL. Criação do projeto de Co-working no Galpão ZL.
- A.10** Criação e apoio a projetos e oficinas de capacitação, e fomento à contratação de mão de obra local, incluindo jovens e mulheres.
- A.11** Distribuição de cartões alimentação; criação e mobilização das Guardiãs do Lapenna, buscando identificar, apoiar e encaminhar aos serviços socioassistenciais as famílias mais vulneráveis.
- A.13** Implementação do projeto Coletando; atuação no Colegiado do Lapenna repassando demandas ao poder público e promovendo a articulação com organizações do setor de coleta e reciclagem.
- A.17** Financiamento à reforma de banheiros das mulheres participantes do projeto de formação de pedreiras, em parceria com o Moradigna.
- A.18** Financiamento do projeto de formação de mulheres pedreiras, incluindo as reformas de banheiros das participantes; cessão de espaço do galpão (co-working) para instalação do Moradigna.

- A.20** Iniciativa "Eixo Acolhe", atendimento inicial com divulgação de informações e apoio no Galpão ZL para pessoas que passaram por situações de violência.
- A.23** Acompanhamento da obra de melhoria da caminhabilidade no bairro (seis ruas), desdobramento do Plano de Bairro e da atuação de seu Colegiado (já em processo de licitação).
- A.24** Promoção de equipamentos de lazer (ex: parquinho) e de atividades de engajamento (e.g., mutirões de reforma e limpeza de espaços públicos) e ocupação saudável dos espaços do bairro.
- A.25** Criação e apoio ao projeto Guardiãs do Jardim Lapenna.; participação na Rede de Apoio e no Colegiado do Lapenna; apoio à divulgação e intercâmbio de experiências acerca do Plano de Bairro.
- A.27** Projeto Galpão Online: ações voltadas para os jovens do Jardim Lapenna na área de educação e formação profissional, com bolsa.
- A.29** Divulgação, realização e apoio a diversas atividades de lazer no território (e.g., Festa Junina, Bloquinho de Carnaval, Festival do Livro); promoção da contratação sistemática de mão de obra local.
- A.30** Elaboração e apoio a atividades extracurriculares que promovam a igualdade de gênero no lazer e esporte, no território
- A.31** Atuação no Colegiado do Jardim Lapenna repassando demandas ao poder público e articulando parcerias com organizações do setor de saneamento (e.g., Instituto Iguá, Instituto Água e Saneamento).
- A.35** Promoção de atividades no âmbito do Colegiado do Jardim Lapenna que visam ao fortalecimento do monitoramento e controle social por moradores e organizações do bairro (e.g., itinerário formativo).

ORGANIZAÇÃO

02

Moradigna

DESCRIÇÃO Negócio de impacto social que promove reformas rápidas de moradias, direcionadas ao público mais vulnerável.

INSUMOS I1, I3, I4, I11

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.10** Projeto Moradigna Capacita, que promove cursos de formação para pequenas reformas, em parceria com empresas do ramo da construção civil, e mais recentemente, com a Tide Setubal.
- A.17** Projeto de intermediação ao acesso a crédito facilitado e parcelado via parceiros (Virtus Pay e Creditas), visando à viabilização de reformas no território para as classes C e D.
- A.18** Promoção de adequações e reformas completas (gestão de obra, material e mão de obra) no bairro do Jardim Lapenna e adjacentes, trabalhando em parceria com empresas de construção civil.
- A.24** Apoio na manutenção, pintura, e reforma de espaços de lazer no bairro.

ORGANIZAÇÃO

03

Guardiãs do bairro

DESCRIÇÃO Organização da sociedade civil formada por moradoras engajadas em cada rua do bairro, com o objetivo de apoiar os moradores e detectar famílias que necessitam de assistência.

INSUMOS I3, I4, I10, I11, I12

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.7** Oferta de treinamento e formação para ampliar a capacidade de liderança e o acesso à informação, com apoio de parceiros (e.g., Médicos Sem Fronteiras).
- A.24** Participação em atividades comunitárias para a conservação de espaços de lazer e convivência.
- A.6** O projeto é comunitário, organizando mulheres de todo o bairro para atuarem em demandas da comunidade; o grupo sempre recruta novas participantes e promove atividades de engajamento.
- A.8** As Guardiãs de cada rua são o primeiro contato das famílias moradoras, levando informações sobre serviços e encaminhando as demandas de cada indivíduo para o projeto Acolhe, do Galpão ZL.
- A.11** As Guardiãs são peça-chave na identificação de famílias vulneráveis para entrega dos cartões alimentação e para direcionamento a programas de complementação de renda.
- A.25** As Guardiãs são moradoras engajadas nas temáticas do bairro. Sua atuação leva mais informações para os demais moradores, o que contribui para que se engajem mais.
- A.28, A.36** As Guardiãs de cada rua são o primeiro contato das famílias moradoras, sendo, portanto, capazes de identificar indivíduos vulneráveis em um contexto amplo.

ORGANIZAÇÃO

04

Rede de proteção do Jardim Lapenna

DESCRIÇÃO Organização da sociedade civil formada por representantes de unidades públicas e organizações sem fins lucrativos. Atua com uma abordagem de integração para acelerar a resolução dos problemas do bairro.

INSUMOS I3, I4, I8, I10

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.6** Organização de atividades formativas para engajamento da comunidade e promoção da participação política; apoio a atividades desenvolvidas por organizações do bairro/atuantes no bairro.

- A.7** Organização e apoio a atividades formativas para lideranças comunitárias (e.g., para conselheiros tutelares).

- A.20, A.28, A.36** Identificação e discussão de casos de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e violência junto às organizações responsáveis visando ao apoio e à resolução de problemas.

ORGANIZAÇÃO

05

Instituto Iguá

DESCRIÇÃO Organização sem fins lucrativos ligada à Iguá Saneamento, cujo foco é a universalização do acesso ao saneamento básico.

INSUMOS I1, I6

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.13, A.15, A.31** Apoio técnico para elaboração de projeto diagnóstico para as áreas de saneamento e drenagem; desenvolvimento de projeto piloto na área de saneamento; busca por parcerias para viabilizar o projeto piloto.

ORGANIZAÇÃO

06

Instituto Água e Saneamento

DESCRIÇÃO Organização sem fins lucrativos com foco na universalização do acesso ao saneamento básico.

INSUMOS I1, I6

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.13, A.15, A.31** Elaboração técnica de projeto diagnóstico para as áreas de saneamento e drenagem, insumo para desenvolvimento de projeto piloto para área de saneamento no bairro.

ORGANIZAÇÃO

07

Sociedade Amigos do Jardim Lapenna

DESCRIÇÃO Organização da sociedade civil responsável pela gestão do campo de futebol existente no território. Funciona como uma associação de moradores.

INSUMOS I3, I8, I8, I10, I11

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.6** Participação ativa no Colegiado do Jardim Lapenna; promoção de atividades formativas, de engajamento político e de fortalecimento do associativismo local e senso de pertencimento, com foco no esporte.
- A.24** Gestão do campo de futebol do bairro; apoio às ações de conservação de espaços de convivência no bairro.
- A.29** Promoção e divulgação de programação de lazer, esporte e convivência no bairro.
- A.36** Apoio direto a famílias em situação de vulnerabilidade, por exemplo, afetadas por enchentes no bairro.

ORGANIZAÇÃO

08

Rede Vagalume

DESCRIÇÃO Organização sem fins lucrativos que promove intercâmbio cultural entre crianças de comunidades da Amazônia brasileira e da cidade de São Paulo, a partir do incentivo à leitura.

INSUMOS I2, I3

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.3** Atividades complementares de cultura, intercâmbios culturais e reforço da leitura e oralidade, para crianças e adolescentes.
- A.6** O projeto desenvolvido no Jardim Lapenna contribui para fortalecer os laços das crianças com o bairro, identificando seus potenciais e necessidades, e estimulando seu protagonismo na vida comunitária.
- A.7** Atividades, discussões culturais e reflexões sobre o bairro, com o objetivo de engajar crianças e adolescentes que possam se tornar lideranças locais.

ORGANIZAÇÃO

09

Colegiado dos moradores

DESCRIÇÃO Organização da sociedade civil formada por moradores e por instituições que atuam no Jardim Lapenna. Seu objetivo é buscar soluções para problemas do território e melhorar a convivência no bairro.

INSUMOS I1, I3, I11

ATIVIDADES (TM) → DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS NO LAPENNA

- A.6** Atividades voltadas ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento entre os moradores (e.g., reuniões de articulação, mutirões, festas).
- A.7** Promoção de itinerários formativos em diversos temas (e.g., formação política, participação e engajamento comunitário, orçamento público, instituições participativas).
- A.13** Promoção e apoio de ações formativas de manejo de resíduos sólidos e reciclagem no bairro.; promoção e apoio a mutirões de limpeza do bairro.
- A.24** Promoção e apoio a ações de conservação de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência no bairro.
- A.25** Promoção de discussões, entre os moradores, sobre necessidades e propostas de soluções para o bairro; articulação entre demandas dos moradores e parceiros ou poder público.
- A.29** Criação e divulgação de atividades de lazer, cultura e convivência no bairro, elaboradas diretamente ou promovidas por parceiros (e.g., circuitos de lazer, festa junina, karaokê).
- A.35** Promoção de itinerários formativos de acompanhamento e controle social para moradores.

Fonte: elaboração própria.

A primeira organização listada na Tabela 7.1 é a Fundação Tide Setubal, a qual desempenha o maior número de atividades no Jardim Lapenna. Conforme mencionou-se na seção 7.2, a atuação da Fundação Tide Setubal no território abrange uma ampla variedade de atividades, incluindo apoio financeiro e técnico a uma vasta gama de projetos, promoção de ações de cultura, lazer e esporte, e de programas de capacitação profissional (e empreendedora). A Fundação também atua em diversas frentes que buscam promover valores de cidadania, engajamento político e formação de lideranças locais, além de fortalecimento do senso de pertencimento ao território. Vale ressaltar, novamente, que muitas ações da Fundação Tide Setubal são desenvolvidas em parceria com outras instituições, o que contribui para aumentar ainda mais a variedade das ações apoiadas pela Fundação. Por exemplo, numa parceria com a Moradigna, a Fundação Tide Setubal fornece o espaço do Galpão ZL para o desenvolvimento de atividades de capacitação e de um projeto de co-working. De maneira similar, a Fundação também cede o espaço do Galpão ZL para o Projeto Acolhe, em parceria com as Guardiãs do bairro, o qual fora descrito na seção 7.2.

A Tabela 7.1 inclui, ainda, a Moradigna, negócio de impacto social focado na área de habitação; Instituto Iguá e Instituto Água e Saneamento, organizações sem fins lucrativos que visam à universalização do acesso ao saneamento básico; e a Rede Vagalume, organização que promove intercâmbios culturais e a prática da leitura. Adicionalmente, o Jardim Lapenna também conta com a atuação importante de organizações formadas por moradores. Nesse sentido, as Guardiãs do bairro são peça fundamental no reconhecimento de pessoas (e famílias) mais vulneráveis e no direcionamento dessas pessoas a programas de complementação à renda e assistência social. A Sociedade Amigos do Lapenna é responsável pela gestão do campo de futebol, um dos principais equipamentos de lazer disponíveis no bairro, enquanto o Colegiado dos moradores atua não apenas na promoção de atividades de lazer, esporte e cultura, mas também com a conscientização e formação de lideranças políticas locais e como grupo de pressão na promoção das demandas e interesses locais junto ao poder público. Por fim, vale mencionar a

Rede de Proteção do Jardim Lapenna, organização que reúne representantes de diversas organizações públicas e privadas que atuam no território. A Rede de Proteção busca integrar esforços de diagnóstico de problemas existentes no Jardim Lapenna e o concebimento de soluções céleres e eficazes para esses problemas.

Com base na tabela anterior (e em sua versão mais detalhada, apresentada no Apêndice F), conduziram-se diversas análises para caracterizar o perfil de atuação dessas nove organizações no território do Jardim Lapenna. Tomando-se como dada a teoria de mudança consolidada, descrita no capítulo 5, inseriram-se as atividades de cada organização no fluxo lógico, o que permitiu determinar o conjunto de resultados associados a cada uma das organizações.

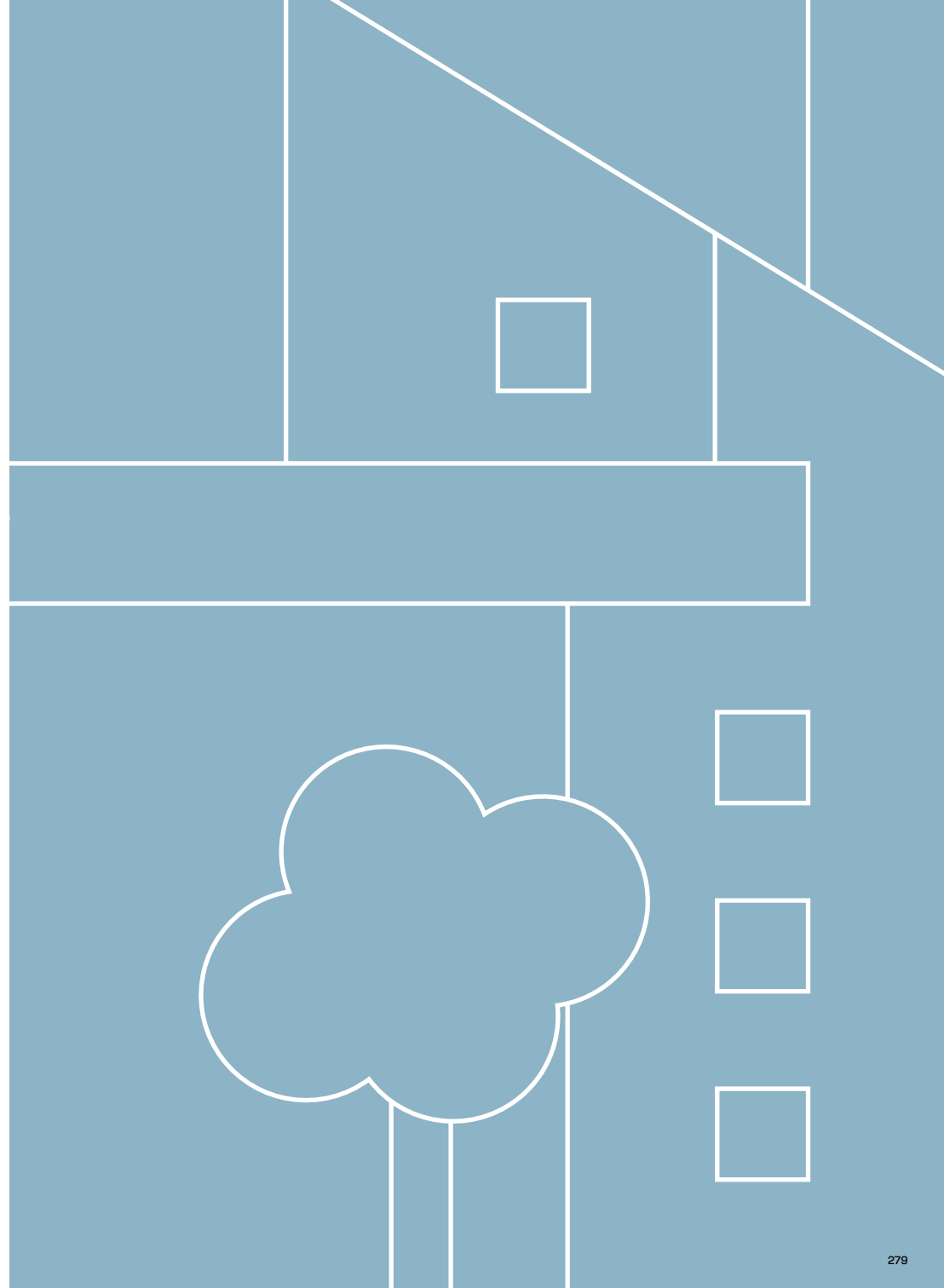
Um aspecto importante é definir até que ponto um determinado resultado pode ser atribuído a uma dada organização, uma vez que cada atividade se desdobra em vários produtos, que podem por sua vez afetar vários resultados. Nesse sentido, consideraram-se tanto ligações mais diretas, envolvendo *três passos* da cadeia causal da teoria de mudança (organização afetando uma atividade, que por sua vez afeta um produto, que finalmente gera um resultado), quanto ligações mais indiretas, envolvendo *quatro passos* entre a atividade e o resultado em questão (por exemplo, uma atividade pode gerar um resultado via três passos que por sua vez se liga a outro resultado).

Partindo-se das relações entre as organizações que atuam no Lapenna e os resultados da teoria de mudança aos quais se ligam, foi possível determinar quais organizações “compartilham” resultados. Ou seja, duas organizações têm uma ligação no contexto específico do território quando suas atividades geram resultados comuns. Vale notar que, no caso da Fundação Tide Setubal, esse compartilhamento de objetivos com outras organizações surge naturalmente como consequência de sua atuação fortemente baseada em parcerias. Além disso, com base em uma análise de redes, determinou-se quais organizações são mais *centrais*, isto é, se ligam com um maior número de outras organizações compartilhando os mesmos resultados a partir da análise das suas atividades na teoria de

mudança.¹⁵⁶ Todos esses resultados são descritos e discutidos em maior detalhe na próxima seção.

Por fim, é válido ressaltar, ainda, que a atuação dessas organizações pode ser influenciada por condições contextuais que afetam diretamente o sucesso das atividades previstas. Por exemplo, conforme se mencionou anteriormente, no caso do Jardim Lapenna—em especial, na região do Baixo Lapenna—há enorme preocupação com a possibilidade de jovens serem atraídos pela criminalidade; além disso, ocupações irregulares de parte do território podem gerar incentivos conflitantes com as ações de desenvolvimento capitaneadas pelas diversas organizações, dificultando, assim, sua efetiva atuação. Compreender essas condições contextuais pode, portanto, ajudar as organizações atuantes a ajustar suas atividades de modo a melhorar sua capacidade de oferecer apoio aos moradores do território.

156 Para essas análises, utilizou-se uma medida de *centralidade de grau*. No presente contexto, a medida de centralidade de grau é calculada como o número de organizações com as quais uma organização se conecta (conforme definição acima), ponderada pelo número de resultados que essas organizações compartilham. Para mais detalhes, ver Wasserman e Faust (1994). Na análise apresentada na próxima seção, usaram-se as relações com quatro passos, mas a ordenação das organizações mais centrais permanece similar a três passos.



Resultados

Esta seção descreve e discute os resultados das análises feitas à luz da metodologia detalhada na seção anterior.

A Tabela 7.2 apresenta os resultados (tais como aparecem na teoria de mudança) associados a cada organização que atua no Jardim Lapenna. Nesse quadro, as associações mais diretas (i.e., ocorridas quando apenas três passos separam a atividade de uma organização do resultado observado na teoria de mudança) são representadas por quadrados com preenchimento em vermelho, enquanto as associações mais indiretas (que exigem quatro passos) são designadas por quadrados com fundo branco. As células vazias representam resultados que são atingidos apenas com um número maior de passos ou resultados que nunca são atingidos por nenhuma organização atuante no território do Jardim Lapenna.

Mais especificamente, dentre os 37 resultados da teoria de mudança consolidada, apenas quatro não estão associados a nenhuma organização, ainda que se considere um elevado número de passos: R.28 (População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público), R.29 (População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento), R.30 (População tem acesso a um transporte público sem superlotação) e R.35 (População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade). Vale ressaltar, que três desses quatro resultados (R.28, R.29, e R.30) são fortemente associados à infraestrutura de mobilidade urbana e possuem menor inter-relação com outros setores. Como não existem ações nesse setor, atualmente, no território do Lapenna, é natural esperar que esses resultados não estejam associados a nenhuma organização. Por outro lado, o resultado R.35 depende apenas da Unidade Básica de Saúde e, portanto, não deve estar associado a nenhuma das organizações acima listadas.

TABELA 7.2 – ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO JARDIM LAPENNA E OS RESULTADOS ASSOCIADOS

| RESULTADOS | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | |
|------------|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| R.1 | Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 01 Fundação Tide Setubal |
| R.2 | Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série | 1 | | 3 | | | | | 8 | | 02 Moradigna |
| R.3 | Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6) | 1 | | 3 | | | | | 8 | | 03 Guardiães do bairro |
| R.4 | Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar | 1 | | | | | | | 8 | | 04 Rede de proteção do Jardim Lapenna |
| R.5 | Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2) | 1 | | | | | | | 8 | | 05 Instituto Iguaú |
| R.6 | População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc. | 1 | 2 | 3 | 4 | | | 7 | 8 | 9 | 06 Instituto Água e Saneamento |
| R.7 | População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc. | 1 | 2 | 3 | 4 | | | 7 | 8 | 9 | 07 Sociedade Amigos do Jardim Lapenna |
| R.8 | Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7) | 1 | | 3 | 4 | | | 7 | | | 08 Rede Vagalume |
| R.9 | Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2) | 1 | 2 | | | | | | | | 09 Colegiado dos moradores |

RESULTADOS

1 2 3 4 5 6 7 8 9

| | | |
|-------------|---|---------------|
| R.10 | Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3) | 1 2 5 6 9 |
| R.11 | Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9) | 1 2 |
| R.12 | Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7) | 1 3 4 7 8 9 |
| R.13 | População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6) | 1 3 4 7 8 9 |
| R.14 | População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento | 1 2 3 4 7 8 9 |
| R.15 | População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6) | 1 2 3 7 8 9 |
| R.16 | População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1) | 1 2 3 7 9 |
| R.17 | Território não sofre com enchentes (ODS 11.5) | 1 5 6 9 |
| R.18 | Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | 1 5 6 9 |

01

Fundação Tide Setubal

02

Moradigna

03

Guardiãs do bairro

04

Rede de proteção do Jardim Lapenna

05

Instituto Iguá

06

Instituto Água e Saneamento

07

Sociedade Amigos do Jardim Lapenna

08

Rede Vagalume

09

Colegiado dos moradores

RESULTADOS

1 2 3 4 5 6 7 8 9

| | | |
|-------------|--|---------------|
| R.19 | População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c) | 5 6 |
| R.20 | População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1) | 1 2 5 6 |
| R.21 | Propriedades (lotês e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem | 1 2 5 6 9 |
| R.22 | Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3) | 1 2 |
| R.23 | Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2) | 1 2 3 4 7 8 9 |
| R.24 | População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4) | 1 2 3 4 7 9 |
| R.25 | Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b) | 1 3 4 7 |
| R.26 | População do território confia nas forças policiais | 1 3 4 7 |
| R.27 | População do território sente-se segura | 1 2 3 4 7 9 |
| R.28 | População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público | |
| R.29 | População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento | |

01

Fundação Tide Setubal

02

Moradigna

03

Guardiãs do bairro

04

Rede de proteção do Jardim Lapenna

05

Instituto Iguá

06

Instituto Água e Saneamento

07

Sociedade Amigos do Jardim Lapenna

08

Rede Vagalume

09

Colegiado dos moradores

RESULTADOS



| | | | | | | | | | |
|-------------|--|---|---|---|--|--|---|---|--|
| R.30 | População tem acesso a um transporte público sem superlotação | | | | | | | | |
| R.31 | Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento | 1 | | | | | | | |
| R.32 | Moradores do território são engajados e participam de forma ativa na política | 1 | 3 | 4 | | | 8 | 9 | |
| R.33 | Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7) | 1 | 2 | 3 | | | 7 | 9 | |
| R.34 | Jovens ingressam no Ensino Superior | 1 | | | | | | | |
| R.35 | População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade | | | | | | | | |
| R.36 | Moradores do território têm acesso a serviços básicos com menores custos de transação | 1 | 3 | | | | | | |
| R.37 | Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2) | 1 | | | | | | | |

01
Fundação Tide Setubal

02
Moradigna

03
Guardiãs do bairro

04
Rede de proteção do Jardim Lapenna

05
Instituto Iguá

06
Instituto Água e Saneamento

07
Sociedade Amigos do Jardim Lapenna

08
Rede Vagalume

09
Colegiado dos moradores

A Tabela 7.2 permite, portanto, observar como as nove organizações mapeadas geram vários tipos de resultados diretos ou indiretos no território do Jardim Lapenna. Muitas dessas organizações contribuem para atingir diversos resultados, em múltiplas áreas, como é o caso, por exemplo, de Guardiãs do bairro e Sociedade Amigos do Lapenna. Essas organizações promovem ações de escopo amplo, que se ligam a produtos e resultados de diferentes áreas temáticas. Outras organizações, tais como o Instituto Iguá e o Instituto Água e Saneamento, possuem uma atuação mais focalizada, por meio de ações essencialmente concentradas em um tema de maior interesse (no caso dessas duas organizações, trata-se da área de saneamento básico). Convém notar, contudo, que mesmo essa atuação mais focalizada pode gerar efeitos importantes em outras áreas. Por exemplo, no caso dos Institutos Iguá e Água e Saneamento, nota-se que suas ações contribuem para resultados nas áreas de educação (e.g., R.1) e saúde pública (e.g., R.10), uma vez que, segundo a teoria da mudança apresentada no Capítulo 5, acesso a melhores condições de saneamento pode aumentar o engajamento escolar¹⁵⁷ e reduzir a incidência de doenças.

A Tabela 7.2 também demonstra que nenhuma outra organização está ligada a um número maior de resultados do que a Fundação Tide Setubal. De fato, com exceção de resultados fortemente dependentes da atuação do poder público (mais precisamente: R.19, R.28, R.29, R.30 e R.35), a Fundação contribui, direta ou indiretamente, para a realização de todos os resultados da teoria de mudança.

Nessa linha, a Figura 7.2 adapta a Figura 5.4 (Capítulo 5) para o caso da Tide Setubal, provendo uma dimensão mais clara da abrangência da sua atuação no território do Lapenna. Na Figura 7.2, destacam-se, em vermelho, os resultados ligados à Fundação Tide Setubal de maneira mais *direta* (isto é, em apenas três passos). Os resultados representados em letras pretas, por sua vez, são atingidos de maneira mais *indireta*, exigindo, portanto, quatro passos. Vale ressaltar que a mesma figura pode ser construída para qualquer uma das organizações atuantes no território. A Fundação Tide Setubal foi escolhida apenas a título de ilustração e por estar ligada a um número maior de resultados.

Fonte: elaboração própria.

¹⁵⁷ Ver Brava et al. (2017).

FIGURA 7.2 – CATEGORIAS DE RESULTADOS ASSOCIADOS À FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL NO JARDIM LAPENNA, CONSIDERANDO-SE TRÊS OU QUATRO PASSOS DE LIGAÇÃO ENTRE UMA ATIVIDADE E SEUS RESULTADOS NA TEORIA DE MUDANÇA. OS RESULTADOS INDICADOS EM VERMELHO REPRESENTAM RESULTADOS MAIS DIRETOS, A TRÊS PASSOS.

Oportunidades

- R5**
Desenvolvimento da primeira infância
- R2 R3 R37**
Aprendizado e fluxo escolar
- R1**
Engajamento escolar e habilidades socioemocionais
- R34**
Ingresso no Ensino Superior
- R4 R13 R15**
Empregabilidade e empreendedorismo
- R16**
Renda e equidade
- R22**
Acesso a crédito



Qualidade de Vida

- R7**
Acesso a saúde básica e desenvolvimento de hábitos saudáveis
- R8 R9**
Saúde e planejamento familiar
- R10 R11**
Atenuação de doenças, internações e óbitos
- R21**
Valorização e retenção das propriedades
- R23 R24 R25**
Redução de criminalidade e violência
- R26 R27**
Sensação de segurança e confiança na polícia



Convivência e Governança

- R6 R14**
Empoderamento e pertencimento comunitário
- R12 R32**
Participação política e cidadania
- R36**
Acesso a serviços públicos com baixos custos de transação
- R33**
Acesso a lazer, cultura e esporte



Infraestrutura

- R17 R20**
Melhores condições habitacionais
- R18 R31**
Espaços públicos de qualidade, limpos e acessíveis



A Figura 7.2, portanto, serve com um painel específico de monitoramento de resultados para a Fundação Tide Setubal no território do Jardim Lapenna. Nota-se, por exemplo, que exceto pelos cinco resultados destacados acima (i.e., R.19, R.28, R.29, R.30 e R.35), a Tide está ligada a todos os outros resultados agregados e, na maioria deles, com pelo menos uma conexão mais direta (indicados em vermelho). Essa figura também sugere qual subconjunto do painel de indicadores descrito no Capítulo 6 é mais importante, dadas as ações atualmente desenvolvidas (ou planejadas) pela Fundação no bairro. A aplicação da mesma figura às outras organizações atuantes no território permitiria, obviamente, que análises similares fossem feitas para os casos específicos dessas organizações, seguindo os resultados reportados na Tabela 7.2.

Além disso, ainda usando a Tabela 7.2, é possível determinar quais organizações atuantes no território do Jardim Lapenna “compartilham” resultados comuns. Essas análises podem ser cruciais ao permitirem que as organizações reconheçam “parceiros” atuais ou potenciais, isto é, outras organizações com objetivos similares com as quais possam compartilhar recursos e reunir esforços, de modo a aprofundar a efetividade das ações promovidas no território.

Nessa linha, a Tabela 7.3 apresenta dois quadros contendo o número de resultados compartilhados entre cada um dos pares de organizações atuantes no Jardim Lapenna. No primeiro quadro, contam-se o número de resultados compartilhados mais diretamente—ou seja, adotando-se o padrão de três passos. O quadro inferior, por sua vez, considera também resultados mais indiretos, cujas ligações envolvem até quatro passos entre a atividade e o resultado final.

TABELA 7.3 – NÚMERO DE RESULTADOS COMPARTILHADOS PELAS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO JARDIM LAPENNA

| A. LIGAÇÕES ENVOLVENDO TRÊS PASSOS | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|--------------------------------------|----|----|----|----|---|---|----|---|---|
| 02 | 5 | | | | | | | | |
| 03 | 12 | 2 | | | | | | | |
| 04 | 5 | 0 | 6 | | | | | | |
| 05 | 2 | 0 | 0 | 0 | | | | | |
| 06 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | | | | |
| 07 | 7 | 2 | 7 | 5 | 0 | 0 | | | |
| 08 | 6 | 0 | 4 | 3 | 0 | 0 | 3 | | |
| 09 | 8 | 2 | 6 | 3 | 2 | 2 | 5 | 3 | |
| B. LIGAÇÕES ENVOLVENDO QUATRO PASSOS | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 02 | 16 | | | | | | | | |
| 03 | 19 | 10 | | | | | | | |
| 04 | 13 | 7 | 13 | | | | | | |
| 05 | 6 | 4 | 1 | 1 | | | | | |
| 06 | 6 | 4 | 1 | 1 | 7 | | | | |
| 07 | 15 | 10 | 15 | 12 | 1 | 1 | | | |
| 08 | 13 | 6 | 11 | 8 | 1 | 1 | 8 | | |
| 09 | 17 | 12 | 13 | 10 | 5 | 5 | 12 | 9 | |

01

Fundação Tide Setubal

02

Moradigna

03

Guardiães do bairro

04

Rede de proteção do Jardim Lapenna

05

Instituto Iguá

06

Instituto Água e Saneamento

07

Sociedade Amigos do Jardim Lapenna

08

Rede Vagalume

09

Colegiado dos moradores

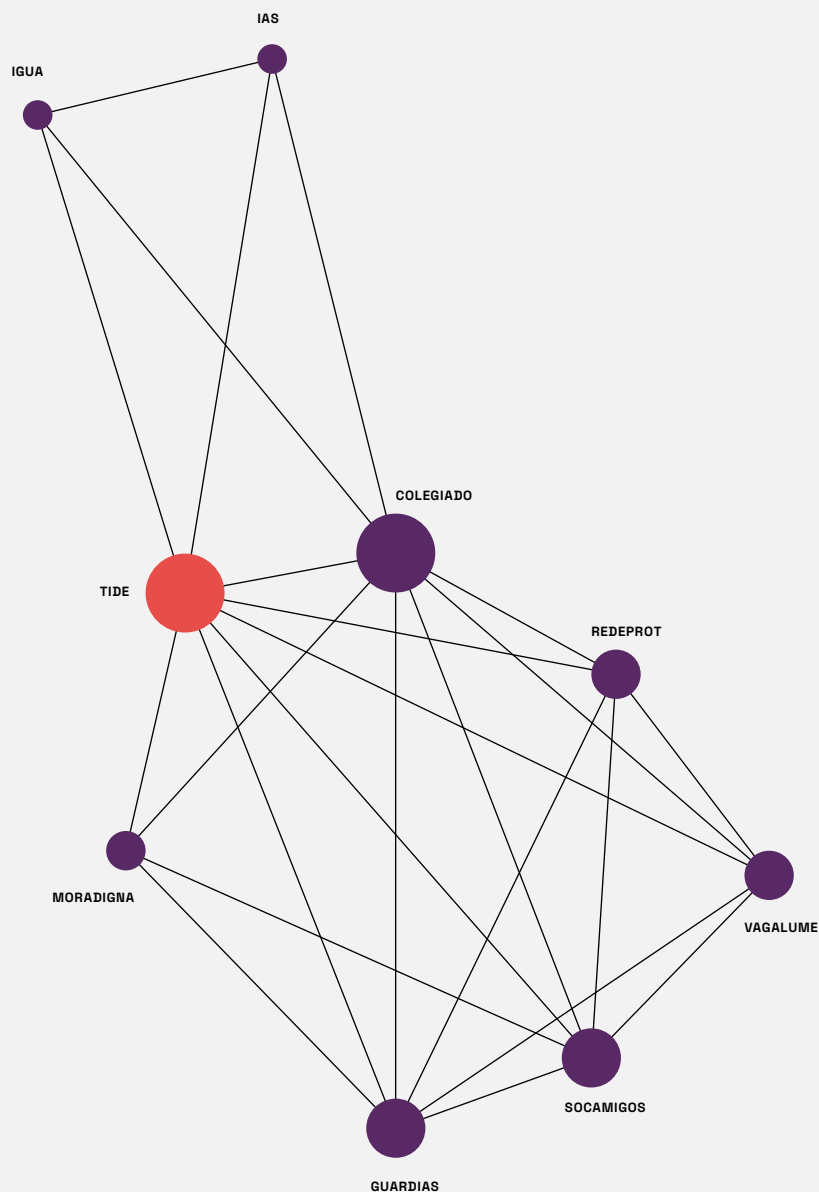
Por meio da Tabela 7.3, é possível notar que, ao se aumentar o número de passos considerados, eleva-se também o número de resultados compartilhados entre as organizações. Por exemplo, a Fundação Tide Setubal compartilha cinco resultados com a Moradigna, considerando-se o padrão mais direto de ligações (i.e., três passos). Entretanto, no padrão mais indireto (até quatro passos), esse número salta para 16.

A Tabela 7.3 também sugere que algumas organizações possuem uma atuação mais isolada, geralmente justificada pela alta focalização das ações que promove. Esse é, por exemplo, o caso dos Institutos Iguá e Água e Saneamento, os quais compartilham, a três passos, apenas três resultados entre si, além de dois resultados com a Fundação Tide Setubal e com o Colegiado de Moradores.

Por outro lado, outras organizações possuem um número bem maior de interações, o que, novamente, se relaciona ao amplo escopo das atividades apoiadas e promovidas. Esse é precisamente o caso da Fundação Tide Setubal que compartilha resultados com todas as outras organizações, em ambos os quadros da Tabela 7.3.

A fim de se permitir uma melhor visualização dos resultados da Tabela 7.3, a Figura 7.3 apresenta as conexões entre as organizações a partir de uma representação de rede. Nessa figura, os nomes das organizações são abreviados a fim de facilitar a visualização. Essa figura considera apenas as relações mais diretas (a três passos), uma vez que, como indicado pela Tabela 7.3b, a quatro passos as conexões entre as organizações atuantes no território aumenta substancialmente.

FIGURA 7.3 – REPRESENTAÇÃO DAS CONEXÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO JARDIM LAPENNA



Fonte: elaboração própria.

A Figura 7.3 destaca, uma vez mais, a posição central da Fundação Tide Setubal no território do Jardim Lapenna. Nota-se, por exemplo, que a Tide possui resultados comuns com todas as outras organizações, ainda que se utilize o critério de conexões mais diretas. Esse aspecto pode ser visto mais objetivamente a partir da análise das centralidades, conforme discutido na seção anterior. Assim, a Tabela 7.4 ordena as organizações atuantes no Jardim Lapenna de acordo com sua centralidade, tendo como critério o número de organizações com as quais uma organização focal se conecta.¹⁵⁸ Em outras palavras, a Fundação Tide Setubal é bastante central no território porque realiza atividades que geram múltiplos resultados também compartilhados por outras organizações do território.

TABELA 7.4 – ORGANIZAÇÕES COM MAIOR CENTRALIDADE

| RANKING DE CENTRALIDADE | ORGANIZAÇÕES |
|-------------------------|---|
| 1 | → (01) Fundação Tide Setubal |
| 2 | → (03) Guardiãs do bairro |
| 3 | → (09) Colegiado dos moradores |
| 4 | → (07) Sociedade Amigos do Jardim Lapenna |
| 5 | → (02) Moradigna |
| 6 | → (04) Rede de proteção do Jardim Lapenna |
| 7 | → (08) Rede Vagalume |
| 8 | → (05) Instituto Iguá |
| 9 | → (06) Instituto Água e Saneamento |

Fonte: elaboração própria.

As organizações formadas por moradores do bairro possuem, também,

¹⁵⁸ Para mais detalhes sobre essa metodologia, ver nota de rodapé 156.

centralidade elevada. Em particular, nota-se que as Guardiãs do bairro ocupam a segunda posição em termos de centralidade, o que se justifica por sua atuação fortemente focada em áreas ligadas à assistência social, as quais tendem a ser fortemente interssetoriais.

Por outro lado, as organizações com atuação mais focalizada (tais como os Institutos Iguá e Água e Saneamento) são, naturalmente, menos centrais, conforme também se mencionou anteriormente. Além disso, como pode ser visto na Figura 7.3, essas organizações se localizam em um “lado” da rede que não se conecta com as outras organizações do território, exceto indiretamente, por meio da Fundação Tide Setubal e pelo Colegiado dos moradores. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que os Institutos Iguá e Água e Saneamento possuem atuação fortemente focada em atividades do setor de saneamento, ao passo que as demais organizações desempenham atividades mais ligadas a aspectos sociais, culturais, educacionais, os quais tendem a se disseminar por um maior número de resultados e áreas. Justificativa similar se aplica à alta centralidade das Guardiãs do bairro. Por atuarem com ações fortemente ligadas à assistência social, as Guardiãs estão conectadas a diversos resultados diferentes, e, portanto, possuem alta centralidade no território do Jardim Lapenna.

7.4.

Conclusão

Neste capítulo, realizou-se um exercício de customização da teoria de mudança consolidada, descrita no Capítulo 5, ao contexto específico do Jardim Lapenna. Tomando-se como dada aquela teoria de mudança, e considerando-se um minucioso levantamento das atividades desempenhadas pelas organizações que atuam no Jardim Lapenna, foi possível traçar perfis detalhados da atuação dessas organizações no território. As análises descritas neste capítulo também revelam as inter-relações entre as diversas organizações, permitindo, inclusive, que se

determinem as organizações mais ou menos centrais—isto é, que intermediam um maior número de interconexões—bem como os subconjuntos de organizações que compartilham um maior número de resultados.

Para além dos achados em si, específicos ao território do Jardim Lapenna e às organizações que ali atuam, as análises descritas neste capítulo podem ser utilizadas como modelo para futuras aplicações a outras organizações e a outros contextos urbanos vulneráveis. Por exemplo, a Figura 7.2 consolida os resultados associados à Fundação Tide Setubal no território do Lapenna. Essa figura não apenas descreve o perfil de atuação da Tide no bairro, mas também pode ser utilizada como uma espécie de guia para determinar quais indicadores (dentro todos os propostos no Capítulo 6) melhor refletem o atual foco da Fundação Tide Setubal, no território do Jardim Lapenna.

Análises (e conclusões) similares poderiam ser obtidas para as outras organizações que atuam no bairro por meio de uma aplicação da mesma figura a esses casos específicos. Além disso, a metodologia aqui apresentada permite tomar a teoria de mudança descrita no Capítulo 5 para se definir os resultados esperados de intervenções em outros territórios. Para tanto, pode-se seguir o mesmo procedimento aqui demonstrado: identificar as organizações atuantes no território, ligá-las às atividades da teoria de mudança, e verificar quais resultados são direta ou indiretamente gerados por essas atividades.



Aprendizados e direcionamentos futuros

8.

8.1. A Lupa na Cidade: Metodologia e Achados • 269

8.2. Do Monitoramento de Indicadores à Avaliação de Impacto • 272

8.3. Possíveis Abordagens para Avaliação de Impacto com Base em Contrafactuais • 274

8.4. Avanços Futuros • 278

8.1.

A Lupa na Cidade: Metodologia e Achados

Este estudo investigou, em profundidade, o monitoramento de intervenções em territórios urbanos vulneráveis, com foco especial em áreas urbanas do Município de São Paulo.

Sua primeira fase consistiu num detalhado exame das adversidades enfrentadas por populações que residem nesses territórios urbanos vulneráveis. No Capítulo 2, diagnosticaram-se os principais problemas que esses territórios apresentam, sob uma ótica mais geral. Esses problemas foram divididos em oito macro temas amplos,¹⁵⁹ os quais são sumarizados na Figura 2.1 e, posteriormente, detalhados. A partir dos problemas levantados, o Capítulo 3 se debruçou especificamente sobre as três populações-alvo do Município de São Paulo consideradas neste trabalho: Jardim Lapenna (distrito de São Miguel Paulista, na zona leste), Pinheirinho d'Água (distrito de Jaraguá, na zona norte) e Parque Novo Mundo (distrito de Vila Maria, na zona norte).

No Capítulo 4, realizou-se uma extensa análise de estudos prévios e casos para revisar os principais avanços e as melhores práticas no monitoramento de intervenções em territórios urbanos vulneráveis, de acordo com a experiência nacional e internacional. Nesse contexto, foram descritos, em detalhe, os casos de *Medellín* e *Recife*, dois casos de interesse cujas intervenções focalizam vários dos temas identificados. Essa análise de *benchmarking* foi essencial para a construção da teoria de mudança, a qual foi discutida em detalhes no Capítulo 5.

Conforme se descreveu naquele capítulo, partindo-se da análise de *benchmarking* e dos levantamentos dos capítulos anteriores, e considerando-se,

¹⁵⁹ Vale lembrar que, conforme a discussão do Capítulo 5, o macro tema de infraestrutura foi subdividido em dois componentes (infraestrutura básica e lazer), dada a importância que as atividades de lazer desempenham em muitas intervenções em territórios urbanos vulneráveis. Portanto, no fim das contas, consideraram-se nove macro temas distintos.

ainda, entrevistas com especialistas e com profissionais que atuam diretamente em territórios urbanos vulneráveis do Município de São Paulo, construíram-se fluxos lógicos distintos para cada macro tema examinado neste estudo, as quais foram consolidadas numa única teoria de mudança, apresentada na Figura 5.2. Com base nesta teoria de mudança, conduziram-se diversas análises. Em particular, estabeleceram-se inter-relações entre os diversos macro temas a partir do número de resultados “compartilhados” por atividades originadas em macro temas distintos (ver Tabela 5.1). Foi possível, ainda, determinar quais atividades da teoria de mudança são mais centrais, por meio de uma análise de redes (cujos resultados estão sintetizados na Tabela 5.2).

O Capítulo 5 também propôs um agrupamento dos resultados da teoria de mudança em quatro categorias distintas (ver Figura 5.4): oportunidades, qualidade de vida, convivência e governança e infraestrutura. Esses resultados são a base para a construção do painel de métricas, descrita em detalhes no Capítulo 6. Conforme se discutiu naquele capítulo, diversos indicadores foram propostos, para cada resultado da teoria de mudança, e classificados de acordo com os quatro critérios descritos na Tabela 6.1: *relevância, sensibilidade à ação dos gestores, precisão e custo*.¹⁶⁰

Em seguida, a partir das opiniões de alguns dos principais *stakeholders* envolvidos neste estudo, realizou-se um exercício de priorização das métricas propostas em cada uma das quatro categorias de resultado acima mencionadas. Essas priorizações, apresentadas nas Tabelas 6.6 a 6.9, consideraram dois momentos distintos para a coleta de dados (*Painel Inicial e Painel Avançado*), além dos distintos modos de coleta (isto é, métricas que dependem de *coleta de dados primária* ou métricas que podem ser operacionalizadas a partir de *dados secundários*) e das classificações de cada métrica nos quatro critérios anteriormente citados.

Concluída a construção do painel de métricas, a fase final deste estudo

consistiu em uma aplicação da metodologia desenvolvida nos capítulos anteriores ao território do Jardim Lapenna, bairro localizado no distrito de São Miguel Paulista, na zona leste do Município de São Paulo. Essa aplicação, discutida no Capítulo 7, partiu de um levantamento detalhado das atividades desempenhadas por cada uma das organizações que atuam no território do Lapenna, o qual é resumido na Tabela 7.1.

Dessa forma, partindo-se da teoria de mudança geral, buscou-se analisar quais organizações se ligam, direta ou indiretamente, a cada um dos objetivos listados na teoria de mudança. Esse mapeamento entre organizações e objetivos foi apresentado na Tabela 7.2 e serviu como base para uma série de análises que se seguiram. Em particular, foi possível estabelecer ligações entre as diversas organizações, de acordo com os resultados que essas organizações compartilham entre si (ver Tabela 7.3). Além disso, utilizando-se, novamente, uma metodologia de análise de redes, foi possível confirmar a atuação altamente central da Fundação Tide Setubal no território do Lapenna (ver, por exemplo, Figura 7.3).

Para concluir, as seções a seguir apresentam alguns possíveis próximos passos que poderiam guiar a evolução futura do presente estudo. Em especial, serão discutidas possíveis rotas para se avançar do *monitoramento das intervenções* em territórios urbanos vulneráveis (a partir do painel de métricas construído) para a *avaliação de impacto* dessas intervenções.

¹⁶⁰ Conforme se destacou, essas classificações estão fortemente assentadas na metodologia descrita em Inesper Metricis (2020).

Do Monitoramento de Indicadores à Avaliação de Impacto

Até aqui, o foco da discussão foi o monitoramento de intervenções em territórios urbanos vulneráveis. Entretanto, o painel de métricas proposto no Capítulo 6 pode servir como base para avaliações mais robustas que permitam não apenas acompanhar a evolução de intervenções, mas também determinar em que medida as mudanças nos indicadores são *causadas* pelas intervenções em questão. Essa noção de causalidade está intimamente associada ao processo de *avaliação de impacto*. Para tornar mais claras as diferenças entre monitoramento e avaliação de impacto, é útil discutir um exemplo simples.

Considere uma secretaria de governo municipal que deseja implementar uma política de treinamento profissional a cidadãos de um território vulnerável. Suponha que a secretaria dispõe de informações, em séries temporais históricas, sobre um indicador relevante para o monitoramento desta intervenção: a renda mensal dos indivíduos. Assuma, então, que a secretaria implemente a sua política de treinamento e que colete dados de renda da população-alvo após a intervenção, concluindo que houve um aumento de 5% na renda média dos indivíduos que receberam o treinamento. Pergunta-se: é possível afirmar que esse aumento de 5% na renda média dos participantes da intervenção corresponde ao o impacto da política de treinamento profissional?

A resposta é “não”. Ao se comparar, exclusivamente, a renda dos indivíduos que receberam o treinamento, antes e depois da intervenção, é impossível garantir que as mudanças observadas sejam atribuídas, de fato, à intervenção e não a outras razões quaisquer. A título de ilustração, suponha que tenha havido mudança externa positiva na economia local (como, por exemplo, um grupo empresarial estrangeiro investindo volumosos recursos em atividades produtivas nas proximidades do bairro), simultaneamente à implementação do programa treinamento, e que essa mudança tenha criado muitos empregos, elevando a renda média

dos indivíduos que não receberam o treinamento em 8%.

Nesse caso, olhando exclusivamente para as mudanças na renda dos participantes da intervenção, é impossível distinguir os ganhos de renda associados à intervenção dos ganhos de renda ocasionados pelo aumento dos investimentos estrangeiros na região. Mais ainda, nesse exemplo, é provável que o aumento na renda dos indivíduos treinados tivesse sido maior, caso a política de treinamento *não* fosse implementada. Por exemplo, o treinamento pode ter desviado a atenção dos moradores de outras oportunidades de ganho de renda ainda melhores.

Em outras palavras, avaliações que permitem associar, de forma causal, uma intervenção às mudanças observadas nos indicadores de uma população-alvo devem, de algum modo, considerar *o que teria acontecido com a população-alvo caso a intervenção não tivesse ocorrido*. Esse é o chamado *cenário contrafactual*. No caso anterior, uma análise contrafactual poderia concluir, por exemplo, que a intervenção de treinamento profissional capitaneada pela secretaria de governo teve um impacto *negativo* sobre a renda dos indivíduos, em vez de um impacto positivo de 5%. Análises desse tipo estão associadas à noção de *adicionalidade*, já que permitem estimar o quanto a intervenção de fato adicionou (em termos de ganhos) à população-alvo.¹⁶¹

Na prática, análises contrafactuais dependem da construção de um *grupo de controle*. No exemplo anterior, um grupo de controle poderia ser constituído a partir dos indivíduos que *não* receberam o treinamento ou ainda considerando dados mais agregados. Se esse grupo de controle tiver características similares às áreas ou indivíduos recebendo uma dada intervenção, garante-se que condições contextuais—incluindo quaisquer forças que favoreçam ou prejudiquem o desempenho de um dado projeto—não afetem as conclusões obtidas a partir do monitoramento e acompanhamento da intervenção.¹⁶²

Entretanto, há muitos desafios práticos associados à construção de grupos de

¹⁶¹ Ver Inesper Metricis (2020). Para maiores detalhes sobre as diferenças entre monitoramento de indicadores e avaliação de impacto, ver, por exemplo, Kusek e Rist (2004).

¹⁶² Ver, por exemplo, Angrist e Pischke (2010).

controle e à avaliação de impacto de maneira mais geral. Esses desafios podem ser ainda maiores no contexto de intervenções em territórios urbanos vulneráveis. Por exemplo, pode ser difícil garantir que alguns indivíduos não recebam uma intervenção de interesse. A próxima seção discute alguns desses desafios e potenciais soluções que permitam a progressão do monitoramento de indicadores para a avaliação de impacto.

8.3.

Possíveis Abordagens para Avaliação de Impacto com Base em Contrafactuais

De maneira geral, seguindo a metodologia discutida em Insper Metricis (2020), é possível pensar a avaliação de impacto em três níveis distintos de medição, os quais diferem em termos de precisão e custo. Esses níveis são apresentados na Figura 8.1 e discutidos em seguida. Para tornar a discussão menos técnica, o exemplo anterior da secretaria de governo municipal que deseja implementar uma política de treinamento profissional para moradores de uma região vulnerável será utilizado como referência principal.¹⁶³

FIGURA 8.1 – OS NÍVEIS DE MEDIÇÃO EM UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO



Fonte: Insper Metricis (2020).

De acordo com a Figura 8.1, o monitoramento de uma intervenção por meio do simples acompanhamento de indicadores para a população-alvo—como no caso da secretaria municipal que concluiu que os indivíduos que receberam treinamento tiveram um aumento de 5% na renda, em média—enquadra-se no chamado procedimento *básico* de monitoramento. Nesse caso, não há análise de adicionalidade, já que os cenários contrafactuais não são levados em consideração; portanto, não há que se falar em avaliação de impacto.

Metodologias associadas ao *Nível 1* podem ser um passo inicial para se integrar adicionalidade e contrafactuais à análise de uma intervenção. Mais especificamente, as ferramentas pertencentes a este nível se baseiam em comparações dos indivíduos que foram “tratados”, isto é, que participaram de uma intervenção (e.g., receberam o treinamento profissional fornecido pela secretaria municipal), com dados agregados geralmente de uma região mais ampla. Por exemplo, no caso ilustrativo descrito acima, seria possível comparar a evolução dos indivíduos que receberam o treinamento profissional com as mudanças observadas nos outros bairros do município. De modo a se aumentar a confiabilidade e robustez dos resultados, seria possível, ainda, selecionar bairros com características mais próximas às encontradas na região em que o treinamento fora implementado.

Um passo seguinte rumo à maior robustez nas medições seria considerar metodologias associadas ao *Nível 2*. Essas ferramentas comparam indivíduos tratados pela intervenção com outros que, por alguma razão, não foram tratados. No exemplo discutido acima, essa abordagem equivaleria a comparações dos indivíduos que receberam o treinamento profissional promovido pela secretaria municipal com um grupo de controle formado por outros indivíduos, com similares vulnerabilidades, mas que não receberam o treinamento. Para se criar o grupo de controle em questão, há uma variedade de métodos possíveis, destacando-se o *pareamento*, além de diversas outras técnicas denominadas *quasi-experimentais*.¹⁶⁴

¹⁶⁴ A viabilidade dessas técnicas depende diretamente dos dados que estejam disponíveis ao avaliador. Para uma discussão acerca desses métodos, ver Angrist e Pischke (2010).

¹⁶³ As análises que seguem são fortemente baseadas na discussão metodológica de Insper Metricis (2020).

Medições de Nível 2 podem ser demasiadamente complicadas, no contexto de intervenções em territórios urbanos vulneráveis. Isso se deve ao fato de que muitas dessas intervenções alcançam a totalidade da população do território, tornando inviável a identificação de indivíduos “não-tratados”. No entanto, para intervenções mais circunscritas—como é caso, por exemplo, de mudanças que atinjam exclusivamente os alunos de uma determinada escola ou os domicílios de uma determinada micro-região dentro do bairro—pode ser viável encontrar indivíduos não-tratados com características semelhantes aos que de que fato receberam as intervenções.

Uma técnica comumente usada para comparar casos similares é o chamado *controle sintético*.¹⁶⁵ No contexto do presente estudo, pode-se selecionar um território focal (como o Lapenna) e, então, examinar dados de outros territórios vulneráveis. Tomando-se uma série de resultados de interesse, a técnica permite criar um “território sintético” que pode envolver diferentes outros territórios combinados com pesos distintos e cuja evolução espelha aproximadamente a do território focal. Um aspecto importante é que a aplicação dessa técnica requer uma série de dados históricos desses vários territórios, o que nem sempre é viável para resultados cujos dados em nível territorial não estejam ainda disponíveis.

Finalmente, o *Nível 3* é o mais elevado em termos de precisão na identificação de causalidade. Esse nível, chamado de experimental, envolve não apenas deixar alguns indivíduos “fora” da intervenção, mas também exige que a seleção ao tratamento (isto é, a participação na intervenção) seja *por sorteio*. No caso de governos que selecionam deliberadamente os territórios que irão receber as intervenções, esse procedimento por sorteio é, evidentemente, não factível caso se queira avaliar o impacto de ações gerais em cada local.

Porém, é possível realizar avaliações experimentais no caso de intervenções variando dentro de um mesmo território ou entre territórios. No exemplo principal discutido até aqui, uma intervenção de Nível 3 deveria selecionar,

¹⁶⁵ Abadie et al. (2010).

aleatoriamente, isto é, por *sorteio*, quais indivíduos seriam treinados pela secretaria municipal e quais não seriam (permanecendo no grupo de controle). A seleção aleatória ao tratamento garante que condições individuais não influenciem os efeitos do tratamento, risco que é muito alto mesmo em medições de Nível 2 (e, ainda mais, nas de Nível 1), devido, entre outros fatores, ao chamado *viés de seleção* determinado por fatores que são difíceis de observar e medir diretamente.¹⁶⁶

Vale ressaltar, entretanto, que medições de Nível 3 são ainda mais complexas e custosas que as dos Níveis 1 e 2. Por exemplo, questões éticas podem inviabilizar a seleção aleatória. Em outros contextos, é simplesmente impossível excluir algumas pessoas da intervenção. Imagine, por exemplo, uma avaliação de impacto conduzida por um operador de microcrédito. Para se realizarem medições de Nível 3, seria necessário escolher, aleatoriamente, quem receberia o microcrédito, uma decisão que poderia ser considerada demasiadamente arriscada pelos gestores da organização, pelo fato de serem desconsiderados aspectos individuais nessa decisão (como o risco de crédito dos participantes). Maiores detalhes acerca das vantagens e desvantagens de medições em Nível 3 podem ser encontrados em Inesper Metricis (2020).

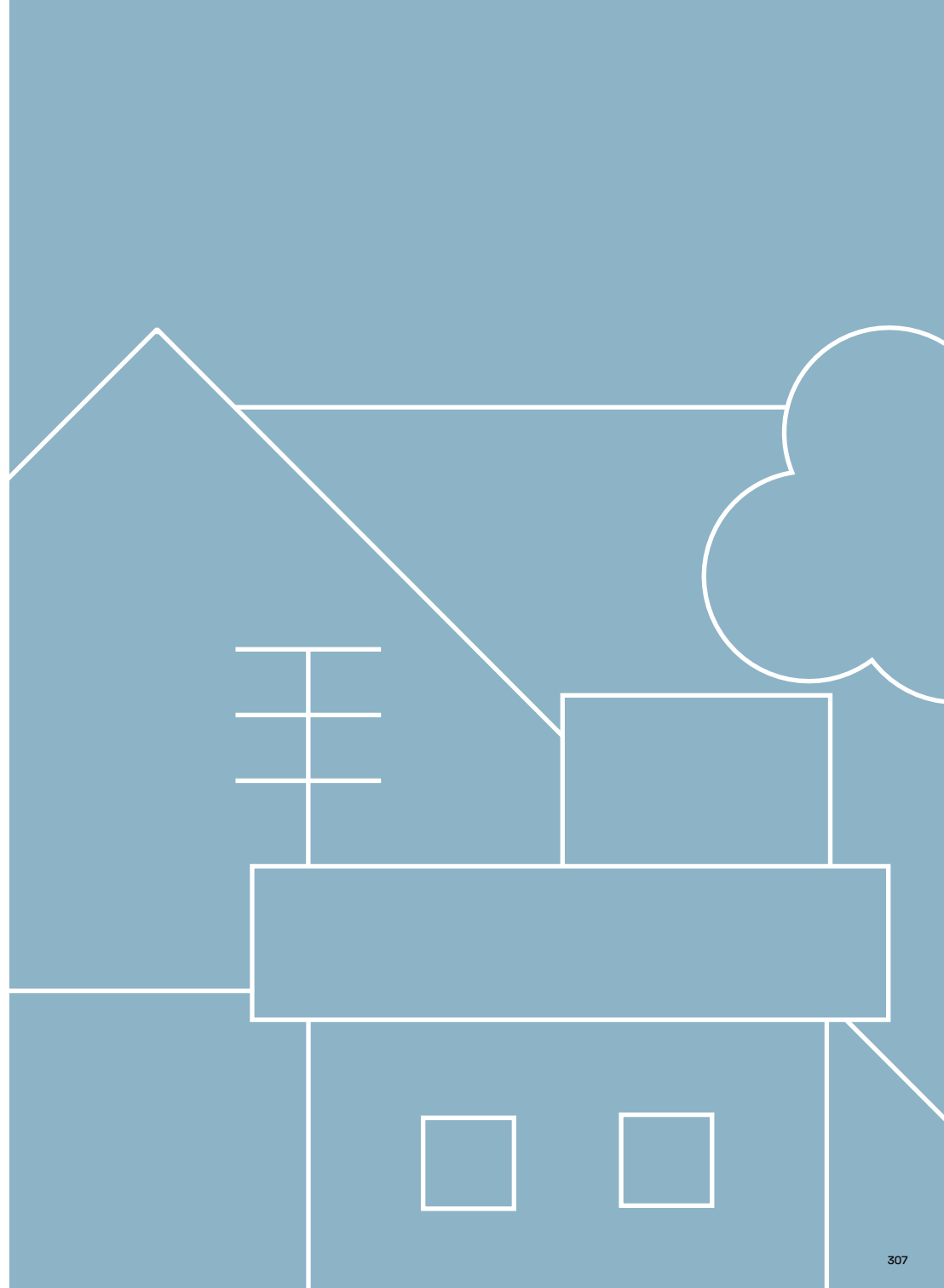
¹⁶⁶ Podem existir características não-observáveis (ou de difícil observação) que expliquem a evolução da população-alvo, confundindo o efeito do tratamento. No exemplo discutido até aqui, seria possível que a secretaria municipal, ao selecionar apenas os indivíduos com maiores dificuldades para se empregar, escolhesse um grupo com experiência profissional e acesso a capital humano muito inferior aos outros moradores do bairro (os quais formariam o grupo de controle). Ao se comparar a evolução desses grupos, caso a secretaria concluísse que a performance do grupo treinado fora pior que a do grupo de controle, seria difícil garantir que esse resultado não fosse explicado pelas *diferenças pré-existent*s entre os indivíduos desses grupos. Para uma discussão mais aprofundada acerca do chamado viés de seleção e suas implicações, ver Angrist e Pischke (2010).

Avanços Futuros

A discussão feita até aqui sugere que algumas políticas e práticas podem facilitar a construção de painéis de monitoramento e processos de avaliação. Em particular, torna-se clara a necessidade de se coletarem dados primários e secundários nos territórios para progressivamente formar uma *linha de base*. Conforme se destacou na seção anterior, todas as ferramentas examinadas neste capítulo - incluindo as técnicas de monitoramento - dependem de dados históricos, que antecedam a implementação de qualquer intervenção. Portanto, a fim de que o painel de métricas descrito no Capítulo 6 seja, de fato, útil na prática, é essencial coordenar esforços de coleta de dados - seja por meio de coleta primária ou de bases de dados já existentes - preferencialmente antes do início de intervenções de cunho mais amplos.

Simultaneamente, a teoria de mudança proposta neste estudo pode ser aplicada a outros territórios no município de São Paulo e até mesmo em outros municípios e estados. Como sugerido no Capítulo 7, essa aplicação pode ser feita a partir de uma identificação das várias organizações que se ligam a atividades previstas na teoria da mudança e como essas organizações podem potencialmente gerar resultados comuns.

A própria teoria de mudança geral pode ser refinada nesse processo de aplicação a outros contextos. À medida que novas intervenções forem pensadas, será possível refinar a teoria de mudança construída no Capítulo 5 à luz dessas novas políticas e das especificidades de outros contextos. Tal refinamento deverá, por conseguinte, refletir-se não apenas nas inter-relações entre os diversos macro temas ligados ao desenvolvimento de territórios vulneráveis, mas também no conjunto de métricas criado para monitorar—e, eventualmente, até mesmo avaliar—o impacto de intervenções propostas e realizadas em cada localidade.





9.

Referências

ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493–505, 2010.

ABELL, P. Narrative explanation: an alternative to variable-centered explanation? **Annu. Rev. Sociol.**, v. 30, p. 287-310, 2004. Disponível em: https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.29.010202.100113?casa_token=vv3JO5fu9nIAAAAA%3Ak2_xMuzkFs-qNMfNNtvZJKqa8VJiN8UqhrM2OgNI_GiV_H-i3JVw1JFKvL9TwIq-49WbBOoEHWU_5Kw. Acesso em: 24 jul. 2020.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://6d04d570ef1c19972453dcf0fd833148>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ALPOPI, C.; MANOLE, C.; COLESCA, S. Assessment of the sustainable urban development level through the use of indicators of sustainability. **Theoretical and Empirical Researches in Urban Management**, v. 6, n. 2, p. 78-87, 2011.

ANGRIST J. D.; PISCHKE, J.-S. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Princeton University Press, 2010.

BACCHIERI, G.; BARROS, A. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 949-963, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Direction in Development. The urban poor in Latin America**. Washington, DC: Banco Mundial, 2005. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/102351468016242316/The-urban-poor-in-Latin-America>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BARROS, R. P. *et al.* The impact of access to free childcare on women's labor market outcomes: evidence from a randomized trial in low-income neighborhoods of Rio de Janeiro. **Prepared for the 2011 World Bank Economists' Forum**. Washington: World Bank, 2013.

BARNARD, W. Parent involvement in elementary school and educational attainment. **Children and Youth Services Review**, v. 26, n. 1, p. 39-62, 2004.

BEAULAC, J.; KRISTJANSSON, E.; CUMMINS, S. A systematic review of food deserts, 1966-2007. **Preventing chronic disease**, v. 6, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2722409/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BHALOTRA, S.; ROCHA, R.; SOARES, R. Does universalization of health work? Evidence from health systems restructuring and maternal and child health in Brazil. **ISER Working Paper Series**, 2016.

BISPO JÚNIOR, J.; MOREIRA, D. Educação permanente e apoio matricial: formação, vivências e práticas dos profissionais dos núcleos de apoio à saúde da família e das equipes apoiadas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 9, p. e00108116, 2017.

BLESSING, U., TILAHUN N., KYOBUTUNGI, C. & EZEHA A. Health and health-related indicators in slum, rural, and urban communities: a comparative analysis, **Global Health Action**, v. 9, n. 1, p. 331-363, 2016.

BRAGA, T. Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras. **EURE (Santiago)**, v. 32, n. 96, p. 47-71, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes para o saneamento básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: IPEA, 2018. 192 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688 Acesso em: 19 mai. 2020.

BRAVA; INSTITUTO UNIBANCO; Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Ayrton Senna. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens**. São Paulo: Brava, Instituto Unibanco, Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Ayrton Senna, 2017. Disponível em: <http://gesta.org.br/wpcontent/uploads/2017/09/politicas-publicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf>.

BRUECKNER, J. K. **Lectures on urban economics**. Cambridge: MIT Press, 2011.

CASTRO, M. *et al.* Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. **The Lancet**, v. 394, n. 10.696, 345-356, 2019.

CAVALCANTE, D. Benefícios da implementação de uma política de segurança e saúde do trabalho no âmbito das forças armadas. 2013. 79f. Monografia – Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2013.

CAVALCANTI, Murilo (Org.). **As lições de Bogotá e Medellín – Do caos à referência mundial**. Recife: INTG, 2013.

CECÍLIO, L. A questão do “duplo/tríplice estatuto” nos estudos sobre gestão e organizações de saúde no sistema único de saúde no Brasil. In: **Fórum Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2014. p. 113-120.

CHAGAS, M. Arquiteturas possíveis para políticas urbanas inovadoras: diálogos entre São Paulo e Medellín. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2016.

CHALEM, E. *et al.* Gravidez na adolescência: Perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 177-186, 2007.

CHAVIS, D.M.; WANDERSMAN A. Sense of Community in the Urban Environment: A Catalyst for Participation and Community Development. In: REVERNSON, T.A. *et al.* (Eds) **A Quarter Century of Community Psychology**. Boston: Springer, 2002.

CHETTY, R.; FRIEDMAN, J.; ROCKOFF, J. Measuring the impacts of teachers: evaluating bias in teacher value-added estimates. **American Economic Review**, v. 104, n. 9, p. 2593-2632, 2014.

CHEUNG, C.; POMERANTZ, E. Why does parents' involvement enhance children's achievement? The role of parent-oriented motivation. **Journal of Educational Psychology**, v. 104, n.3, p. 820-832, 2012.

COHEN, B. Urbanization in developing countries: Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. **Technology in Society**, v. 28, n. 1, p. 63-80, 2006.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana**. Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, 2006.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. **Pesquisa Origem Destino 2017**. São Paulo: METRO, 2019. Disponível em: http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/arquivos/Ebook_Pesquisa_OD_2017_final_240719_versao_4.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Inclusión de Habitantes en la Ciudadanía Plena**. Experiencias De Desarrollo Urbano e Inclusión Social en América Latina. Colombia: CAF, 2013.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Crecimiento urbano y acceso a oportunidades: un desafío para América Latina**. Colombia: CAF, 2017.

CORBURN, J.; COHEN, A. Why we need urban health equity indicators: integrating science, policy, and community. **PLoS Medicine**, v. 9, n. 8, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3419162/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

COSTA, M.; RAMOS, R.; SILVA, A. Índice de mobilidade urbana sustentável para cidades brasileiras. In: XXI CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes, 2007.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v.1989, n.1, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>. Acesso em: 19 ago.2020.

DAVIES, R. Representing Theories of Change: A Technical Challenge with Evaluation Consequences. **CEDIL Inception Paper 15**, London, 2018.

DALLABRIDA, V. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, p. 20, 2007.

DE FELÍCIO, F.; VASCONCELLOS, L. O efeito da educação infantil sobre o desempenho escolar medido em exames padronizados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2017. **Anais...** Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), 2007.

DE SOTO, H. **O Mistério do Capital**. Londres: Bantam Press, 2001.

DE SOTO, H. **The Other Path**. New York: Harper & Row Publishers, 1989.

ECHEVERRI, A. Medellín reescreve seus bairros. **Revista Prumo**, v. 2, n. 3, 2017.

ECHEVERRI, A.; ORSINI, F. Informalidad y Urbanismo Social en Medellín. In: HERMELIN, M.; ECHEVERRY, A.; GIRALDO, J. (Eds.) **Medellín: Medio Ambiente, Urbanismo y Sociedad**. Medellín: Universidad EAFIT, 2010. p. 130-52.

ECHEVERRÍA, R. *et al.* **Horizontes de sentido en la construcción social del hábitat; Proyecto de investigación aplicada: capacitación para la construcción social del hábitat en las comunas 1, Popular y Villa Hermosa**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia / CEHAP, 2011.

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO. Disponível em: <http://www.edu.gov.co/index.php>. Acesso em: 19 mai. 2020.

EMPRESA DE DESAROLLO URBANO. **Informe de gestión 2017**. Medellín: Empresa de Desarrollo Urbano, 2017. Disponível em: https://issuu.com/edu-medellin/docs/informe_de_gesti_n_2017. Acesso em: 19 mai. 2020.

EMPRESA DE DESAROLLO URBANO. **Informe de gestión - 2016-2019**. Medellín: Empresa de Desarrollo Urbano, 2019. Disponível em: <https://www.slideshare.net/EDUMedellin/informe-de-gestin-edu-2016-2019>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ÉRNICA, M.; BATISTA, G. **Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole: um caso na periferia de São Paulo**. São Paulo: CENPEC, 2011.

FAMILY VIOLENCE PREVENTION FUND. **The facts on adolescent pregnancy, reproductive risk, and exposure to dating and family violence**. Washington, DC: Future Without Violence, 2010.

FAN, X.; CHEN, M. Parental involvement and students' academic achievement: a meta-analysis. **Educational Psychology Review**, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2001.

FELBAB-BROWN, V. **Bringing the State to the Slum: Confronting Organized Crime and Urban Violence in Latin America. Lessons for Law Enforcement and Policymakers**. Washington, DC: Latin America Initiative at Brookings, 2011.

FERREIRA, M.P.; DINI N. P.; FERREIRA S. P. Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPV. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 5-17, 2006.

FEWTRELL, L. *et al.* Water, sanitation, and hygiene interventions to reduce diarrhea in less developed countries: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet Infectious Diseases**, v. 5, n. 1, p. 42-52, 2005.

FONTE, M. **Localização de um centro comunitário (Compaz) na cidade do Recife: uma aplicação do método FITradeoff**. 2018. 63 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FREI, F.; SILVA, N. **Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM: uma alternativa para mensuração do desenvolvimento humano nos municípios do Estado de São Paulo**. 2002. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Conexão São Miguel Paulista: Uma Década de Experiências da Fundação Tide Setubal no Enfrentamento de Desigualdades em Periferias Urbanas**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2016. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/2244/8848/7e2d345f06c6b09ca756d283d6dccb85>. Acesso em: 19 mai. 2020.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Plano de Bairro Território Lapenna: O bairro que temos e o bairro que queremos**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2019. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/downloads/publicacoes/2979/plano-de-bairro-jardim-lapenna>. Acesso em: 13 mar. 2020.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Territórios de direitos: Um guia para construir um plano de bairro com base na experiência do Jardim Lapenna**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2019. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/2986/8849/4c9a5f20e94251d43ffd2ecb8585641d>. Acesso em: 27 out. 2020.

GAYOSO, R. C.; ROSS, J. E SANCHES L. **Fragilidade ambiental e vulnerabilidade social para análise integrada do espaço geográfico: bacia hidrográfica no Jardim Ângela (São Paulo - SP)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-29042015-161323/> Acesso em: 13 jun. 2020.

GEOMEDELLÍN. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/geomedellin/index.hyg>. Acesso em: 19 mai. 2020.

GEOSAMPA. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 10 mar. 2016.

GHIDINI, R. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP**, janeiro, 2011.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 783-794, 2009.

GLAESER, E. L. **O Triunfo da Cidade**. 2ª ed. São Paulo. BEI, 2011.

GLAESER, E.; HENDERSON, V.; INMAN, R. The Future of Urban Research: Nonmarket Interactions [with Comments]. **Brookings - Wharton Papers on Urban Affairs**, v. 1, p. 101-149, 2000.

GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: MARQUES, E.; TORRES, H. **Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: SENAC, 2005. p. 169-194.

GOMIDE, A. Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 12, p. 242 - 251, 2006.

GOMIDE, A. *et al.* **Transporte público e pobreza urbana: um índice-síntese de serviço adequado.** Texto para Discussão 1209. Brasília: IPEA, 2006.

GOMIDE, A.; GALINDO, E. A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, p. 27-39, 2013.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 27 fev. 2020.

GROOTAERT, C. *et al.* **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS).** Washington: Banco Mundial, 2003.

GUIMARÃES, J.; JANNUZZI, P. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

HARRINGTON, J. H.; HARRINGTON, J. S. **High performance benchmarking: 20 steps to success.** New York: McGraw-Hill, 1996.

HOERNIG, H.; SEASONS, M. Monitoring of indicators in local and regional planning practice: concepts and issues. **Planning, Practice & Research**, v. 19, n. 1, p. 81-99, 2004.

HOUTENVILLE, A.; CONWAY, K. Parental effort, school resources, and student achievement. **Journal of Human Resources**, v. 43, n. 2, p. 437-453, 2008.

INFOCIDADE. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index.php/. Acesso em: 19 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo Demográfico 2010, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios.** Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5809>. Acesso em: 19 mai. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Vulnerabilidade Social.** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cidade e Movimento - Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano.** Brasília: IPEA, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018.** Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun-versao-coletiva.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. **Índice de Caminhabilidade Versão 2.0.** Rio de Janeiro: ITDP, 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares - Relatório Brasil,** São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/areas-irregulares/volume2/relatorio-completo-areas-irregulares.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

INSPEER METRICIS (2020). **Guia de Avaliação de Impacto Socioambiental para Utilização em Negócios e Investimentos de Impacto: Guia Geral com Foco em Verificação de Adicionalidade.** São Paulo: INSPEER Metricis, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Guia-Avaliacao-Impacto-Insper-Metricis-portugues.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK; AFRICAN DEVELOPMENT BANK; ASIAN DEVELOPMENT BANK; EUROPEAN BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. **Creating livable cities: regional perspectives.** Mandaluyong: Asian Development Bank, 2019.

IYER, S.; KITSON, M.; TOH, B. Social capital, economic growth and regional development. **Regional Studies**, v. 39, n. 8, p. 1015-1040, 2005.

JANNUZZI, P. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JEFFERY, C. **Crime prevention through environmental design.** California: Sage Publications, 1971.

JUNIOR, A. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5; n. 2, p. 6-22, 2011.

KHALIFA, M.; CONNELLY, S. Monitoring and guiding development in rural Egypt: local sustainable development indicators and local Human Development Indices. **Environment, development and sustainability**, v. 11, n. 6, p. 1175, 2009.

KUSEK, J.; RIST R. **Ten steps to a results-based monitoring and evaluation system: a handbook for development practitioners**. Washington, DC: World Bank, 2004. Disponível em: https://www.oecd.org/dac/peerreviews/World%20bank%202004%2010_Steps_to_a_Results_Based_ME_System.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

LEIDERMAN, S.; ALMO, C. **Interpersonal violence and adolescent pregnancy: prevalence and implications for practice and policy**. Washington, DC: Healthy Teen Network, 2001.

LEITE, C., *et al.* **Social Urbanism in Latin America**. Cham: Springer, 2020.

LIMA, A. **A estratégia de saúde da família e gravidez na adolescência**. 2011. 18f. Monografia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOVÁSZ, A. Childcare expansion and mothers' employment in post-socialist countries. **IZA World of Labor**, 2016.

MACKE, J.; SARATE, J. Desenvolvimento territorial e capital social: elementos, conexões e proposta de avaliação de territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, 2015.

MACRI, M.; CHAIN, D.; CABRERA, F. **Unidades territoriales de inclusión urbana: Indicadores y acciones para la integración de la Ciudad**. Buenos Aires: Ministerio de Desarrollo Urbano del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

MAGALHÃES-JÚNIOR, H. *et al.* Atenção básica enquanto ordenadora da rede e coordenadora do cuidado: ainda uma utopia? **Divulg. saúde debate**, p. 14-29, 2014.

MAHABIR, R. *et al.* The study of slums as social and physical constructs: challenges and emerging research opportunities. **Regional Studies**, v. 3, n. 1, p. 399-419, 2016

MALTA, F.; COSTA, E.; MAGRINI, A. Índice de vulnerabilidade socioambiental: uma proposta metodológica utilizando o caso do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3933-3944, 2017.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MARTÍNEZ, J. The use of GIS and indicators to monitor intra-urban inequalities. A case of study in Rosario, Argentina. **Habitat International**, v. 33, n. 4, p. 387-396, 2009.

MARTINS, M. L. São Paulo: além do plano diretor. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 167-186, 2003.

MARTINS, P. *et al.* Democracia e empoderamento no contexto da promoção da saúde: possibilidades e desafios apresentados ao programa de saúde da família. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 679-694, 2009.

MARX, B.; STOKER, T.; SURI, T. The Economics of Slums in the Developing World. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n. 4, p. 187-210, 2013.

MASCARO, L. A iluminação do espaço urbano. **Arqtexto**, v. 8, p. 20-27, 2006

MAVRIC, J.; BOBEK, V. **Measuring urban development and city performance**. London: IntechOpen, 2015.

MBERU, U. *et al.* Health and health-related indicators in slum, rural, and urban communities: a comparative analysis. **Global Health Action**, v. 9, n. 1, p. 331-363, 2016.

MEDData. Disponível em: <http://medata.gov.co/dataset/gran-encuesta-integrada-hogares> Acesso em: 11 de jun. 2020.

MEDData. Gran encuesta integrada hogares. Disponível em: <http://medata.gov.co/dataset/gran-encuesta-integrada-hogares>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

MEDELLÍN COMO VAMOS. Documento: Informe de Calidad de Vida de Medellín. **Relatório**. Medellín, 2018. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/node/2571>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MEDELLÍN COMO VAMOS. Infografía: Así es la ciudad que desea la gente. Encuesta de Percepción Ciudadana de Medellín. **Relatório**. Medellín, 2019. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/download/infografia-encuesta-de-percepcion-ciudadana-de-medellin-2019>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MEDELLÍN COMO VAMOS. Presentación: Encuesta de Percepción Ciudadana de Medellín. **Relatório**. Medellín, 2019. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/download/presentacion-encuesta-de-percepcion-ciudadana-de-medellin-2019>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MEDELLÍN COMO VAMOS. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/quienes-somos/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MEDELLÍN, Municipio de. Acuerdo Municipal N° 16, de 16 de Junio, por medio del cual se adopta el Plan de Desarrollo 2008-2011. “Medellín ES Solidaria y Competitiva”. *Gaceta Oficial XV*, v. 3261, 2008.

MELO, F.; UENO, M. Caracterização e modelagem de indicadores de qualidade ambiental urbana integrada e aplicação à Vila Habitacional União, bairro da Terra Firme, Belém, Pará. *Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science*, v. 8, p. 204-220, 2013.

MENDES, A.; MARQUES, R. O financiamento da atenção básica e da estratégia saúde da família no sistema único de saúde. *Saúde em Debate*, v. 38, n. 103, p. 900-916, 2014.

MENEZES-FILHO, N. Os determinantes do desempenho escolar do Brasil. In: DUARTE, P.G.; SILBER, S.D.; GUILHOTO, J.J.M. (Org). *O Brasil e a ciência econômica em debate: o Brasil do Século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MILLER, E. *et al.* Male partner pregnancy-promoting behaviors and adolescent partner violence: findings from a qualitative study with adolescent females. *Ambulatory Pediatrics*, v. 7, n. 5, p. 360-366, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política nacional de atenção básica*. Brasília: Ministério da Saúde. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Estratégia de Saúde da Família (2013/2020)*, 2013. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Nacional de Imunizações – Vacinação*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/agente-comunitario-de-saude/693-acoes-e-programas/40594-programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Agente Comunitário de Saúde*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/agente-comunitario-de-saude>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Secretaria Nacional de Saneamento. *24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos*. Brasília: SNIS, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos>. Acesso em: 19 mai. 2020

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO DAS CIDADES E ONU-HABITAT/ROLAC (2015). *Sustentabilidade urbana: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes*. Textos para as discussões da Rio+20. Volume I Mobilidade urbana. Brasília. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/meio-ambiente/projeto-movimenta-planejando-mobilidade-urbana/material_de_apoio/sustentabilidade_urbana_-_volume_1_-_mobilidade_urbana.pdf

MIZUKAMI, M. G.; REALI, A. MR; REYES, C.R.; MARTUCCI, E; LIMA, E. F.; TANCREDI, R. M. S. P.; MELLO, R. R. (2002). Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar.

MOREIRA, K. S; LIMA, C.; VIEIRA, M. P.; COSTA S. Avaliação da infraestrutura das unidades de saúde da família e equipamentos para ações na atenção básica. *Cogitare Enfermagem*. v. 22, n. 2, 2017.

MOURA, M.; PIZA, C.; POPLAWSKI-RIBEIRO, M. *The Distributive Effects of Land Title on Labor Supply: Evidence from Brazil*. Washington, DC: IMF, 2011.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *17 Objetivos para transformar nosso mundo*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

NUNES, T.; ROSA, S.; MORAES, R. *Sustentabilidade urbana: Impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/meio-ambiente/projeto-movimenta-planejando-mobilidade-urbana/material_de_apoio/sustentabilidade_urbana_-_volume_1_-_mobilidade_urbana.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

NGUYEN, P. *et al.* The nutrition and health risks faced by pregnant adolescents: insights from a cross-sectional study in Bangladesh. *PLOS One*, v. 12, n. 6, p. e0178878, 2017.

NOBRE, E.; BASSANI, J. *Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina*. São Paulo: FAU/USP, 2015.

NOBRE, Y. *8 motivos que colocam Medellín na vanguarda da prática urbanística*, de 16 outubro de 2015. Disponível em: <http://www.yurinobre.arq.br/#!08-motivos-que-colocam-Medellin-na-vanguarda-da-pratica-urbanistica/c9zq/562068520cf2c3576e60c169>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LA ALCALDÍA DE MEDELLÍN. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://2bfaf41e430bef3de1b0d606666513d>. Acesso em: 19 mai. 2020.

OBSERVASAMPA. Disponível em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>. Acesso em: 19 mai. 2020.

OLIVEIRA, R. *et al.* Hospitalization of children under five years of age due to avoidable causes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 1, p. 135-142, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Monitoring the building blocks of health systems: a handbook of indicators and their measurement strategies**. Genebra: OMS, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Good maternal nutrition: the best start in life**. Genebra: OMS, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Guideline: implementing effective actions for improving adolescent nutrition**. Genebra: OMS, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Maternal Mortality**, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/maternal-mortality>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OSTROM, E. Beyond markets and states: Polycentric governance of complex economic system. **American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 641-672, 2010.

OSTROM, E. Social capital: a fad or a fundamental concept. **Social capital: A multifaceted perspective**, v. 172, n. 173, p. 195-98, 2000.

PAZ, J.; WIERNA, C. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília: UNICEF Brasil, 2018.

PEISNER-FEINBERG, E. Child care and its impact on young children's development. In: TREMBLAY, R; BARR, R.; PETERS, R. (EDS) **Encyclopedia on early childhood development**. Montreal: Centre of Excellence for Early Childhood Development and Strategic Knowledge Cluster on Early Child Development, 2004.

PEREIRA, R.; BRAGA, C.; SERRA, B.; NADALIN, V. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras**. Texto para Discussão 2535. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9586/1/td_2535.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

POKHARIVAL, G. Models for understanding social problems in slums. **International Journal on World Peace**, v. 22, n. 2, p. 59-75, 2005.

PREFEITURA DE RECIFE. Centro Comunitário da Paz – COMPAZ [homepage]. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-o-compaz-fabrica-de-cidadania-do-recife>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE RECIFE. Portal de Dados abertos. Disponível em: <http://dados.recife.pe.gov.br/dataset>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE RECIFE. Pacto Pela Vida Recife - Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência. Recife, 2013.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Informes Urbanos: 21 – Cresce número de jovens mulheres chefes de família**. São Paulo: SMDU, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=253937. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Informes Urbanos: 27 – O ingresso no mercado de trabalho em São Paulo**. São Paulo: SMDU, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=253133. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Informes Urbanos: 31 – Áreas de risco no município de São Paulo**. São Paulo: SMDU, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=253133. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Informes Urbanos: 34 – O que está sendo lançado no Centro de São Paulo**. São Paulo: SMDU, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=264156. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Informes Urbanos: 44 – Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô**. São Paulo: SMDU, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor Estratégico: Centralidades Polares e Lineares**. São Paulo: SMDU-SP, 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento Urbano**: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Pirituba/ Jaraguá. São Paulo: SMDU-SP, 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento Urbano**: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Vila Maria/ Vila Guilherme. São Paulo: SMDU-SP, 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento Urbano**: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras São Miguel Paulista. São Paulo: SMDU-SP, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Segurança Cidadã com Rosto Humano**: Diagnóstico e Propostas para a América Latina. New York: PNUD, 2013. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/Resumen%20IDH%20portugues_completo_.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS. **The City Prosperity Initiative: 2015 Global City Report**. Nairobi: ONU-Habitat, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Guidelines for Impact Evaluation of Land Tenure and Governance Interventions**. Nairobi: ONU-Habitat, 2019.

PRUSS, A. *et al.* Estimating the burden of disease from water, sanitation, and hygiene at a global level. **Environmental Health Perspectives**, v. 110, n. 5, p. 537-542, 2002.

PUTNAM, Robert. Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **Political science & politics**, v. 28, n. 4, p. 664-683, 1995.

RAPHAEL, J. Teens having babies: the unexplored role of domestic violence. **The Prevention Researcher**, v. 12, n. 1, p. 15-17, 2005.

RAZZOLINI, M. T.; Günther, W. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 21-32, 2008.

REALI, A.; TANCREDI, R. A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. **Paidéia**, v. 15, n. 31, p. 239-247, 2005.

REGO, R.; MENEZES, T.; RATTON, J. Política Pública e Redução da Criminalidade Urbana: Uma análise empírica do Compaz em bairros do Recife. In: VIII SEMINÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPE, 2019, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

REZENDE, L.; JANNUZZI, P. Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 59, n. 2, p. 121-150, 2008.

ROBERTS, T.; AUINGER, P.; KLEIN, J. Intimate partner violence and the reproductive health of sexually active girls. **Journal of Adolescent Health**, v.36, n. 5, p. 380-385, 2005.

ROCHA, R.; MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, A.; KOMATSU, B. A relação entre o ensino superior público e privado e a renda e emprego nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 47, n. 3, p. 39-70. 2017.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, n. 89, p. 89-109, 2011.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Cidade e políticas urbanas no Brasil: velhas questões e novos desafios. In: RATTNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma cidade sustentável**. São Paulo: EDUSP, 2000.

RUTH M.; IBARRARAN, M. Introduction: distributional effects of climate change—social and economic implications. In: RUTH, M. **Distributional Impacts of Climate Change and Disasters**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.

SALLES, M.; ALVIM, T. **Urbanismo e Segurança Pública**. São Paulo: BEI 2019.

SANTIAGO, Leila; DIAS, Sandra. Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 203-212, 2012.

SANTOS, D. *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 708-733, 2017.

SATTERTHWAITE, D. *et al.* **Adapting to climate change in urban areas: the possibilities and constraints in low- and middle-income nations**. London: IIED, 2007.

SEBRAE. **Pesquisa de perfil do empreendedor individual**. Brasília: SEBRAE, 2011.

SILVA, A.; SEPÚLVEDA, A. Direitos humanos: diálogo entre policiais e comunidade no contexto de pacificação no rio de janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 170-182, 2014.

SILVA, E. **Inclusión de habitantes en la ciudadanía plena. Experiencias de desarrollo urbano e inclusión en América Latina**. Caracas: CAF, 2013. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/326>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SILVA, R.; FERREIRA, J. A criação da patrulha maria da penha contribui para diminuição dos casos de violência contra mulher em Goiânia no ano de 2017 ou apenas auxilia no acompanhamento de vítimas já agredidas? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, p. 102-113, 2018.

SMITH, K.M. **The relationship between residential satisfaction, sense of community, sense of belonging and sense of place in a Western Australian urban planned community**. 2011. Doctorate Thesis - Edith Cowan University - Joondalup, 2011. Disponível em: <https://ro.ecu.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1460&context=theses>.

SPERANDIO, A. M.; FRANCISCO, L. L.; MATTOS, T. P. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1931-1938, 2016.

STEFANE, C.A.; MIZUKAMI, M. G. A formação inicial vista a partir do exercício profissional da docência: contribuições de professores de educação física. **Formação de professores, práticas pedagógicas e escola**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

TAMAKI, Edson *et al.* Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 839-849, 2012.

TAYLOR, P. *et al.* **A review of the social impacts of culture and sport**. 2015. London: CASE, 2015.

TODD, P.; WOLPHIN, K. The production of cognitive achievement in children: home, school, and racial test score gaps. **Journal of Human Capital**, v. 1, n. 1, p. 91-136, 2007.

TORRES, H. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

TORRES, H; FERREIRA, M.; GOMES, S. Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. **Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: SENAC, 2005. p 123-142.

UNFPA - United Nations sexual and reproductive health agency. Adolescent pregnancy. Disponível em: <https://www.unfpa.org/adolescent-pregnancy>. Acesso em: 24 jul. 2020.

UNICEF BRASIL. **Plataforma dos Centros Urbanos 2017-2020**. Brasília: UNICEF BRASIL, 2018.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Eight months pregnant and infected with Ebola in conflict-affected DRCA—A mother's story**. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/eight-months-pregnant-and-infected-ebola-conflict-affected-drc>. Acesso em: 18 jul. 2020.

URÁN ARENAS, O. Participación ciudadana y espacio popular urbano en Medellín: entre ciudadanía insurgente y programas de planeación participativa y urbanismo social - Comuna 1 y Comuna 13. Una reflexión comparativa. **E-Metropolis**, v. 8, p. 31-43, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.udea.edu.co/handle/10495/4739>. Acesso em: 19 mai. 2020.

URZÚA, S.; VERAMENDI, G. The impact of out-of-home childcare centers on early childhood development. **Inter-American Development Bank Working Papers**, 2011.

VAN GESTEL, T.; FALUDI, A. Towards a European Territorial Cohesion Assessment network. **Town Planning Review**, v. 76, n. 1, 2005.

VASCONCELOS, E. A. Mobilidade Cotidiana, Segregação Urbana e Exclusão. In: BALBIM, R; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Orgs.). **Cidade e Movimento - Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano**. Brasília: IPEA, 2016.

VURI, D. Do childcare policies increase maternal employment? Subsidized childcare fosters maternal employment, but employment status, childcare quality, and availability matter. **IZA World of Labor**, 2016. Disponível em: <https://wol.iza.org/uploads/articles/241/pdfs/do-childcare-policies-increase-maternal-employment.pdf?v=1>.

WASSERMAN, S. *et al.* **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge University Press, 1994.

WESTFALL, M.; VILLA, V. **Urban indicators for managing cities**. Mandaluyong: Asian Development Bank, 2001.

WONG, C. Developing indicators to inform local economic development in England. **Urban Studies**, v. 39, n. 10, p. 1833-1863, 2002.

WONG, C. Determining factors for local economic development: the perception of practitioners in the North West and Eastern regions of the UK. **Regional Studies**, v. 32, n. 8, p. 707-720, 1998.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.



10.

Apêndices

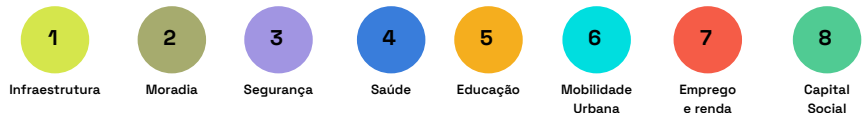
APÊNDICE A

ESTUDOS REVISADOS SOBRE PAINÉIS DE INDICADORES E SUA LIGAÇÃO COM OS MACRO TEMAS EM ÁREAS URBANAS



| AUTORES | RESULTADO DA ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | RECORTE | RESUMO |
|-------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----------|--|
| Asian Bank (2001) | Urban Indicators for Managing Cities | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | Município | Propõe um painel de 140 indicadores divididos em 13 temas que visa adaptar as grandes iniciativas de monitoramento e proposição de indicadores ao contexto asiático. |
| Frei e Silva (2002) | Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM: uma alternativa para mensuração do desenvolvimento humano nos municípios do Estado de São Paulo (2002) | 1 | | 3 | 4 | 5 | | | | Município | Cálculo do IDM com o objetivo de mensurar as condições de vida das populações urbanas dos municípios brasileiros. Composto de indicadores anuais de saúde, educação, segurança e saneamento. |
| Wong (2002) | Developing Indicators to Inform Local Economic Development in England | | 2 | | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | Município | Propõe uma análise fatorial de 29 indicadores relacionados à temas urbanos com o objetivo de compreender a forma como eles se relacionam. |
| Grootaert et al. (2003) | Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) | | | | | | | | 8 | Nacional | Propõe uma ferramenta que visa medir o capital social com foco para aplicações em países em desenvolvimento. |

| AUTORES | RESULTADO DA ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | RECORTE | RESUMO |
|---------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|--|
| Rezende e Jannuzzi (2008) | Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores | | | | | 5 | | | | Estados e/ou município | Propõe um painel de indicadores educacionais para o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. |
| Khalifa e Connelly (2009) | Monitoring and guiding development in rural Egypt: local sustainable development indicators and local Human Development Indices | 1 | | | 4 | 5 | | 7 | | Vilarejo | Acrescenta novos indicadores à metodologia do IDH e compara o novo índice ao IDH de vilarejos rurais no Egito. |
| Martínez (2009) | The use of GIS and indicators to monitor intra-urban inequalities. A case study in Rosario, Argentina | 1 | 2 | | 4 | 5 | | 7 | | Distritos | Descreve o processo de criação do painel de indicadores para o monitoramento distrital na cidade de Rosário e mostra a importância de indicadores que captem desigualdades intraterritoriais |
| Marques (2010) | Redes sociais, segregação e pobreza | | | | | | | | 8 | | Relaciona a diversidade das redes sociais de indivíduos moradores de regiões vulneráveis com vários resultados. |
| Alpözi, Manoli e Colesca (2011) | Assessment of the sustainable urban development level through the use of indicators of sustainability | | 2 | | 4 | 5 | 6 | 7 | | Município | Analisa a evolução de 4 cidades na Romênia entre os anos de 2006 a 2008 em termos de desenvolvimento sustentável através de 18 indicadores sintetizados em um índice que pode ser observado longitudinalmente. |



| AUTORES | RESULTADO DA ATIVIDADE | RECORTE | RESUMO |
|------------------------|---|------------------------|--|
| Braga (2006) | Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras | Município | Busca monitorar níveis de sustentabilidade urbana das cidades das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte através de indicadores socioeconômicos, ambientais e político institucionais. |
| Tamaki et al. (2012) | Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS | Estados e/ou município | Propõe um painel de 21 indicadores de monitoramento da gestão municipal e estadual do Sistema Único de Saúde (SUS). |
| Melo e Ueno (2013) | Caracterização e modelagem de indicadores de qualidade ambiental urbana integrada e aplicação à Vila Habitacional União, bairro da Terra Firme, Belém, Pará | Bairro | Seleciona indicadores de meio ambiente, habitualidade e qualidade da água com o objetivo de avaliar a qualidade ambiental urbana de um bairro da cidade de Belém/PA. |
| Santiago e Dias (2012) | Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos | Município | Apresenta uma matriz de 42 indicadores que auxiliam na gestão da resíduos sólidos urbanos. |
| UN-Habitat (2012) | Índice de Prosperidade das Cidades | Município | 25 indicadores que se agrupam em 6 fatores do desenvolvimento das cidades: Qualidade de vida, Infraestrutura, Produtividade, Equidade, Meio ambiente e Governança. |

| AUTORES | RESULTADO DA ATIVIDADE | RECORTE | RESUMO |
|--|---|-----------------------------------|--|
| Mavrič e Bobek (2015) | Measuring Urban Development and City Performance | Município | Estabelece um painel de 24 indicadores de várias dimensões com o objetivo de monitorar e comparar algumas cidades europeias de médio porte. |
| Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento | Índice de Caminhabilidade | Nível de rua, bairro ou município | Propõe uma metodologia que visa diagnosticar e qualificar as condições de deslocamento dos pedestres na escala do bairro, a fim de fomentar a necessidade de investimentos para a garantia de sua melhoria |
| Malta et al. (2017) | Índice de vulnerabilidade socioambiental: uma proposta metodológica utilizando o caso do Rio de Janeiro, Brasil | Setor censitário | Uma proposta metodológica e a construção do índice IVSA e sua aplicação para o município do Rio de Janeiro/RJ a partir de um painel de 15 indicadores relacionados a vários temas urbanos. |
| UN-Habitat (2019) | Guidelines for Impact Evaluation of Land Tenure and Governance Interventions | Município | Guia geral para condução de projetos de monitoramento e avaliação acerca da questão fundiária, com objetivo de fortalecer o desenho e a implementação de futuras intervenções e dar suporte para a geração de resultados relacionados. |

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE D

QUADRO DE RELAÇÕES LÓGICAS PARA A TEORIA DE MUDANÇA CONSOLIDADA

| DE | DESCRIÇÃO (DE) | PARA | DESCRIÇÃO (PARA) | JUSTIFICATIVA |
|-----|--|------|---|--|
| A01 | Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência | P01 | Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c) | A implementação de programas de capacitação e apoio a professores deve produzir um maior número de professores capacitados e apoiados para ensinar de acordo com suas necessidades e ao contexto específico. |
| A02 | Adotar melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência | P02 | Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência | Uma política de adoção de melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos nas escolas do território deve produzir um maior número de escolas que adotam tais melhores práticas. |
| A03 | Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc.) | P03 | Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares | A ampliação da oferta de serviços de educação infantil e de atividades complementares de apoio deve produzir um maior número de vagas para crianças e jovens gozarem desses serviços. |
| A04 | Implementar atividades para promover o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos | P04 | Número de atividades de promoção do engajamento de pais realizadas | A implementação de atividades que promovem o engajamento de pais na vida escolar dos filhos deve produzir um maior número de atividades dessa natureza. |
| A05 | Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF | P05 | Número de novas famílias cobertas pela ESF (ODS 3.8) | A ampliação da área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família deve produzir um maior número de famílias cobertas pelo programa. |

| | | | | |
|-----|--|-----|---|---|
| A34 | Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF | P06 | Número de protocolos e encaminhamentos aplicados adequadamente pelas equipes de SF | A articulação da ESF com os demais âmbitos da rede pública deve produzir um maior número de protocolos e encaminhamentos aplicados adequadamente pelas equipes de SF. |
| A33 | Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais | P31 | Número de equipes de Saúde da Família compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (com, no máximo, 750 pessoas atendidas e 12 ACS por equipe) originários das comunidades locais e profissionais de saúde bucal | A garantia da formação adequada das equipes de SF deve produzir equipes compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde locais e profissionais de saúde bucal. |
| A32 | Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS) | P32 | Número de UBSs que contam com a estrutura adequada de suprimentos e equipamentos | A garantia do provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde deve produzir um maior número de UBSs que contam com a estrutura adequada para atender à população. |
| A06 | Promover/apoiar ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento local, e ao estímulo à participação ampla e representativa da população local | P07 | Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7) | A promoção e o apoio a ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo local e ao estímulo à participação ampla e representativa da população local devem produzir um maior número de tais ações. |
| A35 | Promover/apoiar ações voltadas ao fortalecimento da cultura de acompanhamento e controle social | P30 | Número de ações voltadas ao fortalecimento da cultura de acompanhamento e controle social | A promoção de ações voltadas ao fortalecimento da cultura de acompanhamento e controle social deve produzir um maior número de ações desse tipo. |
| A07 | Promover/apoiar a capacitação de líderes comunitários | P08 | Número de líderes comunitários capacitados por meio dos programas oferecidos | A promoção e o apoio à capacitação de líderes comunitários devem produzir um maior número de líderes capacitados na comunidade local. |
| A08 | Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência | P09 | Número de novos mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação implementados no território, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 10.2, 10.3) | A implementação de mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território deve produzir um maior número de tais mecanismos presentes na comunidade. |

A08 Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

P34 Número de serviços básicos de burocracia pública oferecidos aos moradores do território

O apoio visando a facilitar o acesso dos moradores a serviços básicos deve produzir um maior número de serviços básicos oferecidos aos moradores do território.

A09 Criar/implementar programas para estimular o empreendedorismo e facilitar a formalização dos MEIs, incluindo por meio de incubadoras e associações-mãe

P10 Número de pessoas capacitadas e orientadas para empreender e formalizar suas atividades, incluindo aquelas que enfrentam dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 8.3, 10.2)

A criação e a implementação de programas focados em estimular o empreendedorismo e a formalização dos MEIs devem produzir um maior número de pessoas interessadas em empreender com pequenos negócios e informadas sobre o processo de formalização de suas atividades.

A10 Capacitar e orientar a população do bairro para o emprego e empreendedorismo, em especial para os jovens (com atividades presenciais), tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

P10 Número de pessoas capacitadas e orientadas para empreender e formalizar suas atividades, incluindo aquelas que enfrentam dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 8.3, 10.2)

A capacitação e a orientação da população para o emprego e empreendedorismo, em especial para jovens, devem produzir um maior número de jovens capacitados e orientados para empreender e formalizar suas atividades.

A11 Garantir acesso focalizado a programas de complementação à renda

P11 Número de famílias vulneráveis atendidas por programas de complementação à renda no território e incluídas em cadastros oficiais do governo (como o CadÚnico) (ODS 1.3, 10.4)

A garantia do acesso focalizado de programas de complementação à renda deve produzir um maior número de famílias vulneráveis cobertas por tais programas.

A12 Garantir iluminação pública adequada no território

P12 Número de novas ruas do território cobertas por unidades de iluminação pública

A garantia de iluminação pública adequada deve produzir um maior número de ruas que contam com unidades de iluminação pública.

A13 Garantir serviços de coleta e reciclagem de lixo, drenagem e manejo de resíduos sólidos, e de limpeza urbana, no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P13 Quantidade (em kg) de resíduos sólidos adequadamente coletados, drenados, manejados e tratados (ODS 11.6, 12.5)

A garantia de serviços de coleta e reciclagem de lixo no território e o estabelecimento de programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem devem produzir uma maior quantidade de resíduos recicláveis adequadamente coletados e tratados.

A13 Garantir serviços de coleta e reciclagem de lixo, drenagem e manejo de resíduos sólidos, e de limpeza urbana, no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P14 Quantidade (em kg) de lixo (reciclável e não-reciclável) que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas

A garantia de serviços de coleta e reciclagem de lixo no território e o estabelecimento de programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem devem produzir uma maior quantidade de lixo que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas.

A13 Garantir serviços de coleta e reciclagem de lixo, drenagem e manejo de resíduos sólidos, e de limpeza urbana, no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

P27 Número de novos programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

O estabelecimento de programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem deve produzir um maior número de programas desse tipo.

A31 Implementar intervenções de drenagem do território

P29 Número de intervenções de drenagem implementadas no território

A implementação de intervenções de drenagem no território deve produzir novas intervenções desse tipo no local.

A14 Garantir acesso à internet no território

P15 Número de novos domicílios do território conectados às redes de comunicação online (ODS 9.c)

A garantia do acesso à internet no território deve produzir um maior número de domicílios conectados às redes de comunicação online no local.

A15 Garantir acesso adequado a saneamento e energia elétrica aos lotes do território

P16 Número de novos lotes do território regulamentados e conectados à rede centralizada (formal) ou descentralizada de saneamento e eletricidade

A garantia de acesso adequado a saneamento e energia elétrica aos lotes do território deve produzir um maior número de lotes regulamentados e conectados à rede centralizada ou descentralizada de saneamento e eletricidade.

A16 Implementar programas de regularização fundiária

P17 Número de novos domicílios do território regularizados (ODS 1.4)

A implementação de programas de regularização fundiária deve produzir um maior número de domicílios regularizados no território.

A17 Viabilizar a provisão de habitações e condições de compra ou reforma, incluindo arranjos de suporte financeiro

P18 Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população

A viabilização da provisão de habitações e condições de compra e reforma, juntamente com a promoção da realização de reformas adequadas das moradias do território, deve produzir um maior número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e que não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população.

A18 Viabilizar a realização de reformas e adequações das moradias do território, incluindo a provisão de suporte financeiro e de apoio para baratear custos de materiais e serviços

P18 Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população

A viabilização da provisão de habitações e condições de compra e reforma, juntamente com a promoção da realização de reformas adequadas das moradias do território, deve produzir um maior número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e que não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população.

A19 Criar canais de comunicação e comitês abertos com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais

P19 Número de novos canais de comunicação e comitês abertos (com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais) funcionando no território (ODS 16.7)

A criação de canais de comunicação e de comitês abertos com a participação da população, de formuladores de políticas públicas e de forças policiais deve produzir um maior número de novos canais desses tipos funcionando no território.

A20 Divulgar canais de comunicação e atendimento com unidades de combate a crimes diversos, incluindo ouvidoria para denúncias de abusos e violência policial

P20 Número de moradores do território que conhecem os canais de atendimento com unidades de combate a crimes diversos, incluindo ouvidoria para denúncias de abusos e violência policial (ODS 16.2)

A divulgação de canais de comunicação e atendimento com unidades de combate a crimes diversos deve produzir um maior número de moradores do território que conhecem tais canais.

A21 Planejar e implementar ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem

P21 Número de ações policiais efetivas presentes no território, realizadas conforme protocolos de abordagem

O planejamento e a implementação de ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem devem produzir um maior número de ações policiais no território, realizadas conforme os protocolos de abordagem.

A36 Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.)

P21 Número de ações policiais efetivas presentes no território, realizadas conforme protocolos de abordagem

O planejamento e a implementação de ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, juntamente com o planejamento e implementação de ações de patrulhamento territorial inteligente, devem produzir um maior número de ações policiais efetivas no território.

A36 Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.)

P21 Número de ações policiais efetivas presentes no território, realizadas conforme protocolos de abordagem

A identificação de pessoas vulneráveis à violência deve contribuir para que as ações policiais sejam mais efetivas.

A22 Expandir a rede de transporte público, de modo a conectar diferentes pontos da cidade, incluindo conexões intrabairro e interbairros; garantindo, assim, condições de acessibilidade, em especial para grupos mais vulneráveis (e.g., pessoas com deficiência, idosos, etc.)

P22 Quantidade de novos quilômetros cobertos pela rede de transporte da região, com conexões intrabairro e interbairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade (11.2)

A expansão da rede de transporte público deve produzir uma maior quantidade de quilômetros cobertos pela rede de transporte da região, com conexões intrabairro e interbairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade.

A23 Expandir, adequar e tornar acessíveis calçadas e ciclovias

P23 Quantidade de novos quilômetros de calçadas e ciclovias adequadas para os pedestres e ciclistas, incluindo deficientes físicos (ODS 11.2)

A expansão, a adequação e o cuidado com a acessibilidade de calçadas e travessias devem produzir um maior número de quilômetros de calçadas e travessias que são adequadas para pedestres, incluindo aqueles que são deficientes físicos.

A24 Criar, ampliar e manter/conservar espaços de lazer, cultura, esporte e convivência no território, abertos à população e integrados às áreas de moradia locais, e empregando mão-de-obra local sempre que possível

P24 Número de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência presentes no território, que sejam abertos à comunidade e integrados às áreas de moradia locais, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local

A criação, a ampliação e a manutenção/conservação de espaços de convivência que sejam abertos à comunidade deve produzir um maior número de espaços desses tipos no território.

A29 Criar, implementar e divulgar programas de lazer, cultura, esporte e convivência no território, empregando mão-de-obra local sempre que possível

P35 Número de programas de lazer, cultura, esporte e convivência desenvolvidos e divulgados, no território; e que sejam abertos à comunidade, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local sempre que possível

A criação e a divulgação de programas de lazer, cultura, esporte e convivência que sejam abertos à comunidade deve produzir um maior número de programas e atividades desses tipos no território.

A25 Promover/apoiar ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro, incluindo a participação de burocratas de rua e profissionais do setor privado, visando à adequação entre as demandas locais e as condições de implementação das ações pensadas para o território

P25 Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

A promoção e o apoio a ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro devem produzir um maior número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território.

A26 Facilitar a abertura de novos negócios, de forma a criar um protocolo que garanta um prazo mais curto

P26 Número de novos negócios formalizados por pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis de renda ou com deficiência, em especial, dentro de um prazo curto, pré-estabelecido em protocolo do processo de abertura de CNPJ (8.3)

A burocracia, complexidade e demora do processo de abertura formal de CNPJ pode inibir a formalização de negócios por parte dos empreendedores. Desta forma, a facilitação do processo e a redução do prazo para abertura de empresas devem produzir um maior número de negócios formalizados no território.

A27 Ofertar serviços de educação voltada ao ingresso na universidade (cursinho pré-vestibular)

P28 Número de vagas de cursinho pré-vestibular ofertadas no território

A oferta de serviços de educação voltada ao ingresso na universidade deve produzir um maior número de vagas de cursinho pré-vestibular para jovens do Ensino Médio.

A30 Promover a equidade de gênero no acesso e participação em atividades educacionais curriculares e extracurriculares

P36 Número de atividades educacionais curriculares e extracurriculares em que há uma participação equitativa entre gêneros

A promoção da equidade de gênero no acesso e participação em atividades educacionais deve produzir um maior número de atividades educacionais em que há uma participação equitativa entre gêneros.

A28 Identificar pessoas que fazem parte de grupos de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas e trabalhar com a assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações

P33 Número de pessoas, que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas, identificadas e amparadas por trabalho da assistência social

A identificação de pessoas que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais e ilícitas e o trabalho junto à assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações devem produzir um maior número de pessoas do grupo de risco identificadas e amparadas.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A01 Implementar programas de capacitação dos professores e apoio a suas atividades, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

Muitos professores de áreas vulneráveis atribuem a algumas características dos alunos (como a origem familiar) a causa da não aprendizagem e do desinteresse dos alunos pela escola; e muitas vezes essas características são concebidas como impermeáveis à influência do processo de ensino, deixando os professores desmotivados (MIZUKAMI *et al.*, 2002). Investimentos em diagnósticos sobre as reais necessidades dos professores em diferentes contextos socioeconômicos e culturais possibilita a elaboração de ações e capacitações mais efetivas para motivá-los.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A05 Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF

A ESF é a principal política de governo no âmbito da atenção básica que busca promover a qualidade de vida da população através de ações de prevenção (vacinas, atendimentos odontológicos, consultas, exames de rotina, orientações e campanhas educacionais). O investimento público para a atenção básica é escasso e muito dependente do financiamento municipal, que muitas vezes não possuem recursos próprios suficientes para financiar a despesa não coberta pelo governo federal. Neste contexto, a busca por mais repasse do governo federal para a atenção básica e de outras fontes de financiamento possibilitariam o fortalecimento este nível de saúde (MENDES; MARQUES, 2014).

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A12 Garantir iluminação pública adequada no território

Capital e investimentos de empresas públicas e privadas são necessários para criação e manutenção da rede de iluminação pública.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A13 Garantir serviços de coleta e reciclagem de lixo, drenagem e manejo de resíduos sólidos, e de limpeza urbana, no território; e estabelecer programas de engajamento comunitário para ações de manejo de resíduos sólidos e reciclagem (envolvendo catadores, cooperativas de catadores, programas de incentivo - ex: pagamento por entrega de lixo - e programas de conscientização)

Capital e investimentos de empresas públicas e privadas são necessários para a criação de uma estrutura capaz de coletar e dar o devido destino ao lixo, regular e reciclável.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A31 Implementar intervenções de drenagem do território

Capital e investimentos de empresas públicas e privadas são necessários para a implementação de intervenções de drenagem do território.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A14 Garantir acesso à internet no território

Capital e investimentos de empresas públicas e privadas são necessários para criação e manutenção da rede de comunicações, incluindo internet.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A16 Implementar programas de regularização fundiária

Capital e investimentos de empresas públicas e privadas são necessários para implementação de programas de regularização fundiária.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A17 Viabilizar a provisão de habitações e condições de compra ou reforma, incluindo arranjos de suporte financeiro

Pessoas em situação de vulnerabilidade e com baixa renda não conseguem acessar o crédito imobiliário formal, tornando essenciais os programas de financiamento.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A18 Viabilizar a realização de reformas e adequações das moradias do território, incluindo a provisão de suporte financeiro e de apoio para baratear custos de materiais e serviços

Organizações e empresas especializadas em assessoria técnica podem auxiliar o processo mais adequado de reformas.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A23 Expandir, adequar e tornar acessíveis calçadas e ciclovias

Em São Paulo o proprietário é responsável pela conservação, manutenção e reforma da calçada em frente ao seu imóvel. Em territórios de alta vulnerabilidade, onde a população enfrenta várias carências e muitas vezes as ocupações são irregulares, são necessárias alternativas como parcerias entre poder público e privado para expansão e manutenção das calçadas.

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A32 Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS)

A ESF é a principal política de governo no âmbito da atenção básica que busca promover a qualidade de vida da população através de ações de prevenção (vacinas, atendimentos odontológicos, consultas, exames de rotina, orientações e campanhas educacionais). O investimento público para a atenção básica é escasso e muito dependente do financiamento municipal, que muitas vezes não possuem recursos próprios suficientes para financiar a despesa não coberta pelo governo federal. Neste contexto, a busca por mais repasse do governo federal para a atenção básica e de outras fontes de financiamento possibilitariam o fortalecimento este nível de saúde (MENDES; MARQUES, 2014).

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A33 Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais

A ESF é a principal política de governo no âmbito da atenção básica que busca promover a qualidade de vida da população através de ações de prevenção (vacinas, atendimentos odontológicos, consultas, exames de rotina, orientações e campanhas educacionais). O investimento público para a atenção básica é escasso e muito dependente do financiamento municipal, que muitas vezes não possuem recursos próprios suficientes para financiar a despesa não coberta pelo governo federal. Neste contexto, a busca por mais repasse do governo federal para a atenção básica e de outras fontes de financiamento possibilitariam o fortalecimento este nível de saúde (MENDES; MARQUES, 2014).

I01 Fundos públicos e privados para o apoio de escolas e atividades complementares, ESF, projetos de concessão, parcerias na criação/manutenção de instalações de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana.

A34 Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF

A ESF é a principal política de governo no âmbito da atenção básica que busca promover a qualidade de vida da população através de ações de prevenção (vacinas, atendimentos odontológicos, consultas, exames de rotina, orientações e campanhas educacionais). O investimento público para a atenção básica é escasso e muito dependente do financiamento municipal, que muitas vezes não possuem recursos próprios suficientes para financiar a despesa não coberta pelo governo federal. Neste contexto, a busca por mais repasse do governo federal para a atenção básica e de outras fontes de financiamento possibilitariam o fortalecimento este nível de saúde (MENDES; MARQUES, 2014).

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A03 Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc.)

Mais profissionais tornam a ampliação da oferta educacional possível, e parcerias com universidades podem trazer experiências positivas e de baixo custo (REALI; TANCREDI, 2005).

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A04 Implementar atividades para promover o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos

Professores e gestores de educação qualificados reconhecem a importância do envolvimento dos pais no ambiente escolar e são mais predispostos a engajar os pais. Assim, professores e gestores qualificados têm maior alcance aos pais dos alunos.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A05 Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF

É preciso que se tenha profissionais qualificados na área da saúde para que se identifique adequadamente a necessidade da ampliação da área de cobertura da ESF e se conduza assertivamente o processo para tal ampliação de cobertura.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A26 Facilitar a abertura de novos negócios, de forma a criar um protocolo que garanta um prazo mais curto

Profissionais qualificados na área de gestão de processos serão capazes de desenhar um protocolo de processo que garanta uma maior agilidade na abertura de novos negócios.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A27 Ofertar serviços de educação voltada ao ingresso na universidade (cursinho pré-vestibular)

Professores e gestores de educação qualificados conhecem a melhor forma de desenhar um cursinho preparatório para o ENEM e/ou vestibular.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A28 Identificar pessoas que fazem parte de grupos de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas e trabalhar com a assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações

Profissionais qualificados são necessários para definir os critérios de identificação dos moradores do território que fazem parte do grupo de risco de inserção na criminalidade e em atividades ilícitas.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A30 Promover a equidade de gênero no acesso e participação em atividades educativas curriculares e extracurriculares

Profissionais qualificados são necessários para promoção da equidade de gênero nas atividades educativas.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A32 Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS)

É preciso que se tenha profissionais qualificados na área da saúde para que se identifique a necessidade de suprimentos e equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS)

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A33 Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais

É preciso que se tenha profissionais qualificados na área da saúde para que se desenhe programas de capacitação e treinamento de profissionais de saúde e protocolos de processos que garantam a qualidade dos serviços. Além disso, para uma contratação assertiva de profissionais de saúde, também é necessário contar com profissionais que entendam bem as atribuições de cada função e as características das pessoas que podem desempenhar cada função com qualidade.

I02 Profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, assistência social e gestão de processos, capazes de desenvolver treinamentos de capacitação de outros profissionais, programas e protocolos nessas áreas

A34 Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF

É preciso que se tenha profissionais qualificados na área da saúde para que se desenhe programas de capacitação e treinamento de profissionais de saúde e protocolos de processos que garantam a qualidade dos serviços. Além disso, para uma contratação assertiva de profissionais de saúde, também é necessário contar com profissionais que entendam bem as atribuições de cada função e as características das pessoas que podem desempenhar cada função com qualidade.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A03 Ampliar a oferta de serviços de educação infantil (0-5 anos) e de atividades complementares de apoio (esportes, cultura, etc.)

Mais profissionais tornam a ampliação da oferta educacional possível, e parcerias com universidades podem trazer experiências positivas e de baixo custo (REALI; TANCREDI, 2005).

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A05 Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF

Hospitais privados e sem fins lucrativos podem atuar em colaboração com o setor público através da transferência de sua expertise em projetos de educação, pesquisa, avaliação de tecnologias, gestão e assistência especializada voltados ao fortalecimento e à qualificação do SUS (MAGALHÃES JÚNIOR, 2014 p. 29 e CECÍLIO *et al.*, 2014, p. 207 e 209)

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A06 Promover/apoiar ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento local, e ao estímulo à participação ampla e representativa da população local

Para a promover ações voltadas a organização comunitária são necessários recursos de organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, para a facilitação das atividades.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A07 Promover/apoiar a capacitação de líderes comunitários

Organizações públicas ou privadas que promovam ações voltadas à organização comunitária podem auxiliar na capacitação de lideranças ou na formação de novos líderes.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A08 Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

Organizações que atuam diretamente com capacitação e orientação para o emprego e empreendedorismo podem auxiliar na divulgação de oportunidades de trabalho.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A09 Criar/implementar programas para estimular o empreendedorismo e facilitar a formalização dos MEIS, incluindo por meio de incubadoras e associações-mãe

Organizações de suporte técnico podem formular programas que ajudem empreendedores (iniciantes ou não) a percorrerem os caminhos da burocracia e reduzirem os custos relacionados à formalização.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A10 Capacitar e orientar a população do bairro para o emprego e empreendedorismo, em especial para os jovens (com atividades presenciais), tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência

Organizações especializadas em ações de capacitação para o trabalho, tais como SEBRAE, SENAC, etc., atuam diretamente na colocação profissional de jovens.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A25 Promover/apoiar ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro, incluindo a participação de burocratas de rua e profissionais do setor privado, visando à adequação entre as demandas locais e as condições de implementação das ações pensadas para o território

Para a promover ações voltadas ao engajamento da comunidade nas atividades e discussões do bairro, são necessários recursos de organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, para a facilitação das atividades.

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A27 Ofertar serviços de educação voltada ao ingresso na universidade (curso pré-vestibular)

Parcerias com universidades podem trazer experiências positivas e de baixo custo (REALI; TANCREDI, 2005).

I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico

A32 Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Hospitais privados e sem fins lucrativos podem atuar em colaboração com o setor público através da transferência de sua expertise em projetos de educação, pesquisa, avaliação de tecnologias, gestão e assistência especializada voltados ao fortalecimento e à qualificação do SUS (MAGALHÃES JÚNIOR, 2014, p. 29 e CECÍLIO *et al.*, 2014, p. 207 e 209)

| | | | | | |
|--|---|---|--|---|--|
| I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico | A33 Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais | Hospitais privados e sem fins lucrativos podem atuar em colaboração com o setor público através da transferência de sua expertise em projetos de educação, pesquisa, avaliação de tecnologias, gestão e assistência especializada voltados ao fortalecimento e à qualificação do SUS (MAGALHÃES JÚNIOR, 2014, p. 29 e CECÍLIO <i>et al.</i> , 2014, p. 207 e 209) | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A10 Capacitar e orientar a população do bairro para o emprego e empreendedorismo, em especial para os jovens (com atividades presenciais), tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência | Atividades de capacitação podem ser mais eficientes se houver uma estrutura física de suporte. A concentração dessas atividades em um espaço físico pode gerar ganhos de produtividade, já que as pessoas irão interagir e trocar experiências umas com as outras (componente de capital social). |
| I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico | A34 Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF | Hospitais privados e sem fins lucrativos podem atuar em colaboração com o setor público através da transferência de sua expertise em projetos de educação, pesquisa, avaliação de tecnologias, gestão e assistência especializada voltados ao fortalecimento e à qualificação do SUS (MAGALHÃES JÚNIOR, 2014, p. 29 e CECÍLIO <i>et al.</i> , 2014, p. 207 e 209) | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A11 Garantir acesso a programas de complementação à renda | É necessário ter uma boa infraestrutura de tecnologia da informação para identificar as pessoas que não estão cobertas pelos programas sociais que deveriam estar e facilitar o acesso. |
| I03 Parcerias com universidades e parcerias entre organizações públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), incluindo hospitais e organizações de suporte técnico | A35 Promover/apoiar ações voltadas ao fortalecimento da cultura de acompanhamento e controle social | Para a promover ações voltadas ao fortalecimento da cultura e fluxos de controle social, são necessários recursos de organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, para a facilitação das atividades. | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A26 Facilitar a abertura de novos negócios, de forma a criar um protocolo que garante um prazo mais curto | Infraestrutura de tecnologia da informação torna possível a otimização do processo de abertura de negócios. |
| I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A02 Adotar melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência | Infraestrutura escolar de qualidade e equipamentos relacionados à tecnologia da informação ajudam na implantação de práticas gerenciais e administrativas nas escolas. | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A28 Identificar pessoas que fazem parte de grupos de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas e trabalhar com a assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações | Tecnologia da informação é necessária para o trabalho de bases de dados de diversos programas sociais, permitindo a identificação de pessoas do grupo de risco para inserção na criminalidade e em atividades ilícitas. Além de permitir a identificação dessas pessoas, a manipulação de bases de dados permite a identificação de quais pessoas deixam de estar cobertas pelos programas sociais do governo. |
| I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A05 Aumentar a área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com mais equipes de SF | É necessária uma infraestrutura mínima nas Unidades Básicas de saúde para que se possa desempenhar atividades de expansão da cobertura e melhora da qualidade da saúde básica. | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A32 Garantir o provimento adequado de suprimentos e equipamentos às Unidades Básicas de Saúde (UBS) | É necessária uma infraestrutura mínima nas Unidades Básicas de saúde para que se possa desempenhar atividades de expansão da cobertura e melhora da qualidade da saúde básica. |
| I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A08 Implementar mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação dentro e fora do território, além de apoio para facilitar acesso a serviços básicos de burocracia pública, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência | Para disseminar informações sobre oportunidades é necessário que haja uma estrutura física no bairro capaz de atender os moradores. | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A33 Garantir a formação adequada das equipes de Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS) originários das comunidades locais | É necessária uma infraestrutura mínima nas Unidades Básicas de saúde para que se possa desempenhar atividades de expansão da cobertura e melhora da qualidade da saúde básica. |
| I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A09 Criar/implementar programas para estimular o empreendedorismo e facilitar a formalização dos MEIs, incluindo por meio de incubadoras e associações-mãe | Infraestrutura física e de tecnologia da informação é necessária para implementação de programas para estimular o empreendedorismo e a formalização de MEIs. | I04 Infraestrutura de qualidade, incluindo tecnologia da informação e estrutura física, em: escolas, UBSs, organizações de segurança pública e outras organizações governamentais | A34 Articular a ESF com os demais âmbitos da rede pública, permitindo uma adequada aplicação de protocolos e os corretos encaminhamentos referentes a especialidades e outros níveis de cuidado não contemplados na ESF | É necessária uma infraestrutura mínima nas Unidades Básicas de saúde para que se possa desempenhar atividades de expansão da cobertura e melhora da qualidade da saúde básica. |

I05 Crédito para indivíduos e microempreendedores

A09 Criar/implementar programas para estimular o empreendedorismo e facilitar a formalização dos MEIs, incluindo por meio de incubadoras e associações-mãe

Muitos microempreendedores não condições de abrir expandir seus negócios em função da falara de crédito (BANCO MUNDIAL, 2005; YUNUS, 2000).

I06 Ambiente regulatório mais permissivo, que dê amparo jurídico para inovação no sistema de saneamento básico

A15 Garantir acesso adequado a saneamento e energia elétrica aos lotes do território

Ambiente regulatório mais permissivo pode incentivar inovações que favorecem o acesso às redes de saneamento existentes (centralizadas). Além disso, maior liberdade no uso de sistemas alternativos de saneamento básico estimula as empresas a pensar em formas adaptáveis de saneamento básico que sejam economicamente viáveis mesmo para territórios vulneráveis.

I07 Ação coordenada entre níveis diferentes do governo para expansão da rede de transportes

A22 Expandir a rede de transporte público, de modo a conectar diferentes pontos da cidade, incluindo conexões intrabairro e interbairros; garantindo, assim, condições de acessibilidade, em especial para grupos mais vulneráveis (e.g., pessoas com deficiência, idosos, etc.)

A rede de transporte público é notadamente restrita e escassa sobretudo nos bairros periféricos de grandes cidades e a política de transporte é de responsabilidade compartilhada entre os níveis de governo. Uma ação coordenada entre níveis de governo poderia ser pensada para garantir o acesso da população de baixa renda ao transporte público (GOMIDE, 2006).

I08 Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

A19 Criar canais de comunicação e comitês abertos com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais

A presença de lideranças locais engajadas no combate à criminalidade é condição necessária para que exista uma governança local focada nos temas de segurança pública.

I08 Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

A20 Divulgar canais de comunicação e atendimento com unidades de combate a crimes diversos, incluindo ouvidoria para denúncias de abusos e violência policial

Lideranças têm papel essencial ao promover a divulgação de canais de atendimento a vítimas de violência.

I08 Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

A21 Planejar e implementar ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem

A atuação de lideranças pode ser essencial para ajudar as forças policiais a conhecerem mais sobre as demandas do território e os lugares de maior incidência de atividades criminais.

I08 Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

A36 Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.)

A atuação de lideranças pode ser essencial para ajudar as forças policiais a conhecerem mais sobre as demandas do território e as pessoas mais vulneráveis à violência.

I09 Unidades policiais de patrulhamento e apoio

A19 Criar canais de comunicação e comitês abertos com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais

Unidades de apoio policial podem auxiliar na criação de canais de comunicação.

I09 Unidades policiais de patrulhamento e apoio

A21 Planejar e implementar ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem

É necessário que exista efetivo suficiente para controle e patrulhamento de todo o território de forma eficiente e efetiva.

I09 Unidades policiais de patrulhamento e apoio

A36 Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.)

É necessário que exista efetivo suficiente para controle e patrulhamento de todo o território de forma eficiente e efetiva.

I10 Sistema de monitoramento de ocorrências

A21 Planejar e implementar ações de patrulhamento territorial inteligente e com devidos protocolos de abordagem

Sistemas de monitoramento auxiliam as forças policiais na identificação de áreas de maior incidência de atividades criminosas, propiciando ações mais assertivas no combate ao crime no território.

I10 Sistema de monitoramento de ocorrências

A36 Planejar e implementar ações para identificar pessoas vulneráveis à violência, notadamente, indivíduos pertencentes às camadas mais suscetíveis da população (e.g., mulheres, crianças, idosos, etc.)

Sistemas de monitoramento auxiliam as forças policiais na identificação de áreas de maior incidência de atividades criminosas, propiciando ações mais assertivas no combate ao crime no território.

I11 Infraestrutura e recursos humanos para lazer, esporte, cultura e convivência, em áreas fechadas e espaços públicos, mantidos pelo poder público, pela iniciativa privada, ou por meio de parcerias entre ambos

A24 Criar, ampliar e manter/conservar espaços de lazer, cultura, esporte e convivência no território, abertos à população e integrados às áreas de moradia locais, e empregando mão-de-obra local sempre que possível

A existência de infraestrutura de lazer, esporte, cultura e convivência—including praças, ginásios desportivos, áreas de ginástica ao ar livre, oficinas e espaços culturais— torna mais fácil a criação e a manutenção de espaços destinados a essas áreas que sejam acessíveis à comunidade.

I11 Infraestrutura e recursos humanos para lazer, esporte, cultura e convivência, em áreas fechadas e espaços públicos, mantidos pelo poder público, pela iniciativa privada, ou por meio de parcerias entre ambos

A29 Criar, implementar e divulgar programas de lazer, cultura, esporte e convivência no território, empregando mão-de-obra local sempre que possível

A existência de recursos humanos e infraestrutura de lazer, esporte, cultura e convivência possibilita a criação e a manutenção de atividades ligadas a essas áreas que sejam acessíveis à comunidade.

I12 Profissionais capacitados na área de análise de dados

A28 Identificar pessoas que fazem parte de grupos de risco para ingresso em atividades criminais/ílicas e trabalhar com a assistência social para prevenir que essas pessoas cometam infrações

Além de profissionais qualificados que serão capazes de definir os critérios que caracterizam as pessoas que fazem parte do grupo de risco de inserção na criminalidade e em atividades ilícita, e além de uma infraestrutura de tecnologia de informação, para a identificação adequada dessas pessoas, é necessário contar com profissionais que saibam trabalhar com bases de dados.

P01 Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A inadequação do currículo e da metodologia de ensino adotados podem ser fatores que levam ao desengajamento do jovem nas atividades escolares. O jovem pode ser mais engajado quando apresentado a um currículo mais ou menos acadêmico, mais ou menos prático. Desta forma, o jovem pode ter mais ou menos interesse ao que a escola pode ofertar. Por outro lado, mesmo com um currículo interessante para a perspectiva do jovem, a metodologia de ensino pode causar desinteresse. Assim, professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, podem gerar um maior interesse do jovem pela escola, gerando maior engajamento escolar (BRAVA *et al.*, 2017).

P01 Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

Professores capacitados e que gozam do apoio que necessitam para atuar devem entregar um serviço de melhor qualidade, contribuindo então para o desenvolvimento das crianças com quem trabalham (BRAVA *et al.*, 2017). Uma melhor qualidade de serviços de educação infantil está relacionada a um melhor desenvolvimento cognitivo e social na primeira infância (PEISNER-FEINBERG, 2007).

P01 Número de professores capacitados e apoiados para ensinar, de acordo com suas necessidades e com o contexto específico, tendo em vista também competências que contribuam para redução de disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 4.c)

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

Se professores são capacitados a ensinar, de forma que desenvolvam competências para lidar com questões de gênero na sala de aula, então é provável que as desigualdades de gênero sejam reduzidas.

P02 Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Uma escola que garante melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte ao aluno é capaz de manter o jovem mais interessado no ambiente escolar. Uma escola que aplica melhores práticas de gestão, por exemplo, é capaz de identificar os problemas que causam o desengajamento escolar do jovem no território em que atua, além de identificar o jovem que pode estar em um ciclo vicioso de desinteresse pela escola, e de trabalhar para recuperar o engajamento desse jovem. Uma escola que aplica melhores práticas pedagógicas, oferece um currículo e metodologia de ensino mais adequados ao contexto em que o jovem está inserido. Por fim, uma escola de adota melhores práticas de suporte ao aluno é capaz de identificar problemas de engajamento e encaminhar o jovem para serviços de assistência social (BRAVA *et al.*, 2017).

P02 Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

Um centro de educação infantil que garante melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte é capaz de entregar um serviço de melhor qualidade, contribuindo então para o desenvolvimento das crianças que o frequentam (BRAVA *et al.*, 2017). Uma melhor qualidade de serviços de educação infantil está relacionada a um melhor desenvolvimento cognitivo e social na primeira infância (PEISNER-FEINBERG, 2007, 2007).

P02 Número de novas escolas que adotam melhores práticas de gestão, pedagógicas e de suporte aos alunos, tendo em vista também atividades que busquem reduzir disparidades de desempenho influenciadas por gênero, raça, renda ou deficiência

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

A adoção de melhores práticas de gestão e pedagógicas que levam em consideração questões de gênero deve favorecer a redução da desigualdade de desempenho entre gêneros.

P03 Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Atividades complementares, que não são necessariamente ligadas à educação, podem contribuir com o engajamento do jovem na escola e com o fortalecimento de suas habilidades socioemocionais e culturais. Se a escola oferecer aquilo que o jovem necessita e demanda, o jovem vai ser mais interessado em viver o ambiente escolar e não vai precisar buscar isso fora da escola. Como atividades complementares, a escola pode oferecer aulas de reforço escolar e preparação para o ENEM ou vestibular, educação técnica, atividades de esporte, cultura, lazer ou até inclusão digital (BRAVA *et al.*, 2017).

P03 Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

R04 Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar

Países com uma maior oferta de serviços de educação infantil apresentam taxas mais altas de participação de mães no mercado de trabalho (VURI, 2016). Existe evidência de que subsídios à educação infantil pode aumentar a participação de mães no mercado de trabalho (LOVASZ, 2016). O acesso a arranjos formais (como creches e pré-escolas) para o cuidado das crianças aumenta a participação das mulheres no emprego formal e eleva o número de horas trabalhadas das mães (BARROS, 2011).

P03 Número de novas vagas ofertadas de serviços de educação infantil e de atividades educativas complementares

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

Existe evidência de que a educação infantil deve impulsionar o desenvolvimento cognitivo de crianças a partir dos 2 anos de idade (VERAMENDI; URZUA, 2011). Uma melhor qualidade de serviços de educação infantil está relacionada a um melhor desenvolvimento cognitivo e social na primeira infância (PEISNER-FEINBERG, 2007).

P04 Número de atividades de promoção do engajamento de pais realizadas

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A evidência empírica mostra que é inquestionável a relação entre o ambiente familiar e o engajamento do jovem nas atividades escolares. "A escola pode atribuir tarefas que devem ser realizadas em casa e que podem ser facilitadas e encorajadas pelos pais, seja na medida em que estes auxiliam pessoalmente na sua realização, seja na medida em que estes oferecem condições para que os jovens as realizem, como conexão de internet, espaço adequado para estudar, silêncio, área com boa luminosidade e arejadas, livros, entre outros" (BRAVA *et al.*, 2017). Mais ainda, sabe-se que o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos traz resultados educacionais positivos, em especial, faz com que os filhos sejam mais engajados nas atividades escolares e tenham uma menor chance de abandono (BARNARD 2004; CHEUNG; POMERANTZ, 2012; FAN; CHEN, 2001; HOUTENVILLE; CONWAY, 2008; TODD; WOLPIN, 2007).

P05 Número de novas famílias cobertas pela ESF (ODS 3.8)

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

Como um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, atingir uma cobertura de saúde universal é chave para garantir o acesso à saúde pública de qualidade (CASTRO *et al.*, 2019; WHO, 2010).

P06 Número de protocolos e encaminhamentos aplicados adequadamente pelas equipes de SF

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

Seguir protocolos e listas de controle é uma forma de garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados (WHO, 2010). A garantia da formação de recursos humanos adequados é um dos aspectos necessários para os resultados desejáveis do ESF (GIOVANELLA *et al.*, 2009). A atuação adequada das equipes de SF deve, ainda, favorecer a estabilidade da família e fortalecer os laços familiares.

P07 Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

Ações voltadas à organização comunitária, ao associativismo e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis nas questões da comunidade podem trazer um engajamento pontual de pessoas interessadas em temas específicos do território.

P07 Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Uma comunidade engajada e organizada possui maiores condições de pressionar por melhorias no bairro. No campo individual, redes heterogêneas contribuem para um aumento das oportunidades (MARQUES, 2010).

P07 Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

A participação comunitária está associada com um sentimento de satisfação e pertencimento da população (SMITH, 2011).

P30 Número de ações voltadas ao fortalecimento da cultura de acompanhamento e controle social

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Quando a comunidade tem uma cultura de acompanhamento e controle social, com fluxos estabelecidos, ela tem um potencial a mais para reivindicar seus pleitos.

P08 Número de líderes comunitários capacitados por meio dos programas oferecidos

I08 Lideranças locais engajadas no combate à criminalidade e violência

Líderes comunitários capacitados devem ser capazes de identificar as questões da comunidade que merecem atenção, como criminalidade e violência, para que possam focalizar suas ações de engajamento.

P08 Número de líderes comunitários capacitados por meio dos programas oferecidos

P07 Número de ações voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e do senso de pertencimento ao território, e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis promovidas/apoiadas no território (ODS 10.2, 16.7)

A ampliação do associativismo e da organização favorece a realização de atividades e eventos.

P08 Número de líderes comunitários capacitados por meio dos programas oferecidos

P25 Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

Lideranças bem capacitadas são mais capazes de mobilizar a comunidade, incentivando-a a lutar pelos seus interesses.

P08 Número de líderes comunitários capacitados por meio dos programas oferecidos

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Líderes comunitários capacitados devem ser mais capazes de representar a comunidade e influenciar os tomadores de decisões relacionadas a políticas públicas.

P09 Número de novos mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6)

R13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6)

Diminuindo o isolamento e segregação dos moradores de bairros vulneráveis, eles passam a ter mais e melhores oportunidades de emprego (do que as oportunidades que têm atualmente), educação, lazer e acesso a serviços.

P10 Número de pessoas capacitadas e orientadas para empreender e formalizar suas atividades, incluindo aquelas que enfrentam dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 8.3, 10.2)

P26 Número de novos negócios formalizados por pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis de renda ou com deficiência, em especial, dentro de um prazo curto, pré-estabelecido em protocolo do processo de abertura de CNPJ (8.3)

Muitos trabalhadores que se encontram na informalidade têm potencial e capacidade para se formalizar por meio de uma MEI e, assim, acessarem os benefícios associados ao mercado formal de trabalho—novos mercados, possibilidade de emissão de nota fiscal e comprovação de renda, e benefícios da previdência social (SEBRAE, 2011).

| | | | | |
|------------|---|------------|---|--|
| P11 | Número de famílias vulneráveis atendidas por programas de complementação à renda no território e incluídas em cadastros oficiais do governo (como o CadÚnico) (ODS 1.3, 10.4) | R01 | Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas | Programas de complementação à renda, como o Bolsa Família, são (muitas vezes) condicionais a crianças e jovens frequentarem a escola. Além disso, os programas de complementação à renda evitam o desengajamento escolar por garantirem a não-privação de necessidades básicas (tais como alimentação, vestuário, etc.) na família do jovem. A privação dessas necessidades básicas se deve a condições de pobreza e vulnerabilidade (BRAVA <i>et al.</i> , 2017). |
| P11 | Número de famílias vulneráveis atendidas por programas de complementação à renda no território e incluídas em cadastros oficiais do governo (como o CadÚnico) (ODS 1.3, 10.4) | R16 | População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1) | Maior acesso a programas de complementação de renda reduz a proporção de pessoas sem renda ou com renda excessivamente baixa. |
| P12 | Número de novas ruas do território cobertas por unidades de iluminação pública | R18 | Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | A iluminação pública torna as ruas mais seguras, trafegáveis e atrativas à noite. |
| P13 | Quantidade (em kg) de resíduos sólidos adequadamente coletados, drenados, manejados e tratados (ODS 11.6, 12.5) | R18 | Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | O manejo adequado do lixo torna as ruas e espaços públicos mais limpos e atrativos. |
| P14 | Quantidade (em kg) de lixo (reciclável e não-reciclável) que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas | R17 | Território não sofre com enchentes (ODS 11.5) | Menor quantidade de lixo reduz eventuais entupimentos das (em geral, poucas) redes de escoamento de águas pluviais existentes. |
| P14 | Quantidade (em kg) de lixo (reciclável e não-reciclável) que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas | R18 | Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos | O manejo adequado do lixo torna as ruas e espaços públicos mais limpos e atrativos. |
| P29 | Número de intervenções de drenagem implementadas no território | R17 | Território não sofre com enchentes (ODS 11.5) | A implementação de obras de drenagem pode prevenir enchentes em áreas urbanas. |
| P15 | Número de novos domicílios do território conectados às redes de comunicação online (ODS 9.c) | P09 | Número de novos mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego e capacitação implementados no território, tendo em vista também ações que atenuem dificuldades geradas por gênero, raça, renda ou deficiência (ODS 10.2, 10.3) | Para que novos mecanismos de divulgação de informações, eventos e oportunidades de emprego sejam implementados no território, pode ser necessário garantir o acesso dos moradores do território às redes de comunicação online. |
| P15 | Número de novos domicílios do território conectados às redes de comunicação online (ODS 9.c) | R19 | População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c) | A conexão dos domicílios à internet garante o acesso a redes de comunicação online. |

| | | | | |
|------------|---|------------|--|--|
| P16 | Número de novos lotes do território regulamentados e conectados à rede centralizada (formal) ou descentralizada de saneamento e eletricidade | R19 | População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c) | A conexão dos lotes às redes de saneamento e energia implicam no acesso a saneamento básico e energia elétrica. |
| P17 | Número de novos domicílios do território regularizados (ODS 1.4) | R21 | Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem | A regularização torna os lotes mais interessantes aos olhos de potenciais compradores e, portanto, mais valorizados. |
| P18 | Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população | R10 | Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3) | Com o acesso ao saneamento básico adequado, doenças infectocontagiosas, que têm causas relacionadas a um saneamento básico precário, são evitadas. Estudos mostram que melhorias na qualidade da água, saneamento e práticas de higiene são capazes de reduzir a proliferação de doenças em áreas vulneráveis (FEWTRELL <i>et al.</i> , 2005; PRUSS <i>et al.</i> , 2002). |
| P18 | Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população | R20 | População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1) | Domicílios com infraestrutura básica adequada e que não trazem riscos para a saúde e bem-estar dos moradores (incluindo riscos ligados a eventos climáticos, problemas na construção e acidentes domésticos) contribuem para condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis. Em adição, as moradias adequadas podem, ainda, favorecer a estabilidade da família e fortalecer os laços familiares. |
| P18 | Número de domicílios que contam com infraestrutura básica adequada e não apresentam riscos para a saúde e bem-estar da população | R21 | Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem | As ligações com redes de saneamento e energia tornam os lotes mais interessantes aos olhos de potenciais compradores e, portanto, mais valorizados. |
| P19 | Número de novos canais de comunicação e comitês abertos (com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais) funcionando no território (ODS 16.7) | R06 | População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc. | O envolvimento da população no diálogo relacionado a políticas de segurança pública pode gerar maior engajamento no desenvolvimento local. |
| P19 | Número de novos canais de comunicação e comitês abertos (com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais) funcionando no território (ODS 16.7) | R23 | Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2) | Comitês locais aumentam a comunicação entre população e polícia. Mais pessoas utilizam canais de comunicação para reportar desvios. Assim, há um maior número de casos investigados e monitorados. A Patrulha Maria da Penha, por exemplo, elevou a segurança percebida pelas mulheres assistidas, o que incentivou outras mulheres a também denunciar abusos sofridos (SILVA; FERREIRA, 2018). |

P19 Número de novos canais de comunicação e comitês abertos (com a participação da população, formuladores de políticas públicas e forças policiais) funcionando no território (ODS 16.7)

R24 População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)

Comitês locais aumentam a comunicação entre população e polícia. Mais pessoas utilizam canais de comunicação para reportar desvios. A Patrulha Maria da Penha, por exemplo, elevou a segurança percebida pelas mulheres assistidas, o que incentivou outras mulheres a também denunciar abusos sofridos (SILVA; FERREIRA, 2018).

P20 Número de moradores do território que conhecem os canais de atendimento com unidades de combate a crimes diversos, incluindo ouvidoria para denúncias de abusos e violência policial (ODS 16.2)

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

Maior comunicação com a polícia torna a atuação policial mais efetiva, resultando em ações mais assertivas de combate a crimes. Parte considerável dos casos de violência policial decorre de desconhecimento de direitos e deveres ou falta de diálogo efetivo entre os dois lados (SILVA; SEPÚLVEDA, 2014).

P20 Número de moradores do território que conhecem os canais de atendimento com unidades de combate a crimes diversos, incluindo ouvidoria para denúncias de abusos e violência policial (ODS 16.2)

R25 Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b)

Maior comunicação com a polícia torna a atuação policial mais efetiva e respeitosa, resultando em menos casos de violência policial. Parte considerável dos casos de violência policial decorre de desconhecimento de direitos e deveres ou falta de diálogo efetivo entre os dois lados (SILVA; SEPÚLVEDA, 2014).

P21 Número de ações policiais efetivas presentes no território, realizadas conforme protocolos de abordagem

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

O planejamento de ações policiais efetivas e inteligente ajuda a polícia a descobrir quais são os pontos focais do território que demandam maior atenção.

P21 Número de ações policiais efetivas presentes no território, realizadas conforme protocolos de abordagem

R25 Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b)

Se protocolos de abordagem garantirem medidas de prevenção à violência policial e os policiais tiverem incentivos para seguirem os protocolos adequadamente, então os casos de violência policial devem ser reduzidos.

P22 Quantidade de novos quilômetros cobertos pela rede de transporte da região, com conexões intrabairro e interbairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade (11.2)

R28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

A expansão e conexões na rede de transporte aumenta a facilidade de locomoção pelo território da cidade, o que, por sua vez, amplia as oportunidades de acesso a trabalho, educação, lazer, serviços para a população (GOMIDE, 2006; COHEN, 2006).

P22 Quantidade de novos quilômetros cobertos pela rede de transporte da região, com conexões intrabairro e interbairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade (11.2)

R29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

A escassez de transporte e de conexões em bairros vulneráveis contribui para aumentar o tempo de deslocamento pela cidade, pois exigem percursos mais longo (GOMIDE, 2006).

P22 Quantidade de novos quilômetros cobertos pela rede de transporte da região, com conexões intrabairro e interbairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade (11.2)

R30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação

A escassez de transporte e de conexões em bairros vulneráveis contribuem para o excesso de passageiros, o que afeta tanto a segurança, como o bem-estar das pessoas (GOMIDE, 2006).

P23 Quantidade de novos quilômetros de calçadas e ciclovias adequadas para pedestres e ciclistas, incluindo deficientes físicos (ODS 11.2)

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

Há uma alta incidência de calçadas acidentadas ou inexistentes em territórios vulneráveis (ITDP, 2016).

P24 Número de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência presentes no território, que sejam abertos à comunidade e integrados às áreas de moradia locais, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Uma vez que os espaços de lazer, cultura, esporte e convivência empregam a mão-de-obra local, contribui-se para a inserção da população do território no mercado de trabalho formal.

P24 Número de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência presentes no território, que sejam abertos à comunidade e integrados às áreas de moradia locais, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

Um maior número de espaços de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade, contribui para o acesso dos moradores a tais espaços.

P35 Número de programas de lazer, cultura, esporte e convivência desenvolvidos e divulgados, no território; e que sejam abertos à comunidade, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local sempre que possível

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Uma vez que os espaços de lazer, cultura, esporte e convivência empregam a mão-de-obra local, contribui-se para a inserção da população do território no mercado de trabalho formal.

P35 Número de programas de lazer, cultura, esporte e convivência desenvolvidos e divulgados, no território; e que sejam abertos à comunidade, de modo a promover sua participação e empregar mão-de-obra local sempre que possível

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

Um maior número de atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertas à comunidade, contribui para o acesso dos moradores a tais atividades.

P36 Número de atividades educativas curriculares e extracurriculares em que há uma participação equitativa entre gêneros

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

Se as atividades educativas curriculares e extracurriculares garantem uma participação equitativa entre gêneros, é esperado que os resultados educacionais sejam mais parecidos para os diferentes gêneros.

P25 Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Uma comunidade engajada e organizada possui maiores condições de pressionar por melhorias no bairro. No campo individual, redes heterogêneas contribuem para um aumento das oportunidades (MARQUES, 2010).

P25 Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

A participação comunitária está associada com um sentimento de satisfação e pertencimento da população (SMITH, 2011).

P25 Número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território (ODS 10.2, 16.7)

R32 Moradores do território são engajados e participam de forma ativa na política

O engajamento dos moradores em organizações, comitês e atividades do território deve aumentar o desejo desses moradores de participarem da escolha de seus líderes políticos, de forma a garantir a representação da comunidade em que vivem.

P26 Número de novos negócios formalizados por pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis de renda ou com deficiência, em especial, dentro de um prazo curto, pré-estabelecido em protocolo do processo de abertura de CNPJ (8.3)

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

A formalização dos negócios dos empreendedores locais garante a inserção desses empreendedores no mercado de trabalho formal.

P28 Número de vagas de cursinho pré-vestibular ofertadas no território

R34 Jovens ingressam no Ensino Superior

Programas de cursinho pré-vestibular servem como política de apoio à continuidade dos estudos, em especial ao ingresso no Ensino Superior (BRAVA *et al.*, 2017).

P31 Número de equipes de Saúde da Família compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (com, no máximo 750 pessoas atendidas e 12 ACS por equipe) originários das comunidades locais e profissionais de saúde bucal

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Empregar pessoas da comunidade local como Agentes Comunitários de Saúde é uma forma de inseri-las no mercado de trabalho formal.

P31 Número de equipes de Saúde da Família compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (com, no máximo 750 pessoas atendidas e 12 ACS por equipe) originários das comunidades locais e profissionais de saúde bucal

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

Uma equipe de saúde composta por um "mix" adequado de profissionais é essencial para que se garanta a qualidade dos serviços de Saúde da Família prestados.

P32 Número de UBSs que contam com a estrutura adequada de suprimentos e equipamentos

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

Para que haja uma entrega de serviços de saúde básica de qualidade, é necessário que as unidades de saúde contem com uma estrutura mínima de equipamentos e medicamentos (WHO, 2010). Estudos apontam que a infraestrutura das unidades de saúde da família e os equipamentos para ações na Atenção Básica são insuficientes e insatisfatórios (MOREIRA *et al.*, 2017).

P33 Número de pessoas, que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas, identificadas e amparadas por trabalho da assistência social

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

Ações da assistência social focadas em pessoas que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas podem garantir que as políticas públicas disponíveis cheguem a essas pessoas quando elas precisam, de forma a prevenir crimes e outras atividades ilícitas cometidos para suprir alguma necessidade social.

P33 Número de pessoas, que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas, identificadas e amparadas por trabalho da assistência social

R24 População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)

Ações da assistência social focadas em pessoas que fazem parte do grupo de risco para ingresso em atividades criminais/ilícitas podem garantir que as políticas públicas disponíveis cheguem a essas pessoas quando elas precisam, de forma a prevenir crimes e outras atividades ilícitas cometidos para suprir alguma necessidade social.

P34 Número de serviços básicos de burocracia pública oferecidos aos moradores do território

R36 Moradores do território têm acesso a serviços básicos com menores custos de transação

A facilidade de acesso a serviços básicos reduz os custos de transação incorridos pelos moradores do território, notadamente os mais pobres (DE SOTO, 1989).

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

R02 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série

Engajamento escolar e habilidades socioemocionais fortalecidas impulsionam o aprendizado do jovem, garantindo melhores resultados de desempenho (BRAVA *et al.*, 2017).

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

O engajamento escolar e a resiliência emocional do jovem contribuem para que ele não abandone e nem evada a escola. O desinteresse não-identificado do jovem "pode se acumular, levando a um círculo vicioso de desengajamento, desmotivação e desinteresse, que pode culminar com o abandono e, conseqüentemente, a evasão". Quando o jovem começa a faltar nas aulas e mostrar falta de interesse, a escola deve ser capaz de identificar e agir. O engajamento escolar, por sua vez, gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento do jovem, contribuindo diretamente para o não-abandono e não-evasão e também indiretamente, trazendo ao jovem superações pessoais que o mantêm motivado e interessado (BRAVA *et al.*, 2017).

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

Existem evidências dispersas de que, em países em desenvolvimento, quando mulheres jovens estão matriculadas na escola e quando o casamento precoce não é a norma, elas têm uma probabilidade menor de serem sexualmente ativas e terem filhos cedo, e uma probabilidade maior de usarem contraceptivos, em comparação com mulheres que não estão matriculadas na escola. No entanto, os mecanismos por trás dessas associações ainda precisam ser descobertos por meio de futuras pesquisas (LLOYD, 2005).

R02 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

O déficit de aprendizado do jovem na escola é um fator determinante para sua falta de engajamento nas atividades escolares. A ideia é que os déficits de aprendizado se acumulam ao longo da trajetória do jovem na escola, impedindo-o de acompanhar o que é ensinado em sala de aula e, assim, levando ao desengajamento. Por outro lado, quando o jovem acompanha as aulas e tem um bom desempenho na escola, ele se sente mais confiante e capaz, com habilidades socioemocionais fortalecidas (BRAVA *et al.*, 2017).

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

ODS04 População local tem educação de qualidade assegurada

O não-abandono e a não-evasão dos jovens de escolas que garantem uma educação de qualidade contribuem com o ODS 4.1 (relacionado à garantia de que todos os meninos e meninas completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes) que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 4.

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

ODS08 População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

A garantia de que o jovem está na escola contribui para o ODS 8.6 (relacionado à redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 8.

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

O engajamento dos jovens nas atividades escolares, que leva a uma menor chance de abandono e evasão escolar, contribui para sua inserção produtiva. "Existe sólida evidência que, direta ou indiretamente, via seu impacto sobre a escolaridade e a proficiência, o engajamento dos jovens na escola leva a uma maior facilidade de inserção em atividades econômicas, invariavelmente com maior remuneração, o que resulta de uma menor chance de pobreza. O jovem se torna mais aberto e consegue ver com mais clareza quais as alternativas disponíveis para ele" (BRAVA *et al.*, 2017).

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

O engajamento dos jovens nas atividades escolares, que leva a uma menor chance de abandono e evasão escolar, contribui para seu não-envolvimento em atividades de risco, tais como o uso de drogas e o envolvimento em atividades ilegais ou violentas (BRAVA *et al.*, 2017).

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

R24 População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)

O engajamento dos jovens nas atividades escolares, que leva a uma menor chance de abandono e evasão escolar, contribui para seu não-envolvimento em atividades de risco, tais como o uso de drogas e o envolvimento em atividades ilegais ou violentas (BRAVA *et al.*, 2017).

R03 Jovens não abandonam e nem evadem a escola (ODS 4.1, 8.6)

R34 Jovens ingressam no Ensino Superior

No Brasil, a conclusão do Ensino Médio é requisito para ingresso no Ensino Superior (BRASIL, 1996). O jovem que continua na escola, de forma a concluir o Ensino Médio, cumpre com os requisitos necessários para ingressar no Ensino Superior.

R04 Mães de crianças de 0-5 anos têm disponibilidade para trabalhar

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Países com uma maior oferta de serviços de educação infantil apresentam taxas mais altas de participação de mães no mercado de trabalho (VURI, 2016). Existe evidência de que subsídios à educação infantil pode aumentar a participação de mães no mercado de trabalho (LOVASZ, 2016). O acesso a arranjos formais (como creches e pré-escolas) para o cuidado das crianças aumenta a participação das mulheres no emprego formal e eleva o número de horas trabalhadas das mães (BARROS, 2011).

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

ODS04 População local tem educação de qualidade assegurada

O desenvolvimento adequado das crianças na primeira infância contribui com o ODS 4.2 (relacionado à garantia de que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário) que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 4.

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

R02 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série

Espera-se que o acesso à educação infantil contribua para que as crianças se desenvolvam adequadamente na primeira infância. Existe evidência de que a educação infantil tem um efeito positivo sobre o desempenho escolar (medida por notas em matemática) de um jovem mais tarde na sua vida (FELÍCIO; VASCONCELLOS, s.d.). Desta forma, podemos inferir que um adequado desenvolvimento na primeira infância contribui para que o jovem, mais para frente na sua vida, tenha um aprendizado adequado para sua idade/série.

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

ODS04 População local tem educação de qualidade assegurada

Resultados educacionais mais equiparados entre os gêneros contribui com o ODS 4.5 (relacionado à eliminação de "disparidades de gênero na educação") que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 4.

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

ODS05 O território tem condições de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Resultados educacionais mais equiparados entre os gêneros contribui com o ODS 5.c (relacionado à adoção e ao fortalecimento de "políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis") que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 5.

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

ODS10 A cidade apresenta desigualdade reduzida

Resultados educacionais mais equiparados entre os gêneros contribui com o ODS 10.2 (relacionado a "empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra") que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 10.

R37 Resultados educacionais não apresentam diferenças significantes entre diferentes gêneros (ODS 4.5, 5.c, 10.2)

R02 Jovens apresentam nível de aprendizado adequado para idade/série

O aprendizado e desenvolvimento tanto de meninos quanto de meninas contribuem para um nível médio de aprendizado adequado para idade/série.

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

O Programa de Saúde da Família tem como objetivo valorizar ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, para além das ações curativas, num contexto de democracia em saúde. Desta forma, espera-se que as pessoas que têm contato com as equipes de saúde da família adotem hábitos mais saudáveis nas dimensões de prevenção abordadas por essas equipes (MARTINS *et al.*, 2009).

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Uma comunidade engajada e organizada possui maiores condições de pressionar por melhorias no bairro. No campo individual, redes heterogêneas contribuem para um aumento das oportunidades (MARQUES, 2010).

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

R13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6)

Diminuindo o isolamento e segregação dos moradores de bairros vulneráveis passam a ter mais e melhores oportunidades de emprego, educação, lazer e acesso a serviços.

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

O engajamento da população no desenvolvimento do território contribui para a segurança pública.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

ODS02 População do território tem segurança alimentar e nutricional

A adoção de hábitos alimentares mais saudáveis por parte da população contribui com o ODS 2.2 (relacionado a acabar com todas as formas de desnutrição) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 2.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

ODS03 População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

A adoção de hábitos mais saudáveis relacionados ao planejamento familiar e à saúde reprodutiva contribui com o ODS 3.7 (relacionado a assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva) e a adoção de hábitos mais saudáveis relacionados ao uso de álcool e drogas contribui com o ODS 3.5 (relacionado a reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool); estes dois ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 3.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

P13 Quantidade (em kg) de resíduos sólidos adequadamente coletados, drenados, manejados e tratados (ODS 11.6, 12.5)

Hábitos mais saudáveis de higiene e limpeza devem incluir um tratamento adequado do lixo por parte dos moradores da comunidade.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

P14 Quantidade (em kg) de lixo (reciclável e não-reciclável) que deixa de ser despejado indevidamente nas ruas

Hábitos mais saudáveis de higiene e limpeza devem incluir um tratamento adequado do lixo por parte dos moradores da comunidade.

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

A adoção de hábitos mais saudáveis por parte das mulheres do território, em especial hábitos alimentares mais saudáveis que garantem às mulheres melhor nutrição, podem garantir melhor saúde para os bebês e crianças da região. Existe evidência de que más condições nutricionais da mãe durante o período de desenvolvimento do feto e os primeiros meses de vida do bebê podem provocar efeitos negativos de curto e longo prazo para a vida da criança. Efeitos de curto prazo podem comprometer o desenvolvimento da criança na primeira infância (WHO, 2016).

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

A adoção das práticas de saúde reprodutiva e planejamento familiar recomendadas pelas equipes de Saúde da Família à comunidade atendida resulta em redução da incidência de gravidez na adolescência (LIMA, 2011).

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

A adoção das práticas de saúde materno-infantil recomendadas pelas equipes de Saúde da Família à comunidade atendida deve resultar na melhora da saúde materno-infantil do território (BHALOTRA; ROCHA; SOARES, 2019).

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

Uma forma de atuação das equipes de Saúde da Família para a prevenção de doenças é a promoção de ações relacionadas à água, saneamento e higiene. Estudos mostram que melhorias na qualidade da água, saneamento e práticas de higiene são capazes de reduzir a proliferação de doenças em áreas vulneráveis (FEWTRELL *et al.*, 2005; PRUSS *et al.*, 2002).

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Um dos fatores determinantes da falta de engajamento do jovem na escola é a gravidez e a maternidade na adolescência (BRAVA *et al.*, 2017).

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

Estudos mostram uma associação entre gravidez na adolescência e piores indicadores de saúde da mulher na gestação (por exemplo, indicadores de nutrição). Sabe-se que uma pobre nutrição da mãe resulta em piores indicadores de saúde para o bebê (WHO, 2018). No geral, a gravidez na adolescência traz riscos substanciais para os resultados de saúde materna e infantil, mesmo quando a gestante adolescente tem acesso a serviços de cuidado pré-natal (NGUYEN *et al.*, 2017).

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

ODS03 População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

Uma boa saúde materna contribui para o ODS 3.1 (relacionado à taxa de mortalidade materna) e uma boa saúde infantil contribui para o ODS 3.2 (relacionado à taxa de mortalidade infantil); estes ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 3.

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

R05 Crianças se desenvolvem adequadamente na primeira infância (ODS 4.2)

Existe evidência de que más condições de saúde (ex.: más condições nutricionais) da mãe durante o período de desenvolvimento do feto e os primeiros meses de vida do bebê podem provocar efeitos negativos de curto e longo prazo para a vida da criança. Efeitos de curto prazo podem comprometer o desenvolvimento da criança na primeira infância (WHO, 2016).

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

R11 Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9)

Muitas mulheres ainda morrem por causas evitáveis relacionadas à gestação e ao parto. Sabe-se que cuidados de saúde de qualidade, tanto durante a gestação quanto no momento do parto, podem salvar vidas de mulheres e recém-nascidos (WHO, 2019).

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

ODS03 População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

O evitamento de doenças respiratórias e infectocontagiosas contribui para o ODS 3.3 (relacionado ao combate de doenças transmissíveis) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 3.

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A presença de determinadas doenças evitáveis não permite que o jovem frequente a escola com regularidade, gerando desengajamento (BRAVA *et al.*, 2017).

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

Uma menor incidência de doenças respiratórias e infectocontagiosas na comunidade contribui para a saúde da gestante e da criança, já que estas ficam menos expostas e têm uma menor chance de infecção.

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

R11 Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9)

Estudo mostra que houve uma redução nas internações hospitalares de crianças de 0-5 anos de idade relacionadas a doenças respiratórias e contagiosas em três cidades brasileiras do estado do Paraná: Maringá, Sarandi e Paçandu. Os autores afirmam que essas doenças são evitadas por meio de medidas de saúde básica (OLIVEIRA; COSTA; MATHIAS, 2012). Além disso, pode-se considerar o evitamento de doenças evitadas por meio da vacinação como uma contribuição para a redução de internações e óbitos por causas evitáveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE – ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, 2013/2020).

R11 Território apresenta baixo índice de interação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9)

ODS03 População local tem uma vida saudável assegurada e bem-estar promovido para todos e todas

O evitamento de mortes por causas evitáveis contribui para o ODS 3.4 (relacionado à prevenção de mortalidade prematura por doenças não transmissíveis) e o ODS 3.9 (relacionado à prevenção de mortes ocasionadas por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e da água); estes ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 3.

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

ODS10 A cidade apresenta desigualdade reduzida

Para que pleitos de moradores sejam considerados em políticas públicas e ações privadas, dois produtos e dois resultados que contribuem para o ODS 10.2 são mapeados como necessários: (Resultado) moradores do território são engajados na política, (Produto) número de ações promovidas e apoiadas, que são voltadas à organização comunitária, ao fortalecimento do associativismo e ao estímulo à participação de grupos vulneráveis e (Produto) número de moradores engajados em organizações, comitês e atividades do território. O ODS 10.2, que visa o empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política de todos, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 10.

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

ODS16 Comunidade local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

A consideração dos pleitos dos moradores em políticas públicas e ações privadas reflete um avanço em direção ao ODS 16.7, relacionado à garantia da tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. O ODS 16.7, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 16.

R13 População local tem acesso a oportunidades de emprego e capacitação na cidade, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.3, 8.5, 8.6)

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Parte da dificuldade de se encontrar bons postos de trabalho decorre da falta de qualificação e treinamento (BANCO MUNDIAL 2005).

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

RO6 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

A satisfação da população com o ambiente de convívio na comunidade e o sentimento de pertencimento faz com que ela seja mais engajada nas atividades de desenvolvimento do território (ex.: engajamento no cuidado e preservação dos espaços públicos destinados a atividades de lazer e convivência).

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

ODS08 População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

A inserção da população no mercado de trabalho formal contribui para o ODS 8.5 (relacionado ao alcance do emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens) e o ODS 8.6 (relacionado à redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação); estes ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 8.

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

R16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1)

No mercado formal de trabalho, além da renda oriunda do trabalho, o trabalhador ou o microempreendedor individual tem acesso a vários benefícios da previdência social (INSS), como auxílio-doença, aposentadoria por idade e salário-maternidade. Além disso, no mercado de trabalho formal, as condições de trabalho são melhores; por exemplo, há acesso garantido a um amplo conjunto de direitos (SEBRAE, 2011).

R16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1)

ODS01 População do território tem condições de superar a pobreza

Uma população com renda familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável contribui para o ODS 1.1 (relacionado à erradicação da pobreza) e para o ODS 1.1 (relacionado à redução da pobreza); estes ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 1.

R16 População tem renda individual e familiar adequada para satisfazer necessidades básicas e garantir o desenvolvimento sustentável, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 1.1, 1.2, 10.1)

ODS10 A cidade apresenta desigualdade reduzida

Para que a população vulnerável tenha uma renda adequada para satisfazer suas necessidades básicas, muitas vezes, é necessário que aconteça um aumento de renda. Isso está relacionado ao ODS 10.1, que visa o alcance e a sustentação do crescimento de renda da população mais pobre. Assim, a população vulnerável ter uma renda adequada contribui para o ODS 10.1 que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 10.

R17 Território não sofre com enchentes (ODS 11.5)

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

O evitamento de enchentes contribui para o ODS 11.5 (relacionado à redução de perdas econômicas causadas por catástrofes) (SATTERTHWAITE *et al.*, 2007; RUTH; IBARRARAN, 2009) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R17 Território não sofre com enchentes (ODS 11.5)

R18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos

As enchentes podem ser ocasionadas pelo manejo inadequado do lixo e estão relacionadas a bloqueio de tráfego e potenciais problemas de saúde pública. Assim, o evitamento de enchentes torna as ruas e espaços públicos mais limpos, trafegáveis, seguros e atrativos.

R17 Território não sofre com enchentes (ODS 11.5)

R21 Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem

Um menor risco de perdas ocasionadas pelas enchentes torna as moradias do território mais seguras e valorizadas.

R18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

Um dos produtos que contribui para que ruas e espaços públicos do território sejam limpos, trefegáveis, seguros e atrativos é: quantidade de resíduos recicláveis adequadamente coletados no território e, posteriormente, tratados. Este produto contribui para o ODS 11.6, relacionado à redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à gestão de resíduos municipais. Além disso, também foi mapeado um resultado que contribui para que ruas e espaços públicos do território sejam limpos, trefegáveis, seguros e atrativos: território não sofre com enchentes ocasionadas pelo bloqueio dos canais de escoamento de águas pluviais. Este resultado contribui para o ODS 11.5, relacionado à redução de pessoas afetadas por catástrofes causadas por desastres relacionados à água. O ODS 11.5 e o 11.6, então, contribuem para o cumprimento do ODS 11.

R18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos

ODS12 Padrões de produção e consumo sustentáveis são assegurados no território

A coleta e tratamento adequados dos resíduos recicláveis contribui para que se tenha ruas e espaços públicos limpos, trafegáveis, seguros e atrativos no território. Tal coleta e tratamento estão diretamente ligados ao ODS 12.5, relacionado à redução substancial da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. O ODS 12.5, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 12.

R18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A distância da escola e a precariedade do transporte e condições de caminhabilidade/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades (BRAVA *et al.*, 2017).

R18 Ruas e espaços públicos do território são limpos, trafegáveis, seguros e atrativos

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

Estudos mostram que melhorias na qualidade da água, saneamento e práticas de higiene são capazes de reduzir a proliferação de doenças em áreas vulneráveis (FEWTRELL *et al.*, 2005; PRUSS *et al.*, 2002).

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

ODS06 Disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos são assegurados no território

O acesso adequado, equitativo e sustentável ao saneamento básico contribui com o ODS 6.2 (relacionado ao acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos) que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 6.

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

ODS07 Acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos é assegurado no território

O acesso adequado, equitativo e sustentável à energia elétrica contribui com o ODS 7.1 (relacionado ao acesso universal a serviços de energia) que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 7.

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

ODS09 Território conta com infraestrutura resiliente e inclusiva

O acesso adequado, equitativo e sustentável a redes de comunicação, sobretudo às redes de conexão à internet, contribui para o ODS 9.c (relacionado ao aumento do acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao empenho para oferta de acesso universal e a preços acessíveis à internet) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 9.

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Más condições habitacionais, geralmente associadas à pobreza e vulnerabilidade, que constituem a privação de necessidades básicas, podem ser fatores prejudiciais ao engajamento escolar do jovem (BRAVA *et al.*, 2017).

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

Estudos mostram que melhorias na qualidade da água, saneamento e práticas de higiene são capazes de reduzir a proliferação de doenças em áreas vulneráveis (FEWTRELL *et al.*, 2005; PRUSS *et al.*, 2002).

R19 População tem acesso adequado, equitativo e sustentável a saneamento básico, energia elétrica (ODS 6.2, 7.1, 11.1) e a redes de comunicação (ODS 9.c)

R20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1)

O acesso a saneamento básico, energia elétrica e redes de comunicação garantem melhores condições de moradia para a população.

R20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1)

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

O acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis contribui para o ODS 11.1 (relacionado à garantia de acesso te todos à habitação segura e adequada) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Más condições habitacionais, geralmente associadas à pobreza e vulnerabilidade, que constituem a privação de necessidades básicas, podem ser fatores prejudiciais ao engajamento escolar do jovem (BRAVA *et al.*, 2017).

R20 População tem acesso a condições de moradia seguras, adequadas e saudáveis (ODS 11.1)

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Melhores condições de moradia estão associadas com um sentimento de satisfação e pertencimento da população (SMITH, 2011).

R21 Propriedades (lotes e casas) do território são valorizadas e moradores possuem autonomia (inclusive, econômica) para reter a posse de seus imóveis, se assim o desejarem

R22 Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3)

Ao terem seus domicílios regularizados, os moradores garantem a segurança e valorização da propriedade e suas vantagens.

R22 Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3)

ODS01 População do território tem condições de superar a pobreza

O acesso ao crédito contribui para o ODS 1.4 (relacionado à garantia de que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 1.

R22 Moradores do território têm boas condições de acesso a crédito (ODS 1.4, 8.3)

ODS08 População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

O acesso a crédito é uma forma de apoio às atividades produtivas, à formalização e ao crescimento de micro, pequenas e médias empresas; desta forma, o acesso a crédito contribui para o ODS 8.3 (relacionado, justamente, à promoção de políticas orientadas ao apoio a estas atividades citadas). O ODS 8.3, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 8.

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos e etc) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

ODS05 O território tem condições de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A prevenção de violência contra a mulher contribui com o ODS 5.2 (relacionado à eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas) que, por sua vez, contribui com o cumprimento do ODS 5.

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A redução de crimes e diversas formas de violência no território faz com que os espaços públicos sejam mais seguros, o que contribui para o ODS 11.7 (relacionado ao acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes). O ODS 11.7, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Casos de negligência, maus tratos e violência doméstica podem impedir que o jovem frequente a escola com regularidade e prejudicar o engajamento desse jovem nas atividades escolares (BRAVA *et al.*, 2017).

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

Geralmente, a gravidez na adolescência não é resultado de uma escolha consciente da adolescente (UNFPA, 2020). Estudos mostram que existe uma correlação entre relacionamentos abusivos e violência íntima/doméstica e gravidez na adolescência (MILLER *et al.*, 2007; ROBERTS *et al.*, 2005; RAPHAEL, 2005; FAMILY VIOLENCE PREVENTION FUNDA, 2010; CAPD, 2006).

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos e etc) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

R26 População do território confia nas forças policiais

A redução de crimes e diversas formas de violência pode trazer uma maior confiança nas forças policiais, já que a população deve entender que o trabalho da polícia está sendo eficaz. Além disso, a redução da violência policial abre caminho para um melhor relacionamento da comunidade com as forças policiais.

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos e etc) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

R27 População do território sente-se segura

A redução de crimes e diversas formas de violência, e a redução da prática de atividades ilícitas no território pode trazer para a comunidade uma maior sensação de segurança.

R24 População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)

R27 População do território sente-se segura

A redução de crimes e diversas formas de violência, e a redução da prática de atividades ilícitas no território pode trazer para a comunidade uma maior sensação de segurança.

R25 Casos de violência policial são prevenidos no território (ODS 16.b)

R26 População do território confia nas forças policiais

A redução de crimes e diversas formas de violência pode trazer uma maior confiança nas forças policiais, já que a população deve entender que o trabalho da polícia está sendo eficaz. Além disso, a redução da violência policial abre caminho para um melhor relacionamento da comunidade com as forças policiais.

R26 População do território confia nas forças policiais

R27 População do território sente-se segura

A confiança nas forças policiais por si também traz maior segurança para a população do território.

R27 População do território sente-se segura

ODS16 Comunidade local é pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

A prevenção de crimes diversos e violência, incluindo a violência policial, contribuem para que a população do território se sinta mais segura. Tal prevenção de crimes e violência contribuem para o ODS 16.1 (relacionado à redução de todas as formas de violência), o ODS 16.2 (relacionado ao acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças) e para o ODS 16.b (relacionado à promoção e cumprimento de leis e políticas não discriminatórias). Esses ODSs, então, contribuem para o cumprimento do ODS 16.

R27 População do território sente-se segura

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que a percepção de segurança pública numa comunidade está associada com maior satisfação, sentimento de comunidade e sentimento de pertencimento (SMITH, 2011).

R28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A garantia de um transporte público de qualidade contribui para o ODS 11.2, relacionado ao proporcionar de "acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, ..., com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos". O ODS 11.2, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A distância da escola e a precariedade do transporte e condições de caminhada/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades (BRAVA *et al.*, 2017).

R28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que componentes do ambiente, tais como acesso a serviços públicos como proteção policial, transporte e lazer, influenciam a qualidade de vida dos moradores da comunidade. A qualidade de vida, por sua vez, está relacionada à satisfação com a comunidade e o território e o sentimento de pertencimento (SMITH, 2011).

R28 População é conectada a diferentes pontos dentro do bairro e em outros bairros, e com a rede de transporte público estrutural da cidade por meio do transporte público

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

O acesso a oportunidades de emprego nas cidades depende, dentre outros fatores, de uma boa malha de transporte urbano. Resultados de pesquisa do IPEA revelam que "a concentração de atividades nas áreas urbanas centrais aliada à performance/conectividade das redes de transporte leva a áreas de alta acessibilidade próximas ao centro das cidades, em contraste com regiões de periferia marcadas por desertos de oportunidades". Assim, a população mais vulnerável deixa de gozar de oportunidades de emprego por falta de conectividade (PEREIRA *et al.*, 2020). Espera-se, então, que uma maior conectividade da população a diferentes partes da cidade por meio do transporte público aumente a chance de inserção no mercado de trabalho formal.

R29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A garantia de um transporte público de qualidade contribui para o ODS 11.2, relacionado ao proporcionar de "acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, ..., com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos". O ODS 11.2, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A distância da escola e a precariedade do transporte e condições de caminhada/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades (BRAVA *et al.*, 2017).

R29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que componentes do ambiente, tais como acesso a serviços públicos como proteção policial, transporte e lazer, influenciam a qualidade de vida dos moradores da comunidade. A qualidade de vida, por sua vez, está relacionada à satisfação com a comunidade e o território e o sentimento de pertencimento (SMITH, 2011).

R29 População tem acesso a transportes rápidos, que garantem menos tempo de deslocamento

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

O acesso a oportunidades de emprego nas cidades depende, dentre outros fatores, de uma boa malha de transporte urbano. Resultados de pesquisa do IPEA revelam que "a concentração de atividades nas áreas urbanas centrais aliada à performance/conectividade das redes de transporte leva a áreas de alta acessibilidade próximas ao centro das cidades, em contraste com regiões de periferia marcadas por desertos de oportunidades". Assim, a população mais vulnerável deixa de gozar de oportunidades de emprego por falta de conectividade (PEREIRA *et al.*, 2020). Espera-se, então, que uma maior conectividade da população a diferentes partes da cidade por meio do transporte público, de forma rápida e sem maiores transtornos de superlotação, aumente a chance de inserção no mercado de trabalho formal.

R30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

O acesso a oportunidades de emprego nas cidades depende, dentre outros fatores, de uma boa malha de transporte urbano. Resultados de pesquisa do IPEA revelam que "a concentração de atividades nas áreas urbanas centrais aliada à performance/conectividade das redes de transporte leva a áreas de alta acessibilidade próximas ao centro das cidades, em contraste com regiões de periferia marcadas por desertos de oportunidades". Assim, a população mais vulnerável deixa de gozar de oportunidades de emprego por falta de conectividade (PEREIRA *et al.*, 2020). Espera-se, então, que uma maior conectividade da população a diferentes partes da cidade por meio do transporte público, de forma rápida e sem maiores transtornos de superlotação, aumente a chance de inserção no mercado de trabalho formal.

R30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A garantia de um transporte público de qualidade contribui para o ODS 11.2, relacionado ao proporcionar de "acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, ..., com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos". O ODS 11.2, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A garantia de boas condições de deslocamento para pedestres e ciclistas contribui para o ODS 11.2, relacionado ao proporcionar de "acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, ..., com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos". O ODS 11.2, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.

R30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A distância da escola e a precariedade do transporte e condições de caminhabilidade/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades (BRAVA *et al.*, 2017).

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

A distância da escola e a precariedade do transporte e condições de caminhabilidade/deslocamento podem gerar desengajamento escolar em algumas comunidades (BRAVA *et al.*, 2017).

R30 População tem acesso a um transporte público sem superlotação

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que componentes do ambiente, tais como acesso a serviços públicos como proteção policial, transporte e lazer, influenciam a qualidade de vida dos moradores da comunidade. A qualidade de vida, por sua vez, está relacionada à satisfação com a comunidade e o território e o sentimento de pertencimento (SMITH, 2011).

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que componentes do ambiente, tais como acesso a serviços públicos como proteção policial, transporte e lazer, influenciam a qualidade de vida dos moradores da comunidade. A qualidade de vida, por sua vez, está relacionada à satisfação com a comunidade e o território e o sentimento de pertencimento (SMITH, 2011).

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

O acesso a oportunidades de emprego nas cidades depende, dentre outros fatores, de uma boa malha de transporte urbano. Resultados de pesquisa do IPEA revelam que "a concentração de atividades nas áreas urbanas centrais aliada à performance/ conectividade das redes de transporte leva a áreas de alta acessibilidade próximas ao centro das cidades, em contraste com regiões de periferia marcadas por desertos de oportunidades". Assim, a população mais vulnerável deixa de gozar de oportunidades de emprego por falta de conectividade (PEREIRA *et al.*, 2020). Espera-se, então, que uma maior conectividade da população a diferentes partes da cidade por meio do transporte público, de forma rápida e sem maiores transtornos de superlotação, aumente a chance de inserção no mercado de trabalho formal.

R31 Pedestres/ciclistas contam com boas condições de deslocamento

R27 População do território sente-se segura

Ambientes com melhores condições de caminhabilidade são incentivos para as pessoas permanecerem nas ruas, o que melhora a segurança. Melhores condições do espaço público, adequação e boa manutenção, afeta a percepção de segurança.

R32 Moradores do território são engajados e participam de forma ativa na política

R12 Pleitos dos moradores do território são considerados em políticas públicas e ações privadas (ODS 16.7)

Com a participação dos moradores do território nas eleições, espera-se que suas necessidades e seus interesses sejam representados pelos líderes políticos, tornando mais provável que seus pleitos sejam considerados em políticas públicas.

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R01 Jovens são engajados nas atividades escolares e possuem habilidades socioemocionais e culturais fortalecidas

Evidências mostram que existe um impacto positivo da prática de esportes e atividades relacionadas às artes em resultados de educação. O esporte traz benefícios psicológicos, tais como melhor autoestima e autoconfiança (habilidade socioemocionais fortalecidas), e benefícios cognitivos, tais como habilidade de concentração e pensamento. Além disso, o esporte também traz melhora de comportamento e interesse em atividades escolares. As artes, por sua vez, afetam conceitos pessoais e podem melhorar o relacionamento dos jovens com os profissionais da escola (TAYLOR *et al.*, 2015). Adicionalmente, a participação do jovem em atividades culturais, de um modo geral, fortalece suas habilidades culturais.

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

Existe evidência de que atividades esportivas e relacionadas às artes aumentam o sentimento de conexão social e pertencimento. Alguns resultados incluem redução de tensões sociais e éticas, mais ações coletivas e envolvimento comunitário (TAYLOR *et al.*, 2015).

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

O acesso a atividades esportivas e de lazer contribuem para que a população adote hábitos saudáveis. Sabe-se que atividades esportivas e de lazer, e aquelas relacionadas às artes (como as atividades musicais), previnem e reduzem problemas de saúde físicos e mentais (TAYLOR *et al.*, 2015).

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R14 População é satisfeita com o ambiente de convívio do território e carrega um sentimento de pertencimento

Existe evidência de que atividades esportivas e relacionadas às artes aumentam o sentimento de conexão social e pertencimento. Alguns resultados incluem redução de tensões sociais e éticas, mais ações coletivas e envolvimento comunitário (TAYLOR *et al.*, 2015).

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R23 Casos de crimes diversos (homicídios, roubos, furtos, etc.) e violência são prevenidos no território (ODS 5.2, 11.7, 16.1, 16.2)

O espaço urbano participativo, onde há diversidade e presença da comunidade na rua, afeta a segurança urbana (real e percebida) (JEFFERY, 1971; CAVALCANTI, 2013, NOBRE, 2015). Existem evidências fortes de que a participação em atividades esportivas favorece comportamentos pró-sociais e reduzem crime e comportamentos antissociais, incluindo atividades ilícitas, particularmente para homens jovens (TAYLOR *et al.*, 2015).

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R24 População do território não se envolve em atividades ilícitas (incluindo tráfico de drogas) (ODS 16.4)

O espaço urbano participativo, onde há diversidade e presença da comunidade na rua, afeta a segurança urbana (real e percebida) (JEFFERY, 1971; CAVALCANTI, 2013, NOBRE, 2015). Existem evidências fortes de que a participação em atividades esportivas favorece comportamentos pró-sociais e reduzem crime e comportamentos antissociais, incluindo atividades ilícitas, particularmente para homens jovens (TAYLOR *et al.*, 2015).

R33 Moradores do território têm acesso a espaços públicos e atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, abertos à comunidade (ODS 11.7)

R27 População do território sente-se segura

O espaço urbano participativo, onde há diversidade e presença da comunidade na rua, afeta a segurança urbana (real e percebida).

R34 Jovens ingressam no Ensino Superior

ODS08 População local tem acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente

A garantia de que o jovem está obtendo uma formação mais completa contribui para o ODS 8.6 (relacionado à redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação) que, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 8.

R34 Jovens ingressam no Ensino Superior

R15 População local se insere no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou empreendedor, incluindo as pessoas de diferentes gêneros, raças, níveis iniciais de renda ou com deficiência (ODS 8.5, 8.6)

Existe evidência de uma correlação entre o crescimento do Ensino Superior no Brasil e o aumento do salário médio, da taxa de ocupação e da renda per capita (ROCHA *et al.*, 2017). Assim, espera-se que a conclusão do Ensino Superior possa garantir maiores chances de inserção do jovem no mercado de trabalho formal.

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R06 População é consciente, empoderada e engajada no desenvolvimento do território, por meio de ações voltadas a: educação, lazer e cultura, saúde, segurança pública, organização comunitária, associativismo, infraestrutura local, etc.

O Programa de Saúde da Família tem como objetivo valorizar ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, para além das ações curativas. "No contexto da democracia em saúde, destaca-se a promoção da saúde como o processo no qual os indivíduos são capacitados para ter maior controle sobre a própria saúde, reconhecendo a importância do poder e do controle sobre os determinantes da saúde, utilizando-se de estratégias que visem a empoderar os sujeitos, aumentando sua participação na modificação dos elementos relevantes à saúde" (MARTINS *et al.*, 2009).

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R07 População apresenta hábitos mais saudáveis relacionados a alimentação (ODS 2.2), planejamento familiar e saúde reprodutiva (ODS 3.7), uso de álcool e drogas (ODS 3.5), atividade física, higiene e limpeza, etc.

O acesso a serviços de saúde básica de qualidade pode estar diretamente ligado à adoção de hábitos mais saudáveis pela população. Por exemplo, é possível que uma mulher seja consciente da necessidade do planejamento familiar, mas não tenha acesso a métodos contraceptivos; com o acesso à saúde básica, essa mulher também tem acesso a pílulas anticoncepcionais e preservativos de látex.

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R08 Meninas não engravidam na adolescência (ODS 3.7)

As Equipes de saúde da família trabalham em intervenções ligadas à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar. De fato, "as Equipes de Saúde da Família tem papel fundamental na redução da gravidez na adolescência devendo conhecer a sua população adolescente; acolhê-los de forma qualificada, propiciando o diálogo aberto e a apreensão dos problemas, angústias e sentimentos dos adolescentes, além de promover ações educativas de forma integrada com as escolas e outros setores importantes para a atenção à saúde dos adolescentes" (LIMA, 2011).

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R09 Saúde materno-infantil é boa no território (ODS 2.2, 3.1, 3.2)

A universalização do acesso à saúde no Brasil, por meio do SUS e sua Estratégia de Saúde da Família, foi capaz de reduzir bastante a mortalidade materna, fetal, neonatal e pós-neonatal no país. Isso significa que a política garante melhoras significantes na saúde materno-infantil (BHALOTRA; ROCHA; SOARES, 2016).

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R10 Doenças respiratórias e infectocontagiosas (incluindo aquelas ocasionadas pelo saneamento básico precário) são evitadas (ODS 3.3)

Como parte da Estratégia de Saúde da Família, a saúde básica no Brasil conta com o Programa Nacional de Imunizações - Vacinação. Sabe-se que doenças transmissíveis que causaram muitas mortes no passado deixaram de ser um problema de saúde pública no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE – ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, 2013/2020).

R35 População tem acesso a serviços de saúde básica de qualidade

R11 Território apresenta baixo índice de internação e óbito por causas evitáveis (ODS 3.4, 3.9)

Acesso a serviços de saúde de qualidade pode reduzir a incidência de doenças que causem internações ou óbitos.

R36 Moradores do território têm acesso a serviços básicos com menores custos de transação

ODS11 População tem acesso a uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável

A provisão de serviços básicos com menores custos de transação promove inclusão, já que favorece o acesso dos indivíduos mais necessitados a esses serviços (DE SOTO, 1989) – em linha com o ODS 11.1. O ODS 11.1, por sua vez, contribui para o cumprimento do ODS 11.



A LUPA NA CIDADE

PAINEL DE
INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO
DE ÁREAS URBANAS
VULNERÁVEIS

